

PERÍODO:
SEGUNDO SEMESTRE 2009
PRIMEIRO SEMESTRE 2010



Sector de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Informe MERCOSUL N° 15 - Dezembro 2010



**Banco
Interamericano de
Desenvolvimento**

INT e INTAL

Informe MERCOSUL N° 15
Segundo Semestre 2009
Primeiro Semestre 2010

NOTAS TÉCNICAS
IDB-TN 203

Setor de Integração e
Comércio (INT)
Instituto para a Integração da
América Latina e do Caribe
(INTAL)

Dezembro de 2010

Informe MERCOSUL N° 15

**Segundo Semestre 2009
Primeiro Semestre 2010**

**Setor de Integração e Comércio (INT)
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
(INTAL)**



Banco Interamericano de Desenvolvimento

2010

Banco Interamericano de Desenvolvimento

Setor de Integração e Comércio

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Esmeralda 130, andáres 11 e 16 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina

Tel: (54 11) 4323-2350 Fax: (54 11) 4323-2365

E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

As "Notas Técnicas" compreendem uma ampla gama de melhores práticas, avaliações de projetos, lições aprendidas, estudos de caso, notas metodológicas e outros documentos de caráter técnico, que não são documentos oficiais do Banco. Os pontos de vista e opiniões expressados neste documento são de exclusiva responsabilidade e seus autores e não refletem necessariamente os pontos de vista do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de sua Diretoria Executiva nem dos países que representa.

Impresso na Argentina

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Informe MERCOSUL N° 15

1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Dezembro 2010.

190 p.; 28 x 21 cm.

ISBN: 978-950-738-289-5

1. Economía. I. Filippa, Susana, coord. II. Carciofi, Ricardo, dir.

CDD 330

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Susana Filippa

EDIÇÃO: Julieta S. Tarquini

APRESENTAÇÃO

Desde 1996 em sucessivas edições anuais, o Informe MERCOSUL vem acompanhando os aspectos mais importantes do desenvolvimento econômico e comercial desta entidade regional, criada pelo Tratado de Assunção, de 1991. O trabalho aqui apresentado se inscreve em um âmbito mais amplo das atividades realizadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e se destina a examinar e fortalecer os processos de integração regional e multilateral da América Latina e do Caribe.

O objetivo a que o BID-INTAL se propõe com a publicação desta série de periodicidade anual é observar e analisar a evolução econômica do MERCOSUL durante os meses cobertos pelo trabalho. A seleção de assuntos e enfoques foi realizada tomando em consideração um amplo e variado público-alvo -o meio acadêmico, o setor público, o setor privado e a sociedade civil em geral- que ao longo de todos estes anos tem demonstrado interesse por esta publicação.

Este Informe N° 15 abrange o período compreendido entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010. O capítulo macroeconômico foi elaborado no INTAL por Alejandro Ramos e Kathia Michalczewsky, coordenados por Ricardo Carciofi, diretor do Instituto. A versão inicial dos Capítulos II, III, IV e V foi elaborada por uma equipe de economistas liderada por Ricardo Markwald e contando com a colaboração de Lucia Maduro, Fernando Ribeiro e Sandra Rios. O Setor de Integração e Comércio (INT) do BID, gerenciado por Antoni Estevadeordal, também colaborou no projeto e conteúdos do trabalho. A coordenação e edição do relatório final estiveram a cargo de Ricardo Carciofi e Alejandro Ramos, respectivamente Diretor e Economista Sênior de Integração do INTAL que receberam a colaboração de Kathia Michalczewsky e Gala Gómez Minujín.

Assim como nas edições anteriores, sobre as quais os leitores enviaram valiosos comentários e sugestões, se reitera o convite a que enviem suas opiniões escrevendo para *pubintal@iadb.org*, sua colaboração permitirá melhorar o alcance e conteúdo deste trabalho.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

BsF	<i>Bolívares fuertes</i>
€	Euro
\$	<i>Peso argentino</i>
\$	<i>Peso uruguayo</i>
R\$	Real brasileiro
US\$	Dólar norte-americano
1º S	Primeiro semestre
1º T	Primeiro trimestre
2º S	Segundo semestre
a.a.	Anual acumulativo
AAE	Áreas Aduaneiras Especiais
ABDI	Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial
ACE	Acordo de Complementação Econômica
AFIP	<i>Administración Federal de Ingresos Públicos</i>
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALC	Acordo de Livre Comércio
ALICE-Web	Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior via Internet
ANCAP	<i>Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland</i>
ANDE	<i>Administración Nacional de Electricidad</i>
Art.	Artigo
ASEAN	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BCP	<i>Banco Central de Paraguay</i>
BCRA	<i>Banco Central de la República Argentina</i>
BCU	<i>Banco Central de Uruguay</i>
BCV	<i>Banco Central de Venezuela</i>
BICE	<i>Banco de Inversión y Comercio Exterior</i>
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BID-INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BPS	<i>Banco de Previsión Social</i>
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CADIVI	<i>Comisión de Administración de Divisas</i>
CAM	Código Aduaneiro do MERCOSUL
CAN	<i>Comunidad Andina de Naciones</i>
CARICOM	<i>Caribbean Community and Common Market</i>
CARU	<i>Comisión Administradora del Río Uruguay</i>
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCPTC	Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum
CCROM	Certificado de Cumprimento do Regime de Origem do MERCOSUL

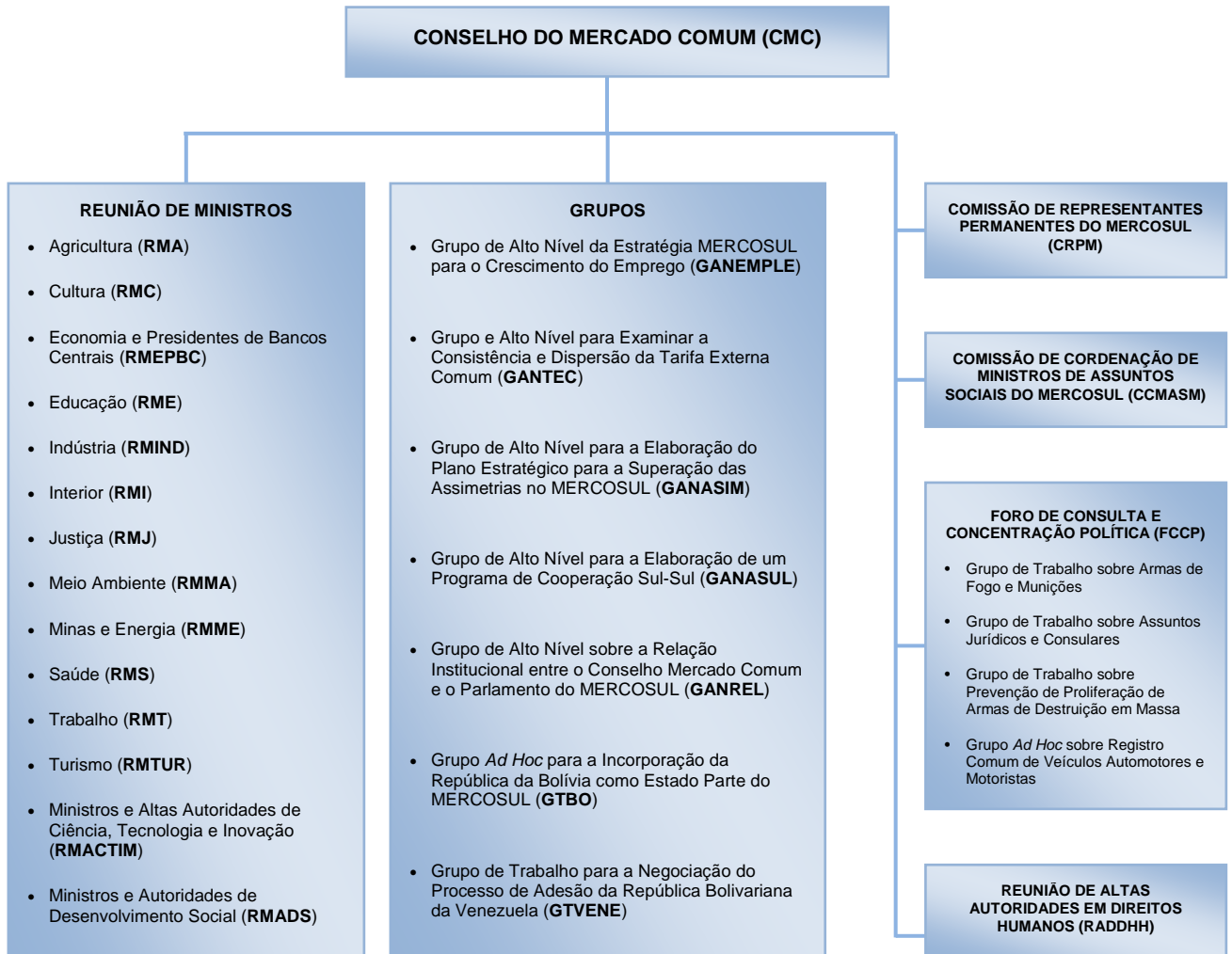
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIF	<i>Cost, Insurance and Freight</i>
CIJ	<i>International Court of Justice</i>
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNB	Comitê de Negociações Birregionais
CNCE	Comissão Nacional de Comércio Exterior
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNV	<i>Comisión Nacional de Valores</i>
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPB	<i>CPB Netherlands Bureau for Economic Policy Analysis</i>
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
Dec.	Decisão
DEG	Direitos Especiais de Giro
DeTIEC	Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Avaliação da Conformidade
DGI	<i>Dirección General Impositiva</i>
DINAMA	<i>Dirección Nacional de Medio Ambiente</i>
DIR	Diretriz
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DUAM	Documento Único Aduaneiro do MERCOSUL
ECI	Equipe Conjunta de Investigação
EUA	Estados Unidos da América
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aeronáutica
ENCE	<i>Empresa Nacional de Celulosas de España</i>
EP	Estado Parte
EPH	<i>Encuesta Permanente de Hogares</i>
EUROSTAT	<i>Statistical Office of European Communities</i>
FAF	Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL
FED	<i>Federal Reserve System</i>
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOB	<i>Free on Board</i>
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FOGADE	<i>Fondo de Garantía de los Depósitos y Protección Bancaria</i>
FONDEN	<i>Fondo de Desarrollo Nacional</i>
FSB	<i>Financial Stability Board</i>
FSF	<i>Financial Stability Forum</i>
G20	Grupo dos Vinte
G8	Grupo dos Oito
GAHCAM	Grupo <i>Ad Hoc</i> para a Redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL
GAHE-FOCEM	Grupo <i>Ad Hoc</i> de Especialistas do FOCEM
GATT	<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>
GIP	Grupo da Integração Produtiva
GMC	Grupo do Mercado Comum
GR	Grupo

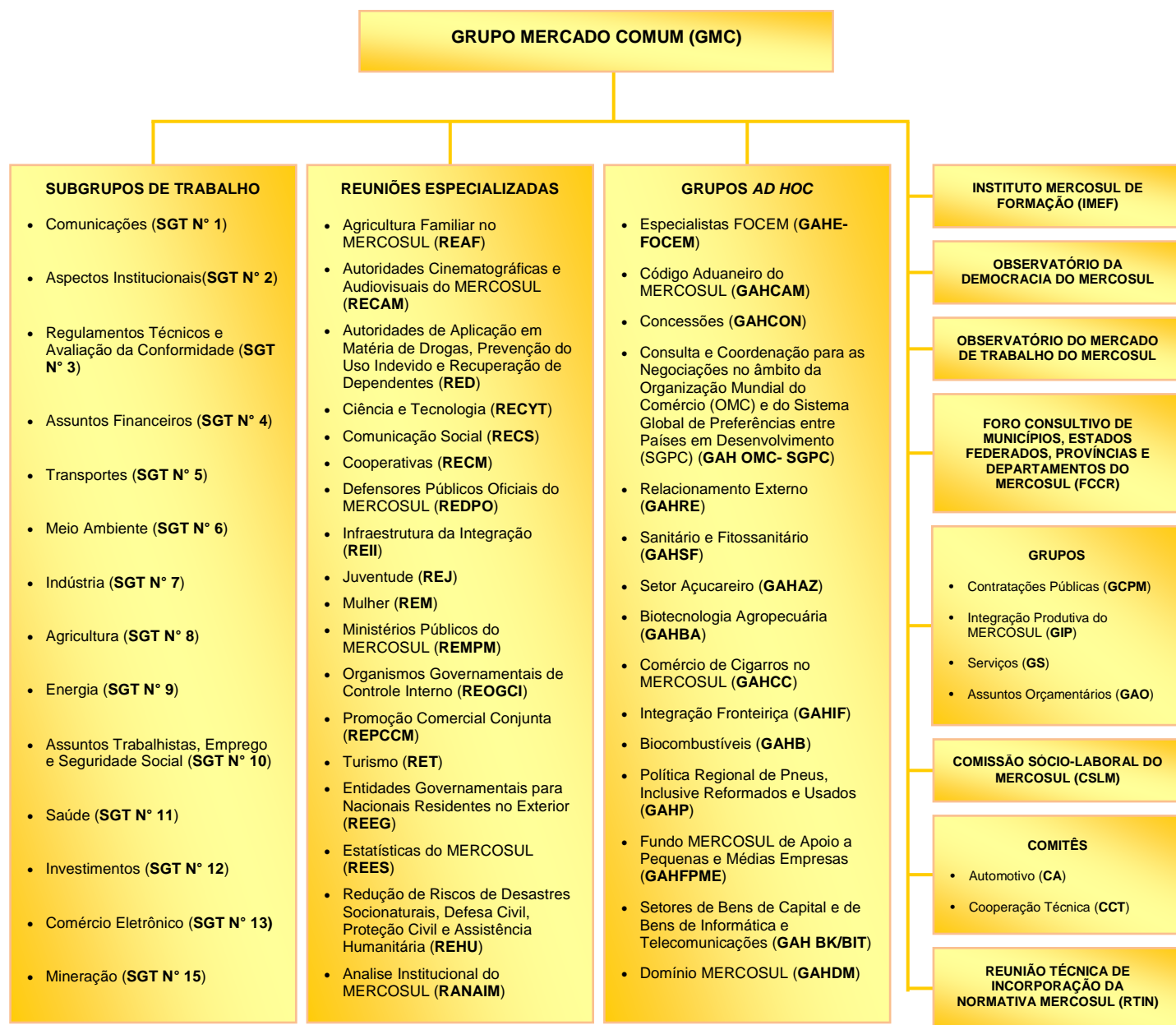
GT	Grupo de Trabalho
GTAN	Grupo Técnico de Alto Nível
HOPE II	<i>Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act</i>
i.a.	Interanual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICTSD	<i>International Centre for Trade and Sustainable Development</i>
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INDEC	<i>Instituto Nacional de Estadística y Censos</i>
INE	<i>Instituto Nacional de Estadística</i>
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INTI	<i>Instituto Nacional de Tecnología Industrial</i>
IPC	<i>Índice de Precios del Consumo (Uruguay)</i>
IPC	<i>Índice de Precios al Consumidor (Argentina)</i>
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	<i>Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada</i>
IPI	<i>Imposto sobre Produtos Industrializados</i>
IPI	Índice de Preços Implícitos
IRACIS	<i>Impuesto a la Renta de las Actividades Comerciales, Industriales o de Servicios</i>
IVA	<i>Impuesto al Valor Agregado</i>
IVSS	<i>Instituto Venezolano de los Seguros Sociales</i>
Kg.	Quilograma
LA	Licenças Automáticas
LEBAC	<i>Letras del Banco Central</i>
LNA	Licenças não Automáticas
MDIC	Ministério de Desenvolvimento, Indústria y Comércio Exterior
MECON	<i>Ministerio de Economía y Finanzas Públicas</i>
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MIGA	<i>Multilateral Investment Guarantee Agency</i>
MINUSTAH	<i>United Nations Stabilization Mission in Haiti</i>
MS	Mato Grosso do Sul
n.d.	Não disponível
NAFTA	<i>North America Free Trade Agreement</i>
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
NEGINT	Unidade de Negociações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria
NMF	Nação mais favorecida
NOBAC	<i>Notas del Banco Central</i>
OCDE	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
OIT	<i>International Labour Organization</i>
OMA	<i>World Customs Organization</i>

OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
p.	Página
PAC	Política Agrícola Comum
PAC	Política Automotiva Comum
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAMA	Programa de Ação MERCOSUL Livre de Febre Aftosa
PAMI-INSSJP	<i>Programa de Asistencia Médica Integral - Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados</i>
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima</i>
PIB	Produto Interno Bruto
PIPM	Programa de Integração Produtiva do MERCOSUL
PMDRs	Países de Menor Desenvolvimento Relativo
p.p.	Ponto percentual
PPTA	Presidência <i>Pro Tempore</i> Argentina
PPTB	Presidência <i>Pro Tempore</i> Brasil
PPTU	Presidência <i>Pro Tempore</i> Uruguai
PTC	Política Tarifaria Comum
PTR	Acordo da Preferência Tarifária Regional
PYMES	Pequenas e Médias Empresas
RAD	<i>Régimen de Administración de Divisas</i>
RANAIM	Reunião de Alto Nível para a Análise Institucional do MERCOSUL
RNT	Restrições não Tarifárias
SAQME	Sistema de Administração e Distribuição de Quotas Outorgadas ao MERCOSUL por Terceiros países ou Grupos de Países
SACU	<i>South African Customs Union</i>
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECEX - MDIC	Secretaria de Comércio Exterior - Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
SEDEBAN	<i>Superintendencia de Bancos y otras Instituciones Financieras</i>
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia
SGPC	Sistema Global de Preferências Comerciais
SGTs	Subgrupos de Trabalho
SICA	<i>Sistema de Integración Centroamericana</i>
SIPA	<i>Sistema Integrado Previsional Argentino</i>
Sistema INDIRA	Sistema de Intercâmbio de Informações dos Registros Aduaneiros
SM	Secretaria do MERCOSUL
SML	Sistema de Pagamentos em Moeda Local
TEC	Tarifa Externa Comum
TLC	Tratado de Livre Comércio
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TM	Tratado de Montevidéu
TPM	<i>Tasa de Política Monetaria</i>

UE	União Europeia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	<i>United Nations Conference on Trade and Development</i>
UTE	<i>Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas</i>
UTF/SM	Unidade Técnica FOCEM da Secretaria do MERCOSUL
UTNF	Unidade Técnica Nacional FOCEM
var.	Variação
WTA	<i>World Trade Atlas</i>

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL





COMISSÃO DE COMÉRCIO DO MERCOSUL (CCM)

COMITÊS TÉCNICOS

- Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (**CT 1**)
- Assuntos Aduaneiros (**CT 2**)
- Normas e Disciplinas Comerciais (**CT 3**)
- Políticas Públicas que distorcem a Competitividade (**CT 4**)
- Defesa da Concorrência (**CT 5**)
- Estatísticas de Comércio Exterior do MERCOSUL (**CT 6**)
- Defesa do Consumidor (**CT 7**)
- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (**CDCS**)

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PM)

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL (FCES)

SECRETARIA DO MERCOSUL (SM)

- Direção
- Unidade Técnica do FOCM (**UTF**)
- Unidade Técnica de Estatísticas do Comércio Exterior dos Estados Partes (**UTECE**)
- Setor de Assessoria Técnica (**SAT**)
- Setor de Normativa, Documentação e Divulgação (**SND**)
- Setor de Administração (**SA**)
- Setor de Apoio (**SAP**)

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL (TPR)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO-TRABALHISTA DO MERCOSUL (TAL)

CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DE ESTADO DE DIREITO (CMPED)

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cénario internacional	1
B. Evolução das balanças de pagamentos	7
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL	11
D. Políticas econômicas	15
E. Rendas e emprego	24
ANEXO I	i
CAPÍTULO II. A EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO	25
A. Comércio total do bloco	26
B. Comércio dos países	40
C. O comércio MERCOSUL-Venezuela	63
D. Investimentos estrangeiros diretos no MERCOSUL	66

CAPÍTULO III.	A AGENDA INTERNA	71
A.	Aspectos comerciais	72
B.	Assimetrias e aspectos produtivos	88
C.	Aspectos institucionais	101
D.	Outros temas da agenda interna	103
E.	Considerações finais	114
CAPÍTULO IV.	CONFLITOS SETORIAIS E AMBIENTE COMERCIAL	115
A.	Panorama geral	115
B.	O papel das medidas de administração do comércio	117
C.	Resumo dos principais conflitos comerciais setoriais	122
D.	Comentários finais	126
CAPÍTULO V.	A AGENDA EXTERNA	129
A.	Negociações extrarregionais	128
B.	Negociações sub-regionais	141
C.	A adesão da Venezuela ao MERCOSUL	143
D.	Perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL	148

BIBLIOGRAFIA

RESUMO EXECUTIVO

O *Informe MERCOSUL N° 15* (julho de 2009 - junho de 2010) resenha e analisa os principais aspectos do processo de integração do bloco, tanto no que diz respeito à agenda interna como à externa, no período de julho de 2009 a junho de 2010. Os dois capítulos iniciais contêm, respectivamente, uma análise do panorama macroeconômico das economias do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e dos seus fluxos comerciais.

Panorama macroeconômico: Uma previsão recente aponta que em 2010 o Produto Interno Bruto (PIB) mundial crescerá 4,8%, depois de sofrer uma queda significativa de -0,6% em 2009. A maior parte desse incremento provém das economias emergentes, que crescerão 7,1%, enquanto o produto dos países desenvolvidos aumentará 2,7%; esta última taxa sequer compensa a severa contração (-3,2%) que estes países sofreram no ano anterior. A economia mundial não mergulhou em uma depressão em 2009, mas também não desapareceu a incerteza em relação à nova fase expansiva, principalmente no que se refere aos países desenvolvidos, seus motores tradicionais. O efeito da crise internacional sobre o nível de atividade dos países do MERCOSUL se concentrou no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, quando a mediana do índice de variação do PIB intertrimestral dos países do bloco -excluindo a Venezuela- foi negativa (-0,2% e -1,5%, respectivamente). A partir daí há uma intensa recuperação do crescimento que abrange todos os países, exceto a Venezuela. Nesta mesma medição, o crescimento se acelerou paulatinamente, chegando a 3% no primeiro trimestre de 2010 e esfriou um pouco no segundo (1,7%), assim como aconteceu nos Estados Unidos e na China.

Evolução do comércio e do investimento estrangeiro direto (IED): Os fluxos comerciais dos países do MERCOSUL não escaparam dos efeitos da fase recessiva da crise financeira internacional que eclodiu em setembro de 2008, tendo registrado quedas bastante expressivas em 2009, interrompendo um ciclo de altas extraordinárias nos anos anteriores. Embora o PIB do bloco tenha tido, em geral, um desempenho melhor do que o do restante da economia mundial, a redução dos fluxos comerciais foi mais forte do lado das importações do que nas exportações, proporcionando um aumento do saldo comercial total da região. Esse aumento deveu-se fundamentalmente a dois fatores: o desempenho relativamente mais favorável das vendas para os países da Ásia, destacadamente a China, que foram capazes de sustentar seu crescimento doméstico mesmo diante da crise; e a forte redução das importações, tanto pela retração das quantidades quanto pela queda de preços. Os números referentes ao primeiro semestre de 2010 mostram que os fluxos comerciais do MERCOSUL voltaram a crescer de forma acelerada, já caminhando para retornar aos níveis observados antes da crise. O perfil desta expansão também apresenta as mesmas características observadas até 2008: rápido crescimento das exportações, baseado em grande parte no aumento dos preços; crescimento ainda mais acelerado das importações, resultando em rápida deterioração do saldo comercial; e queda da participação dos países mais desenvolvidos (*North America Free Trade Agreement* - NAFTA e União Europeia) no destino das exportações, em virtude do descompasso entre a rápida recuperação do crescimento das economias emergentes e a evolução claudicante da Europa e dos Estados Unidos.

O comércio do MERCOSUL com a Venezuela também sofreu quedas expressivas em 2009, especialmente nas exportações do bloco. Nos primeiros meses de 2010 as importações voltaram a crescer, mas as exportações se mantiveram virtualmente estáveis em relação ao mesmo período do ano anterior, em vista da recessão que ainda afeta a Venezuela.

Com relação aos investimentos estrangeiros, a crise internacional não impediu que o MERCOSUL atraísse um fluxo bastante expressivo de recursos em 2009, embora tenham ficado bem abaixo do volume de 2008, quando alcançaram um recorde histórico. Nos primeiros meses de 2010 a entrada de recursos foi de certa forma decepcionante, ficando abaixo do registrado em igual período de 2009, mas as perspectivas para o restante do ano e para os próximos anos continuam sendo bastante favoráveis, uma vez que a região é vista como uma das mais promissoras do mundo, tanto em termos de expansão do mercado doméstico quanto das possibilidades de produção e exportação de *commodities*.

A agenda interna: Os resultados obtidos durante o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010 são contrastantes: por um lado houve poucas novidades durante a Presidência *Pro Tempore* do Uruguai (PPTU) e por outro os resultados foram bastante significativos durante a Presidência *Pro Tempore* Argentina (PPTA), quando avaliados à luz das decisões aprovadas no encerramento do período em San Juan, na Argentina. Para o relativo sucesso de San Juan foi muito importante a satisfatória resolução das discordâncias em torno da planta de pasta de celulose localizada sobre o rio Uruguai e a melhor compensação do Brasil ao Paraguai pela exploração de Itaipu do que a superação dos impactos da crise internacional. Estes conflitos tinham ganhado força e sua superação permite acabar com o clima de relativa paralisia que tinha prevalecido nas últimas reuniões de cúpula do MERCOSUL.

Ao final da XXXIX Reunião do Conselho do Mercado Comum (CMC), os países anunciaram a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM), a concretização de avanços importantes no processo de eliminação da dupla cobrança Tarifa Externa Comum (TEC) e de distribuição da renda aduaneira, a aprovação de uma safra de ambiciosos projetos no âmbito do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), a sanção de uma nova versão do Regulamento do FOCEM, assim como diversas outras medidas relevantes para o avanço da agenda interna do bloco.

Desde meados de 2008, o fortalecimento da integração produtiva na região vem ganhando espaço na agenda temática do MERCOSUL. Com efeito, em junho desse ano foi aprovado o *Programa da Integração Produtiva do MERCOSUL* (PIPM) e criado, também, o Grupo da Integração Produtiva do MERCOSUL (GIP).

Em relação aos aspectos institucionais, em fins de 2009, o CMC decide alterar, ainda que de forma aparentemente transitória, o funcionamento da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM): substitui-se, temporariamente, a figura do Presidente por um sistema de rodízio na coordenação das atividades da CRPM, e institui-se um arranjo administrativo transitório para garantir seu funcionamento. Em abril de 2010, o Grupo do Mercado Comum (GMC) aprovou a constituição de uma *Reunião de Alto Nível para a Análise Institucional do MERCOSUL* (RANAIM), integrada pelos Coordenadores Nacionais Alternos do GMC ou funcionários de nível equivalente, com a função de assessorar o GMC e formular propostas em matéria institucional.

Conflitos setoriais e ambiente comercial: A contração da demanda internacional por produtos do bloco, aliada à escassez de linhas de crédito internacional para as empresas, impactou negativamente e de forma generalizada o desempenho exportador dos países da região. Em consequência, as economias da região apelaram a um elenco variado de medidas de política econômica, tentando amortecer o impacto da forte queda da demanda externa.

O segundo semestre de 2009 ainda foi um período de controles e dificuldades setoriais, especialmente entre os dois maiores sócios, mas o ambiente de recuperação da crise e de boas

perspectivas de crescimento econômico permitiu que os países do MERCOSUL iniciassem o ano de 2010 em clima de melhoria das relações comerciais.

No conjunto das medidas de administração de comércio, os “acordos voluntários de exportações” vinham desempenhando uma função importante na contenção das importações argentinas provenientes do Brasil. Dificuldades de negociação e de implementação mostraram, contudo, o esgotamento desse instrumento para certos segmentos da indústria. Esse foi o caso de setores como linha branca (fogões, refrigeradores e máquinas de lavar) e papel, que suspenderam seus respectivos acordos voluntários. De outro lado, o setor de calçados firmou um novo acordo em junho de 2009. Outros setores, como leite em pó e freios e embreagens também tentaram essa via de entendimento para garantir a rapidez de liberação de licenças não-automáticas (LNAs).

As principais questões setoriais envolvendo os países do MERCOSUL estão na esfera das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina, sendo pontuais os conflitos envolvendo os sócios menores do bloco. Os principais setores afetados são o têxtil, incluindo fios, tecidos e confecções, o de calçados, aparelhos eletroeletrônicos da linha branca, papel, pneumáticos e móveis. Há medidas adotadas também pelo Brasil que atingem a Argentina e o Uruguai na área de lácteos.

Agenda externa: A partir da segunda metade da década corrente o MERCOSUL vinha enfrentando crescentes dificuldades em concluir acordos comerciais preferenciais com terceiros países. A eclosão da crise financeira internacional tornou ainda mais difícil avançar em iniciativas de liberalização comercial, sejam elas na esfera multilateral, regional ou bilateral. Contudo, no período recente, observou-se alguma movimentação do MERCOSUL na direção de buscar novos acordos bilaterais que possam representar melhorias nas condições de acesso a mercados para os países da região. A retomada das negociações com a União Europeia e a assinatura do acordo com o Egito em julho de 2010 são as principais evidências nesse sentido.

Após longo período de tramitação e forte empenho de representantes do Ministério das Relações Exteriores, em 15 de dezembro de 2009, o Senado Federal do Brasil aprovou o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL. Com a aprovação no Brasil, resta a ratificação do Protocolo pelo Paraguai. A Argentina, Uruguai e Venezuela já o haviam aprovado.

Durante o próximo ano, os movimentos na agenda externa do MERCOSUL deverão estar limitados por duas condicionantes principais: um ambiente internacional marcado por pressões protecionistas e medidas unilaterais de restrição ao comércio, e um ambiente interno em que se observa uma tendência à inversão do ânimo negociador no Brasil e na Argentina, com maior disposição negociadora do governo argentino, engajado em recuperar suas relações internacionais, e maior retração do Brasil, enfrentando déficits crescentes no Balanço de Pagamentos e demandas por proteção por parte do setor industrial doméstico.

CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO

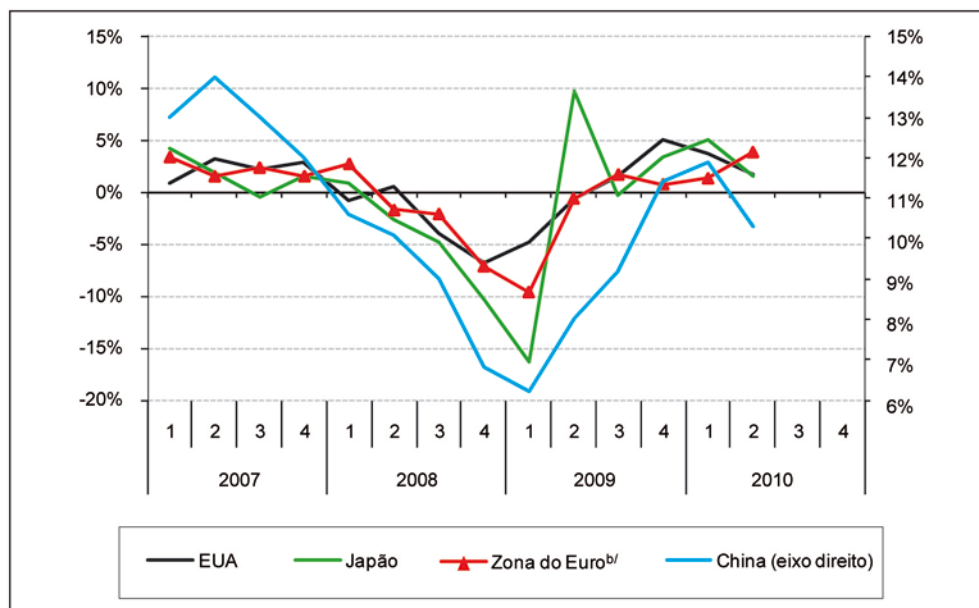
A. Cenário internacional

A recuperação desigual da economia mundial

Uma previsão recente aponta que em 2010 o PIB mundial crescerá 4,8%, depois de sofrer uma queda significativa de -0,6% em 2009.¹ A maior parte desse incremento provém das economias emergentes, que crescerão 7,1%, enquanto o produto dos países desenvolvidos aumentará 2,7%; esta última taxa sequer compensa a severa contração (-3,2%) que estes países sofreram no ano anterior. Embora desde meados de 2009 estas economias tenham deixado para trás vários trimestres de contração, sua recuperação foi frágil e irregular (Gráfico 1). A adoção, em dimensões inéditas, de políticas monetárias e fiscais expansivas em praticamente todos os países teve, na verdade, um sucesso parcial. A economia mundial não mergulhou em uma depressão em 2009, mas também não desapareceu a incerteza em relação à nova fase expansiva, principalmente no que se refere aos países desenvolvidos, seus motores tradicionais.

Gráfico 1. Dinâmica trimestral do PIB real das principais economias, 2006-2010

Taxas de variação^{a/}



Notas: ^{a/} China: índice interanual; os demais: índices anualizados das séries dessazonalizadas. ^{b/} Preços do ano 2000; agregados em dólares com paridades de poder aquisitivo deste ano.

Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento de Análises Econômicas dos Estados Unidos (EUA), da Organização de Cooperação e Desenvolvimento e Desenvolvimento Econômico (OECD), do Instituto de Pesquisa Econômica e Social do Japão e do Departamento Nacional de Estatística da China.

¹ (FMI, 2010). O PIB mundial é calculado levando em conta a paridade de poder de compra, metodologia que concede maior peso às taxas de variação das economias emergentes. O cálculo baseado em taxas de câmbio de mercado aponta uma queda de 2,0% em 2009 e um crescimento projetado de 3,7% em 2010. Veja também ONU (2010).

O PIB dos Estados Unidos, que cresceu a uma taxa anualizada de 5% no último trimestre de 2009, desacelerou depois, registrando um pequeno aumento de 1,7% no segundo trimestre de 2010. Embora o crescimento do PIB na Zona do Euro tenha sido mais sólido no primeiro semestre do ano (2,6% anualizado, em média), ele se deveu à combinação de países com bom desempenho, como a Alemanha, e outros em fase nitidamente recessiva, como Espanha, Grécia e Irlanda. A atividade da economia japonesa, além de ter flutuado amplamente, também sofreu um desaquecimento no meio do ano.

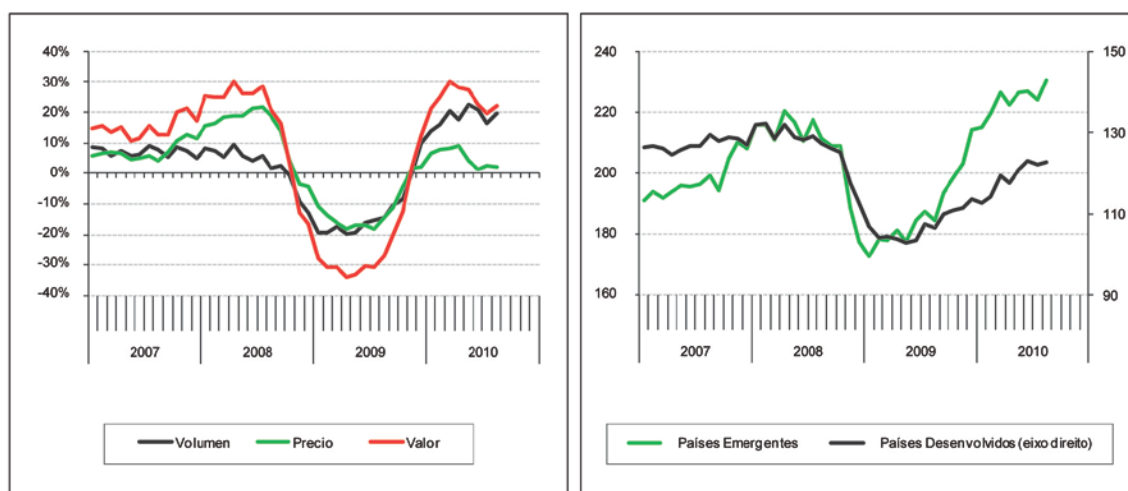
No espaço das nações emergentes, destacou-se novamente a China. A crise provocou uma redução na atividade que afetou até o primeiro trimestre de 2009, com um retorno a níveis próximos aos de 2007. No entanto, também em meados de 2010, viu-se um desaquecimento da economia, acompanhado, depois, por medidas das autoridades voltadas para atenuar a intensificação dos desequilíbrios monetários existentes. Na América Latina e no Caribe, a Grande Recessão de 2009 significou uma queda de 1,9% do PIB (2,9%, por habitante), afetando a grande maioria dos países. Para 2010 a previsão é de um crescimento similar ao do período anterior à crise (5,2%), mas em um cenário misto, com países em níveis muito superiores (a maioria sul-americanos) e outros com recuperações mais fracas CEPAL (2010).

Embora a saída da recessão tenha sido relativamente rápida, na economia mundial pós-crise convivem *padrões de crescimento bastante desiguais* por região, como pode ser atestado pela evolução do comércio mundial (Gráfico 2). Durante o ano compreendido entre novembro de 2008 e outubro de 2009, o volume e o valor do comércio mundial registraram, em média, taxas de queda recordes de 15,2% e 25,8%, respectivamente. Apesar de a recuperação posterior ter sido intensa -nos primeiros oito meses de 2010 as taxas correspondentes alcançaram 18,4% e 24,5%-, as trajetórias foram muito diferentes nas economias desenvolvidas e nas emergentes. Em agosto de 2010, o volume médio de exportações e importações dos países desenvolvidos ainda estava 3,4% abaixo do nível pré-crise de dezembro de 2007, enquanto nos países emergentes estava 10,7% acima desse ponto de referência.

Gráfico 2. Dinâmica e níveis mensais do comércio mundial, 2007-2010

Taxas de variação interanuais^{a/}

Volume 2000=100^{b/}



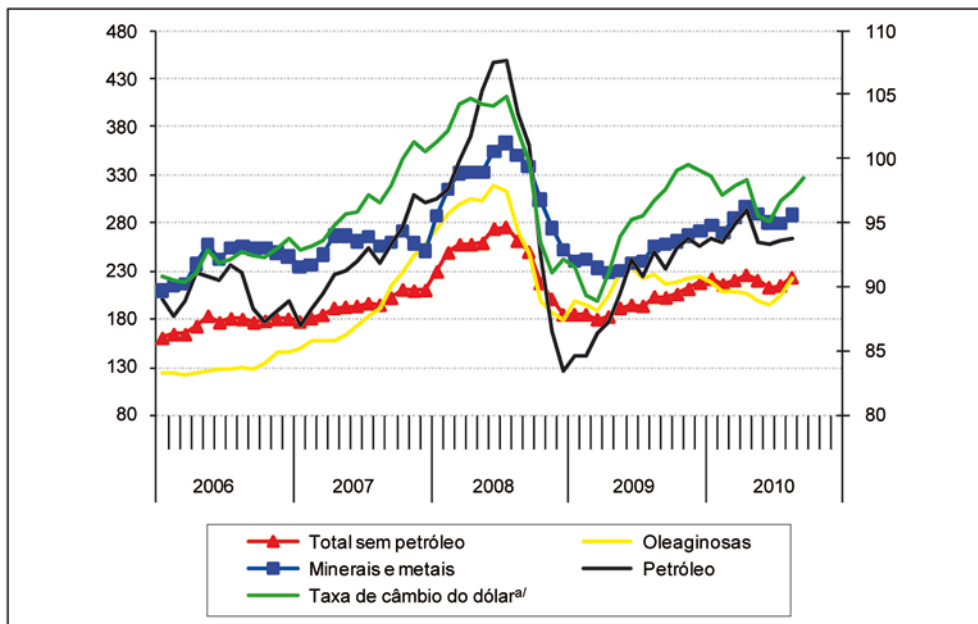
Notas: ^{a/} Séries dessazonalizadas. ^{b/} Média simples dos índices de exportações e importações; séries dessazonalizadas.

Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento Holandês de Análise de Política Econômica (CPB).

Cabe destacar outros aspectos significativos da evolução da crise tanto na esfera financeira como na esfera real. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos preços dos *ativos financeiros*, passada a etapa crítica,² verificou-se uma estabilização e até uma melhoria em alguns deles. De abril de 2009 ao mesmo mês de 2010, a média móvel trimestral do índice preços de imóveis (*house-price index*) em 20 áreas metropolitanas dos Estados Unidos flutuou muito pouco em torno de um nível 30% abaixo do máximo atingido em meados de 2006. Embora isso tenha desativado o foco principal da instabilidade que deu origem à crise no mercado hipotecário norte-americano, está longe de expressar a revitalização dessa atividade e reverter as suas consequências financeiras. Em contrapartida, os preços dos ativos acionários subiram substancialmente. Em 2009, o índice *Dow-Jones* de 30 ações industriais fechou 59,3% acima do mínimo atingido em março desse ano, embora 26,4% abaixo do máximo de outubro de 2007. Com menor intensidade, os *preços dos produtos básicos* também experimentaram uma recuperação a partir do mínimo registrado no segundo trimestre de 2009 (Gráfico 3). O preço médio de uma cesta representativa destes bens exportada pela América Latina e pelo Caribe (excluindo o petróleo) cresceu 24,1% de março de 2009 a agosto de 2010; o preço das oleaginosas aumentou 18,2%, o dos minerais e metais 23,5% e o do petróleo 60,3%. Durante esse período, o dólar registrou oscilações significativas, sofrendo desvalorização durante a maior parte de 2009 e posterior revalorização, em decorrência dos problemas ocorridos com a dívida soberana de alguns países europeus, que introduziram um novo fator de instabilidade financeira na economia mundial.

Gráfico 3. Preços mensais de alguns produtos básicos e taxa de câmbio do dólar, 2006-2010

Índices, 2000=100



Nota: ^{a/} Eixo direito; taxa de câmbio nominal efetivo do dólar em relação a uma cesta ampla de moedas; desvalorização = curva positiva.

Fonte: Elaboração própria com dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e do Banco Central dos EUA.

² De setembro de 2008 a março de 2009; mais detalhes em BID-INTAL (2009), pp. 1-2.

De outro lado, no que tange às *variáveis reais*, até meados de 2010, o clima relativamente mais benigno nos mercados financeiros não tinha sido ainda capaz de reverter de forma decisiva a grave deterioração dos investimentos e do nível de emprego nas principais economias desenvolvidas (Gráfico 4). De fato, até essa data, os indicadores de tendência de investimentos nos Estados Unidos, na Zona do Euro e no Japão ainda exibiam taxas negativas ou levemente positivas, entre -0,3% e 1,3%.³ Nos Estados Unidos a recessão provocou uma excepcional redução de estoques,⁴ cuja dinâmica posterior explica boa parte da recuperação do início de 2010. Com efeito, a desaceleração, num primeiro momento, do ritmo de redução dos estoques⁵ e seu incipiente aumento posterior explicam os 59% do crescimento do PIB entre meados de 2009 e meados de 2010. Este efeito tornou positiva a tendência de investimento já no primeiro trimestre de 2010, quando computada a variação de estoques. Contudo, quando considerada apenas a formação de capital não residencial, a recuperação só aparece no meio do ano e com pouca intensidade. A recessão teve grande impacto no emprego dessas três economias. Nos Estados Unidos, na Zona do Euro e no Japão, a taxa de desemprego passou de 4,6%, 7,5% e 3,8%, em média, em 2007, para 9,5%, 10,0% e 5,3%, respectivamente, em meados de 2010. No primeiro país, o ritmo semestral médio de redução líquida de postos de trabalho entre 2008 e 2009 foi de 2,1 milhões, ao passo que no primeiro semestre de 2010 foram criadas apenas 880 mil vagas. O processo de desendividamento de agentes privados é outro fator recessivo presente nessas economias, como ilustrado pelos Estados Unidos, onde o crédito para o consumo continuava se contraindo ainda em meados de 2010.

A despeito desse quadro, é evidente que as medidas de política econômica conseguiram evitar a repetição de episódios críticos nas finanças mundiais, como os registrados nos dois anos anteriores (veja BID-INTAL, 2010, p. 1, nota 2). Mas isto não significou a eliminação de complexos elementos de vulnerabilidade, principalmente na esfera fiscal. Assim, a deterioração cíclica,⁶ somada ao custo dos estímulos fiscais e dos resgates financeiros, teve impacto nas contas públicas, principalmente nos países desenvolvidos (Gráfico 5). Os altos níveis de endividamento (público e privado) potencializaram estes problemas em alguns países, gerando uma nova faceta da crise. No final de novembro de 2009, o governo de Dubai precisou renegociar a dívida decorrente de agressivos desenvolvimentos imobiliários empreendidos durante a fase expansiva da economia mundial. Pouco tempo depois, e com maiores repercussões sistêmicas, a dívida soberana da Grécia foi rebaixada por agências de classificação de risco quando veio à tona a gravidade de suas dificuldades fiscais (Kerr e Hughes, 2009); (Tett, 2009); (Oakley e Hope, 2009); (Wolf, 2010a). Um fenômeno de contágio afetou imediatamente os instrumentos de dívida de Espanha, Portugal, Irlanda e Itália, e deteriorou o euro.⁷

³ Média móvel anual das taxas de variação trimestrais das séries dessazonalizadas.

⁴ De 2004 a 2007, o nível médio de estoques privados equivalia, de forma relativamente estável, a 208 dias do fluxo correspondente ao consumo de bens. Em fins de 2008, essa relação subiu para 215 dias (3,1% acima dessa média), como consequência do enfraquecimento da demanda agregada, verificando-se posteriormente uma queda abrupta, de magnitude inédita. Em meados de 2010, os estoques eram suficientes para 196 dias de consumo, 9% abaixo do nível do quarto trimestre de 2008. A redução dos estoques se estendeu por oito trimestres consecutivos.

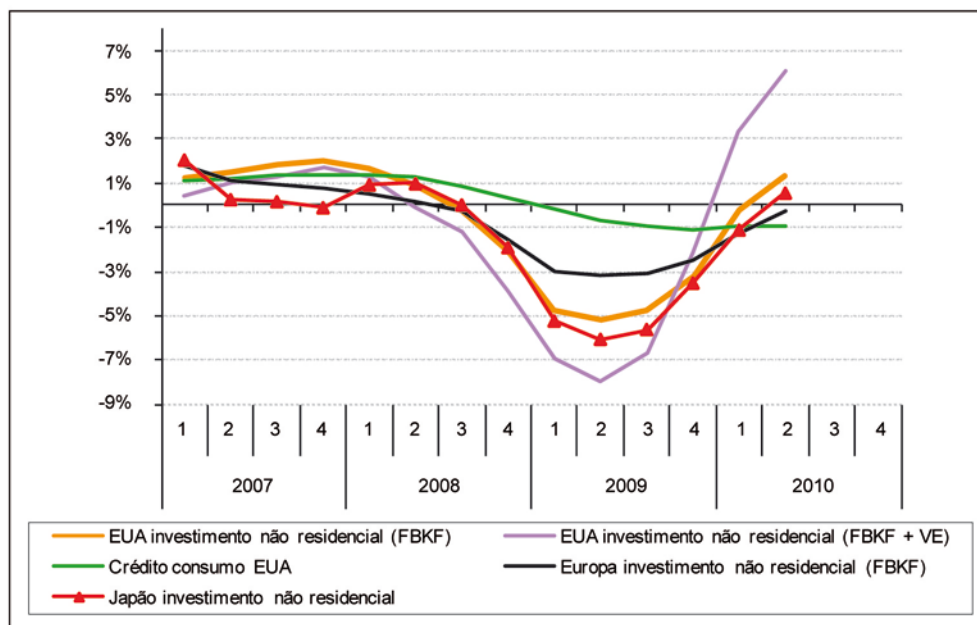
⁵ Uma variação negativa dos estoques de menor valor absoluto entre dois trimestres implica uma contribuição positiva para a variação do PIB.

⁶ Reinhart e Rogoff (2009), pp. 9-10, mostram como uma característica estrutural das crises bancárias é a deterioração posterior das finanças públicas; a redução da receita e os grandes aumentos das despesas necessários para atenuar a recessão terminam elevando de maneira significativa o endividamento dos governos. A média de uma mostra significativa de episódios de crise aponta para um crescimento da dívida pública real nos três anos posteriores à crise de 86,3%.

⁷ Entre o início de dezembro de 2009 e o início de junho de 2010 a taxa de câmbio passou de 0,662 para 0,836 euros por dólar, ou seja, o euro sofreu uma desvalorização de 26,3%.

Gráfico 4. Indicadores da dinâmica de investimentos e créditos,^{a/} 2007-2010

Média móvel anual da taxa de variação em relação ao trimestre anterior

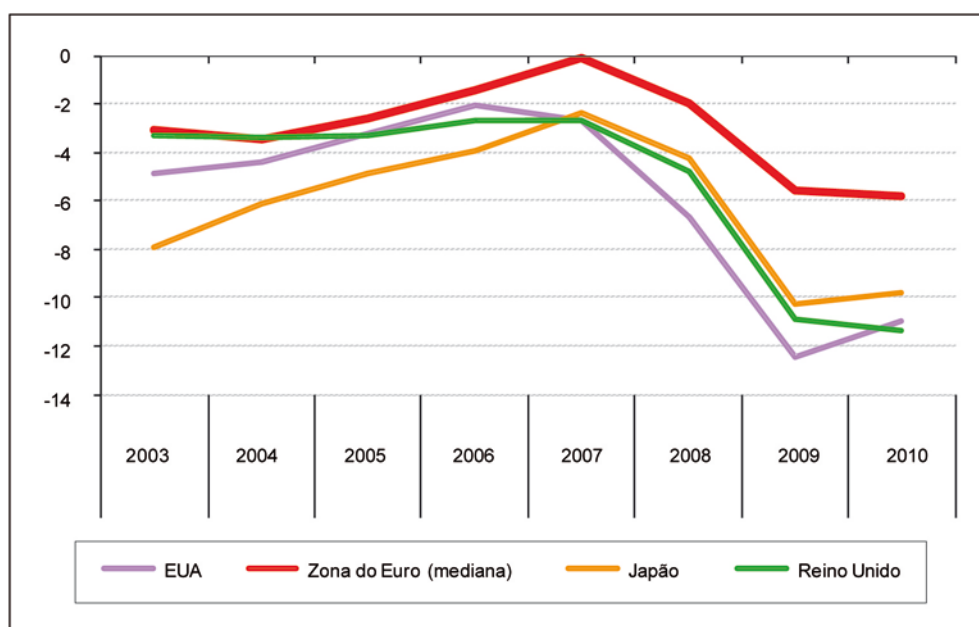


Nota: ^{a/} Séries dessazonalizadas; o crédito para consumo nos EUA corresponde a saldos nominais no final do trimestre; os investimentos foram medidos por preços constantes.

Fonte: Elaboração própria com dados do Departamento de Análise Econômica dos EUA, da OECD, do Instituto de Pesquisa Econômica e Social do Japão e do Banco Central dos EUA.

Gráfico 5. Resultado fiscal de algumas economias desenvolvidas, 2003-2010

% do PIB



Fonte: Elaboração própria com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Diante do perigo latente para o sistema monetário europeu houve dois tipos de reação. Por um lado, a maioria dos países -inclusive os não afetados diretamente pela crise, como a Alemanha- alteraram a sua instância fiscal, realizando ajustes pró-cíclicos destinados a garantir a capacidade de pagamento dos governos, mas com efeito negativo para a recuperação da economia mundial no curto prazo. Por outro lado, depois de superar algumas dificuldades de coordenação, em maio de 2010 as autoridades da União Europeia acordaram a criação de um mecanismo de estabilização financeira regional destinado a deter a propagação da desconfiança dos mercados (*Council of European Union*, 2010) e a dissipar as expectativas de uma possível desintegração da união monetária.⁸ A crise colocou em evidência as dificuldades de convivência da união monetária com políticas fiscais soberanas, assim como o efeito das crescentes disparidades de produtividade entre os países, com reflexos no desigual desempenho dos setores externos.

Outro importante fator de tensão na economia mundial resulta da não operação de mecanismos corretores dos desequilíbrios presentes nos setores externos das principais economias. As ações de política e de coordenação internacional neste âmbito não foram bem-sucedidas. Embora durante a recessão tenha diminuído o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos dos Estados Unidos (passou de 4,8% para 2,4% do PIB entre o terceiro trimestre de 2008 e o segundo de 2009), a recuperação voltou a elevá-lo rapidamente, chegando a 3,4% do PIB na metade de 2010. Analogamente, o superávit comercial da China diminuiu em resposta à implementação de políticas de estímulo à atividade interna, mas voltou a se expandir a partir do segundo trimestre de 2010. Este cenário se mostra ainda mais complicado porque, num contexto de frágil crescimento e de quase esgotamento do espaço fiscal e monetário para estimular a economia, diversos países intensificaram as intervenções nos mercados cambiais, com o objetivo de ganhar competitividade, abrindo a possibilidade de uma espiral de desvalorizações competitivas. Em um processo desta natureza, países com políticas menos firmes de intervenção -como o notório caso do Brasil- são punidos com a apreciação de suas moedas (Beattie, 2010); Wolf, 2010b); (Wheatley e Garnham, 2010). Instâncias técnicas do G-20 apontaram recentemente estes problemas.⁹

Tanto a crise européia, que contribuiu para o agravamento da situação fiscal nos países desenvolvidos, como as dificuldades enfrentadas para reduzir os desequilíbrios globais, enfraqueceram o potencial processo de recuperação das economias desenvolvidas. Em contraste, as economias emergentes e, entre elas, as do MERCOSUL, registraram ritmos elevados de atividade.

A transmissão da recuperação ao MERCOSUL

A crise econômica mundial chegou aos países do MERCOSUL, principalmente pelo canal comercial, verificando-se uma redução brusca e sincronizada da demanda externa no final de 2008 (Gráfico 6). A demanda proveniente das economias desenvolvidas continuou em plena contração durante todo o ano de 2009, enquanto a da China promoveu a recuperação do bloco mais cedo. Em 2009, a compra de produtos não petroleiros do MERCOSUL pelos Estados Unidos despencou 33,5%; no mesmo período as compras feitas pela União Europeia de produtos da Argentina e do Brasil sofreram uma queda de 28,7%. No caso das importações totais de produtos chineses, a redução foi significativa, mas menos intensa (11,3%), enquanto as compras de produtos do MERCOSUL caíram 15,9%.

⁸ O instrumento combina garantias governamentais e do FMI para conceder empréstimos no total de €720 bilhões. As garantias são compostas de €440 bilhões dos países da Zona do Euro, €60 bilhões dos demais países da União Europeia e €220 bilhões do FMI (Hall, Barber e Atkins, 2010).

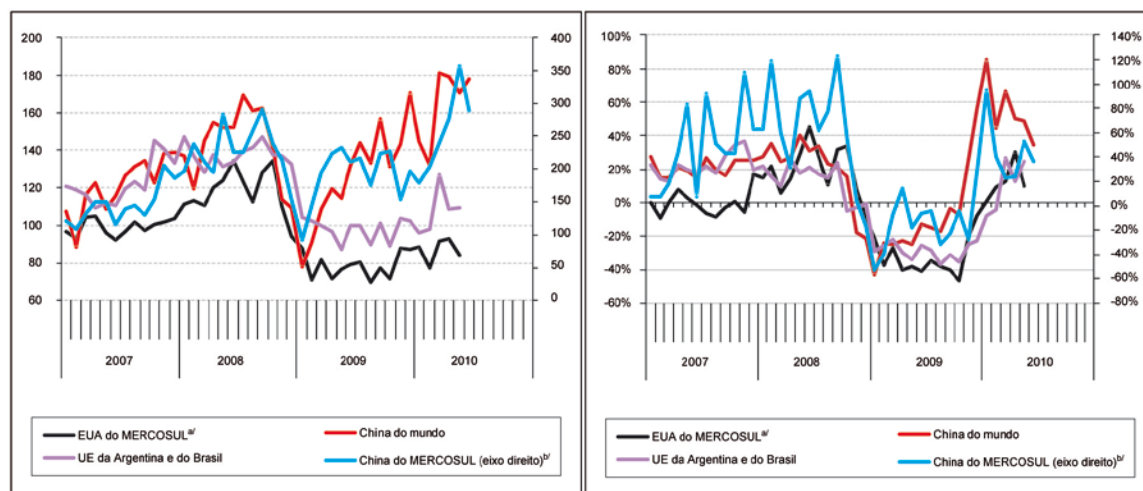
⁹ (G-20, 2010). O comunicado da reunião de ministros da Fazenda e presidentes dos Bancos Centrais de outubro de 2010 invoca a cooperação multilateral para deter um processo de desvalorizações competitivas e reduzir os desequilíbrios globais; também foi decidido, entre outros assuntos, reformar o sistema de quotas e direção do FMI para favorecer a representação de países emergentes.

Gráfico 6. Evolução mensal das importações de algumas economias selecionadas, 2007-2010

A preços correntes; níveis e taxas de variação interanuais

Índices: 2006 = 100

Taxas interanuais



Notas: ^{a/} Não inclui petróleo. ^{b/} Série dessazonalizada; março-junho estimado com números do Brasil.

Fonte: Elaboração própria com dados da Comissão de Comércio Exterior dos EUA, EUROSTAT, FMI e Banco Central do Brasil.

Em relação ao comércio, o aspecto a destacar é o padrão desigual da recuperação. Embora em meados de 2010 as importações de todas as procedências registrassem taxas de variação positivas em relação ao mesmo período do ano anterior, o nível de compra dos países desenvolvidos está muito longe do máximo pré-crise, correspondente ao de setembro ou outubro de 2008. No caso dos *Estados Unidos*, as importações procedentes do MERCOSUL ficaram (em maio) 37,6% abaixo desse máximo; as da *União Europeia* foram 22,1% inferiores. Mas as importações totais da *China* registraram uma recuperação não só mais cedo, como também mais intensa, que, em junho de 2010, as coloca 26,1% acima das anteriores à crise; as compras desse país no MERCOSUL chegaram entre abril e junho a um nível médio idêntico ao máximo pré-crise de setembro de 2008.

A rápida decolagem das importações chinesas foi provocada por um agressivo plano anticíclico de novembro de 2008 (equivalente a 12% do PIB de 2009 e com um horizonte de dois anos) destinado a compensar a enorme queda da demanda externa. O impulso dado às importações, num contexto de contração da atividade no restante do mundo, provocou uma deterioração significativa da balança comercial chinesa, mas também representou um forte estímulo para as exportações de países produtores de matérias-primas, entre eles os do MERCOSUL (veja BID-INTAL, 2010). Durante 2010, a mencionada moderação do crescimento da China ficou clara na volta de amplos saldos comerciais; isto não afetou os mercados de matérias-primas vendidas pelos países do MERCOSUL.

B. Evolução das balanças de pagamentos

No *Informe MERCOSUL Nº 14* foram identificadas as duas fases iniciais de desenvolvimento da crise econômica internacional. A primeira, em que predominaram tendências inflacionárias sustentadas pelas fortes tensões nos mercados de produtos básicos, compreende o terceiro

trimestre de 2007 e o mesmo período de 2008. Na segunda -quarto trimestre de 2008 e primeiro de 2009- a economia mundial foi dominada pela instabilidade e por pressões deflacionárias. O restante de 2009 pode ser considerado uma terceira etapa, caracterizada pela redução da instabilidade e pelo surgimento de sinais de recuperação, mais expressivos nas economias emergentes do que nos países desenvolvidos. Por outro lado, durante o primeiro semestre de 2010 surgiram sinais de fragilidade do processo de recuperação nos países desenvolvidos e inclusive determinados focos de instabilidade financeira, associados à deterioração fiscal de alguns países europeus e ao comportamento de alguns mercados cambiais.

No entanto, durante estas últimas duas etapas e devido à demanda impulsionada pelos países emergentes e à inserção nos circuitos financeiros da maior parte dos países do MERCOSUL, suas balanças de pagamentos tiveram um desempenho em geral favorável, o que contrasta com conjunturas críticas anteriores (Gráfico 7).

Argentina

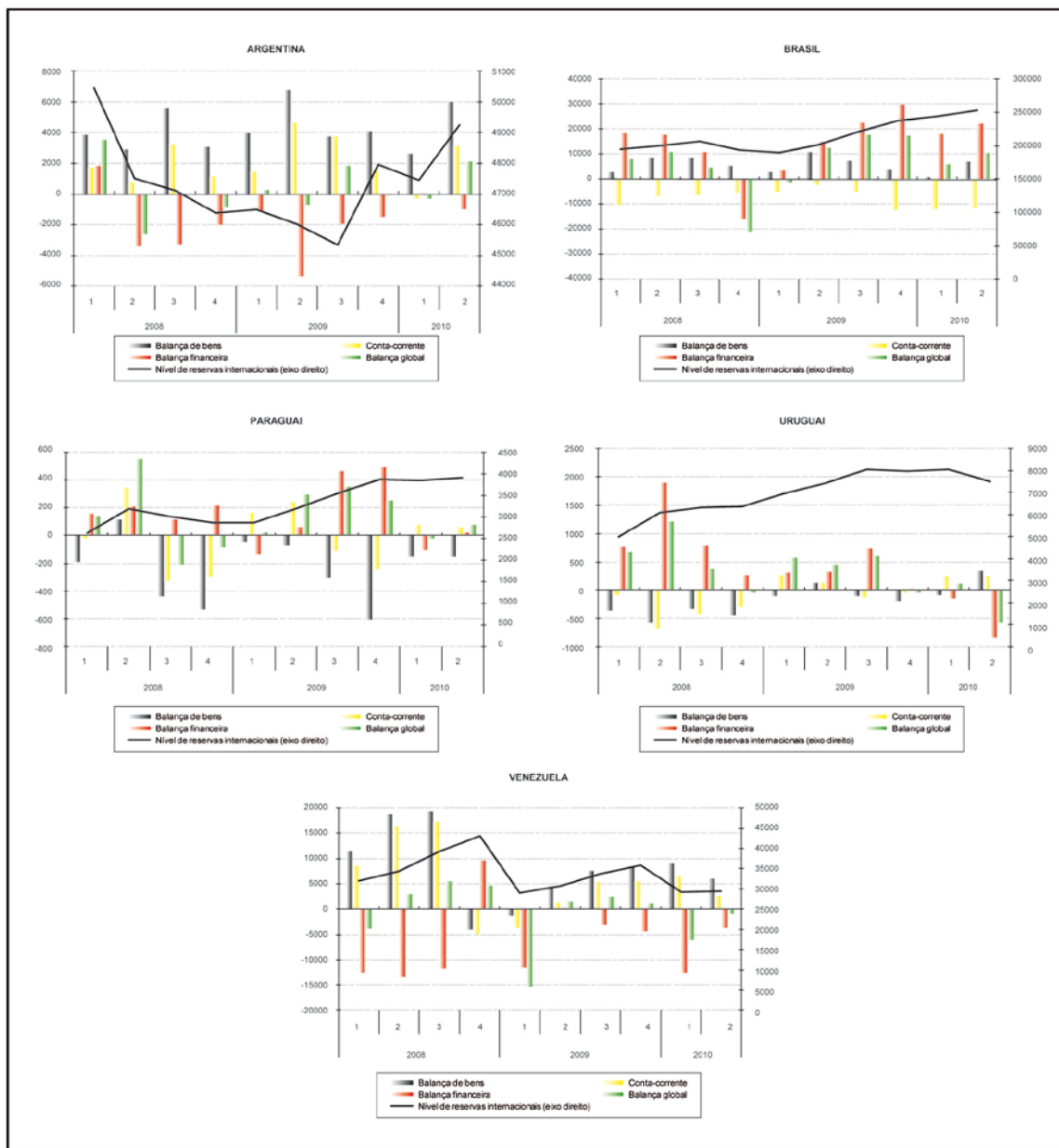
Durante todo o período de dificuldades enfrentado pela economia mundial, a Argentina manteve um saldo positivo na balança comercial. Este foi o suporte do resultado superavitário da conta corrente da balança de pagamentos (US\$ 11,3 bilhões em 2009, ou seja, 3,7% do PIB).¹⁰ A contração das exportações no final de 2008 e no início de 2009 foi mais do que compensada por uma queda das importações, o que produziu um excepcional saldo positivo do comércio de bens no segundo trimestre deste último ano. A posterior recuperação das importações foi acompanhada por aumentos nas exportações que, embora mais modestos, mantiveram o superávit da balança. A tendência foi, no entanto, de uma grande aceleração relativa das importações, que, no primeiro semestre de 2010, tiveram crescimento interanual de 42%, enquanto as vendas externas subiram apenas 18%; o saldo da balança de bens foi de US\$ 8,6 bilhões, uma queda interanual de 19,4%. Ao mesmo tempo, os pagamentos líquidos da balança de rendimentos cresceram 19,4% interanual (i.a.), em função da recuperação econômica do primeiro semestre de 2010. Desde o segundo trimestre de 2008, a principal contrapartida do superávit na conta corrente argentina é o saldo deficitário da balança financeira (incluindo erros e omissões), o que indica uma persistente formação de ativos externos por parte dos agentes privados que em 2009 chegou a US\$ 9,95 bilhões (3,2% do PIB). Embora isso tenha atenuado o acúmulo de reservas internacionais, que subiram apenas US\$ 1,58 bilhão em 2009 (0,5% do PIB), seu nível médio continuou historicamente alto (US\$ 46,5 bilhões, 15% do PIB), principalmente considerando a perturbação global própria do período. No primeiro semestre de 2010, o déficit da balança comercial foi de apenas US\$ 975 milhões, 85% abaixo do valor correspondente ao mesmo período o ano anterior.¹¹ Isso permitiu um aumento interanual de 7% do nível de reservas internacionais, que chegaram a US\$ 49,2 bilhões no fim de junho.

¹⁰ No terceiro trimestre desse ano, a Argentina registrou a alocação de Direitos Especiais de Giro (DEG) do FMI no valor de aproximadamente US\$ 2,5 bilhões, como uma transferência corrente; sem isso, o superávit anual teria sido de US\$ 8,95 bilhões.

¹¹ A formação líquida de ativos externos do setor privado no financeiro por meio do mercado único e livre de câmbio foi de US\$ 11,2 bilhões e US\$ 6,7 bilhões nos primeiros semestres de 2009 e 2010, respectivamente (-40,2%).

Gráfico 7. MERCOSUL: evolução trimestral das balanças de pagamentos, 2008-2010

Milhões de US\$



Fonte: Elaboração própria com dados do INDEC, BCB, BCP, BCU e BCV.

Brasil

Embora o Brasil tenha vivido uma significativa saída de capital financeiro no auge da crise internacional, a estabilização que se seguiu colocou de novo o país na posição de importante receptor de recursos. Nos últimos três trimestres de 2009, a entrada média foi de US\$ 22,4 bilhões (5,6% do PIB/trimestre). Embora a incerteza gerada pela crise europeia tenha se refletido em uma redução da entrada de capital durante o primeiro semestre de 2010, a média trimestral ficou em torno de US\$ 20,2 bilhões. A dinâmica mantida de endividamento líquido está

estritamente relacionada com a apreciação do real e com o comportamento da conta-corrente que, para o ano de 2009 como um todo, foi deficitária em US\$ 24,3 bilhões (1,5% do PIB). Embora este resultado anual fosse melhor do que o de 2008 (1,8%), a conta-corrente sofreu uma deterioração progressiva; na verdade, o déficit do primeiro semestre de 2010 (US\$ 23,8 bilhões) foi praticamente igual ao correspondente ao total do ano anterior. Nesse período todas as partidas da conta-corrente têm uma contribuição anual negativa, seja por redução do superávit, seja por aumento do déficit: a balança de bens com US\$ 6 bilhões (36%), a de serviços com US\$ 5,7 bilhões (35%) e a de rendimentos com US\$ 4,8 bilhões (29%). Sobressai aqui a dinâmica desigual de exportações e importações de bens, que cresceram 27,5% e 45,1% i.a., respectivamente, provocando uma grande redução do superávit da balança de bens, que caiu 43,4% i.a. Além disso, subiu muito o déficit da balança de serviços devido aos aumentos nos setores de "viagens" -que chega a US\$ 7 bilhões (58% i.a.)- e na rubrica "aluguel de equipamentos", US\$ 6,2 bilhões (41% i.a.). Também cresceu o déficit da balança de rendimentos (32,5% i.a.), que ficou em US\$ 19,4 bilhões.

No final de junho de 2010, as reservas internacionais chegaram a US\$ 253,1 bilhões, com um aumento anual de US\$ 51,6 bilhões (25,6%), resultado que, dentro do quadro de déficit e deterioração do saldo da conta-corrente, se explica pelo superávit registrado na balança comercial.

Paraguai

Em 2009, o saldo em transações correntes registrou um pequeno superávit equivalente a 0,3% do PIB (US\$ 39,8 milhões), em relação ao déficit de 1,8% do PIB (US\$ 298,2 milhões) em 2008.¹² A queda das exportações (-25,6%) foi acompanhada por uma grande redução das importações (-22,7%), o que significou uma leve baixa no déficit na balança de bens que passou de US\$ 1.046,1 milhões para US\$ 1.031,5 milhões. Além disso, a receita líquida da balança de serviços chegou a US\$ 910,7 milhões, um crescimento interanual de 63,1%, explicado pelo aumento da receita gerada pelo turismo e pelas entidades binacionais; o saldo das transferências contribuiu também para a melhoria do resultado corrente. A receita líquida da balança financeira (incluindo erros e omissões) chegou a US\$ 875,4 milhões. A variação líquida positiva das reservas internacionais foi de US\$ 915,2 milhões. Durante o primeiro semestre de 2010 houve uma grande recuperação das exportações e importações (42,6% e 46,9% i.a., respectivamente), com um impacto negativo líquido sobre a balança de bens em relação ao mesmo período do ano anterior, marcado pela crise internacional. O nível de reservas internacionais subiu em 2009 e chegou a US\$ 3.908 milhões no final de junho de 2010.

Uruguai

Em 2009 o Uruguai reverteu o grande déficit na conta-corrente da balança de pagamentos do ano anterior, obtendo em troca um superávit de US\$ 215 milhões, equivalente a 0,7% do PIB. Esta modificação se explica principalmente pela grande redução das importações (24,4%), devida à conjuntura de crise imperante durante a primeira parte do ano; as exportações, por sua vez, diminuíram 10%. Cabe destacar que a crise internacional também alterou as tendências dos fluxos financeiros para o Uruguai. Embora em 2009 o superávit da balança financeira tenha continuado muito alto (US\$ 1,4 bilhão, 4,4% do PIB), foi 63,0% inferior ao do ano anterior. A tendência se aprofundou na primeira parte de 2010, com uma saída líquida de US\$ 975 milhões. Esta saída de capital se deveu a uma variação nula na entrada de capital financeiro em paralelo com a formação de ativos externos. A saída líquida de capitais foi compensada pela

¹² Estimativas publicadas em outubro de 2010; os números anteriores indicavam déficits de US\$ 149,1 milhões (2009) e US\$ 424,4 milhões (2008).

obtenção de um superávit na conta-corrente de US\$ 500 milhões. O comportamento da balança de bens permitiu este resultado graças a um crescimento interanual das exportações e importações de 28,3% e 20,9%, respectivamente. Ao fim do primeiro semestre de 2010, o nível de reservas internacionais (US\$ 7.509 milhões) caiu US\$ 477 milhões em relação ao fim do ano anterior, embora estivesse US\$ 71 milhões acima na medição interanual.

Venezuela

No quarto trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, a Venezuela registrou um expressivo saldo negativo na conta-corrente da balança de pagamentos, o que, somado a uma saída líquida de capitais financeiros, significou uma importante redução de seus níveis de reservas internacionais. O déficit na conta-corrente refletiu o impacto da queda do preço do petróleo nas suas exportações,¹³ suficiente para reverter o superávit na balança de bens. Diferentemente do que se verificou nos demais países analisados, não houve queda das importações nesse período. Depois que o preço médio do petróleo atingiu seu mínimo no primeiro trimestre de 2009, a Venezuela voltou a registrar um superávit na balança de bens, fechando 2009 com um saldo positivo da conta-corrente da balança de pagamentos de US\$ 8,6 bilhões, 2,6% do PIB (11,5% em 2008). No entanto, a balança global continuou com saldo negativo, em função das saídas líquidas de capital financeiro, concentradas no primeiro trimestre do ano (US\$ 10,3 bilhões, 3,2% do PIB). No primeiro semestre de 2010, um crescimento das exportações de 33,2% e uma queda das importações de 18,1% elevaram os saldos positivos da balança de bens e da conta-corrente para US\$ 15,1 bilhões e US\$ 9,1 bilhões, respectivamente, mas voltou a haver um déficit significativo da balança financeira (US\$ 16,3 bilhões). No final de 2009, as reservas internacionais ficaram em US\$ 35,8 bilhões, 16,9% abaixo de 2008; a principal causa da redução foi a transferência para o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN) de US\$ 12,3 bilhões. O nível médio das reservas representou 9,8% do PIB. Em junho, as reservas chegaram a US\$ 29,3 bilhões, tendo havido uma transferência de US\$ 6 bilhões para o FONDEN.

C. *Evolução macroeconômica do MERCOSUL*

Características da recuperação e fatores do crescimento¹⁴

O efeito da crise internacional sobre o nível de atividade dos países do MERCOSUL se concentrou no último trimestre de 2008 e no primeiro de 2009, quando a mediana do índice de variação do PIB intertrimestral dos países do bloco -excluindo a Venezuela- foi negativa (-0,2% e -1,5%, respectivamente) (Gráfico 8). A partir daí há uma intensa recuperação do crescimento que abrange todos os países, exceto a Venezuela. Nesta mesma medição, o crescimento se acelerou paulatinamente, chegando a 3% no primeiro trimestre de 2010 e esfriou um pouco no segundo (1,7%), do mesmo modo como aconteceu nos Estados Unidos e na China. O ritmo médio de crescimento do primeiro semestre é semelhante ao do terceiro trimestre de 2007, o último antes de a crise financeira internacional começar a afetar o ritmo de atividade das economias do MERCOSUL.

¹³ Nesses dois trimestres o preço do petróleo caiu 46,7% i.a.; a queda correspondente a 2009 foi de 35,1%.

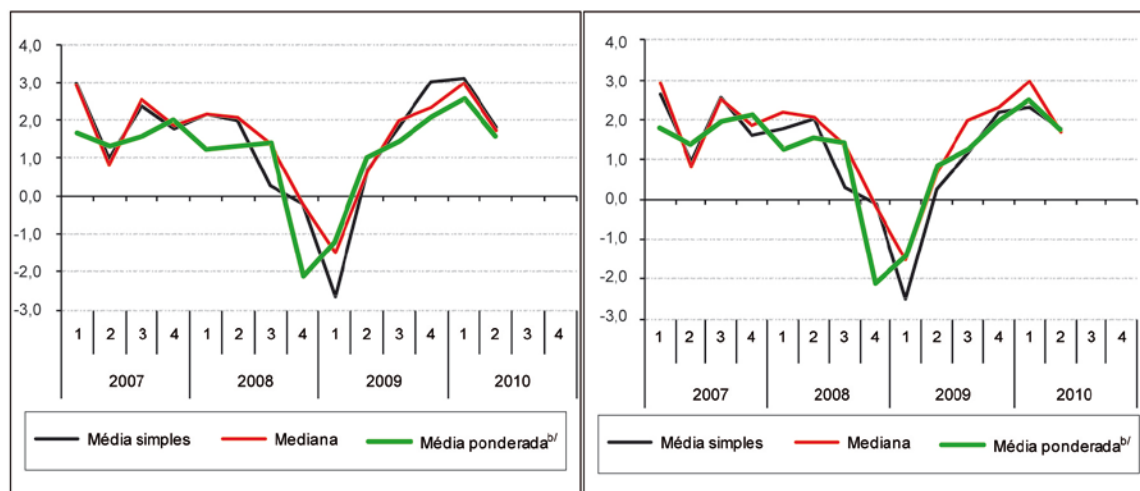
¹⁴ As estimativas do PIB de 2010 neste capítulo correspondem à média do aumento das expectativas privadas realizadas pelos Bancos Centrais da Argentina e Brasil (outubro de 2010), e Uruguai (setembro de 2010). No caso do Paraguai, refere-se a projeções do próprio Banco Central (agosto de 2010).

Gráfico 8. MERCOSUL: evolução trimestral do PIB,^{a/} 2007-2010

Taxas de variação em relação ao trimestre anterior

Exclui Venezuela

Inclui Venezuela



Notas: ^{a/} A preços constantes (2000=100); séries dessazonalizadas. ^{b/} Pelo nível médio do PIB (2007-2008).

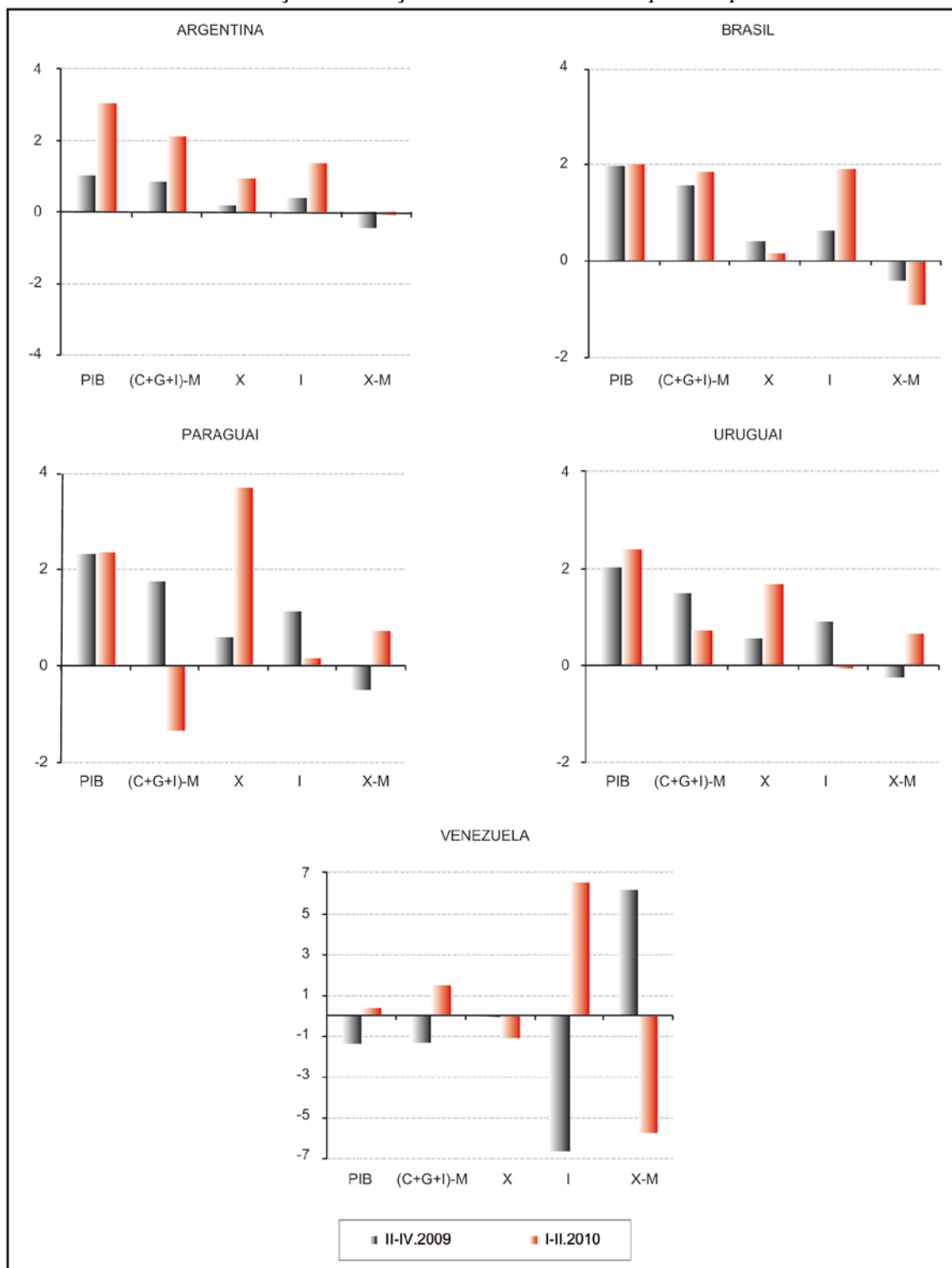
Fonte: Elaboração própria com dados dos Departamentos de Estatística Nacionais e CEPAL.

Uma análise das fontes do crescimento (Gráfico 9)¹⁵ mostra que, no período de recuperação da economia mundial (II.2009-IV.2009), nos quatro sócios originais do MERCOSUL o impulso predominante da expansão veio da demanda doméstica, mesmo quando as exportações também tiveram uma contribuição positiva; a colaboração do investimento também foi relevante. No primeiro semestre de 2010, no entanto, o comportamento dos países se torna heterogêneo. Na Argentina e no Brasil, a demanda doméstica continuou sendo o principal motor do crescimento; nos dois países as exportações líquidas tiveram uma contribuição negativa nesse período. Em contrapartida, no Paraguai e no Uruguai a expansão foi liderada pelas exportações. Na Venezuela, durante o primeiro semestre de 2010 verificou-se uma pequena expansão do PIB decorrente da dinâmica da demanda doméstica.

Na **Argentina** o PIB cresceu 0,9% em 2009 (6,8% no ano anterior) e a previsão para 2010 é de 7,8%. O crescimento se acelerou progressivamente em 2009 até atingir uma taxa intertrimestral de 3,2% no primeiro trimestre de 2010, e depois diminuiu levemente de ritmo (3%) no segundo. Nos três primeiros trimestres de 2009, o consumo do governo manteve o nível de atividade, com uma expansão interanual de 7,1%, enquanto o consumo privado, as exportações e a formação bruta de capital caíam 0,4%, 9,1% e 10,7%, respectivamente. No primeiro semestre de 2010, o PIB aumentou 9,4% interanualmente. O consumo do governo manteve um alto ritmo de crescimento (10,9%), mas foi superado pela formação bruta de capital fixo (16,2%) e pelas exportações (11,7%); o consumo privado também aumentou significativamente (7,7%). Depois de uma contração de 19,0% das importações em 2009, no primeiro semestre de 2010 houve um crescimento interanual de 32,9%.

¹⁵ O Gráfico 9 mostra os fatores que explicam a variação do PIB durante dois períodos: II.2009-IV.2009, em que se vê uma incipiente recuperação da economia mundial e I.2010-II.2010, quando aparecem sinais de enfraquecimento desse processo. No primeiro painel de cada gráfico aparece a dimensão de variação do PIB em cada um desses períodos. No segundo, essa variação é formada pela proporção correspondente à demanda atendida pela produção doméstica ($C+G+I-M$) e pela que se explica pela demanda externa (X); a soma das duas variações é igual à do PIB. O terceiro painel mostra a variação de dois componentes singulares da variação do PIB: o investimento (I) e as exportações líquidas ($X-M$).

Gráfico 9. MERCOSUL: decomposição da dinâmica do PIB,^{a/} 2009-2010
Média da taxa de variação em relação ao trimestre anterior para os períodos indicados



Nota: ^{a/} As séries dessazonalizadas do PIB são as oficiais do Brasil e da Argentina. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela o ajuste sazonal foi realizado com a metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gastos Públicos. I: Formação interna bruta de capital (formação interna bruta de capital fixo + variação de estoques). X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria com dados do Ministerio de Economía y Finanzas Públicas, IBGE, BCP, BCU e BCV.

O PIB do **Brasil** sofreu uma redução de 0,2% em 2009 e as expectativas apontam para um aumento de 7,6% em 2010. Na medição intertrimestral a recuperação começou no segundo trimestre de 2009, atingindo uma taxa de 2,8% no primeiro trimestre de 2010, com uma desaceleração no seguinte de 1,2%. A contribuição do consumo público foi muito notória no primeiro trimestre de 2009, quando cresceu 4,4% em relação ao trimestre anterior. No entanto, no conjunto do ano, este agregado cresceu 3,7%, enquanto o consumo privado subiu 4,1%, refletindo o estímulo creditício e fiscal implementado pelo governo. A recessão registrada em 2009 foi decorrente de uma grande retração da formação bruta de capital (-18,4%) e das exportações (-10,3%). Estas variáveis tiveram uma recuperação impressionante no primeiro semestre de 2010, com crescimentos interanuais de 37,8% e 10,5%, respectivamente; nesse período o PIB cresceu 8,9%. A aceleração da atividade se expressou em um aumento inédito das importações na primeira parte de 2010 de 39,2%, após a queda de 11,4% no ano anterior.

Em 2009, a crise internacional e os efeitos da seca sobre o setor agrícola afetaram o PIB do **Paraguai**, que caiu 3,8%, interrompendo seis anos de expansão. A previsão para 2010 é de 9%. O primeiro semestre de 2009 foi recessivo, verificando-se uma retração aguda no primeiro trimestre do ano: -6,8% em relação ao período imediatamente anterior na série dessazonalizada. Uma vez estabilizada, a atividade ganhou impulso na segunda metade do ano. A contração de 2009 se deveu à intensa queda das exportações (-13,9%), à formação bruta de capital (-11,9%) e também ao consumo privado (-3,4%), enquanto, assim como em outros países, o consumo público teve um papel estabilizador ao crescer 13,7%. No primeiro semestre de 2010, o PIB subiu a uma taxa interanual recorde de 11,7% graças aos bons resultados dos setores agrícola, pecuário, industrial, de construção e serviços. A agricultura foi beneficiada pelas excelentes condições climáticas, em contraste com o ano anterior. As exportações e a formação de capital cresceram 32,1% e 18,2%, respectivamente, enquanto o consumo privado começou a se recuperar da queda de 2009, crescendo 7,6%. O aumento de 29,3% das importações refletiu o dinamismo da economia.

Apesar do cenário de crise internacional, o PIB do **Uruguai** cresceu 2,9% em 2009, sem entrar em recessão; a previsão para 2010 é de um aumento de 7%. O PIB diminuiu apenas no primeiro trimestre de 2009 quando -na medição intertrimestral dessazonalizada- a formação bruta de capital fixo, o consumo privado e o consumo público caíram 6%, 3% e 2,6%, respectivamente; as exportações, por sua vez, se elevaram em 2%. Essa situação foi superada já no segundo trimestre do ano. No primeiro semestre de 2010, o aumento interanual do PIB foi de 9,6%, destacando-se o crescimento da formação bruta de capital (19,9%), das exportações (10,5%) e do consumo privado (9,4%); as importações acompanharam esta tendência no semestre, aumentando 14,1%, depois de sofrerem uma contração de 8,6% em 2009.

O desempenho da economia da **Venezuela** não foi sincrônico com o dos seus sócios do MERCOSUL, manifestando de maneira mais prolongada os efeitos da crise internacional. Em 2009, o PIB caiu 3,3% e continuou mantendo um desempenho negativo inclusive no primeiro semestre de 2010, quando caiu de novo 3,5% i.a.; no segundo trimestre do ano, no entanto, o ritmo da queda diminuiu e o índice ficou em -1,9%. A recessão de 2009 envolveu todos os agregados das despesas exceto o consumo do governo, que aumentou 2,3%. A formação bruta de capital e as exportações tiveram fortes quedas, 20% e 12,9%, respectivamente; o consumo privado também se contraiu (-3,2%).¹⁶ Os principais fatores que frearam a queda no segundo trimestre de 2010 foram o consumo do governo e a formação bruta de capital, que se expandiram

¹⁶ A recessão anterior ocorreu no biênio 2002-2003, quando o PIB caiu na média anual 8,3%, com contrações da formação bruta de capital, das exportações e do consumo de 34,7%, 7,2% e 5,7%, respectivamente; as importações caíram 23,1%.

3,1% e 0,1%, respectivamente. As importações caíram 19,6% em 2009 e 21,6% i.a. no primeiro semestre de 2010.

D. Políticas econômicas

Política fiscal

Argentina. Em 2009, o resultado global do Setor Público Nacional Não Financeiro (base caixa)¹⁷ foi deficitário em 0,6% do PIB, com um superávit primário equivalente a 1,5%; em 2008, os dois índices foram positivos: 1,4% e 3,1%, respectivamente (Quadro 1). A deterioração se deveu à desaceleração no ritmo da atividade, à implementação de medidas contracíclicas e a um aumento dos juros pagos.¹⁸ Em 2009, a receita total¹⁹ se desacelerou, crescendo 18,4%, contra 35,8% no ano anterior. As despesas primárias,²⁰ por sua vez, também diminuíram (27,4% em 2009 contra 37,1% em 2008), mas com uma intensidade muito menor do que a receita.

Dentro da receita corrente, o agregado de arrecadação tributária e contribuições à seguridade social subiu 11,8% em 2009, devido basicamente a estas últimas; o aporte de DEG do FMI, contabilizado nas transferências, explicou 23% do aumento nestas receitas. De modo contrário e em consonância com a fase baixa do ciclo, os impostos sobre o comércio exterior e o lucro diminuíram em relação ao ano anterior. O crescimento das despesas primárias se justifica em grande parte pelo aumento das remunerações a servidores públicos, dos serviços prestados pela seguridade social e das transferências correntes ao setor privado;²¹ o crescimento destas últimas, no entanto, foi inferior ao de 2008 (15,7% contra 60,1%). O debilitado mercado de trabalho foi estimulado por meio de reduções nos encargos trabalhistas, de uma moratória de dívidas com a previdência e de alguma ajuda a empresas para pagar salários e manter os empregos no quadro de queda da produção. As despesas de capital tiveram um crescimento de 52,7%, explicados principalmente pela duplicação das transferências de capital para os estados.

Durante o primeiro semestre de 2010, o quadro fiscal melhorou e foi obtido um pequeno superávit global (0,02% do PIB) e um superávit primário de 0,9% do PIB -dois décimos acima do correspondente ao mesmo período de 2009. A recuperação do ritmo de atividade, de empregos, de salários e da base tributável influiu favoravelmente para a arrecadação do IVA, dos impostos sobre o comércio exterior, do imposto de renda e da receita da seguridade social. O crescimento interanual da receita total no primeiro semestre foi de 32,9%, uma cifra similar à das despesas primárias (31,8%). A receita tributária (32,2% interanual) e as contribuições à seguridade social (28,0%) foram os fatores mais relevantes para o aumento da receita, contribuindo com 48,8% e 21,5% do total, respectivamente. Por outro lado, o aumento das remunerações do setor público, as contribuições à seguridade social e as transferências para o setor privado explicam, em conjunto, cerca de 60% do aumento dos gastos públicos no primeiro semestre de 2010. O aumento nas transferências reflete principalmente a maior cobertura do Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (PAMI-INSSJP), a implementação do Auxílio por Filho para Proteção Social e os subsídios à energia e ao transporte. Com relação ao grande crescimento

¹⁷ Inclui Administração Nacional, PAMI, Fundos Fiduciários, AFIP e empresas públicas.

¹⁸ Os juros chegaram a 2,1% do PIB, enquanto em 2008 tinham sido de 1,7%; o aumento se deveu ao aumento do pagamento de cupons ligados à evolução do PIB e a negociações de dívida com organismos multilaterais que aumentaram o saldo com taxa variável em moeda doméstica e com taxa fixa em moeda estrangeira.

¹⁹ Receitas correntes, recursos de capital e contribuições figurativas.

²⁰ Despesas correntes, despesas de capital, despesas figurativas menos juros.

²¹ Auxílios-família, subsídios para energia, transporte de passageiros e consumo de alimentos agrícolas.

experimentado em 2009, as despesas de capital diminuam no primeiro semestre de 2010, crescendo 14,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Quadro 1. MERCOSUL: principais indicadores fiscais, 2007-2010

Como % do PIB

País	Período	Resultado primário ^{a/}	Juros ^{a/}	Resultado global ^{a/}	Dívida pública ^{b/}
Argentina	2007	3,2	2,0	1,1	56,1
	2008	3,1	1,7	1,4	48,8
	2009	1,5	2,1	-0,6	48,8
	2009 1º S	0,7	0,8	-0,2	49,4
	2010 1º S	0,9	0,9	0,0	48,6
Brasil	2007	3,4	6,1	-2,6	45,1
	2008	3,6	5,5	-1,9	38,4
	2009	2,1	5,4	-3,3	42,8
	2009 1º S	2,4	5,3	-2,9	41,2
	2010 1º S	2,4	5,4	-3,0	41,4
Paraguai	2007	1,8	0,8	1,0	21,7
	2008	3,1	0,6	2,5	19,0
	2009	0,7	0,6	0,1	19,0
	2009 1º S	1,5	0,3	1,2	19,7
	2010 1º S	1,9	0,2	1,7	18,0
Uruguai	2007	3,5	3,5	0,0	68,1
	2008	1,3	2,9	-1,5	53,0
	2009	1,1	2,8	-1,7	69,5
	2009 1º S	1,7	3,0	-1,3	60,6
	2010 1º S	2,9	3,0	-0,1	56,8
Venezuela	2007	-1,2	1,6	-2,8	19,5
	2008	-1,2	1,5	-2,6	14,2
	2009	-6,7	1,5	-8,2	18,4
	2009 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
	2010 1º S	n.d.	n.d.	n.d.	21,3

Notas: ^{a/} Argentina: Setor Público Nacional não Financeiro. Brasil: Setor Público Consolidado. Paraguai: Governo Nacional. Uruguai: Setor Público Consolidado. Venezuela: Setor Público Restrito.

^{b/} Argentina: Dívida do Setor Público Nacional não Financeiro. Brasil: Dívida Líquida do Setor Público. Paraguai: Dívida do Setor Público não Financeiro. Uruguai: Dívida Bruta do Setor Público Global. Venezuela: Saldo agregado da Dívida Pública Interna e Externa.

Fonte: Elaboração própria com dados da Secretaria de Política Econômica e da Secretaria de Finanças (Argentina), IPEA e BCB (Brasil), Ministério da Fazenda e BCP (Paraguai), Ministério da Fazenda e BCU (Uruguai), Ministério do Poder Popular de Planejamento e Finanças (Venezuela).

No fim do primeiro semestre de 2010, o saldo da dívida pública nacional bruta (*Oficina Nacional de Crédito Público*, 2010) era de US\$ 156,7 bilhões, equivalente a 48,6% do PIB, levemente abaixo dos 48,8% correspondentes ao do final de 2009.²² Cabe ressaltar que 49,8% deste passivo

²² Nessa data o saldo foi de US\$ 147,1 bilhões; no fim de 2008 tinha sido de US\$ 146,0 bilhões (48,5% do PIB).

está nas mãos de agências do próprio setor público e 35,4% do setor privado. No início de 2010 foi criado o Fundo de Desendividamento por meio da transferência de uma fração das Reservas Internacionais, instrumento que permitiu fazer frente a vencimentos de dívidas com organismos internacionais e outros detentores de dívidas públicas. Entre abril e agosto foi realizada uma negociação de dívida em um universo de títulos (remanescentes da reestruturação de 2005) de US\$ 18,3 bilhões, dos quais 67% foram resgatados.

Brasil. Prevendo o impacto da crise financeira internacional, em maio de 2009 as autoridades modificaram a meta de superávit primário do Setor Público Consolidado²³ de 3,8% para 2,5% do PIB. O ano terminou com um superávit primário de 2,1% do PIB, 1,4 ponto percentual (p.p.) abaixo do resultado de 2008, enquanto o déficit global ficou em 3,3% do PIB, piorando em relação em 2008 (1,9%); os juros representaram 5,4% do PIB.

Em 2009, a receita total do governo federal²⁴ aumentou apenas 3,2%, com uma grande desaceleração em relação a 2008 (15,8%). Durante os primeiros nove meses do ano a receita teve índices interanuais negativos, exibindo uma intensa recuperação apenas no último trimestre (18,2%).

A arrecadação de impostos e as contribuições diminuíram 2,9% no ano, fruto da deterioração da economia e das reduções das alíquotas tributárias, decididas pelo governo para estimular a demanda agregada, em bens duráveis e de capital, incluindo uma isenção tributária para os investimentos em refino de petróleo e petroquímica. Em 2009, as despesas primárias do governo federal subiram 14,9%, praticamente quintuplicando o crescimento da receita total. Destacam-se o aumento nas transferências por seguro-desemprego (31,9%) e os benefícios assistenciais (18,1%), enquanto as despesas com pessoal cresceram 15,9%. O governo também adotou medidas para incentivar a construção e a aquisição de um milhão de unidades habitacionais.

O primeiro semestre de 2010 fechou com uma melhoria das contas fiscais correspondentes ao Setor Público Consolidado: um resultado primário equivalente a 2,4% do PIB e um déficit global de 3%. A receita global do governo federal cresceu interanualmente 16,9% graças ao aumento na arrecadação de impostos e às contribuições (que colaboraram com 61% para este aumento) e à previdência social (que aportou 22%). Nesse semestre as despesas primárias do governo federal subiram em um ritmo maior ainda do que em 2009, ficando 18,2% acima do correspondente ao mesmo período do ano anterior. O aumento nos benefícios da previdência social, os subsídios e as despesas com pessoal representaram em conjunto 53,4% desse aumento.

A deterioração da situação fiscal em 2009, ligada aos efeitos da crise internacional, assim como a valorização do real,²⁵ provocaram um aumento significativo da proporção da dívida pública líquida do setor público consolidado. No final desse ano o saldo era de R\$ 1,345 trilhão, e representava 42,8% do PIB, enquanto no final de 2008 a proporção era de 38,4%; foi a primeira reversão da tendência à queda iniciada em 2002. No final do primeiro semestre de 2010, o saldo chegou a R\$ 1,385 trilhão, 1,4 p.p. menos do PIB do que em dezembro de 2009.

²³ Inclui governo federal, governos estaduais e municipais, empresas públicas, o Instituto Nacional de Seguridade Social e o Banco Central.

²⁴ Receita líquida do Tesouro, do Banco Central e da Previdência Social.

²⁵ De acordo com o Banco Central do Brasil (BCB), a valorização do real de 25,5% durante 2009 foi uma das variáveis mais relevantes para a determinação da dívida pública, com um impacto de 2,5 p.p. na participação da mesma no PIB.

Paraguai. Em 2009, o superávit primário do Governo Nacional²⁶ foi de 0,7% do PIB, abaixo do resultado de 3,1% de 2008, enquanto o superávit global foi de 0,1% do PIB. Apesar do desafio representado pela conjuntura desfavorável, o Paraguai conseguiu chegar a um equilíbrio fiscal este ano.

A deterioração registrada decorre de uma forte queda da receita total ao mesmo tempo que se expandiram os gastos em um esforço para conter os efeitos da crise sobre o nível de atividade. A receita total cresceu 8,8% em 2009, enquanto um ano antes tinha crescido 17,6%. O maior impacto foi sentido na arrecadação dos impostos alfandegários, que caiu 7,7%, e do IVA, que cresceu apenas 0,5%. Isto, no entanto, foi parcialmente compensado com um grande aumento da arrecadação do Imposto de Renda (IRACIS), que subiu 43,2%; a arrecadação deste item representou 3,1% do PIB, 1 p.p. acima do ano anterior. Este aumento significativo expressa um efeito retardado, já que este imposto incide sobre o exercício fiscal anterior, quando se registrou um grande crescimento do lucro. Dentro da receita não tributária a arrecadação de *royalties* derivados da atividade das Entidades Binacionais cresceu 14,4%, fato que pesou em um acordo assinado entre o Paraguai e a Argentina.²⁷ Por outro lado, o governo aplicou uma política fiscal expansiva em que se destaca um aumento das despesas de capital de 63,8%, que levou este item a representar 4,6% do PIB (2,7% em 2008). As despesas totais aumentaram 26,6%, quase 5 p.p. na participação no PIB, chegando a 19,6% do PIB. As despesas correntes cresceram 18,3% e, dentro delas, as com pessoal subiram 15,5%.

Os resultados primário e global do primeiro semestre de 2010 foram superavitários: 1,9% e 1,7% do PIB, respectivamente. Enquanto a receita total subiu 15,5%, os gastos aumentaram 12,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta dinâmica se explica por uma melhora significativa interanual na arrecadação alfandegária (42,3%) e do IVA (39,1%), ao mesmo tempo que os ritmos de crescimento das despesas correntes (12,0%) e do gasto de capital (12,1%) foram menores em relação aos registrados em 2009.

No final de 2009, o saldo da dívida total do setor público era de US\$ 2,882 bilhões (19,0% do PIB); desse total, 77,6% correspondiam à dívida externa. No final do primeiro semestre, o saldo era praticamente o mesmo: US\$ 2,886 bilhões.

Uruguai. Em 2009, o déficit global do Setor Público Consolidado²⁸ foi de 1,7% do PIB, pior do que em 2008, quando tinha chegado a 1,5%. Houve um resultado primário superavitário, um pouco inferior ao do ano anterior: 1,1% e 1,3% do PIB, respectivamente. Apesar de a receita total do Setor Público não Financeiro ter crescido 15,4% em 2009 -quase duplicando a taxa de 8,8% de 2008- as despesas primárias totais respectivas mantiveram um ritmo de crescimento de 17,3%, levemente inferior ao do ano anterior. A estrutura das despesas, no entanto, foi diferente já que os investimentos, que subiram 31,5% em 2008, aumentaram 13,2% em 2009, enquanto as remunerações cresceram 21,4% no último ano -uma taxa superior a 15,5% correspondente a 2008. As despesas primárias representaram 27,0% do PIB em 2009. A aceleração da receita se deveu principalmente ao aumento da arrecadação do *Banco de Previsión Social* (BPS) (23,4%) e

²⁶ Execução orçamentária sobre a base arrecadação/pagamentos comprometidos. *Banco Central de Paraguay* (2009), quadro 33; os juros foram informados pelo *Ministerio de Hacienda de Paraguay* (2009a).

²⁷ *Ministerio de Hacienda de Paraguay* (2009b), p. 12. A entrada total de divisas de Itaipu e Yaciretá chegou a US\$ 671,8 milhões, 7,2% acima da de 2008.

²⁸ Engloba o governo nacional consolidado, os governos estaduais, as empresas públicas e o *Banco Central de Uruguay* (BCU) e exclui outros organismos do Estado; o Setor Público não Financeiro exclui o BCU. (*Ministerio de Economía y Finanzas*, 2007, p. 22).

das empresas públicas, graças ao desempenho da *Administración Nacional de Usinas y Transmisiones Eléctricas* (UTE), (74,3%); a relação receita/PIB atingiu 27,7%.

No primeiro semestre de 2010 o Setor Público Consolidado obteve um resultado praticamente equilibrado, com um pequeno déficit equivalente a 0,1% do PIB, enquanto o superávit primário foi de 2,9% do PIB. A receita total do setor público não financeiro no semestre cresceu 24,8% interanuais graças principalmente ao resultado das empresas públicas²⁹ e à arrecadação tributária, incluindo os impostos ao comércio exterior, que voltaram a crescer depois da queda de 2009; a receita do BPS também subiu (15,7% i.a.). Por sua vez, os gastos primários subiram menos do que a receita (19,0% i.a.), destacando-se o aumento de 49,8% dos investimentos, determinados pelo acúmulo de estoques de petróleo por parte da *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland* (ANCAP).

No fim do primeiro semestre de 2010, a dívida pública chegava a US\$ 21,885 bilhões (56,8% do PIB), uma apreciável redução relativa comparada à do final de 2009, quando o saldo era de US\$ 21,890 bilhões, mas representava 69,5% do PIB.

Venezuela. Como já foi dito, a crise financeira internacional afetou negativamente o preço do petróleo, o que, conseqüentemente, teve impacto nas contas públicas venezuelanas. O déficit global do Setor Público Restrito³⁰ atingiu 8,2% do PIB (2,6% em 2008), principalmente por causa dos resultados negativos do Governo Nacional e da *Petróleos de Venezuela Sociedad Anónima* (PDVSA), cujo superávit operacional caiu de 13,8% para 4,4% do PIB entre 2008 e 2009. O déficit primário do Setor Público Restrito foi de 6,7% do PIB (1,2% em 2008).

As receitas totais diminuíram 17,6% em 2009 depois de ter crescido 30,6% em 2008. O aumento da arrecadação tributária (Imposto de Renda, contribuições previdenciárias, etc.) não compensou a grande queda do superávit da PDVSA e de outras empresas públicas não financeiras.

Por outro lado, as despesas totais sofreram uma grande desaceleração em 2009, crescendo apenas 0,9%, quando em 2008 tinham aumentado 30,4%; a redução nas partidas de transferências correntes e de capital influiu muito nesta desaceleração. As remunerações do setor público cresceram a um índice de 22,7% (46,4% em 2008).

Entre as políticas aplicadas para diminuir o impacto da crise internacional, destaca-se o aumento do investimento do FONDEN e do Fundo Conjunto Sino-Venezuelano. Para atenuar a queda da receita, a alíquota do IVA subiu de 9% para 12% em abril de 2009, enquanto se manteve a política de administração e controle de preços, iniciada em 2003, embora em 2009 tenha havido ajuste de uma menor quantidade de preços. Para os salários, houve dois reajustes do mínimo para trabalhadores dos setores público e privado.

A dívida pública cresceu, e chegou a 18,4% do PIB (14,2% em 2008).

Política monetária e cambial

Argentina. No período entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010, os efeitos negativos do episódio de instabilidade monetária provocado pela crise internacional começaram a

²⁹ O resultado primário corrente das empresas públicas representa 42% do aumento da receita do período analisado, depois de um resultado negativo no primeiro semestre de 2009.

³⁰ Inclui orçamento do governo nacional, PDVSA, uma amostragem de empresas públicas não financeiras, *Instituto Venezolano de los Seguros Sociales* (IVSS) e *Fondo de Garantía de los Depósitos y Protección Bancaria* (FOGADE).

dar sinais de que se dissipariam. Houve uma tendência de queda dos juros e escassas flutuações, ao mesmo tempo em que os créditos para o setor privado e a demanda de dinheiro local se aceleraram no final do período; paralelamente, a inflação mostrou tendência de alta. Em 2008, o crédito nominal para o setor privado³¹ se expandiu 31,6%, embora no segundo semestre já acusasse o impacto do desaquecimento das atividades e da incerteza global, desacelerando até outubro de 2009, mês em que cresceu apenas 5,7% (-0,8% em termos reais, usando o *Índice de Precios al Consumidor* - IPC como deflator). A partir daí, e em sintonia com a recuperação do ritmo de atividade, o crédito se expandiu em índices crescentes, chegando a um aumento interanual de 14,6% em maio de 2010. Por sua vez, o crescimento do M2 em pesos -um indicador de demanda da moeda local- mostrou um perfil de queda no último trimestre de 2009, quando houve uma intensa aceleração. Enquanto o crescimento médio de 2009 foi de 11,6%, a variação interanual do segundo trimestre de 2010 ficou em 20,2%.³² A expansão deste agregado se manteve dentro das indicações estabelecidas no Programa Monetário do *Banco Central de la República Argentina* (BCRA). Já as taxas de juros foram baixando aos poucos, afastando-se dos níveis registrados no episódio crítico do bimestre novembro-dezembro de 2008, quando a taxa BADLAR em pesos foi de 15,9%. Na segunda metade de 2009, a média desta taxa foi de 11,0%, chegando a 8,8% em junho de 2010. A partir do terceiro trimestre de 2009, a autoridade monetária induziu a queda das taxas por meio do uso de seus instrumentos de regulação, ao mesmo tempo que facilitou as exigências de informação para a concessão de créditos ao setor privado.

Em dezembro de 2009, o IPC mostrou uma variação em 12 meses de 7,7% -um ritmo similar ao de 2008. No entanto, o comportamento ao longo do ano foi diferente, mostrando uma desaceleração no primeiro semestre (mínimo de 5,3% em junho), compensada por um forte aumento dos preços na segunda metade do ano, tendência que continuou na primeira parte de 2010: em junho o IPC acumulou um aumento de 5,9% (11% i.a.). O Índice de Preços Implícitos (IPI) do PIB cresceu 10% em 2009, mostrando uma relevante redução em relação a 2008 (19,2%), enquanto no primeiro semestre de 2010 se acelerou novamente, subindo para 13,8% i.a.

O BCRA manteve a sua política ativa de intervenção no mercado cambial destinada a diminuir a volatilidade do tipo de câmbio, reduzindo a velocidade da desvalorização nominal do peso em relação ao que ocorreu na primeira parte de 2009. Em junho de 2010, a taxa de câmbio foi de \$ 3,9265 argentinos por dólar, com uma variação interanual de 4,2%, enquanto, por exemplo, nos nove primeiros meses de 2009 a desvalorização acumulada tinha sido de 12,3%. Em termos reais efetivos,³³ o peso se desvalorizou 15,8% i.a. em dezembro de 2009, enquanto no primeiro semestre de 2010 acumulou uma valorização de 4,8%.

Brasil. Durante a crise internacional, o BCB aplicou políticas monetárias expansivas compatíveis com o seu sistema de metas de inflação, incluindo a implementação pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) de cinco reduções consecutivas da taxa SELIC, iniciadas em setembro de 2008. Decidiu-se estabilizar esta taxa em julho de 2009 para no mínimo 8,75%, nível que se manteve até abril de 2010. Diante da grande guinada positiva no nível de atividade e de uma aceleração nos preços, vislumbrou-se um cenário de reaquecimento da economia que acenava para a modificação desta política. Em 2009, a inflação tinha mostrado uma tendência decrescente para

³¹ Estimativas das Estatísticas Financeiras Internacionais do FMI.

³² É importante notar que a crise financeira internacional e as eleições legislativas de junho de 2009 induziram uma recomposição da carteira de investimentos com prazo fixo do setor privado, subindo a proporção desses ativos em dólares de 19,1% no final de dezembro de 2007 para 27,2% em agosto de 2009, para depois cair: em junho de 2010 representavam 24,7% do total. Esta preferência pelo dólar como moeda de reserva não se traduziu, no entanto, em desconfiança no sistema financeiro.

³³ As estimativas do tipo de câmbio real efetivo são da CEPAL. Correspondem à média dos tipos de câmbio reais bilaterais agregados com a estrutura de exportações e importações, e cobrem todos os países com os quais há operações comerciais.

fechar o ano com uma variação interanual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 4,3%, cumprindo a meta de 4,5% anual. Em abril de 2010, no entanto, o índice de inflação em 12 meses chegou a 5,3%, agravando-se devido à política monetária: entre esse mês e junho a SELIC subiu 200 pontos básicos até chegar a 10,75%. Em fevereiro, as autoridades tinham elevado os depósitos obrigatórios aos níveis pré-crise. Em junho e julho o aumento de preços foi quase nulo, com um acumulado para este último mês de 3,1%, sendo a meta anual de 4,5%.

As medidas de política aplicadas em 2009 geraram uma grande expansão do crédito, principalmente no segundo semestre. As instituições financeiras públicas tiveram um papel-chave na política contracíclica, provendo recursos para os setores de infraestrutura e construção e para a produção de bens de capital. Para estimular a oferta de crédito, o Tesouro Nacional repassou ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) R\$ 100 bilhões para serem concedidos exclusivamente para as empresas com o fim de manterem ou criarem postos de trabalho. A participação dos bancos públicos nas operações de crédito continuou aumentando em 2010, sendo o financiamento do BNDES um dos maiores estímulos para os projetos de infraestrutura. Por outro lado, o crédito para o setor privado cresceu 12,9% em 2009, devido, principalmente, aos financiamentos hipotecários e para a compra de veículos. A aceleração continuou em 2010, estimulada pelo financiamento de unidades habitacionais; em junho o crédito para o setor privado acumulava um aumento de 8,1%.

O real entrou numa via de valorização em janeiro de 2009 que o levou a R\$ 1,7518 em dezembro, uma queda do tipo de câmbio nominal de 27,0%; no primeiro semestre de 2010, houve uma pequena desvalorização nominal acumulada de 3,3%. Em termos reais efetivos, a valorização de 2009 foi de 25,8%, ao que se somaram 3,5% na primeira metade de 2010. Em novembro de 2009, as autoridades tomaram medidas como a imposição de uma taxa de 2% para a entrada de capitais para a compra de títulos de renda fixa ou ações em Bolsa de Valores, com o objetivo de deter a valorização da moeda.

Paraguai. Depois de enfrentar grandes pressões inflacionárias externas durante a maior parte de 2008, no final desse ano e no início de 2009 o *Banco Central de Paraguay* (BCP) enfrentou um cenário de alta das taxas de juros, desaquecimento da demanda de guaranis (ligada à desvalorização desta moeda) e redução de crédito. Estas circunstâncias deixaram a inflação abaixo da faixa de referência estabelecida pelo Programa Monetário,³⁴ fechando dezembro com um aumento interanual de 1,9% (2,6% média anual). Esta nova conjuntura gerou um risco de contração na economia que o BCP procurou compensar com o abatimento das taxas de juros de política e de fundos de curto prazo, a redução dos depósitos compulsórios em moeda local e estrangeira, e com a habilitação de uma janela de liquidez de curto prazo. Estas medidas reduziram as taxas de juros. A taxa passiva a prazo, por exemplo, que chegou a 6,6% no bimestre novembro-dezembro de 2008, caiu para 3,7% no segundo semestre de 2009 e continuou baixando no primeiro semestre de 2010 (2%).

Por outro lado, como efeito da incerteza gerada pelo cenário financeiro externo, o M2 -que engloba os principais meios de pagamento em guaranis-³⁵ se desacelerou até crescer apenas 4,7% i.a. em abril de 2009 (39,2% em média durante 2008). A política do BCP e a recuperação da economia reverteram esta tendência, já que o agregado cresceu 17,5% no segundo semestre de 2009 e 31,1% no primeiro de 2010. Durante os primeiros nove meses de 2009, enquanto a demanda por ativos financeiros denominados em guaranis diminuía, os depósitos em dólares

³⁴ Crescimento do IPC de 5% \pm 2,5 p.p. Embora o BCP não conte com um esquema de metas de inflação, realiza uma paulatina migração rumo a essa política, ao mesmo tempo que continua se atendo à evolução dos agregados monetários.

³⁵ Moedas e notas em circulação, depósitos à vista, poupança, investimentos a prazo e outras formas de investimento.

aumentavam intensamente (47,3% i.a.), atenuando o processo de desdolarização. Em maio de 2009, os depósitos do setor privado nessa moeda atingiram 49,6% do total, mas esta proporção voltou a cair 45,1% em junho de 2010.³⁶ Ao longo de 2009, o impacto da incerteza sobre os créditos bancários totais para o setor privado foi moderado, embora com uma trajetória de desaceleração. No segundo semestre do ano esta variável se expandiu 26,6%, enquanto em 2008 tinha crescido 51,8%. Em 2010 foram registrados aumentos superiores de crédito, chegando a 36,5% i.a. em junho.

A inflação acumulada em junho de 2010 foi de 2,3%,³⁷ denotando uma aceleração das elevações de preços; no semestre o crescimento foi de 4,0% i.a.

A desvalorização nominal do guarani observada no final de 2008 e no início de 2009 se reverteu a partir do segundo trimestre deste último ano, graças à alta das receitas das Entidades Binacionais, ao desembolso de empréstimos externos e à afluência de remessas. Em junho de 2010, o tipo de câmbio foi de 4.767 guaranis por dólar, uma valorização de 7,2% em relação ao máximo de maio de 2009. Em termos reais efetivos, o guarani sofreu uma desvalorização média de 10,2% em 2009, e uma valorização de 2,4% na primeira metade de 2010. O BCP realizou diversas intervenções destinadas a reduzir a volatilidade do tipo de câmbio.

Uruguai. O cenário de incerteza do final de 2008 e início de 2009 foi transmitido por meio de uma desvalorização do peso uruguaio, mesmo em um contexto de intensa pressão inflacionária. Nesse contexto, em janeiro de 2009 o COPOM precisou aprofundar a orientação restritiva da política monetária, elevando a TPM de 7,75% para 10%. Naquele mês foi registrada uma taxa interanual do IPC de 9,2% quando a faixa definida em janeiro tinha sido de 3%-7% em um horizonte de 18 meses. Ao mesmo tempo, para se precaver de possíveis restrições de liquidez, foram reduzidos os depósitos compulsórios. Durante o ano, a taxa de inflação caiu, com flutuações, e fechou em 5,9% (7,1% média anual). Isso permitiu a redução da *Tasa de Política Monetaria* (TPM) em três ocasiões, até ficar em 6,25% em dezembro.

A crise externa provocou uma alta das taxas de juros em pesos. Assim, em novembro de 2008 a taxa para empresas médias e grandes até 366 dias atingiu 19,31%; a estabilização produziu uma queda gradual que levou esta taxa a 12,56% em junho de 2010 um nível semelhante à média de 2008.

Entre setembro de 2008 e agosto de 2009, o crescimento do M2³⁸ sofreu uma persistente desaceleração, cuja contrapartida foi o rápido crescimento dos depósitos em dólares dos residentes em um cenário de enfraquecimento do peso uruguaio.³⁹ Esta situação foi revertida a partir do último quadrimestre de 2009 e na primeira parte de 2010. Em junho desse ano, o M2 cresceu a uma taxa interanual de 27,4%, o peso se valorizou e os depósitos em dólares ficaram no nível anterior ao da crise em torno de 80% do total.

O saldo do crédito total ao setor privado⁴⁰ -cujo nível tinha sofrido uma alta significativa de 26,0% em 2008- exibiu uma trajetória de declínio em 2009, que, de certa forma, reverteu essa expansão excessiva precedente. Em 2010, no entanto, as colocações voltaram a crescer, embora

³⁶ O BCP define M3 como a soma do M2 com os depósitos em dólares do setor privado. Observe-se que, apesar do aumento relativo desses depósitos, a proporção é muito inferior aos 66,7% de 2003.

³⁷ A meta referencial de 2010 é de 4,5%, ± 2 p.p.

³⁸ Circulante, depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo em moeda nacional.

³⁹ Entre agosto de 2008 e julho de 2009 a desvalorização nominal do peso uruguaio foi de 21,2%; nessas mesmas datas a proporção de depósitos em dólares (de residentes e não residentes) foi de 79,9% e 84,8%, respectivamente.

⁴⁰ Para residentes e não residentes, tanto em moeda nacional como estrangeira.

em um ritmo mais atenuado. O saldo em junho de 2010 equivalia a \$ 170,2 bilhões (6,9% acima de dezembro de 2009, e 35% acima da média de 2007).

Em dezembro de 2009, o COPOM fixou a meta de inflação em 4%-6%. O aumento acumulado do IPC em junho e setembro de 2010 foi de 3,1% e 5,8%, respectivamente, ficando as expectativas acima da meta comprometida. Por isso, a TPM foi elevada nesse último mês em 25 pontos básicos.

Em junho de 2010, o tipo de câmbio nominal era de \$ 20,3 uruguaios por dólar, o que representou uma valorização anual de 12,8%; em termos reais efetivos a valorização durante esse período foi de 16,9%. Nesse mês o governo anunciou uma maior intervenção no mercado de câmbio para conter a valorização do peso.

Venezuela. No cenário recessivo que começou a predominar na economia mundial no final de 2008, a taxa de inflação doméstica começou a descrever uma trajetória de desaceleração.⁴¹ Mas este novo cenário também afetou negativamente as variáveis-chave do setor externo e, eventualmente, a estabilidade do sistema financeiro. Por isso, a autoridade monetária tomou diversas medidas com o objetivo de proteger a liquidez e estimular o crédito. Entre outras disposições, foram reduzidos o coeficiente de depósito compulsório marginal e as taxas de juros dos instrumentos de injeção e absorção, além dos limites máximos e mínimos das operações ativas e passivas do sistema bancário.⁴² Nesse quadro complexo, no fim de 2009 as autoridades precisaram intervir em dez entidades bancárias, liquidando duas e promovendo a fusão de quatro (*Banco Central de Venezuela*, 2009a, p. 75).

Durante 2009, a posição deficitária da balança externa global (determinada pela queda do preço do petróleo, pela demora relativa no ajuste das importações e pela saída de capitais financeiros) levou a uma dinâmica monetária contrativa. A PDVSA e o governo tiveram menor incidência na expansão da base monetária, cujos saldos nominais cresceram, na média anual, 18,9%, contra 39,8% em 2008; em termos reais, passou-se de uma expansão média de 7,8% para uma contração de -6,5% entre os dois anos. Esse fenômeno ocorreu em um quadro de inflação média de 27,1% em 2009. A contração real da base foi transmitida a outros agregados monetários e ao crédito. Em novembro de 2009 estimava-se que o saldo real do crédito ao setor privado tinha diminuído 8,4% i.a.⁴³

A situação precária do setor externo reduziu o total de divisas disponíveis e o *Banco Central de Venezuela* (BCV) liquidou US\$ 31.256 milhões em 2009, 37,8% menos do que no ano anterior (*Banco Central de Venezuela*, 2009b, p. 21). Durante esse período continuou funcionando o Sistema de Administração de Divisas, e o tipo de câmbio se manteve em 2,1446 bolívares por dólar norte-americano para compra e 2,1500 bolívares/dólar para venda. No entanto, no início de 2010 estabeleceu-se um sistema cambial duplo, fixando uma cotação diferente do dólar de acordo com o seu uso. Para a importação de alguns bens (como alimentos e medicamentos), o tipo de câmbio ficou em 2,6 bolívares por dólar, enquanto o restante das importações e as exportações da PDVSA foram feitas com o câmbio de 4,3 bolívares por dólar. Além disso, o BCV realizou diversas colocações de bônus cambiais a fim de satisfazer a demanda de ativos externos. Em termos reais efetivos, o bolívar forte se valorizou 16,2% i.a. em 2009. A modificação na política cambial implicou uma desvalorização real efetiva em junho de 2010 de 62,9%. No primeiro semestre, o índice de inflação voltou a subir, chegando a 31,3% i.a. em junho.

⁴¹ Em setembro de 2008 o índice i.a. chegou a um máximo de 34,5% e em janeiro de 2010 a um mínimo de 24,3%.

⁴² No entanto, em 2009 as operações de mercado aberto (por meio de bônus DPN, Letras do Tesouro e Certificados de Depósito Bancário) implicaram uma absorção líquida equivalente a 16,5% da base monetária (17,9% em 2008); no segundo semestre esta proporção foi de apenas 9,3%.

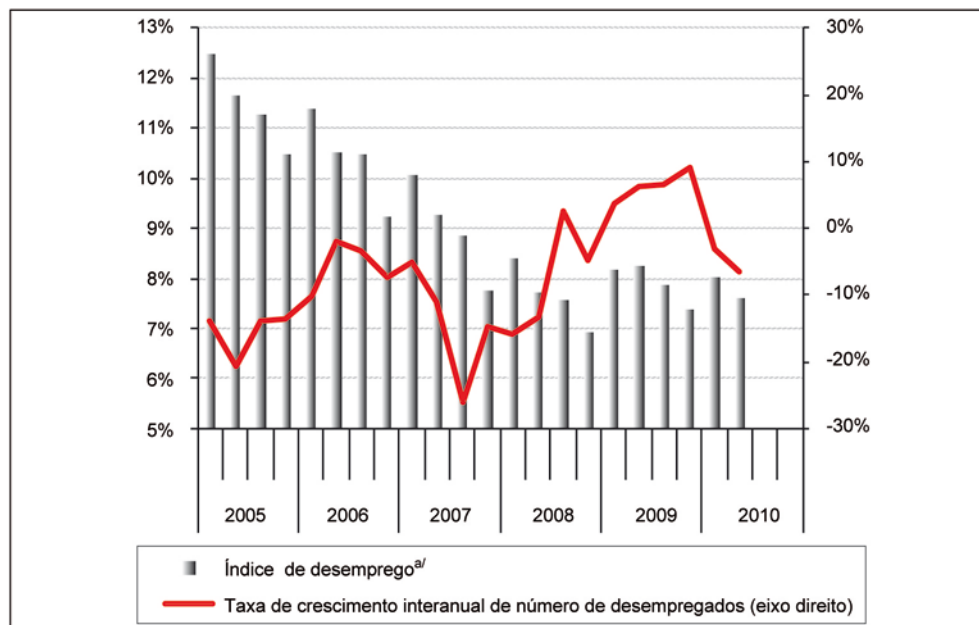
⁴³ Crédito concedido pelos bancos universais, comerciais e de desenvolvimento; último dado disponível.

E. Renda e emprego

Em 2009 o índice de desemprego médio dos países do MERCOSUL (incluindo a Venezuela e excluindo o Paraguai)⁴⁴ aumentou 0,3 p.p. em comparação com o ano anterior, passando de 7,6% para 7,9% (Gráfico 10). Na comparação interanual, a taxa sofreu uma deterioração nos três últimos trimestres, mesmo com a melhora dos ritmos de atividade a partir do segundo trimestre (Gráfico 8). No primeiro semestre de 2010, o indicador foi de 7,8%, uma redução em relação aos 8,2% do mesmo período do ano anterior.

Gráfico 10. MERCOSUL: indicadores trimestrais de desemprego, 2005-2010

Em %



Nota: ⁴⁴ Média simples dos índices de desemprego, incluindo a Venezuela e excluindo o Paraguai.

Fonte: INDEC, MECON, IBGE, INE (Uruguai) e INE (Venezuela).

O número absoluto de desempregados subiu interanualmente durante 2009, depois de exibir reduções seguidas desde 2004. Em 2009, o número médio de desempregados chegou a 3,9 milhões (6,2% acima do ano anterior), caindo para 3,7 milhões de pessoas no fim do segundo semestre de 2010. Este é um nível semelhante ao do mesmo período de 2008, bem antes da fase recessiva da crise da economia mundial.

Durante 2009, as remunerações reais subiram em todos os países do MERCOSUL, exceto na Venezuela; o crescimento foi liderado pelo Uruguai e pela Argentina. No primeiro semestre de 2010, este indicador continuou melhorando, mas com uma intensidade muito menor do que no ano anterior, principalmente devido ao surgimento de pressões inflacionárias em todos os países.

⁴⁴ O Paraguai não fornece indicadores trimestrais de empregos. A *Encuesta Permanente de Hogares* (EPH), realizada entre outubro e dezembro de 2009, estimou o índice de desemprego em 6,4% (cerca de 202.400 pessoas); em 2008, o índice foi de 5,7%.

ANEXO I

Quadro AI.1. MERCOSUL: Produto Interno Bruto (PIB)

Variação percentual interanual real

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	3,9	0,0	0,6	4,5	0,3	1,9
1999	-3,4	0,3	-1,5	-1,9	-6,0	-2,5
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,9	3,7	0,4
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,8	3,4	-0,3
2002	-10,9	2,7	0,0	-7,7	-8,9	-5,0
2003	8,8	1,1	3,8	0,8	-7,8	1,4
2004	9,0	5,7	4,1	5,0	18,3	8,4
2005	9,2	3,2	2,9	7,5	10,3	6,6
2006	8,5	4,0	4,3	4,3	9,9	6,2
2007	8,7	6,1	6,8	7,5	8,2	7,4
2008	6,8	5,1	5,8	8,5	4,8	6,2
2009	0,9	-0,2	-3,8	2,9	-3,3	-0,7
2010 ^{b/}	7,8	7,6	9,0	7,0	n.d.	7,8

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{b/} Projeções; Bancos Centrais.

Fontes: BCRA, BCB, BCP, BCU, CEPAL.

Quadro AI.2. MERCOSUL: decomposição da dinâmica do PIB,^{a/} 2009-2010

Média da taxa de variação do PIB dessazonalizado em relação ao trimestre anterior para os períodos indicados, em %

País / Componente da demanda agregada	Trimestres	
	II-IV.09	I-II.10
Argentina		
PIB	1,1	3,1
(C+G+I)-M	0,9	2,1
X	0,2	1,0
I	0,4	1,4
X-M	-0,4	-0,1
Brasil		
PIB	2,0	2,0
(C+G+I)-M	1,6	1,8
X	0,4	0,2
I	0,6	1,9
X-M	-0,4	-0,9
Paraguai		
PIB	2,3	2,3
(C+G+I)-M	1,7	-1,4
X	0,6	3,7
I	1,1	0,2
X-M	-0,5	0,7

Quadro AI.2. (CONTINUAÇÃO)

País / Componente da demanda agregada	Trimestres	
	II-IV.09	I-II.10
Uruguai		
PIB	2,0	2,4
(C+G+I)-M	1,5	0,7
X	0,6	1,7
I	0,9	-0,1
X-M	-0,3	0,7
Venezuela		
PIB	-1,4	0,4
(C+G+I)-M	-1,3	1,5
X	-0,0	-1,1
I	-6,7	6,5
X-M	6,1	-5,8

Nota: ^{al} As séries dessazonalizadas do PIB são as oficiais do Brasil e da Argentina. Para o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela o ajuste sazonal foi realizado com a metodologia X-12 ARIMA. C: Consumo. G: Gastos Públicos. I: Formação interna bruta de capital (formação interna bruta de capital fixo + variação de estoques). X: Exportações. M: Importações.

Fonte: Elaboração própria com dados do *Ministerio de Economía y Finanzas Públicas*, IBGE, BCP, BCU e BCV.

Quadro AI.3. MERCOSUL: Índice de preços ao consumidor

Variação porcentual interanual

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{al}
1998	0,7	1,7	14,6	8,6	29,9	11,1
1999	-1,8	8,9	5,4	4,2	20,0	7,3
2000	-0,7	6,0	8,6	5,1	13,4	6,5
2001	-1,5	7,7	8,4	3,6	12,3	6,1
2002	40,9	12,5	14,6	25,9	31,2	25,1
2003	3,7	9,3	9,3	10,2	27,1	11,9
2004	6,1	7,6	2,8	7,6	19,2	8,7
2005	12,3	5,7	9,9	4,9	14,4	9,4
2006	9,8	3,1	12,5	6,4	17,0	9,8
2007	8,5	4,5	6,0	8,5	22,5	10,0
2008	7,2	5,9	7,5	9,2	30,9	12,1
2009	7,7	4,2	1,9	5,9	25,1	8,9

Nota: ^{al} Média simples dos cinco países.

Fonte: INDEC, BCB, BCP, INE, BCV.

Quadro AI.4. MERCOSUL: Tipo de câmbio real efetivo

Índices 2000=100, final de cada período

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	110,2	76,9	101,4	107,0	109,0	100,9
1999	100,4	105,4	100,9	98,7	100,9	101,3
2000	99,2	103,9	97,5	100,0	97,5	99,6
2001	97,2	115,8	113,7	104,9	94,0	105,1
2002	230,9	156,9	115,0	134,3	127,4	152,9
2003	218,4	126,2	107,2	157,7	130,8	148,1
2004	222,8	115,4	113,4	145,5	136,1	146,6
2005	214,9	93,7	114,5	130,3	137,9	138,3
2006	213,7	89,1	96,0	132,2	123,4	130,9
2007	216,4	78,0	91,4	123,1	109,2	123,6
2008	191,7	97,7	87,1	124,6	80,8	116,4
2009	222,0	72,5	91,8	106,2	67,7	112,0
2010 ^{b/}	211,3	70,0	90,7	102,3	110,3	116,9

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{b/} Primeiro semestre.

Fonte: CEPAL.

Quadro AI.5. MERCOSUL: Reservas internacionais líquidas

Milhões de US\$, no fim do período

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela
2005	28.077	53.799	1.293	3.078	30.368
2006	32.037	85.839	1.703	3.091	37.440
2007	46.176	180.334	2.462	4.121	34.286
2008	46.386	193.783	2.864	6.360	43.127
2009	47.967	238.520	3.861	7.987	35.830
2010 ^{a/}	49.240	253.114	3.908	7.509	29.351

Nota: ^{a/} Até Junho.

Fonte: BCRA, BCB, BCP, BCU, BCV.

Quadro AI.6. MERCOSUL: Índice de desemprego

Como % da população economicamente ativa, média anual

Ano	Argentina		Brasil ^{b/}	Paraguai ^{c/}	Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}	MERCOSUL ^{f/}
	a1/	a2/					
2003	17,3	22,7	12,4	8,1	16,5	18,0	14,4
2004	13,6	16,7	11,5	7,3	12,9	15,3	12,1
2005	11,6	13,7	9,9	5,7	12,2	12,3	10,3
2006	10,2	12,3	10,0	6,5	11,4	10,0	9,6
2007	8,5	9,4	9,3	5,5	9,6	8,5	8,3
2008	7,9	8,2	7,9	5,7	7,6	7,2	7,3
2009	8,7	8,9	8,1	6,4	7,3	7,6	7,6
2010 ^{g/}	8,1	8,1	7,3	0,0	7,1	8,7	7,8

Notas: ^{a1/} Áreas urbanas. Os beneficiários de programas sociais que realizam uma contraprestação de serviços são considerados empregados. ^{a2/} Áreas urbanas. As pessoas cuja ocupação principal provém de um programa social são consideradas desempregadas.

^{b/} Seis áreas metropolitanas.

^{c/} População total (urbana e rural).

^{d/} Antes de 2008 os dados correspondem a "total país urbano" definido como localidades de 5.000 ou mais habitantes; depois correspondem ao "total país".

^{e/} Total nacional.

^{f/} Média simples dos cinco países. No caso da Argentina se usa o índice correspondente à observação ^{a1/}.

^{g/} Primeiro semestre.

Fonte: INDEC, IBGE, DGEEC, INE (Uruguai), INE (Venezuela).

Quadro AI.7. MERCOSUL: Número de desempregados

Milhares de pessoas

Ano	Trimestre	Argentina	Brasil ^{a/}	Paraguai	Uruguai ^{b/}	Venezuela ^{c/}	MERCOSUL ^{d/}
2004	I	1508	2737	n.d.	265	2073	6583
	II	1577	2524	n.d.	251	1940	6291
	III	1408	2379	n.d.	232	1819	5838
	IV	1281	2080	n.d.	234	1553	5149
2005	I	1369	2352	n.d.	244	1705	5671
	II	1281	2029	n.d.	254	1423	4986
	III	1194	2118	n.d.	248	1461	5021
	IV	1087	1823	n.d.	267	1271	4447
2006	I	1234	2281	n.d.	250	1337	5102
	II	1148	2306	n.d.	221	1210	4885
	III	1136	2257	n.d.	225	1239	4857
	IV	961	1864	n.d.	193	1097	4116
2007	I	1093	2281	n.d.	214	1256	4844
	II	947	2187	n.d.	188	1029	4351
	III	305	2058	n.d.	189	1045	3597
	IV	826	1681	n.d.	169	839	3515

Quadro AI.7. (CONTINUAÇÃO)

Ano	Trimestre	Argentina	Brasil ^{a/}	Paraguai	Uruguai ^{b/}	Venezuela ^{c/}	MERCOSUL ^{d/}
2008	I	940	1952	n.d.	175	1008	4075
	II	894	1807	n.d.	160	916	3778
	III	869	1777	n.d.	161	887	3695
	IV	828	1567	n.d.	145	802	3342
2009	I	946	2082	n.d.	159	1034	4221
	II	993	1867	n.d.	156	997	4013
	III	1034	1799	n.d.	156	943	3932
	IV	960	1592	n.d.	134	960	3646
2010	I	943	1788	n.d.	164	1198	4092
	II	896	1647	n.d.	141	1066	3751

Notas: ^{a/} Seis áreas metropolitanas.

^{b/} Em 2006 a Pesquisa Nacional de Domicílios foi ampliada e passou a incluir também as áreas rurais, por isso os números desde esse ano não são comparáveis com os de anos anteriores (Total urbano).

^{c/} Total nacional.

^{d/} Média simples dos quatro países.

Fonte: MECON, IBGE, INE (Uruguai) e INE (Venezuela).

Quadro AI.8. MERCOSUL: Remunerações reais

Variação porcentual interanual, índice de salário nominal, deflacionado pelo IPC

Período/País	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
2007	10,8	3,2	0,7	4,8	1,5	4,2
2008	12,7	3,4	-0,6	3,5	-4,0	3,0
2009	12,5	3,2	3,9	7,3	-4,7	4,4
2010 ^{b/}	8,6	1,7	n.d.	3,8	-3,6	2,6

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países. ^{b/} Primeiro semestre.

Fonte: INDEC, IBGE, BCP, INE, BCV.

CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO

Os fluxos comerciais dos países do MERCOSUL não escaparam dos efeitos da fase recessiva da crise financeira internacional que eclodiu em setembro de 2008, tendo registrado quedas bastante expressivas em 2009, interrompendo um ciclo de altas extraordinárias nos anos anteriores. Embora o PIB do bloco tenha tido, em geral, um desempenho melhor do que o do restante da economia mundial, a redução dos fluxos comerciais foi mais forte do lado das importações do que nas exportações, proporcionando um aumento do saldo comercial total da região. Esse aumento deveu-se fundamentalmente a dois fatores: o desempenho relativamente mais favorável das vendas para os países da Ásia, destacadamente a China, que foram capazes de sustentar seu crescimento doméstico mesmo diante da crise; e a forte redução das importações, tanto pela retração das quantidades quanto pela queda de preços. Neste último aspecto, foi importante a redução do preço do petróleo e derivados.⁴⁵ Além disso, os preços das *commodities* de exportação do MERCOSUL, após um forte queda no final de 2008 e início de 2009, recuperaram-se nos meses seguintes, ajudando a sustentar o valor em dólares das exportações.

Na verdade, a análise mais detida dos números de 2009 mostra que as quedas observadas significaram, a rigor, apenas a devolução dos ganhos extraordinários obtidos em 2008, visto que os montantes ficaram próximos aos registrados no ano de 2007. Aliás, analisando-se a situação exclusivamente do ponto de vista dos saldos comerciais, a crise acabou por ser benéfica ao MERCOSUL, tendo em vista que os resultados melhoraram em relação ao ano anterior, revertendo a tendência de deterioração observada nos três anos anteriores.

Os números referentes ao primeiro semestre de 2010 mostram que os fluxos comerciais do MERCOSUL voltaram a crescer de forma acelerada, já caminhando para retornar aos níveis observados antes da crise. O perfil desta expansão também apresenta as mesmas características observadas até 2008: rápido crescimento das exportações, baseado em grande parte no aumento dos preços; crescimento ainda mais acelerado das importações, resultando em rápida deterioração do saldo comercial; e queda da participação dos países mais desenvolvidos (NAFTA e União Europeia) no destino das exportações, em virtude do descompasso entre a rápida recuperação do crescimento das economias emergentes e a evolução claudicante da Europa e dos Estados Unidos.

Em síntese, o ano de 2009 parece ter representado apenas um breve interregno dentro de um processo de evolução dos fluxos comerciais dos países do MERCOSUL, que apresentam características positivas, como a diversificação dos destinos, os ganhos de termos de troca, o aumento do *market-share* no comércio mundial e a consolidação da capacidade competitiva em diversos produtos, especialmente *commodities* de origem agrícola. Em contrapartida, há aspectos que causam preocupação, como a perda de competitividade em diversos setores industriais e a piora gradativa dos saldos comerciais, tendência que deveria se acentuar nos próximos meses e anos, na medida em que o crescimento das economias do bloco se mantiver acima da média mundial.

O comércio do MERCOSUL com a Venezuela também sofreu quedas expressivas em 2009, especialmente nas importações do bloco, em virtude da queda dos preços do petróleo e seus derivados. Nos primeiros meses de 2010 as importações voltaram a crescer, mas as exportações se mantiveram virtualmente estáveis em relação ao mesmo período do ano anterior, em vista da recessão que ainda afeta a Venezuela.

⁴⁵ As cotações internacionais médias do petróleo em 2009 ficaram cerca de 50% abaixo das registradas no ano anterior.

Com relação aos investimentos estrangeiros, a crise internacional não impediu que o MERCOSUL atraísse um fluxo bastante expressivo de recursos em 2009, embora tenham ficado bem abaixo do volume de 2008, quando alcançaram um recorde histórico. Nos primeiros meses de 2010 a entrada de recursos foi de certa forma decepcionante, ficando abaixo do registrado em igual período de 2009, mas as perspectivas para o restante do ano e para os próximos anos continuam sendo bastante favoráveis, uma vez que a região é vista como uma das mais promissoras do mundo, tanto em termos de expansão do mercado doméstico quanto das possibilidades de produção e exportação de *commodities*.

A. *Comércio total do bloco*⁴⁶

As exportações totais dos países do MERCOSUL alcançaram a cifra de US\$ 217,2 bilhões em 2009, com queda de 22,0% em relação ao ano anterior.⁴⁷ As importações tiveram desempenho ainda pior, registrando redução de 27,5%. Com isso, o bloco foi capaz de elevar seu saldo comercial global para US\$ 37,4 bilhões, em comparação com os US\$ 30,2 bilhões registrados em 2008. A corrente de comércio do bloco reduziu-se 24,6% em 2009, caindo para US\$ 397 bilhões.

O Gráfico 11 mostra que o resultado de 2009 representou a interrupção de um movimento de alta acelerada que ocorreu entre 2003 e 2008, quando o crescimento médio anual das exportações foi de 21,2%, ritmo mais acelerado das últimas décadas. As importações cresceram ainda mais rapidamente nesse mesmo período, principalmente no triênio 2006-2008 (alta de 31,5% anual acumulativo-a.a.).

No primeiro semestre de 2010, os fluxos comerciais do bloco apresentaram forte crescimento, o que em parte está relacionado à base de comparação mais baixa do primeiro semestre de 2009, mas que também reflete a intensa retomada do crescimento econômico nos países da região. As exportações totais do MERCOSUL tiveram alta de 25,1%, alcançando o montante de US\$ 127,1 bilhões, e as importações cresceram ainda mais rapidamente (43,8%), chegando a US\$ 114,1 bilhões. Com isso, o superávit comercial reduziu-se para US\$ 13 bilhões (Quadro 2).

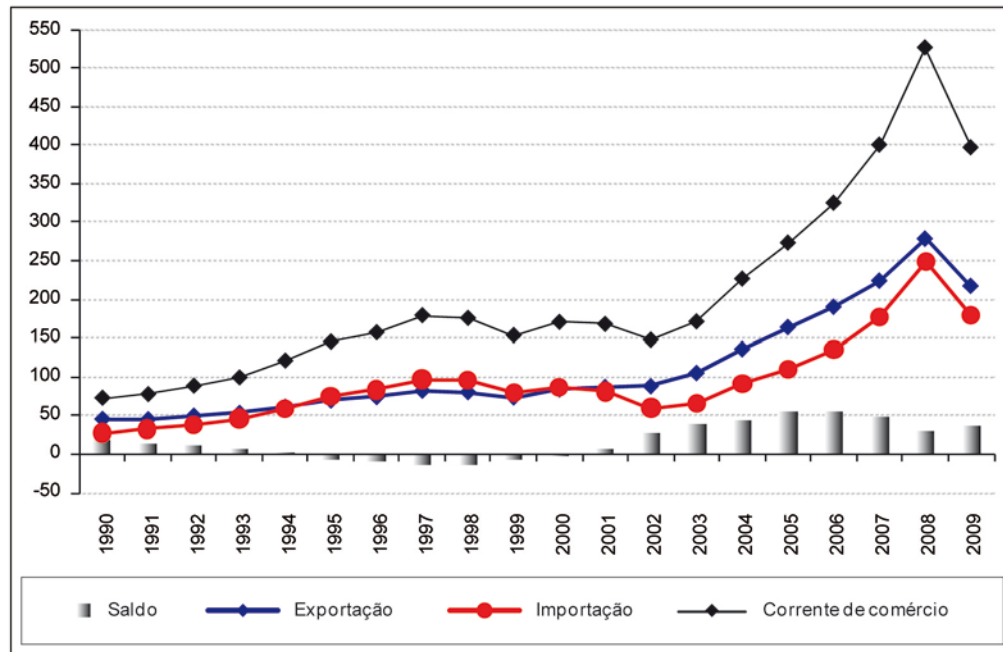
Os dados parciais sugerem que os fluxos comerciais do bloco devem fechar o ano de 2010 em níveis semelhantes aos alcançados em 2008 - ou seja, os países da região precisaram de apenas um ano para recuperar as perdas geradas pela crise internacional. O aspecto preocupante deste movimento é que também se retomou a tendência de rápida redução do superávit comercial, que havia sido temporariamente revertida em 2009. Com efeito, os dados parciais disponíveis indicam que o saldo total do ano deve ser o mais baixo desde 2002.

⁴⁶ Como ainda não se concluiu o processo de adesão da Venezuela ao MERCOSUL, nesta seção todas as referências aos fluxos comerciais do bloco consideram somente os quatro sócios originais. A Seção C trata do comércio MERCOSUL-Venezuela.

⁴⁷ Esta seção se baseia em cifras primárias de comércio elaboradas pelos órgãos nacionais de estatística, as quais podem diferir das correspondentes às obtidas a partir do balanço de pagamentos, consideradas no Capítulo I. As diferenças surgem de duas circunstâncias: (a) data de atualização das séries e (b) definições distintas. Sobre este último ponto, cabe esclarecer os seguintes casos: (i) *Argentina*: as importações são consideradas no balanço de pagamentos em base *Free on Board* (FOB) e as desta seção são *Cost, Insurance Freight* (CIF); (ii) *Paraguai*: no balanço de pagamentos, ambos os fluxos são medidos em FOB e incluem tanto o comércio registrado quanto o não registrado, assim como entidades binacionais e reexportações, ao passo que nesta seção só é considerado o comércio FOB registrado; (iii) *Uruguai*: no balanço de pagamentos, os fluxos incluem o comércio de enclaves aduaneiros, excluídos nas cifras desta seção; adicionalmente, as importações do balanço de pagamentos são FOB e as desta seção são CIF.

Gráfico 11. Comércio exterior total do MERCOSUL, 1990-2009

Bilhões de US\$



Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

Fluxos de comércio por países

O Brasil foi responsável por 70% das exportações totais do MERCOSUL em 2009, com ligeira perda de participação em relação ao ano anterior, visto que a queda de suas exportações (22,7%) foi ligeiramente superior ao do total do bloco (Quadro 2). A participação da Argentina aumentou para 25,6%, com Paraguai e Uruguai ficando com, respectivamente, 1,5% e 2,5%. O Uruguai foi o país do bloco que sofreu a menor queda de suas exportações no ano (apenas -9,4%). Em comparação com anos anteriores, observa-se uma redução gradual do peso do Brasil nas exportações bloco desde 2005 e um aumento gradual da participação dos demais países, especialmente a Argentina, cujo ganho entre 2005 e 2009 foi de 2 p.p.

Do lado das importações, a Argentina teve a queda mais expressiva em 2009, de 32,5%, reduzindo sua participação no total das compras externas do bloco para 21,6% (-1,5 p.p. em relação a 2008). A participação do Brasil aumentou para 71,0%, enquanto Paraguai e Uruguai registraram percentuais de, respectivamente, 3,6% e 3,8%, ligeiramente superiores aos do ano anterior. Desde 2005, a participação do Brasil nas importações do bloco teve aumento 3,6 p.p., o mesmo acontecendo com Paraguai (0,8 p.p.) e Uruguai (0,3 p.p.), em contraposição à perda de 4,7 p.p. da Argentina.

Por conta do maior diferencial entre o ritmo de crescimento das exportações e das importações, a Argentina foi o país que mais contribuiu para o crescimento do saldo comercial do bloco em 2009, com um aumento de US\$ 4,3 bilhões em relação ao ano anterior. Embora continue registrando déficit comercial, o Uruguai também deu contribuição importante para a melhoria do saldo comercial do bloco, pois seu déficit se reduziu em US\$ 1,6 bilhão, situação semelhante à do

Paraguai, cujo déficit registrou uma queda de US\$ 713 milhões. O Brasil, embora continue sendo responsável pelo maior superávit do bloco, deu contribuição positiva de apenas US\$ 602 milhões.

Quadro 2. Fluxos totais de comércio dos países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações	88.901	163.987	278.368	217.215	-22,0	101.597	127.059	25,1
Argentina	25.651	40.387	70.021	55.668	-20,5	27.378	32.251	17,8
Brasil	60.439	118.529	197.942	152.995	-22,7	69.952	89.187	27,5
Paraguai	951	1.655	4.463	3.167	-29,0	1.707	2.384	39,6
Uruguai	1.861	3.416	5.942	5.386	-9,4	2.560	3.236	26,4
Importações	59.705	109.239	248.195	179.831	-27,5	79.346	114.085	43,8
Argentina ¹	8.988	28.687	57.423	38.780	-32,5	17.367	24.802	42,8
Brasil	47.243	73.600	173.197	127.647	-26,3	56.027	81.309	45,1
Paraguai	1.510	3.073	8.506	6.497	-23,6	2.811	4.172	48,4
Uruguai ¹	1.964	3.879	9.069	6.907	-23,8	3.141	3.802	21,0
Saldo comercial	29.195	54.748	30.173	37.384	23,9	22.251	12.973	-41,7
Argentina	16.662	11.700	12.598	16.888	34,1	10.011	7.449	-25,6
Brasil	13.196	44.929	24.746	25.347	2,4	13.925	7.878	-43,4
Paraguai	-560	-1.418	-4.043	-3.330	-17,6	-1.104	-1.788	62,0
Uruguai	-103	-463	-3.127	-1.521	-51,4	-581	-566	-2,6

Nota: ^{1/} Valores CIF.

Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

No primeiro semestre de 2010, ao contrário, todos os países deram contribuição negativa para o saldo comercial agregado do bloco na comparação com o mesmo período de 2009, com exceção do Uruguai, cujo déficit manteve-se virtualmente estável. Este foi o único país cujas exportações no período tiveram crescimento maior do que o das importações (26,4% contra 21,0%). O superávit do Brasil teve redução de US\$ 6 bilhões (-43,4%), o da Argentina reduziu-se em US\$ 2,6 bilhões (-25,6%) e o saldo deficitário do Paraguai cresceu quase US\$ 700 milhões. Nos três casos, a expansão das importações superou amplamente o crescimento das exportações, notavelmente no caso da Argentina.

Em termos de distribuição por países, porém, as mudanças observadas no primeiro semestre de 2010 em relação a 2009 foram pouco significativas, registrando-se pequeno aumento de participação do Brasil e do Paraguai tanto nas exportações quanto nas importações, em contraposição a uma pequena perda de participação da Argentina nas exportações totais e do Uruguai nas importações.

Evolução recente do comércio intrazona

A soma das exportações de cada país do MERCOSUL aos outros três sócios teve uma queda de 21,3% em 2009, em comparação com 2008, taxa menos significativa do que a observada nos fluxos comerciais extrazona, que sofreram queda de 22,1% nas exportações e de 28,1% nas

importações (Quadro 3). No primeiro semestre de 2010 os fluxos intrazona voltaram a crescer de forma acelerada, registrando incremento de 42,7% em relação ao mesmo período do ano anterior e superando amplamente a expansão das exportações para países de fora do bloco, que cresceram 22,3%. Entretanto, as importações extrazona cresceram ainda mais rapidamente, registrando aumento de 45,7%.

Como resultado, as exportações intrazona continuaram aumentando sua participação nas vendas totais do bloco, após terem alcançado um ponto de mínimo (11,5%) em 2002, em meio a graves crises econômicas que afetaram os países da região. Em 2009 essa participação alcançou 15,1%, ligeiramente acima da registrada em 2008, e subiu ainda mais no primeiro semestre de 2010, para 15,6%. Vale destacar, contudo, que a participação ainda está longe de recuperar os níveis alcançados no final dos anos 1990, na faixa de 20,0% a 25,0%.

Quadro 3. Fluxos de comércio intrazona e extrazona do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Intrazona*								
Exportações	10.189	21.111	41.596	32.756	-21.3	13.914	19.857	42,7
Importações	10.300	21.095	42.758	32.027	-25.1	14.149	19.086	34,9
Extrazona								
Exportações	78.712	142.876	236.772	184.459	-22.1	87.683	107.201	22,3
Importações	49.406	88.144	205.436	147.804	-28.1	65.197	94.999	45,7
Total								
Exportações	88.901	163.987	278.368	217.215	-22.0	101.597	127.059	25,1
Importações	59.705	109.239	248.195	179.831	-27.5	79.346	114.085	43,8
Saldo	29.195	54.748	30.173	37.384	23.9	22.251	12.973	-41,7

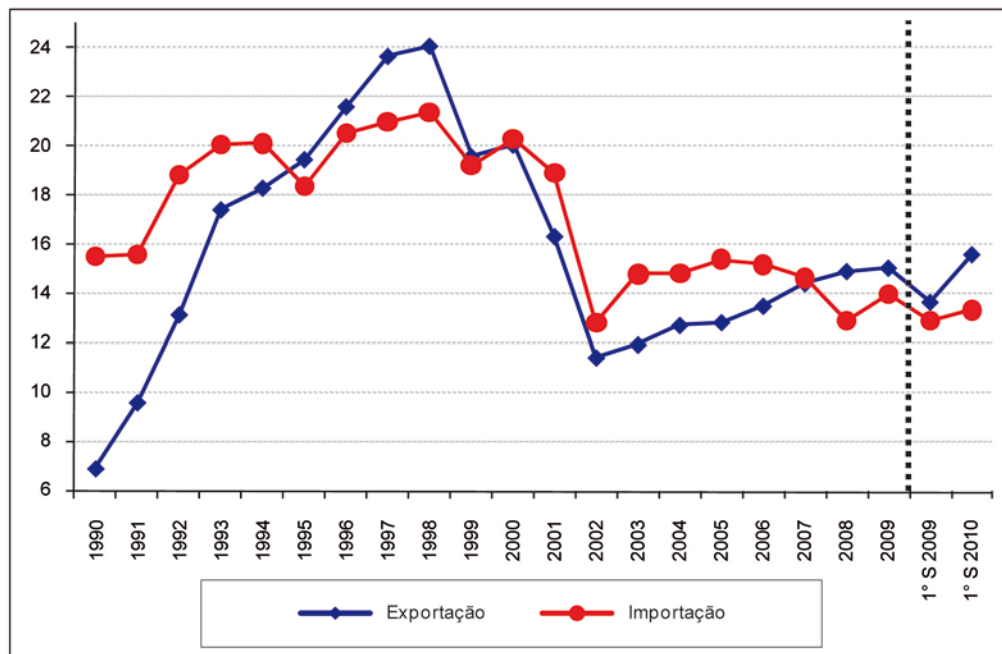
Nota: * Exportações e importações intrazona não são iguais em virtude de diferenças nos métodos de contabilização em cada país.

Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

As importações intrazona (a soma das importações de cada país oriundas dos três outros sócios), ao contrário, não vêm tendo desempenho destacado nos últimos anos, embora em 2009 sua queda tenha sido menor do que a observada nas importações extrazona (Gráfico 12). A participação das compras originárias dos parceiros do MERCOSUL foi de 17,8% em 2009, percentual maior do que o do ano anterior, mas ainda muito próximo do mínimo de 17,3% registrado em 2002. No primeiro semestre de 2010 esta participação voltou a cair, para 16,7%. As tendências recentes permitem antever que as importações intrazona não voltarão a desempenhar um papel tão importante no comércio do bloco quanto já exerceram no final dos anos 1990, quando chegaram à casa dos 20,0%.

Gráfico 12. Participação do comércio intrazona no comércio total no MERCOSUL, 1990 ao 1º semestre de 2010

Em %



Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

O Quadro 4 apresenta a composição dos fluxos de comércio intrazona, discriminada por países. Em 2009, a Argentina exportou US\$ 13,9 bilhões para os vizinhos, com queda de 14,0% em relação ao ano anterior. A queda foi bem inferior à observada nas importações do país, que se reduziram 35,1%. Com isso, o país foi capaz de reverter o saldo comercial com os parceiros, que se tornou positivo em US\$ 706 milhões, contra um déficit de US\$ 4,2 bilhões em 2008. No primeiro semestre de 2010, contudo, o país voltou a registrar déficit, de US\$ 301 milhões, em virtude de um crescimento mais acelerado das importações (43,0%) em relação ao das exportações (30,0%). Os últimos anos vêm testemunhando uma nítida deterioração do saldo comercial da Argentina com os demais membros do MERCOSUL, tendência que deve ser retomada daqui para adiante, após a interrupção observada em 2009. É importante destacar que a Argentina já é, há vários anos, o país do MERCOSUL que mais importa mercadorias de seus parceiros.

O Brasil exportou US\$ 15,8 bilhões para os seus parceiros do MERCOSUL em 2009, o que representou uma redução de 27,2% em relação ao ano anterior. As importações somaram US\$ 13,1 bilhões, com queda de apenas 12,2%. Dessa forma, houve redução expressiva do saldo comercial, de US\$ 6,8 bilhões em 2008 para US\$ 2,7 bilhões em 2009. No primeiro semestre de 2010, porém, o superávit no comércio intrazona voltou a crescer, alcançando US\$ 2 bilhões, em virtude do crescimento de 56,5% das vendas para os vizinhos, contra um aumento de 33,4% das importações. A tendência dos últimos anos tem sido de expansão do saldo comercial do Brasil com os sócios do bloco, a qual, ao que tudo indica, voltará a se verificar nos próximos anos, após a reversão registrada em 2009. De fato, o Brasil continua sendo o país que mais exporta para os parceiros do MERCOSUL.

Quadro 4. Fluxos de comércio intrazona no MERCOSUL, segundo países, em períodos selecionados*Milhões de US\$*

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações	10.189	21.111	41.596	32.756	-21,3	13.914	19.857	42,7
Argentina	5.718	7.689	16.123	13.865	-14,0	6.130	7.969	30,0
Brasil	3.311	11.746	21.737	15.829	-27,2	6.196	9.697	56,5
Paraguai	553	893	2.135	1.533	-28,2	877	1.228	39,9
Uruguai	607	783	1.601	1.529	-4,5	711	964	35,6
Importações	10.300	21.095	42.758	32.027	-25,1	14.149	19.086	34,9
Argentina	2.895	10.909	20.287	13.159	-35,1	5.783	8.270	43,0
Brasil	5.615	7.054	14.934	13.107	-12,2	5.759	7.681	33,4
Paraguai	845	1.502	3.619	2.632	-27,3	1.099	1.745	58,9
Uruguai	944	1.631	3.919	3.130	-20,1	1.508	1.391	-7,8
Saldo comercial*	-111	16	-1.162	729	-	-235	771	-
Argentina	2.823	-3.220	-4.164	706	-117,0	347	-301	-186,7
Brasil	-2.304	4.692	6.804	2.722	-60,0	437	2.016	361,1
Paraguai	-293	-610	-1.483	-1.099	-25,9	-221	-518	134,0
Uruguai	-337	-847	-2.319	-1.600	-31,0	-798	-427	-46,5

Nota: * O saldo não é zero devido a diferenças de contabilização entre os quatro países.

Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

O Paraguai exportou US\$ 1,5 bilhão para os demais sócios do MERCOSUL em 2009, com queda de 28,2% em relação ao ano anterior, e importou US\$ 2,6 bilhões, com redução de 27,3%. Isso permitiu que o déficit no comércio intrarregional se reduzisse para US\$ 1,1 bilhão. No primeiro semestre de 2010, porém, as importações paraguaias provenientes do bloco voltaram a crescer mais rapidamente do que as exportações, fazendo com que o déficit no comércio intrazona mais do que dobrasse em relação ao observado no mesmo período do ano anterior.

Por fim, o Uruguai exportou US\$ 1,5 bilhão para seus sócios em 2009 (-4,5%) e importou US\$ 3,1 bilhões (-20,1%), reduzindo seu déficit para US\$ 1,6 bilhão (-31,0%). Em 2010 as exportações para os sócios voltaram a crescer, registrando alta de 35,6% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2009, mas as importações continuaram registrando retração (-7,8%), contribuindo para reduzir ainda mais o déficit com os sócios do MERCOSUL, que ficou em apenas US\$ 427 milhões.

Boxe A. O dinamismo do comércio intrarregional nos últimos anos

Desde a plena recuperação dos níveis de atividade nos países do MERCOSUL, em 2003, o comércio intrarregional registrou um dinamismo superior ao do comércio extrazona. O fenômeno pode ser percebido por meio de um indicador das exportações estimadas em preços constantes para a Argentina e o Brasil, países que fornecem as informações pertinentes para elaborá-lo.

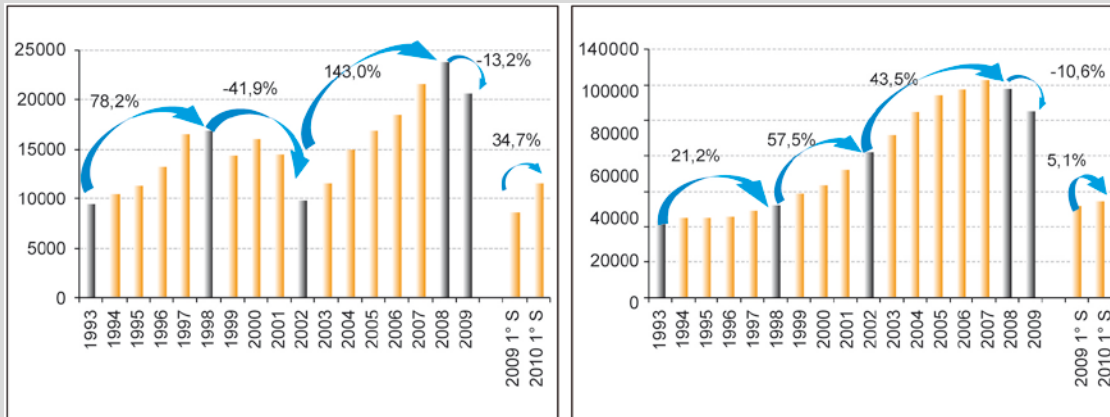
De 2002 a 2008 o crescimento das exportações intrazona foi de 143,0%, enquanto as extrazona subiram 43,5% (Gráfico A). Estes anos são, respectivamente, o mínimo e o máximo da fase expansiva que se seguiu ao período de grave instabilidade macroeconômica vivido pelos países do MERCOSUL e cujo fato mais dramático foi a crise e o abandono da conversibilidade na Argentina no início de 2002.

Gráfico A. Argentina e Brasil: evolução das exportações a preços constantes por área de destino, 1993-2010

Milhões de US\$ a preços constantes

Exportações intrarregionais

Exportações extrarregionais



Nota: Os anos representados com uma barra mais escura são os pontos de comparação das taxas de variação apresentadas.

Fonte: Elaboração própria com dados do Indec e do Ipea.

Em 2002, o comércio intrazona representou apenas 10,6% das exportações da Argentina e do Brasil, proporção que chegou a 16,8% em 2008. Apesar da intensidade registrada no crescimento desses fluxos, o coeficiente está ainda longe dos 24-25% registrados em 1997-1998. Este resultado não é surpreendente se levarmos em conta a evolução diferenciada das exportações de acordo com o destino.

Em primeiro lugar, o alto valor relativo do comércio intrarregional em 1997-1998 se deve ao fato de que no período 1993-98 esses fluxos cresceram 78,2%, influenciados pela liberalização gerada pela criação do bloco, ao mesmo tempo que o comércio extrarregional nesses anos - marcados pelas crises asiática e russa e pelo enfraquecimento dos mercados de produtos básicos - teve um comportamento brilhante, ao aumentar 21,2% (Gráfico A). Esta combinação ampliou a proporção do comércio intrarregional a um nível que, hoje, parece de caráter excepcional.

Por outro lado, na fase cíclica seguinte, de 1998 a 2002, o comércio intrarregional despencou (-41,9%), enquanto as vendas para o restante do mundo tiveram um comportamento muito favorável (57,5%). A perda relativa sofrida nesses anos não pôde ser recuperada apesar da desigualdade na expansão de ambos os fluxos no período 2002-2008. O dado a ressaltar, no entanto, é que o crescimento anual acumulativo (a.a.) das exportações intrazona nestes últimos anos foi superior ao dos primeiros anos do MERCOSUL: os envios para a região subiram 16,0% a.a. e os extrarregionais 12,3%. Outra expressão deste dinamismo recente é que em 2008 o nível das exportações intrazona foi 41,3% superior ao máximo relativo de 1998.

Boxe A (CONTINUAÇÃO)

Em 2009, como consequência da crise internacional, o comércio sofreu contrações bruscas. No entanto, diferentemente do que ocorreu em crises anteriores, as exportações extrazona caíram de maneira equivalente às vendas dentro do bloco (-10,6% e -13,5%, respectivamente). Além disso, deve-se destacar que o início da recuperação, no primeiro semestre de 2010, implicou um aumento muito maior das exportações intrarregionais que as dirigidas ao restante do mundo. Enquanto as primeiras cresceram 34,7%, estas últimas aumentaram 5,1%. Além do efeito da base de comparação, esse desempenho expressa o melhor desempenho relativo das economias do MERCOSUL em relação a outros países - principalmente os desenvolvidos - nesse período. É interessante notar que, se recomeçar uma fase de crescimento similar à de 2003-2008, em que o comércio intrarregional e extrarregional se ampliou, respectivamente, 16% e 6,2% a.a., atingiríamos um coeficiente de comércio intrazona de 25% em seis anos.

* Os institutos de estatísticas da Argentina e do Brasil fornecem índices de preços das exportações desagregadas por tipos genéricos de produtos. Para obter as exportações em preços constantes, foram elaborados índices de preços diferentes para exportações destinadas ao MERCOSUL e extrazona. Na Argentina, o índice é decomposto em produtos primários, manufaturas de origem agropecuária, manufaturas de origem industrial e energia e combustíveis, enquanto no Brasil os componentes são produtos básicos, semimanufaturados e manufaturados. Estes índices incluem a estrutura de ponderações que, em termos nominais, cada um desses produtos tem para cada mercado de destino. No caso da Argentina, os índices originais têm base 1993=100, e no Brasil, 2006=100; estabeleceu-se o ano 2000 como período de referência comum.

Comércio extrazona

O comportamento das exportações do MERCOSUL para os países da Ásia⁴⁸ em 2009 destoou do verificado nas vendas para outros destinos, tendo registrado queda de apenas 1,9% em relação ao ano anterior, enquanto que as exportações para as demais regiões sofreram quedas acima de 20,0%. O pior desempenho se deu nas exportações para os países do NAFTA, que recuaram 38,7% (Quadro 5). Embora as vendas para a Ásia tenham tido um desempenho relativamente melhor nas exportações dos quatro países do bloco, os diferenciais mais favoráveis foram registrados nas vendas de Brasil e Uruguai. No primeiro caso, as vendas para a Ásia cresceram 5,3% no ano, em contraste com quedas expressivas para as demais regiões. O Uruguai, por sua vez, registrou alta de 8,4% nas vendas para a Ásia em 2009.

Dessa forma, os asiáticos assumiram, pela primeira vez na história, o posto de principal destino das exportações do MERCOSUL, respondendo por 27,9% do total, deixando para trás a União Europeia, que ocupara a primeira posição nos anos anteriores, mas cuja participação recuou para 24,6% em 2009. O NAFTA respondeu por apenas 13,8% do total, a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)⁴⁹ por 11,4% e os demais países por 22,3%.

Com efeito, a queda da participação do NAFTA nas exportações do MERCOSUL é um fenômeno notável, e que vem ocorrendo desde o início da década. Em 2002, por exemplo, Estados Unidos, Canadá e México foram responsáveis por 28,8% das vendas totais do bloco, superando inclusive a participação da União Europeia. Este percentual reduziu-se gradativamente até 2007, quando foi de 20,1%, e caiu vertiginosamente em 2008 (17,6%) e 2009 (13,8%), período em que a economia norte-americana esteve em recessão. A perda de participação do NAFTA -e, em menor medida, também da União Europeia- vem sendo compensada pelos ganhos da Ásia e dos "demais países", fenômeno que está relacionado a dois fatores básicos: o crescimento relativamente mais acelerado destas economias e o aumento dos preços das *commodities* de exportação do MERCOSUL.

⁴⁸ Inclusive Oriente Médio.

⁴⁹ Neste trabalho, será sempre considerada a ALADI excluída do MERCOSUL e do México.

**Quadro 5. Fluxos de comércio extrazona dos países do MERCOSUL
segundo blocos econômicos, em períodos selecionados**

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações	78.712	142.876	236.772	184.459	-22,1	87.683	107.201	22,3
NAFTA	22.713	35.858	41.680	25.530	-38,7	11.900	14.397	21,0
União Europeia	21.251	34.587	61.152	45.368	-25,8	21.445	25.084	17,0
ALADI*	8.727	16.758	27.892	21.017	-24,6	9.556	11.883	24,4
Ásia	13.598	26.974	52.413	51.422	-1,9	25.417	32.605	28,3
Demais países	12.423	28.699	53.635	41.121	-23,3	19.365	23.232	20,0
Importações	49.406	88.144	205.436	147.804	-28,1	65.197	94.999	45,7
NAFTA	12.482	16.551	42.371	32.191	-24,0	15.187	19.610	29,1
União Europeia	16.017	23.686	46.427	36.724	-20,9	16.263	22.496	38,3
ALADI*	2.424	5.114	12.284	8.320	-32,3	3.753	5.695	51,8
Ásia	9.565	23.142	63.101	47.915	-24,1	20.711	32.401	56,4
Demais países	8.918	19.651	41.253	22.654	-45,1	9.283	14.797	59,4
Saldo comercial	29.306	54.732	31.336	36.656	17,0	22.486	12.202	-45,7
NAFTA	10.231	19.307	-691	-6.661	863,2	-3.287	-5.213	58,6
União Europeia	5.234	10.901	14.725	8.645	-41,3	5.182	2.588	-50,0
ALADI*	6.304	11.644	15.608	12.697	-18,7	5.803	6.188	6,6
Ásia	4.033	3.832	-10.687	3.508	-	4.706	204	-95,7
Demais países	3.505	9.049	12.381	18.467	49,2	10.082	8.435	-16,3

Nota: * Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

Com relação às importações do MERCOSUL as quedas em 2009 foram semelhantes tanto nas compras originárias da Ásia (-24,1%) quanto do NAFTA (-24,0%) e da União Europeia (-20,9%). A participação da Ásia na pauta importadora do bloco subiu para 32,4%, mantendo a posição de principal região de origem das importações do bloco, assumida em 2006. A Ásia aumentou em 1,7 p.p. sua participação em comparação com o ano anterior, fato que se verificou também nas compras da União Europeia (alta de 2,2 p.p.) e do NAFTA (alta de 1,2 p.p.). Em contraste, perderam participação as compras originárias da ALADI e dos "demais países", em virtude de quedas relativamente mais acentuadas no ano (-32,3% e - 45,1%, respectivamente).

O superávit comercial extrazona do MERCOSUL somou US\$ 36,7 bilhões no ano, o que representou uma alta de 17,0% em comparação com 2008. Esta melhoria deveu-se principalmente ao comércio com a Ásia, visto que o bloco foi capaz de transformar o déficit com essa região de US\$ 10,7 bilhões de 2008 em um superávit de US\$ 3,5 bilhões em 2009. A mudança equivalente a cerca de US\$ 14 bilhões deveu-se quase totalmente ao Brasil, que passou de um déficit de US\$ 9,7 bilhões com a Ásia em 2008 para um superávit de US\$ 3,3 bilhões. O comércio com o grupo de "demais países" também contribui para o superávit do MERCOSUL, visto que o saldo teve uma variação positiva de cerca de US\$ 6 bilhões. Com os demais blocos econômicos, ao contrário, o saldo do MERCOSUL sofreu deterioração no ano: -US\$ 6 bilhões com o NAFTA, -US\$ 6,1 bilhões

com a União Europeia e -US\$ 3 bilhões com a ALADI. Vale destacar que a região acumulou saldos positivos com todas as regiões, exceto o NAFTA.

No primeiro semestre de 2010, as exportações voltaram a crescer para todos os destinos, com destaque para Ásia (28,3%) e ALADI (24,4%). A Ásia atingiu 30,4% de participação nas vendas, contra 23,4% da União Europeia, 13,4% do NAFTA, 11,1% da ALADI e 21,7% dos demais países. Houve recuperação também das importações de todas as regiões de origem, mas o crescimento foi mais elevado nas compras originárias da Ásia (56,4%), da ALADI (51,8%) e dos "demais países" (59,4%). Com isso, o saldo comercial extrazona do MERCOSUL teve redução de 45,7% em relação ao mesmo período de 2009, ficando em US\$ 12,2 bilhões. O déficit com o NAFTA aumentou 58,6%, o superávit com a União Europeia caiu pela metade e o superávit com a Ásia, que chegou a US\$ 4,7 bilhões no primeiro semestre de 2009, reduziu-se para apenas US\$ 204 milhões em 2010.

Boxe B. A penetração de produtos chineses nas importações dos países do MERCOSUL

O aumento da participação da China no comércio mundial durante a primeira década deste século foi extraordinário. Como era de se esperar, o fato teve consequências significativas na composição geográfica das importações do MERCOSUL e, de fato, o país asiático passou de um papel pequeno como fornecedor dos países do bloco no início da década a uma posição de destaque nos últimos anos.

A participação da China no total das importações da Argentina subiu de 4,6% em 2000 para 12,4% em 2009, ocupando o terceiro lugar em importância, atrás apenas do Brasil e dos Estados Unidos. No caso do Brasil, as importações vindas da China cresceram a um ritmo ainda mais acelerado, passando de 2,2% em 2002 para 12,5% em 2009. O país já ocupa o segundo lugar entre os fornecedores mais importantes, atrás apenas dos Estados Unidos; sua participação supera a dos sócios do MERCOSUL, que ficou em 10,3% no último ano.

No caso do Paraguai, o crescimento da China como origem de importações também chama a atenção nos últimos anos: sua participação passou de 10,7% em 2000 para 30,1% em 2009; a China já é o maior abastecedor do mercado paraguaio, superando o Brasil, cuja participação em 2009 foi de 23,3%. A China está prestes a empatar com a participação conjunta dos membros do MERCOSUL, que é de aproximadamente 40%. No Uruguai, o peso relativo da China nas importações em 2009 foi o mais baixo entre os países do MERCOSUL: 11,9%, embora tenha subido consideravelmente em relação ao índice de 2000 (3,2%).

Devido ao aumento da participação da China, cabe perguntar se esse fenômeno causou prejuízo aos sócios do MERCOSUL, por meio do deslocamento e da substituição dos fluxos intrazona.

No caso da **Argentina**, deve-se dividir a análise em dois períodos. O Gráfico B mostra que entre 2000 e 2005 a expansão da China aparentemente não prejudicou os demais sócios do MERCOSUL, já que a sua participação nas importações também cresceu, chegando ao recorde histórico de 38%. Nesse período, as vendas da China foram especialmente expressivas em três categorias de produtos: bens de capital, peças e acessórios para bens de capital e bens de consumo, que representaram mais de 70% das vendas chinesas para a Argentina em 2005. O MERCOSUL também conseguiu elevar a sua participação nestas três categorias, assim como nas importações de carros. O avanço da China afetou os fornecedores da União Europeia (UE) e aos incluídos no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), em todas as categorias de produtos, exceto os combustíveis.

De 2005 a 2009, no entanto, houve uma queda da participação do MERCOSUL nas importações argentinas de 4,1 pontos percentuais (p.p.), exclusivamente pela perda de participação de mercado no Brasil (-4,4 p.p.). A principal evidência de que houve substituição de produtos do MERCOSUL pelos provenientes da China é que o aumento da participação do país asiático no mesmo período (+4,6 p.p.) foi semelhante à perda do bloco, enquanto os demais países e blocos econômicos mantiveram suas participações relativamente constantes, inclusive os do TLCAN e da UE.

O deslocamento da produção do MERCOSUL se concentrou em três categorias de produtos:

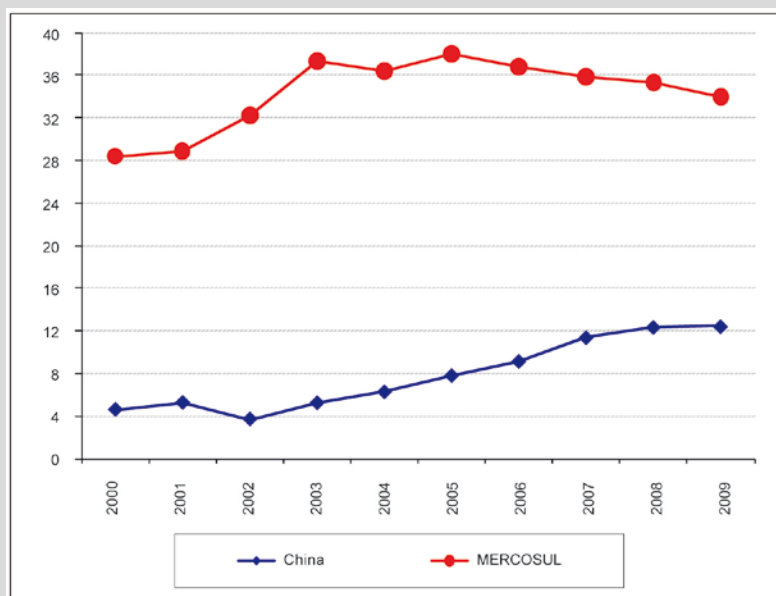
Boxe B (CONTINUAÇÃO)

- *Bens de capital*: as exportações do MERCOSUL para a Argentina acumularam uma queda de 15,6% em 2005, em contraste com o crescimento de 126% das vendas chinesas no mesmo período; a participação de mercado do MERCOSUL nestes produtos passou de 36,8% em 2005 para 24,9% em 2009, enquanto a da China subiu de 9,7% para 17,6%.
- *Bens intermediários*: as exportações do MERCOSUL cresceram apenas 7,6% no acumulado entre 2005 e 2009, contra um crescimento de 127,7% das exportações chinesas; a participação de mercado do MERCOSUL caiu de 41,3% em 2005 para 36,6% em 2009, ao mesmo tempo que a da China subiu de 5,8% para 10,9%.
- *Bens de consumo (exceto carros de passeio)*: as exportações do MERCOSUL cresceram 31,8% em 2005-2009, contra um crescimento de 108,5% das exportações chinesas; a participação de mercado do MERCOSUL diminuiu de 33,2% em 2005 para 27,3% em 2009, enquanto a da China subiu de 18% para 23,4%.

É importante destacar que a perda da participação de mercado dos demais países e blocos econômicos nestas três categorias de produtos foi pequena e, no caso dos bens de capital, houve um aumento na participação do TLCAN e da UE. No setor de carros, o MERCOSUL também teve perda de participação de mercado na Argentina entre 2005 e 2009, em benefício de compras vindas do TLCAN, embora o bloco tenha continuado representando mais de 70% das importações.

Gráfico B. Argentina: participação da China e do MERCOSUL nas importações totais do país, 2000-2009

Em %



Fonte: INDEC.

No que se refere às importações do **Brasil**, o Gráfico C mostra que o aumento da participação da China vem ocorrendo de maneira concomitante com a queda da participação dos sócios do MERCOSUL, no entanto, esta foi de apenas 3,7 p.p. entre 2000 e 2009, equivalente a apenas um terço do avanço registrado pela China no mesmo período.

Boxe B (CONTINUAÇÃO)

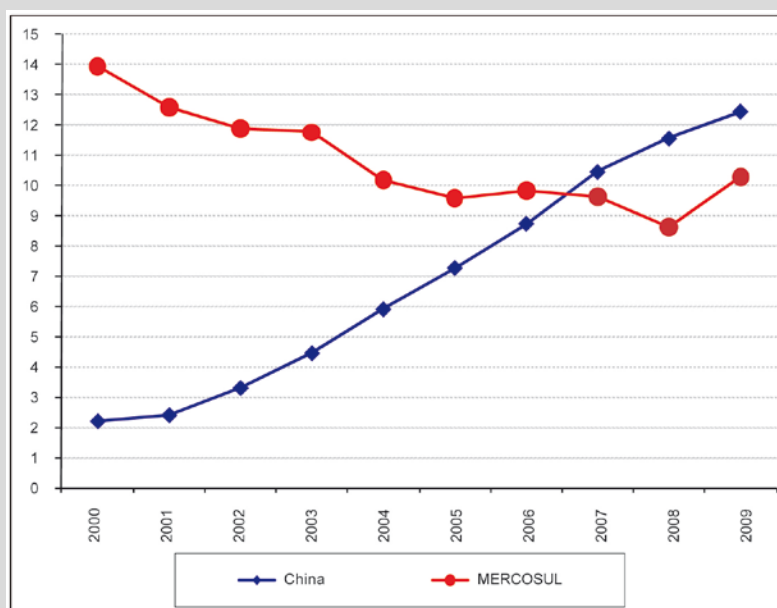
De fato, não há evidência de que as vendas da Argentina, do Paraguai e do Uruguai estejam perdendo espaço para os produtos chineses, considerando-se que os produtos que o Brasil importa do MERCOSUL são bem diferentes dos provenientes da China. Cerca de 75% das vendas do MERCOSUL para o Brasil se concentram em cinco setores: veículos automotores, produtos agropecuários, alimentos e bebidas, petróleo e derivados, e produtos químicos. Em contraste, os setores que mais contribuíram para o aumento da participação da China nas importações brasileiras de 2000 a 2009 foram computadores e equipamentos de informática (37 p.p.), produtos têxteis (36,6 p.p.), material eletrônico e aparelhos de comunicação (34,9 p.p.), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (21,5 p.p.), máquinas e equipamentos (11,9 p.p.) e produtos químicos (5 p.p.).

Só com a venda destes últimos os sócios do MERCOSUL exibiam volumes significativos de exportação para o Brasil em 2000 (US\$ 853 milhões), mas a perda de participação de mercado nas importações brasileiras foi pouco relevante no período (de 8,1% para 6% em 2009).

Os maiores prejudicados com o avanço da China foram os países do TLCAN, cuja participação total nas importações brasileiras de 2000 a 2009 caiu 7,4 p.p., seguidos pela UE, com uma perda de 3,1 p.p. Estes blocos dominavam as importações brasileiras na maior parte dos setores nos quais a China mais cresceu, principalmente em máquinas e equipamentos, materiais elétricos, materiais eletrônicos e produtos químicos.

Gráfico C. Brasil: participação da China e do MERCOSUL nas importações totais do país, 2000-2009

Em %



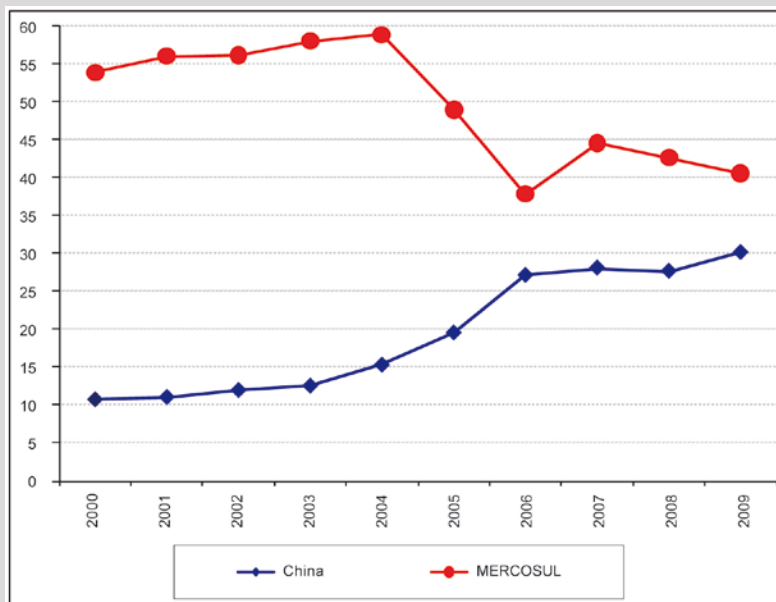
Fonte: SECEX-MDIC.

No caso do **Paraguai**, o Gráfico D mostra que quase toda a conquista de mercado da China nas importações ocorreu no triênio 2004-2006 (14,5 p.p.), justamente o período em que houve uma queda mais relevante da participação do MERCOSUL (21 p.p.). O aumento da participação chinesa se deveu primordialmente ao crescimento extraordinário das vendas de equipamentos, máquinas e motores, que se multiplicaram por sete em apenas três anos. Em 2006, estes produtos representavam mais de 60% das exportações do país para o Paraguai.

Boxe B (CONTINUAÇÃO)

Gráfico D. Paraguai: participação da China e do MERCOSUL nas importações totais do país, 2000-2009

Em %



Fonte: Banco Central do Paraguai.

No que diz respeito ao MERCOSUL, a maior parte da perda de mercado nas importações paraguaias durante o período 2004-2006 se concentrou em três grupos de produtos:

- *Combustíveis e lubrificantes*: era o principal grupo da cesta exportadora do MERCOSUL para o Paraguai, com a maior parte das vendas provenientes da Argentina. No período considerado, estas vendas tiveram uma queda em valores absolutos, enquanto as importações totais do Paraguai continuaram crescendo em índices elevados.
- *Equipamentos, máquinas e motores*: terceiro setor mais importante nas vendas do MERCOSUL, basicamente provenientes do Brasil. No período, as importações totais do Paraguai deste setor cresceram dez vezes mais do que as encomendas feitas ao MERCOSUL.
- *Material de transporte e acessórios*: era o quinto item em importância na cesta de exportações do MERCOSUL para o Paraguai, originárias principalmente do Brasil. No período, as importações totais do Paraguai destes produtos cresceram três vezes mais do que os pedidos feitos ao MERCOSUL.

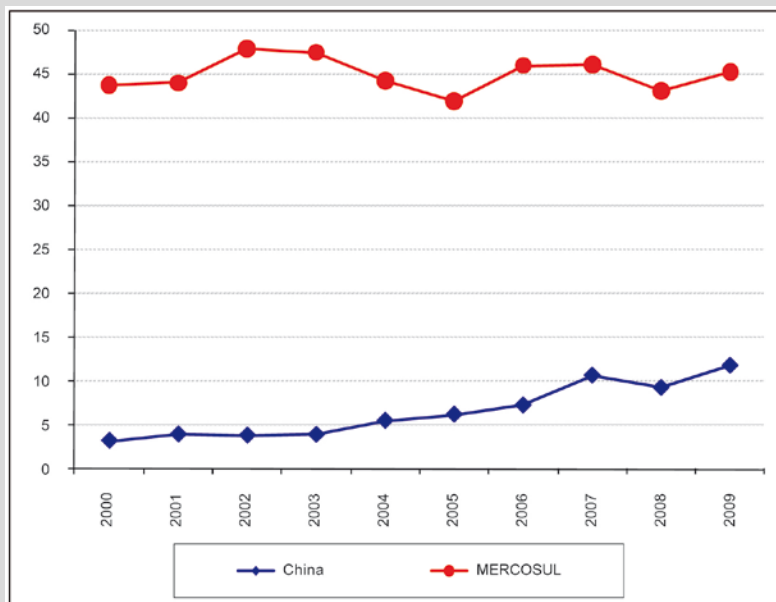
São fortes, portanto, as evidências de que a China passou à frente do Brasil nas vendas de equipamentos, máquinas e motores para o Paraguai nesse período. Em combustíveis e lubrificantes, a perda do MERCOSUL se deve aos problemas da oferta de petróleo da Argentina. No caso do material de transporte e acessórios, a menor participação do MERCOSUL foi acompanhada do crescimento das exportações do Japão, que em 2006 já respondia por mais da metade das importações paraguaias.

No caso do **Uruguai**, a participação do MERCOSUL se mantém razoavelmente estável ao longo do período 2000-2009, oscilando em torno de 45% (Gráfico 4). Quase todo o aumento da participação de mercado da China ocorreu em detrimento das importações feitas da UE, cuja participação de 2000 a 2009 sofreu uma redução de 7,7 p.p., e em menor proporção também dos países do TLCAN, cuja perda foi de 1,6 p.p.

Boxe B (CONTINUAÇÃO)

Gráfico E. Uruguai: participação da China e do MERCOSUL nas importações totais do país, 2000-2009

Em %



Fonte: Banco Central do Uruguai.

Exportações, comércio mundial e market-share

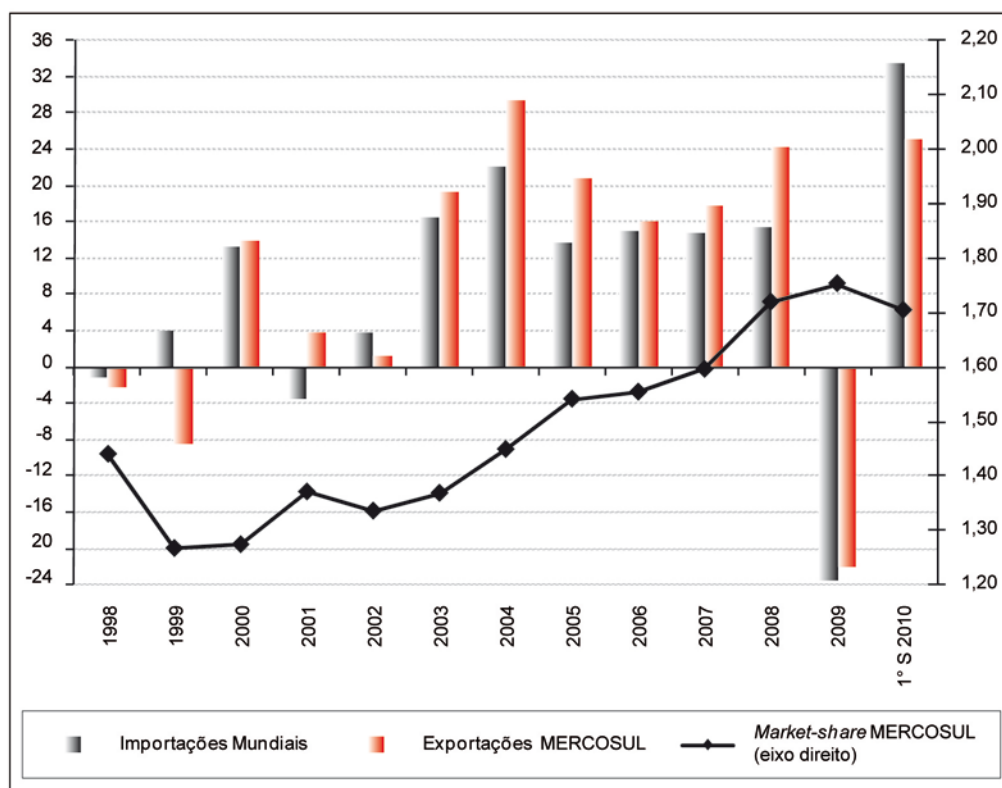
A crise internacional não impediu que o MERCOSUL continuasse aumentando seu *market-share* no comércio mundial em 2009, que alcançou 1,75%, o percentual mais elevado desde a década de 1980. A queda das exportações do bloco (-22,0%) foi inferior à queda das importações mundiais no ano (23,5%). De fato, o *market-share* do bloco havia se elevado continuamente ao longo do período 2003-2008, conforme evidenciado no Gráfico 13, com um desempenho exportador sempre superior ao das importações mundiais em todos os anos entre 2003 e 2008.

No primeiro semestre de 2010, porém, as exportações do MERCOSUL não acompanharam o ritmo de recuperação das importações mundiais, que tiveram alta de 33,5% em relação ao mesmo período de 2009. Com isso o *market-share* do bloco reduziu-se para 1,70%, percentual semelhante ao observado em 2008. De qualquer modo, a perspectiva de que as exportações do bloco sustentem o ritmo de crescimento no segundo semestre do ano, ao lado de uma esperada desaceleração das importações mundiais no mesmo período,⁵⁰ é possível que a participação do bloco se recupere e feche o ano de 2010 em níveis próximos aos de 2009.

⁵⁰ Conforme informações disponíveis em *press release* divulgado pela OMC em 20 de setembro de 2010.

Gráfico 13. Crescimento das exportações do MERCOSUL e das importações mundiais e evolução do *market-share* do MERCOSUL, 1998 ao 1º semestre de 2010

Em %



Fonte: FMI, INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

B. Comércio dos países

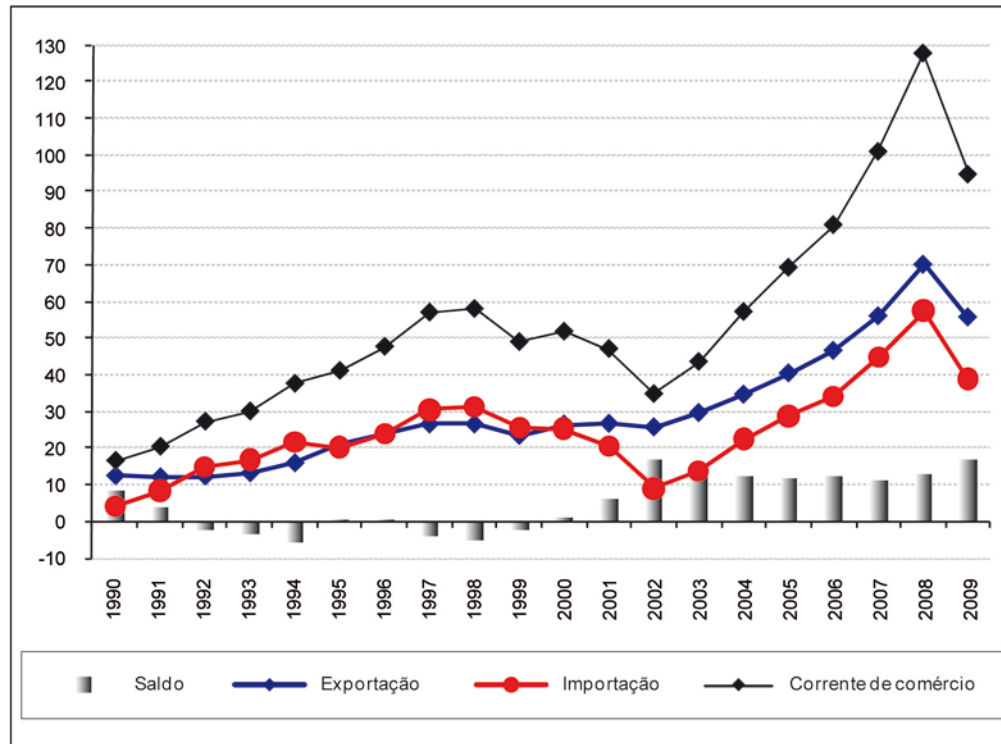
Argentina

Os fluxos de comércio exterior da Argentina em 2009 tiveram desempenho negativo pela primeira vez desde 2002, com as exportações registrando queda de 20,5% e caindo para US\$ 55,7 bilhões, ao passo que as importações tiveram redução ainda mais expressiva, de 32,5%, somando US\$ 38,8 bilhões. O superávit comercial elevou-se para US\$ 16,9 bilhões, o maior da história do país, e a corrente de comércio foi de US\$ 94,4 bilhões (Gráfico 14). Os efeitos da crise internacional interromperam uma fase de crescimento acelerado dos fluxos de comércio que já durava seis anos, desde o final da crise que se seguiu ao fim de regime de conversibilidade. Entre 2003 e 2008 as exportações haviam registrado alta de 18,2% a.a., enquanto as importações cresceram 36,2% a.a.

No primeiro semestre de 2010 as exportações já mostraram recuperação, com alta de 17,8% em comparação com o mesmo período de 2009. As importações, porém, cresceram a um ritmo bem mais acelerado no período (42,8%), levando a uma redução de 25,6% do saldo comercial, que caiu para US\$ 7,4 bilhões. Tendo em vista as perspectivas para o segundo semestre, é bem provável que o saldo total do ano seja sensivelmente inferior ao de 2009.

Gráfico 14. Argentina: fluxos de comércio no período 1990-2009

Bilhões de US\$



Fonte: INDEC.

O mau desempenho das exportações do país em 2009 foi determinado principalmente pelos produtos primários, que tiveram queda de 42,6% no ano, bem acima das taxas referentes aos manufaturados de origem industrial (-23,3%), dos manufaturados de origem agrícola (-18,8%) e dos combustíveis (-9,8%). Com efeito, embora representassem apenas 23,0% da pauta total do país, os primários foram responsáveis por quase metade da queda total verificada nas exportações em 2009.

Destaca-se a queda das vendas de três produtos de grande importância na pauta do país: grãos de soja (-62,9%), trigo (-60,0%) e milho (-55,8%). Juntos, estes três itens representaram uma redução de US\$ 6,3 bilhões nas exportações do país. Merecem destaque também a redução das vendas de óleo de soja (-32,2%), naftas (-47,1%), óleo de girassol (-52,2%) e "fuel oil". Os únicos produtos de peso relativamente elevado na pauta e que tiveram desempenho positivo das exportações em 2009 foram óleos de petróleo cru (42,5%) e farinhas e "pellets" da extração de óleo de soja (15,3%).

No primeiro semestre de 2010, a recuperação das exportações foi comandada justamente pelos produtos primários, que tiveram alta de 54,0%, influenciados pelo ótimo desempenho das vendas de soja em grão (144,2%) e milho (88,4%). Houve boa contribuição também dos manufaturados de origem industrial (33,0%), especialmente os automóveis de uso pessoal (64,9%), ao passo que os manufaturados de origem agrícola e os combustíveis tiveram quedas (-5,0% e -3,0%, respectivamente).

Quanto à composição das importações, houve redução expressiva em 2009 em todas as categorias de uso, notadamente nos combustíveis (-40,0%) e nos bens intermediários (-38,0%). A recuperação no primeiro semestre de 2010 também foi generalizada entre as diversas categorias.

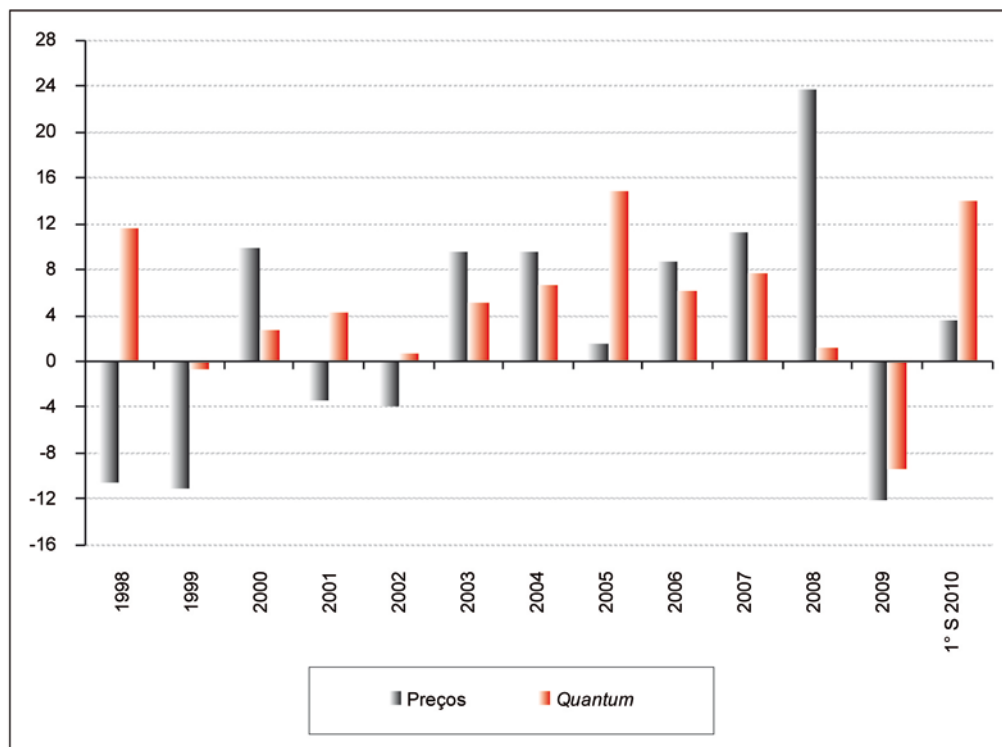
O Gráfico 15 ilustra que a redução dos montantes exportados em 2009 deveu-se tanto à redução dos preços de exportação (-12,2%) quanto à queda do *quantum* (-9,3%). Entre 2006 e 2008 os preços haviam sido o principal fator determinante do crescimento das exportações, e a redução verificada em 2009 devolveu apenas parte dos ganhos extraordinários obtidos ao longo do ano de 2008, de forma que o índice médio de 2009 ainda ficou acima da média registrada em 2007. No caso do *quantum*, a perda foi mais significativa, visto que o índice retrocedeu a níveis inferiores aos registrados em 2006.

Como os preços de importação também tiveram queda expressiva em 2009, o país foi capaz de preservar os ganhos de termos de troca obtidos nos anos anteriores, visto que o índice de 2009 ficou apenas 0,4% abaixo do observado no ano anterior. Desde 2002 o país acumula um ganho de termos de troca da ordem de 33,0%.

No primeiro semestre de 2010 a recuperação das exportações do país foi comandada pelo crescimento do *quantum*, que foi de 14,0%, combinado com um modesto ganho de preços, de 3,6%. Houve novamente uma ligeira redução dos termos de troca, de 0,4%, mas o índice permaneceu muito próximo do recorde histórico atingido em 2008.

Gráfico 15. Argentina: crescimento dos preços e do *quantum* de exportação, 1998 ao 1º semestre de 2010

Em %



Fonte: INDEC.

A redução das exportações argentinas para os sócios do MERCOSUL em 2009 (-14,0%) foi menor do que a observada nas exportações totais, fazendo com que a participação dos três países nas vendas totais do país aumentasse para 24,9%, o equivalente a US\$ 13,9 bilhões. Este percentual foi o mais alto desde 2001, solidificando a tendência de recuperação da importância do MERCOSUL nas vendas da Argentina. O Brasil foi o principal destino (20,4% das vendas totais). No primeiro semestre de 2010 o MERCOSUL voltou a ter desempenho superior à média (alta de 30,0%), especialmente em virtude do crescimento das vendas para o Brasil (41,0%) e Paraguai (44,9%), ao passo que as exportações para o Uruguai tiveram queda de 34,6% (Quadro 6).

Do lado das importações, a queda das compras originárias dos sócios (-35,1%) foi maior do que a queda total, o que provocou redução do peso do bloco na pauta importadora do país para 33,9% - bem abaixo do pico de 38,0% registrado em 2005. A redução foi especialmente forte nas compras do Paraguai (-60,8%), embora isso explique apenas 15,2% da queda total. No primeiro semestre de 2010 as compras do bloco cresceram a uma taxa muito próxima da média (43,0%), puxadas primordialmente pelo crescimento de 52,1% das importações originárias do Brasil, e a despeito da queda das importações paraguaias.

O saldo comercial da Argentina com os parceiros do MERCOSUL, que desde 2004 registrava déficits crescentes, voltou a ser superavitário em 2009 no montante de US\$ 706 milhões, sobretudo devido à redução do déficit com o Brasil (de US\$ 4,7 bilhões em 2008 para US\$ 690 milhões em 2009) e pelos resultados positivos obtidos junto a Paraguai e Uruguai. No primeiro semestre de 2010, contudo, o país voltou a registrar déficit com os sócios, de US\$ 301 milhões, por conta do aumento de quase 300% do déficit com o Brasil, na comparação com o mesmo período de 2009.

Quadro 6. Argentina: fluxos de comércio com os países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
MERCOSUL/total(%)	22,3	19,0	23,0	24,9	-	22,4	24,7	-
MERCOSUL	5.718	7.689	16.123	13.865	-14,0	6.130	7.969	30,0
Brasil	4.846	6.335	13.272	11.374	-14,3	4.878	6.876	41,0
Paraguai	343	509	1.088	843	-22,5	345	500	44,9
Uruguai	529	845	1.763	1.649	-6,5	906	593	-34,6
Importações								
MERCOSUL/total(%)	32,2	38,0	35,3	33,9	-	33,3	33,3	-
MERCOSUL	2.895	10.909	20.287	13.159	-35,1	5.783	8.270	43,0
Brasil	2.517	10.187	17.977	12.064	-32,9	5.108	7.771	52,1
Paraguai	255	453	1.783	699	-60,8	497	291	-41,4
Uruguai	122	269	527	396	-24,8	178	208	17,0
Saldo comercial								
MERCOSUL	2.823	-3.220	-4.164	706	-	347	-301	-
Brasil	2.329	-3.852	-4.704	-690	-85,3	-230	-895	288,9
Paraguai	87	56	-695	144	-120,7	-151	210	-238,3
Uruguai	407	576	1.236	1.252	1,4	729	384	-47,2

Fonte: INDEC.

A despeito da queda do valor exportado, a Argentina conseguiu elevar seu *market-share* nas importações dos parceiros do MERCOSUL em 2009, embora ele ainda permaneça bem abaixo dos níveis recorde atingidos no final da década de 1990. O *market-share* atingiu 8,9% no Brasil, 13,0% no Paraguai e 24,8% no Uruguai. Entretanto, estes percentuais voltaram a se reduzir no primeiro semestre de 2010.

As exportações da Argentina para os mercados fora do MERCOSUL (extrazona) foram de US\$ 41,8 bilhões em 2009, com queda de 22,4% em relação ao ano anterior. O destaque foi a redução das vendas para os países do NAFTA (-32,3%), que viram sua participação na pauta exportadora do país reduzir-se para apenas 11,9%, pouco mais da metade do percentual registrado no início da década (Quadro 7). A Ásia permaneceu como principal destino das vendas argentinas, com participação de 26,1%, contra 24,7% da União Europeia. No primeiro semestre de 2010, as exportações extrazona cresceram 14,3%, com bom desempenho das vendas para Ásia (25,2%) e para a ALADI (14,4%) e crescimento anêmico para o NAFTA e a União Europeia (1,0% em ambos os casos).

Quadro 7. Argentina: fluxos de comércio extrazona segundo países e blocos econômicos, em períodos selecionados
Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
Extra-zona/total (%)	77,7	81,0	77,0	75,1	-	77,6	75,3	-
Extra-zona	19.932	32.698	53.898	41.803	-22,4	21.248	24.282	14,3
NAFTA	3.744	5.954	7.372	4.994	-32,3	2.453	2.478	1,0
U. Europeia	5.114	6.846	13.234	10.315	-22,1	4.960	5.010	1,0
ALADI*	4.247	6.715	9.447	8.265	-12,5	4.040	4.620	14,4
Ásia	4.435	7.825	13.816	10.904	-21,1	6.089	7.620	25,2
Demais países	2.393	5.359	10.029	7.325	-27,0	3.705	4.554	22,9
Importações								
Extra-zona/total (%)	67,8	62,0	64,7	66,1	-	66,7	66,7	-
Extra-zona	6.093	17.778	37.136	25.621	-31,0	11.584	16.532	42,7
NAFTA	430	1.300	8.936	6.595	-26,2	3.015	3.739	24,0
U. Europeia	2.028	4.832	9.013	6.402	-29,0	2.885	4.501	56,0
ALADI*	255	1.011	1.542	1.211	-21,5	568	752	32,3
Ásia	1.072	4.926	11.393	7.972	-30,0	3.640	5.097	40,0
Demais países	2.309	5.709	6.252	3.441	-45,0	1.475	2.443	65,6
Saldo comercial								
Extra-zona	13.839	14.920	16.762	16.182	-3,5	9.664	7.750	-19,8
NAFTA	3.315	4.654	-1.564	-1.601	2,4	-562	-1.261	124,4
U. Europeia	3.086	2.014	4.221	3.913	-7,3	2.075	509	-75,5
ALADI*	3.992	5.704	7.905	7.054	-10,8	3.472	3.868	11,4
Ásia	3.363	2.898	2.423	2.932	21,0	2.449	2.523	3,0
Demais países	84	-350	3.777	3.884	2,8	2.230	2.111	-5,3

Nota: * Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: INDEC.

As importações extrazona tiveram queda de 31,0% em 2009, com quedas expressivas das compras originárias de todas as principais regiões. A Ásia continuou sendo a principal região de origem das importações argentinas, com 31,1% da pauta, seguida pelo NAFTA, com 25,7% e pela União Europeia, com 25,0%. No primeiro semestre de 2010 as importações extrazona cresceram 42,7%, com destaque para a alta de 56,0% das compras oriundas da União Europeia. Com isso, a participação dessa região na pauta importadora aumentou para 27,2%, mantendo-se ainda abaixo do percentual referente à Ásia (30,8%).

No que concerne ao saldo comercial, o Quadro 7 mostra que a Argentina registrou déficit comercial em 2009 apenas com o NAFTA (-US\$ 1,6 bilhão), contrastando com superávits expressivos com as demais regiões, destacadamente a ALADI (US\$ 7 bilhões). Em comparação com os anos anteriores, vale destacar a trajetória do saldo com os países do NAFTA, que era positivo até 2007 e tornou-se negativo em 2008 e 2009. O quadro não se alterou significativamente no primeiro semestre de 2010, sendo digna de nota a redução do superávit com a União Europeia, para apenas US\$ 509 milhões, e o aumento do déficit com o NAFTA, para US\$ 1,3 bilhão.

Brasil

Os fluxos de comércio exterior do Brasil sofreram queda expressiva em 2009, em resposta à deterioração do cenário econômico internacional. Entretanto, o resultado acabou por ser positivo para a balança comercial, que registrou superávit de US\$ 25,3 bilhões, 2,4% maior do que o do ano anterior. Isso porque a queda das importações, de 26,3%, foi superior à retração de 22,7% das exportações. Como pode ser observado no Gráfico 16, foi a primeira vez que as exportações sofreram queda desde 1998, ao passo que as importações haviam se contraído pela última vez em 2002. A corrente de comércio teve retração de 24,4% no ano, caindo para US\$ 280,6 bilhões.

Os fluxos apresentaram forte recuperação no primeiro semestre de 2010, principalmente as importações, que somaram US\$ 81,3 bilhões, com alta de 45,1% em comparação com o mesmo período de 2009. As exportações alcançaram US\$ 89,2 bilhões, com crescimento de 27,5%. Essa diferença entre o ritmo de crescimento das compras e das vendas externas fez com que o superávit comercial sofresse queda de 43,4%. Na verdade, os dados de 2010 retomam as tendências verificadas antes da eclosão da crise internacional, após um breve interregno em 2009: aumento das importações em ritmo bem mais acelerado do que o das exportações e redução do saldo comercial, que deverá fechar o ano com um superávit da ordem de US\$ 15 bilhões, o pior resultado dos últimos oito anos.

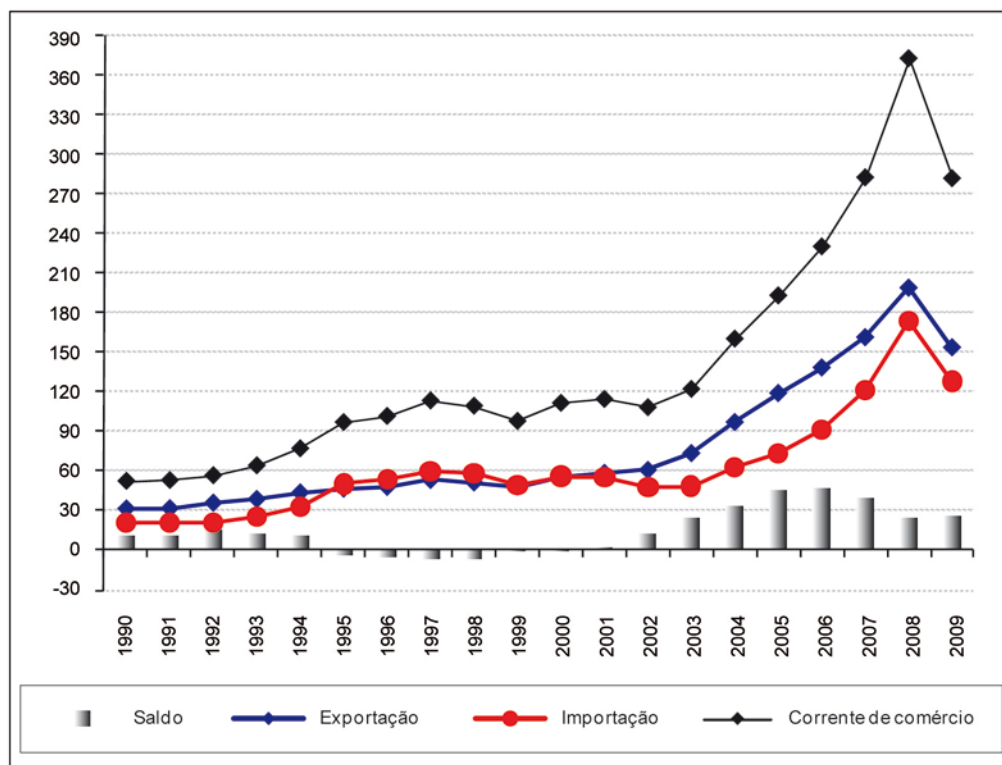
A redução das exportações em 2009 atingiu todas as classes de produtos exportados, especialmente os manufaturados (-27,3%) e os semimanufaturados (-24,3%). Os produtos básicos tiveram redução mais branda (-15,2%), em virtude do crescimento das vendas de produtos importantes na pauta, como soja e resíduos da extração de óleo de soja, bem como pela queda pouco acentuada de itens como café em grão, carne de frango e minério de ferro. Entre os semimanufaturados, houve queda expressiva de produtos importantes como celulose, semimanufaturados de ferro e aço, ferro-ligas, couros e peles e óleo de soja. Já entre os manufaturados o desempenho foi negativo em quase todos os itens da pauta, com destaque para a indústria automotiva, os aviões e as máquinas e equipamentos.

No primeiro semestre de 2010, a recuperação das exportações brasileiras vem sendo comandada pelos produtos básicos (31,6%) e pelos semimanufaturados (40,0%). Dentre estes últimos, destaca-se o forte crescimento das vendas do açúcar de cana em bruto -que já ocupa posição importante entre os principais produtos de exportação do país-, pela celulose e pelos semimanufaturados de ferro e aço. No caso dos básicos, o crescimento mais elevado deve-se

principalmente às vendas de petróleo em bruto (194,3%), destacando-se também as altas de minério de ferro, carne bovina, carne de frango e café em grão. Os manufaturados vêm tendo uma recuperação mais lenta (alta de 19,3% no semestre) impulsionada pelas vendas da indústria automotiva e de alguns produtos químicos e petroquímicos, além de máquinas e equipamentos.

Gráfico 16. Brasil: fluxos de comércio no período 1990-2009

Bilhões de US\$



Fonte: SECEX-MDIC.

Quanto à composição das importações, observa-se que a queda de 2009 atingiu todas as categorias de uso, mais foi mais intensa no caso dos combustíveis (-46,0%), principalmente por conta do recuo dos preços do petróleo, e nos bens intermediários (-28,3%), neste caso em resposta á forte contração da atividade industrial doméstica. A queda das compras de bens de capital foi mais moderada (-12,6%) e nos bens de consumo registrou-se virtual estabilidade em relação a 2008, em virtude da manutenção dos níveis de renda e consumo da população brasileira mesmo diante da crise.

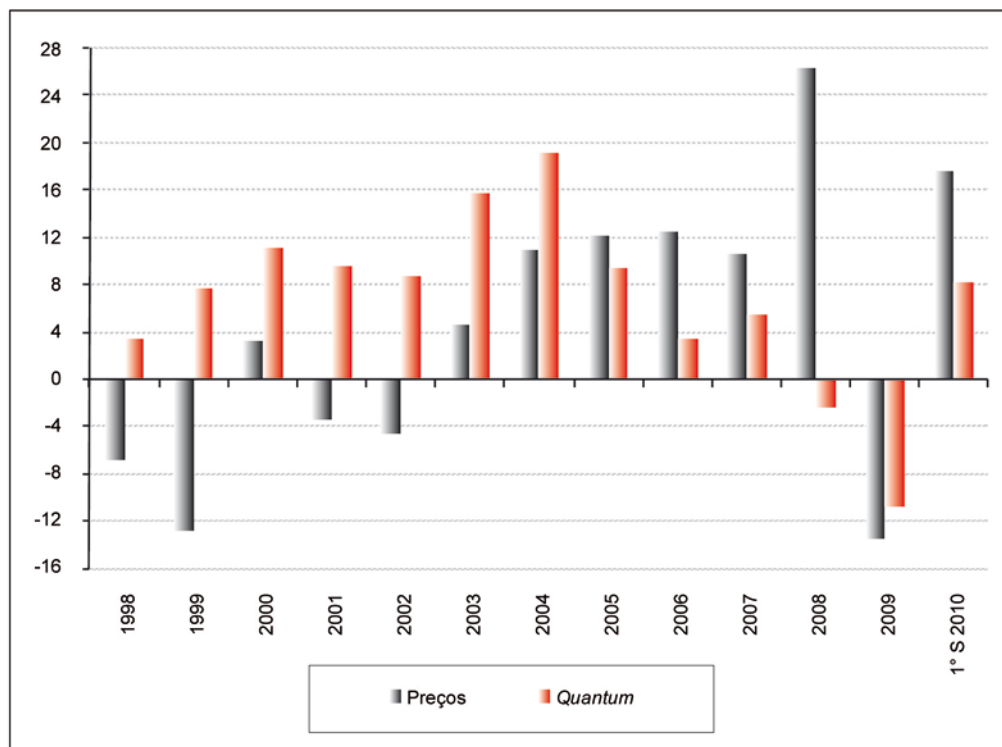
No primeiro semestre de 2010 a recuperação das importações atingiu todas as categorias de uso, mais intensamente os combustíveis (86,1%), os bens intermediários (45,3%) e os bens de consumo (42,9%), sendo mais lenta a retomada dos bens de capital (20,2%).

A retração das exportações brasileiras em 2009 deveu-se tanto à queda das quantidades exportadas, de 10,7%, quanto à redução dos preços de exportação, que foi de 13,4% (Gráfico 17). A queda dos preços, porém, representou apenas a devolução de parte dos ganhos extraordinários obtidos em 2008, por conta da explosão das cotações das *commodities* agrícolas e minerais, de forma que o índice de preço de 2008 ainda permaneceu 9,4% acima do índice médio de 2007. Já a queda do

quantum representou um grande retrocesso, visto que o índice voltou a níveis semelhantes aos observados no biênio 2004-2005. A propósito, o Gráfico 17 ilustra que desde 2005 o crescimento das exportações brasileiras vinha sendo determinado primordialmente pelos ganhos de preço.

Gráfico 17. Brasil: Crescimento dos preços e do *quantum* de exportação, 1998 ao 1º semestre de 2010

Em %



Fonte: FUNCEX, com base nos dados da SECEX-MDIC.

No primeiro semestre de 2010 esta mesma tendência voltou a se verificar, visto que os preços foram responsáveis por cerca de 2/3 do crescimento do valor exportado (17,6%) e o *quantum* teve alta de 8,3%, mantendo-se ainda longe dos níveis alcançados no pré-crise.

Com relação aos termos de troca, o Brasil vinha obtendo ganhos razoavelmente modestos antes da crise (alta acumulada de 11,6% entre 2003 e 2008) e sofreu redução em 2009 (-2,3%). No primeiro semestre de 2010, porém, a recuperação dos fluxos de comércio foi caracterizada por aumentos expressivos de preços do lado das exportações e uma virtual estabilidade nos preços de importação, o que permitiu que o país obtivesse um ganho de termos de troca de 15,2% em relação ao primeiro semestre de 2009. Com isso, o índice de termos de troca atingiu o nível mais elevado dos últimos 20 anos.

As exportações brasileiras direcionadas aos parceiros do MERCOSUL somaram US\$ 15,8 bilhões em 2009, com redução de 27,2% em relação a 2008 (Quadro 8). O montante foi equivalente a 10,3% das vendas totais do país, sendo 8,4% direcionados para a Argentina, 1,1% para o Paraguai e 0,9% para Uruguai. Foi a primeira vez desde 2002 que a participação dos sócios

do bloco registrou redução, mas o percentual ainda é bastante inferior ao registrado no final da década de 1990, que alcançava a casa dos 17,0%.

Nas importações, ao contrário, a queda menos acentuada das compras originárias do MERCOSUL em relação ao total do país (-12,2% contra -26,3%) fez com que a participação do MERCOSUL aumentasse para 10,3%, o percentual mais elevado dos últimos seis anos - embora ainda bem inferior ao recorde de 16,3% atingido em 1998. A Argentina contribuiu com 8,8% do total, com o Uruguai respondendo por 1,0% e o Paraguai, por 0,5%.

Quadro 8. Brasil: fluxos de comércio com os países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
MERCOSUL/total (%)	5,5	9,9	11,0	10,3	-	8,9	10,9	-
MERCOSUL	3.311	11.746	21.737	15.829	-27,2	6.196	9.697	56,5
Argentina	2.347	9.930	17.606	12.785	-27,4	4.941	7.812	58,1
Paraguai	560	963	2.488	1.684	-32,3	697	1.197	71,7
Uruguai	413	853	1.644	1.360	-17,3	558	688	23,3
Importações								
MERCOSUL/total (%)	11,9	9,6	8,6	10,3	-	10,3	9,4	-
MERCOSUL	5.615	7.054	14.934	13.107	-12,2	5.759	7.681	33,4
Argentina	4.744	6.241	13.258	11.281	-14,9	4.985	6.712	34,6
Paraguai	383	319	658	585	-11,0	212	278	31,0
Uruguai	485	494	1.018	1.240	21,8	561	691	23,1
Saldo comercial								
MERCOSUL	-2.304	4.692	6.804	2.722	-60,0	437	2.016	361,1
Argentina	-2.397	3.689	4.348	1.504	-65,4	-44	1.100	-
Paraguai	177	644	1.830	1.098	-40,0	485	918	89,5
Uruguai	-72	359	626	120	-80,9	-3,3	-2,6	-23,2

Fonte: SECEX-MDIC.

Como resultado do grande diferencial entre as taxas de variação das exportações e das importações, o saldo comercial brasileiro com os sócios do MERCOSUL teve queda de 60,0% em 2009, caindo para US\$ 2,7 bilhões, o pior resultado desde 2004. Em termos absolutos, a maior queda do saldo se deu com a Argentina (-US\$ 2,8 bilhões), seguida pelo Paraguai (-US\$ 731 milhões) e pelo Uruguai (-US\$ 506 milhões), mas os saldos permaneceram positivos em todos os casos.

No primeiro semestre de 2010 o quadro foi bastante diferente, visto que as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram 56,5%, alcançando US\$ 9,7 bilhões, e as importações tiveram alta de 33,4%, subindo para US\$ 7,7 bilhões. Com isso, o superávit do país com os sócios aumentou quase cinco vezes em relação ao observado no primeiro semestre de 2009, alcançando US\$ 2 bilhões. A participação do bloco nas vendas totais do país aumentou para 10,9% enquanto a participação nas importações recuou para 9,4%.

A despeito da queda das exportações, o Brasil conseguiu elevar a participação brasileira nas importações dos parceiros MERCOSUL em 2009, tendo em vista que as importações dos três países tiveram redução ainda mais expressiva (de 30,5%). O *market-share* do Brasil alcançou 30,5%, com ganho de 1,4 p.p. em relação ao ano anterior. Entretanto, ele ainda permanece abaixo do recorde histórico de 33,0% alcançado em 2005. O Brasil respondeu em 2009 por 33,0% das importações totais da Argentina, 25,9% das importações paraguaias e 20,4% das uruguaias.

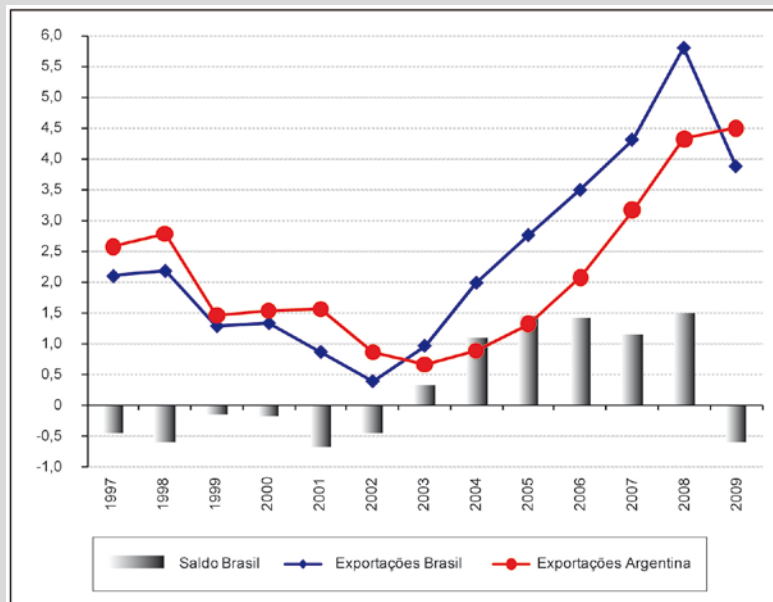
Boxe C. O Comércio Brasil-Argentina no setor automobilístico

Desde a criação do MERCOSUL, a indústria automobilística tem ocupado espaço importante nos fluxos de comércio entre Brasil e Argentina. Já no final da década de 1990 a corrente de comércio bilateral no setor alcançava quase US\$ 5 bilhões, o equivalente a cerca de um terço do comércio total entre os países. Houve uma drástica redução destes fluxos entre 1999 e 2002, em virtude da sequência de crises que afetou as economias da região. Mas a recuperação econômica que se seguiu voltou a impulsionar o comércio automotivo, que alcançou em 2009 o montante de US\$ 10,2 bilhões, cerca de 33% do comércio bilateral total. Até 2002, o saldo comercial no setor era favorável à Argentina, mas entre 2003 e 2008 o Brasil passou a acumular superávits expressivos, que alcançaram o recorde de US\$ 1,5 bilhão em 2008 (Gráfico F).

Em 2009 houve queda expressiva das exportações do **Brasil** para a Argentina (-33,0%), mas as compras brasileiras continuaram crescendo (4,1%), o que permitiu que o saldo comercial voltasse a ser favorável à Argentina em US\$ 600 milhões. No primeiro semestre de 2010 o setor teve uma recuperação exuberante, com a corrente de comércio bilateral registrando crescimento de 73,7%. O crescimento foi mais acelerado nas exportações brasileiras, o que levou o saldo comercial setorial a ser novamente superavitário em favor do Brasil (US\$ 113 milhões).

Gráfico F. Comércio Brasil-Argentina na indústria automobilística, 1997-2009

Bilhões de US\$



Fonte: SECEX-MDIC.

Boxe C (CONTINUAÇÃO)

A maior parte do comércio bilateral no setor automotivo refere-se a automóveis, camionetas e utilitários prontos, que têm respondido por 60% a 70% do total do setor, com os caminhões, ônibus, carrocerias, partes e peças respondendo pelos restantes 30% a 40%. Mas o Quadro A mostra que há certa assimetria entre os dois países. As vendas da Argentina são mais concentradas no primeiro grupo de produtos, que nos últimos anos têm representado mais de 70% do total do setor - em 2009, a participação chegou a 81,8%. As autopeças têm participação na casa de 20% e os caminhões e ônibus respondem por menos de 5%. No caso brasileiro, os automóveis respondem por cerca de 60% das exportações para o vizinho, as autopeças por 30% e os caminhões e ônibus por cerca de 10%.

Embora haja evidências de que o setor de autopeças da Argentina possua deficiências competitivas em relação ao brasileiro, a análise dos dados desde 1997 parece indicar que a composição do comércio segundo produtos obedece também a fatores de ordem macroeconômica. Nos anos entre 2002 e 2006 as autopeças chegaram a representar mais de 30% das exportações de produtos automotivos da Argentina para o Brasil, o que pode estar relacionado à elevada ociosidade nas indústrias de ambos os países. Isso fazia com que as montadoras de cada país suprissem a demanda de bens finais sem necessidade de grandes importações. Além disso, a taxa de câmbio bilateral ainda não se apresentava tão favorável à Argentina, sabendo-se que este é um fator decisivo nas importações de automóveis, mas não tão importante no caso das autopeças.

Quadro A. Comércio Brasil-Argentina na indústria automobilística, segundo grupos de produtos, em anos selecionados

Milhões de US\$

Produtos	1997	2002	2005	2008	2009
Exportações Brasil	2.102	389	2.772	5.825	3.894
Automóveis, camionetas e utilitários	988	186	1.755	3.487	2.344
Caminhões e ônibus	375	15	422	791	270
Carrocerias, peças e acessórios	740	188	595	1.547	1.280
Exportações Argentina	2.575	854	1.319	4.333	4.510
Automóveis, camionetas e utilitários	1.981	589	769	3.265	3.688
Caminhões e ônibus	211	51	74	186	122
Carrocerias, peças e acessórios	384	213	476	882	700
Saldo Brasil	-473	-465	1.453	1.492	-616
Automóveis, camionetas e utilitários	-993	-404	987	222	-1.343
Caminhões e ônibus	164	-36	347	605	148
Carrocerias, peças e acessórios	356	-25	119	665	579

Fonte: SECEX-MDIC.

Nos anos seguintes, a moeda brasileira teve forte valorização e a demanda doméstica brasileira passou a crescer a taxas mais elevadas, o que levou a um crescimento acelerado da importação de veículos prontos, principalmente de modelos médios de maior valor unitário. Isso impactou diretamente as compras oriundas da Argentina, cuja indústria é mais especializada nestes modelos. Embora as importações de autopeças também tenham registrado um bom ritmo de crescimento, as compras de produtos finais cresceram muito mais rapidamente.

O Quadro 9 apresenta a distribuição dos fluxos comerciais extrazona do Brasil segundo os principais blocos econômicos. Em 2009, as exportações somaram 137,2 bilhões, com queda de 22,2%. A Ásia assumiu pela primeira vez a posição de principal destino das vendas brasileiras, com 28,7% do total (7,5 p.p. acima da participação de 2008), tendo sido a única região para a qual as exportações brasileiras tiveram variação positiva no ano (5,3%). A União Europeia

reduziu sua participação para 24,8%, a do NAFTA caiu para 14,7% (metade do que era há apenas cinco anos) e os países da ALADI viram sua participação reduzir-se para 8,3%.

Quadro 9. Brasil: fluxos de comércio extrazona segundo blocos econômicos, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
Extra-zona/total (%)	94,5	90,1	89,0	89,7	-	91,1	89,1	-
Extra-zona	57.128	106.783	176.205	137.166	-22,2	63.756	79.490	24,7
NAFTA	18.687	28.831	33.796	20.128	-40,4	9.254	11.723	26,7
U. Europeia	15.609	27.039	46.395	34.037	-26,6	15.990	19.281	20,6
ALADI*	4.226	9.678	17.076	11.392	-33,3	5.014	6.668	33,0
Ásia	8.798	18.566	37.442	39.426	5,3	18.847	24.386	29,4
Demais países	9.807	22.669	41.496	32.184	-22,4	14.650	17.433	19,0
Importações								
Extra-zona/total (%)	88,1	90,4	91,4	89,7	-	89,7	90,6	-
Extra-zona	41.628	66.547	158.263	114.540	-27,6	50.268	73.629	46,5
NAFTA	11.760	14.716	32.144	24.567	-23,6	11.729	15.175	29,4
U. Europeia	13.495	18.236	36.192	29.216	-19,3	12.898	17.334	34,4
ALADI*	2.033	3.719	9.432	5.994	-36,5	2.680	4.213	57,2
Ásia	7.996	16.870	47.125	36.142	-23,3	15.484	24.867	60,6
Demais países	6.344	13.006	33.370	18.622	-44,2	7.479	12.039	61,0
Saldo comercial								
Extra-zona	15.500	40.237	17.942	22.625	26,1	13.488	5.862	-56,5
NAFTA	6.927	14.115	1.651	-4.440	-	-2.475	-3.452	39,5
U. Europeia	2.114	8.804	10.204	4.821	-52,8	3.093	1.947	-37,1
ALADI*	2.194	5.959	7.644	5.398	-29,4	2.334	2.454	5,1
Ásia	802	1.696	-9.683	3.284	-	3.364	-481	-
Demais países	3.463	9.663	8.126	13.562	66,9	7.172	5.394	-24,8

Nota: * Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: SECEX-MDIC.

Do lado das importações, a queda em 2009 foi expressiva nas compras originárias de todos os blocos, com destaque para os países da ALADI (-36,5%). A Ásia preservou sua posição de principal fornecedor do país, com participação de 31,6%, seguida pela União Europeia (25,5%) e pelo NAFTA (21,4%). O superávit comercial extrazona do Brasil somou US\$ 22,6 bilhões em 2009, com aumento de US\$ 4,7 bilhões em relação a 2008, principalmente em virtude da melhoria do saldo com os países asiáticos, que passou de um déficit de US\$ 9,7 bilhões em 2008 para um superávit de US\$ 3,3 bilhões em 2009. O mesmo aconteceu com o grupo de "demais países", com os quais o superávit aumentou de US\$ 8,1 bilhões para US\$ 13,6 bilhões. O saldo com o NAFTA fez caminho contrário, passando de superávit de US\$ 1,7 bilhão para déficit de

US\$ 4,4 bilhões. Os saldos com a União Europeia e a ALADI foram superavitários em 2009, mas também registraram reduções expressivas em relação a 2008.

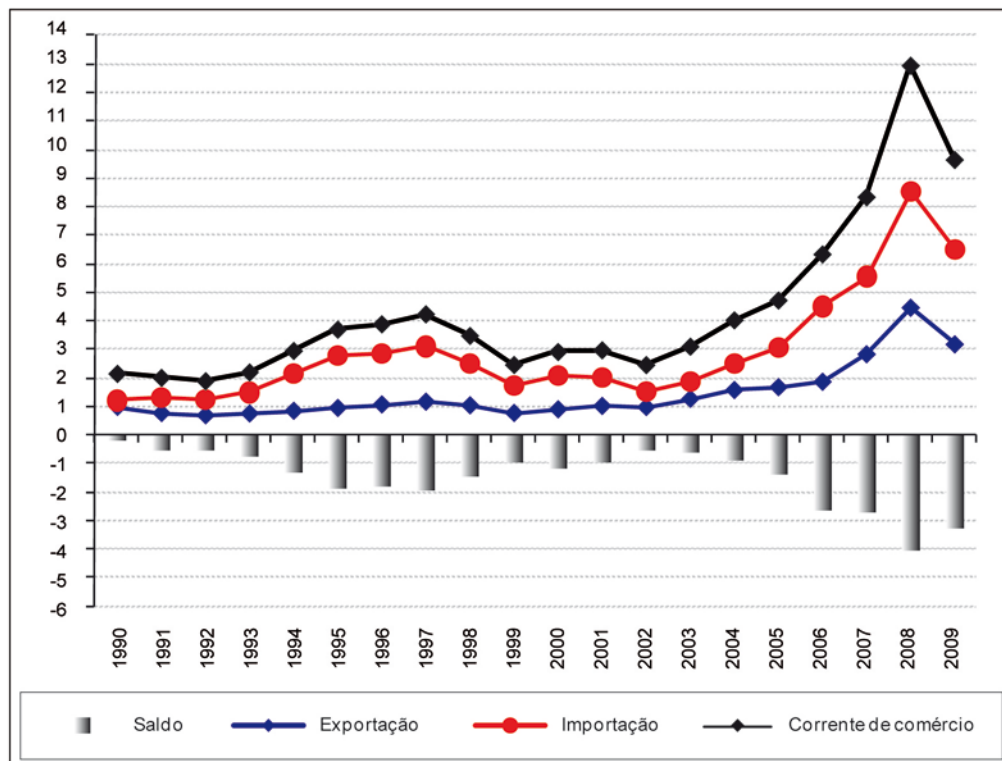
No primeiro semestre de 2010 as exportações brasileiras para fora do MERCOSUL se recuperaram, com crescimento de 24,7% em relação ao mesmo período de 2009, mas as importações cresceram a um ritmo ainda mais rápido, de 46,5%, impulsionadas principalmente pelas compras originárias da Ásia (60,6%) e da ALADI (57,2%). Com isso, o saldo comercial extrazona do país recuou 56,5%, caindo para US\$ 5,9 bilhões, sendo dignos de nota o déficit de US\$ 3,5 bilhões registrado com o NAFTA e a nova mudança de sinal do saldo com a Ásia, que voltou a ser negativo em US\$ 481 milhões.

Paraguai

Os fluxos de comércio exterior do Paraguai em 2009 não escaparam aos efeitos negativos da crise internacional, de forma que as exportações sofreram queda de 29,0%, caindo para US\$ 3,2 bilhões, e as importações se reduziram 23,6%, alcançando US\$ 6,5 bilhões. O Gráfico 18 mostra que esta foi a primeira queda dos fluxos comerciais do país desde 2002. O saldo comercial foi deficitário em US\$ 3,3 bilhões, o segundo pior resultado da história recente do país, atrás apenas do recorde alcançado em 2008 (-US\$ 4 bilhões).

Gráfico 18. Paraguai: fluxos de comércio no período 1990-2009

Bilhões de US\$



Fonte: Banco Central do Paraguai.

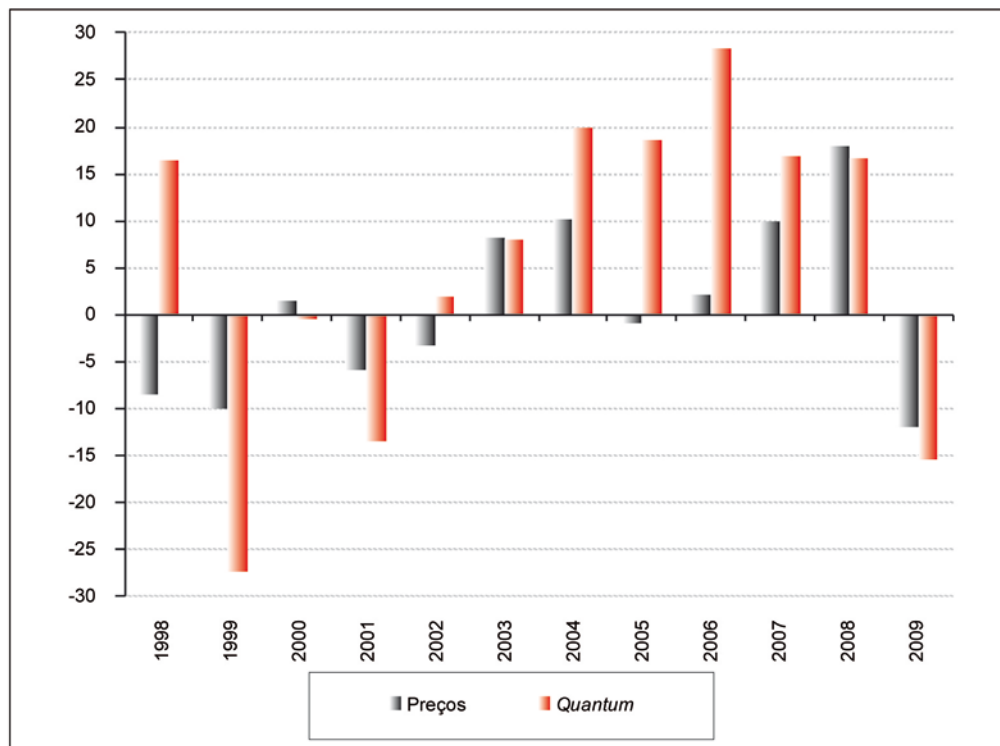
A queda das exportações foi determinada basicamente pela redução das exportações de soja e derivados (-45,8%), que são responsáveis por cerca de metade da pauta exportadora do país. Nas importações, a redução foi generalizada entre as diversas categorias de uso dos produtos, com destaque para bens intermediários (-30,6%) e combustíveis (-30,1%).

Tanto as exportações quanto as importações tiveram forte recuperação no primeiro semestre de 2010, as primeiras crescendo 39,6% e as segundas, 48,4%, gerando um déficit de US\$ 1,8 bilhão, bem maior do que o do mesmo período de 2009 (alta de 62,0%). A recuperação das vendas deveu-se basicamente à alta de cerca de 80,0% das vendas de soja e derivados, bem como do crescimento de 60,0% das exportações de carne.

A queda das exportações em 2009 deveu-se tanto à contração das quantidades exportadas (-15,4%) quanto à redução dos preços (-12,0%). É importante notar, porém, que o crescimento nos anos anteriores vinha sendo comandado pelo aumento do *quantum*, que teve alta de 17,9% a.a. entre 2003 e 2008, ao passo que os preços cresceram 7,7% a.a. Neste período, os termos de troca deram uma contribuição reduzida para o país, pois tiveram crescimento de apenas 1,8% a.a. A queda em 2009 também foi modesta, de apenas 2,2%.

Gráfico 19. Paraguai: crescimento dos preços e do *quantum* de exportação, 1998-2009

Em %



Fonte: CEPAL.

Os países do MERCOSUL foram o destino de quase metade das exportações do Paraguai em 2009 (48,4%), percentual semelhante ao registrado nos anos anteriores. O Quadro 10 mostra que o montante de US\$ 1,5 bilhão representou uma queda de 28,2%, que só não foi mais expressiva

porque o país foi capaz de elevar suas exportações para o Brasil (4,4%). Com isso, a participação brasileira nas vendas paraguaias subiu para 20,7%, o percentual mais elevado desde 2003. O mesmo não aconteceu com o Uruguai, para onde as exportações paraguaias tiveram queda de 31,5%, e para a Argentina, para a qual a redução foi de 52,8%.

Quadro 10. Paraguai: fluxos de comércio com os países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1º S 2009	1º S 2010	Var. %
Exportações								
MERCOSUL/total (%)	54,5	53,9	47,8	48,4	-	51,4	51,5	-
MERCOSUL	518	893	2.135	1.533	-28,2	877	1.228	39,9
Argentina	35	103	727	343	-52,8	247	273	10,7
Brasil	353	316	628	656	4,4	270	298	10,4
Uruguai	165	474	780	534	-31,5	361	657	81,9
Importações								
MERCOSUL/total (%)	56,0	48,9	42,5	40,5	-	39,1	41,8	-
MERCOSUL	845	1.502	3.619	2.632	-27,3	1.099	1.745	58,9
Argentina	309	612	1.216	1.037	-14,7	426	651	52,7
Brasil	478	841	2.302	1.513	-34,3	633	1.028	62,3
Uruguai	58	50	100	82	-18,5	39	66	70,6
Saldo comercial								
MERCOSUL	-327	-610	-1.483	-1.099	-25,9	-221	-518	134,0
Argentina	-275	-509	-489	-694	41,9	-180	-378	110,3
Brasil	-125	-525	-1.674	-857	-48,8	-364	-730	100,8
Uruguai	107	424	680	452	-33,5	322	590	83,3

Fonte: Banco Central do Paraguai.

As importações originárias do MERCOSUL somaram US\$ 2,6 bilhões, com redução de 27,3%, fazendo com que a participação dos sócios no total das compras externas paraguaias recuasse para 40,5%, percentual bem inferior aos observados no final da década de 90, da ordem de 55,0%. A maior queda se deu nas compras originárias do Brasil (-34,3%), que viu sua participação nas importações paraguaias reduzir-se para 23,3%.

O saldo comercial do país com seus parceiros foi deficitário em US\$ 1,1 bilhão, o que significou uma redução de 25,9% em relação ao ano anterior. Esta redução deveu-se integralmente à queda de mais de US\$ 800 milhões do déficit com o Brasil, visto que o déficit com a Argentina cresceu e o superávit com o Uruguai se reduziu.

No primeiro semestre de 2010 as exportações para o MERCOSUL tiveram importante recuperação, crescendo 39,9% já alcançando níveis superiores aos registrados antes da crise internacional. A alta foi especialmente forte nas vendas para o Uruguai, que superou Brasil e Argentina como principal mercado dentro do MERCOSUL, respondendo por 27,5% das exportações totais do país. As importações, contudo, cresceram a uma taxa ainda mais elevada, de 58,9%, levando o déficit comercial paraguaio com seus parceiros a ter uma alta de mais de 100% em relação ao mesmo período de 2009.

O *market-share* do Paraguai nas importações dos sócios do MERCOSUL manteve-se estável entre 2008 e 2009 na casa de 0,9%, com ligeiro aumento da participação no mercado brasileiro (para 0,5%) e perdas nos mercados da Argentina (para 0,9%) e do Uruguai (para 8,0%). No primeiro semestre de 2010 houve expressivo aumento do *market-share* no Uruguai, que alcançou 18,3%.

Com relação aos fluxos de comércio extrazona, o Quadro 11 mostra que a queda das exportações em 2009, de 29,8%, foi generalizada. Os países da ALADI, exceto MERCOSUL, foram o principal destino nesse ano, a exemplo do que já havia acontecido em anos anteriores, com participação de 20,5% na pauta total. O grupo de "demais países" também teve participação importante, de 14,0%, enquanto NAFTA, União Europeia e Ásia responderam juntos por apenas 17,0%.

**Quadro 11. Paraguai: fluxos de comércio extrazona
segundo blocos econômicos, em períodos selecionados**

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
Extra-zona/total (%)	45,5	46,1	52,2	51,6	-	48,6	48,5	-
Extra-zona	433	762	2.328	1.634	-29,8	830	1.157	39,4
NAFTA	42	57	88	59	-32,9	25	10	-61,5
U. Europeia	83	105	373	190	-49,0	87	295	237,6
ALADI*	99	126	869	649	-25,3	323	398	23,3
Ásia	48	144	418	292	-30,0	143	143	0,0
Demais países	160	331	581	444	-23,6	252	312	23,7
Importações								
Extra-zona/total (%)	44,0	51,1	57,5	59,5	-	60,9	58,2	-
Extra-zona	665	1.571	4.887	3.865	-20,9	1.712	2.427	41,7
NAFTA	92	204	448	340	-24,2	165	219	32,4
U. Europeia	142	203	453	358	-21,0	168	224	33,0
ALADI*	29	58	527	459	-12,8	249	194	-21,9
Ásia	305	862	3.187	2.591	-18,7	1.093	1.709	56,4
Demais países	95	244	272	117	-57,1	38	81	115,5
Saldo comercial								
Extra-zona	-232	-808	-2.559	-2.231	-12,8	-882	-1.270	43,9
NAFTA	-50	-147	-360	-281	-22,0	-140	-209	49,4
U. Europeia	-59	-98	-80	-168	109,0	-81	71	-
ALADI*	69	68	342	190	-44,5	74	204	175,7
Ásia	-257	-718	-2.770	-2.299	-17,0	-950	-1.567	64,9
Demais países	65	87	308	327	6,0	215	231	7,7

Nota: * Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

A queda das importações extrazona foi menor do que a observada nas exportações (-20,9%), e também foi generalizada entre as diversas regiões, embora tenha sido menor no caso da ALADI (-12,8%). Por outro lado, os países asiáticos preservaram a posição de principal origem das compras paraguaias, com

participação de 40,0% na pauta total do país, com NAFTA, União Europeia e ALADI respondendo juntos por apenas 17,8%. Por conta disso, praticamente todo o déficit comercial extrazona do Paraguai, que foi de US\$ 2,2 bilhões em 2009, deveu-se ao comércio com a Ásia, havendo pequenos déficits com NAFTA e União Europeia e pequenos superávits com a ALADI e os "demais países".

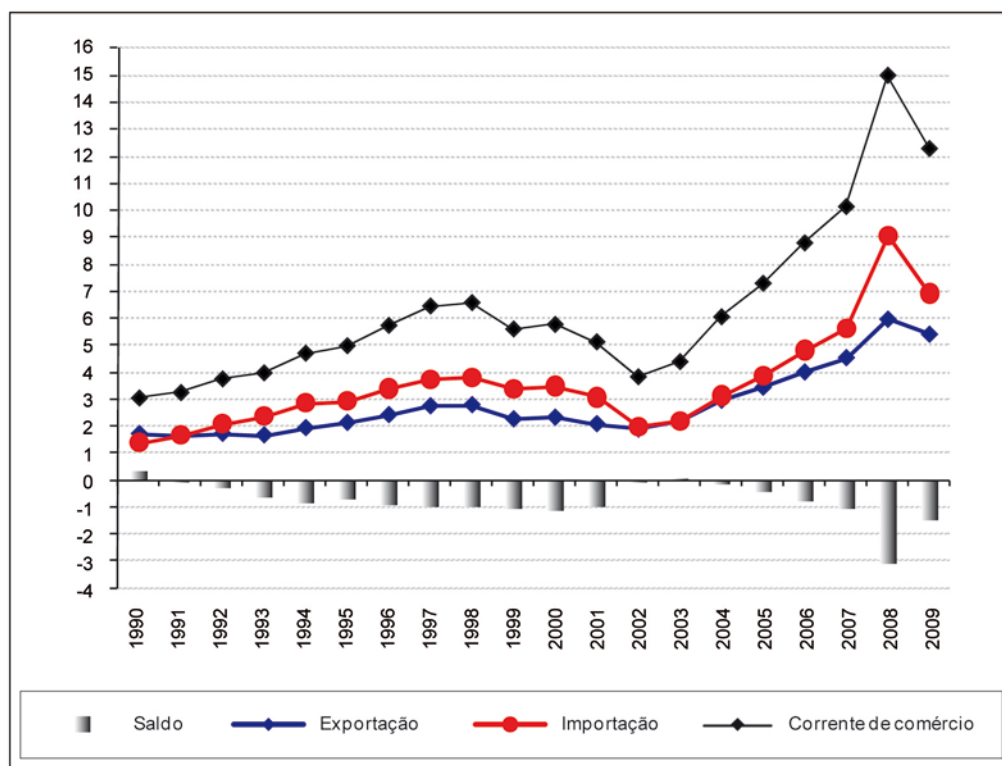
No primeiro semestre de 2010 as exportações extrazona tiveram crescimento de 39,4%, determinado basicamente pela alta de 237,6% das vendas direcionadas à União Europeia, sendo notavelmente baixo o volume de exportações para o NAFTA (apenas US\$ 10 milhões). As importações cresceram a uma taxa ligeiramente mais elevada (41,7%), especialmente em virtude das compras provenientes da Ásia (56,4%). As importações da ALADI, em contraste, seguiram em queda. O déficit comercial extrazona aumentou 43,9%, alcançando US\$ 1,3 bilhão, mais uma vez concentrado no comércio com a Ásia, cujo déficit no período somou US\$ 1,6 bilhão.

Uruguai⁵¹

Os fluxos de comércio exterior do Uruguai em 2009 também foram afetados pela crise internacional, mas o efeito sobre as exportações foi bem menos severo do que o observado nos demais países do MERCOSUL. Elas tiveram redução de apenas 9,4%, caindo para US\$ 5,4 bilhões. As importações, porém, se reduziram 23,8%, ficando em US\$ 6,9 bilhões (Gráfico 20). Dessa forma, o país foi capaz de reduzir sensivelmente seu déficit comercial, para US\$ 1,5 bilhão, menos da metade do registrado no ano anterior.

Gráfico 20. Uruguai: Fluxos de comércio no período 1990-2009

Bilhões de US\$



Fonte: Banco Central do Uruguai.

⁵¹ Todos os dados de importação do Uruguai são medidos em base CIF.

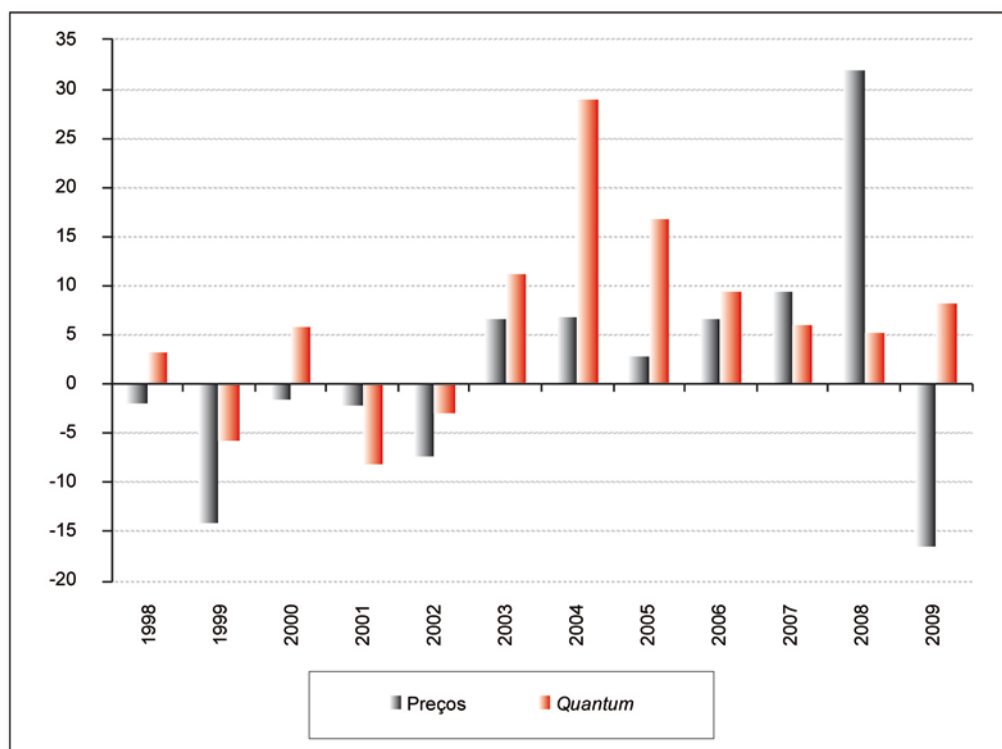
A queda das exportações foi determinada basicamente pela redução das vendas de carne bovina (-20,0%), produtos minerais (-60,7%), couros e peles (-34,1%) e madeira e seus produtos (-20,1%), parcialmente compensadas pelo crescimento de 24,3% das exportações de cereais. Nas importações, a redução mais importante se deu em combustíveis (-45,9%).

Tanto as exportações quanto as importações tiveram significativa recuperação no primeiro semestre de 2010, com altas de 26,4% e 21,0%, respectivamente. Isso permitiu que o país mantivesse um saldo comercial virtualmente estável em relação ao verificado no primeiro semestre de 2009 (-US\$ 570 milhões). A recuperação das vendas deveu-se aos mesmos produtos que haviam comandado a queda em 2009, ao passo que a expansão das importações foi mais intensa nos bens de consumo (37,2%) e nos bens de capital (30,8%).

A queda das exportações em 2009 deveu-se unicamente à redução dos preços (-16,6%) visto que as quantidades exportadas tiveram alta de 8,2%. Com efeito, o Gráfico 21 ilustra que o *quantum* manteve uma trajetória firme de crescimento nos últimos anos, a despeito da desaceleração observada em 2007 e 2008. Entre 2003 e 2009, o crescimento médio anual foi de 12,0%, bem acima da alta de 6,0% dos preços de exportação. Ao contrário de seus parceiros do MERCOSUL, o Uruguai não registrou ganhos significativos de seus termos de troca durante o período de "boom" do comércio mundial. Na verdade, o índice de termos de troca em 2008 estava 9,0% abaixo do índice registrado em 2003. Em 2009, houve um aumento de 3,0%.

Gráfico 21. Uruguai: crescimento dos preços e do *quantum* de exportação 1998-2009

Em %



Fonte: CEPAL.

Os países do MERCOSUL foram o destino de 28,4% das exportações do Uruguai em 2009, percentual ligeiramente superior ao registrado nos anos anteriores e muito inferior ao alcançado no fim da década de 1990, quando chegou a mais de 50%. O Quadro 12 mostra que o montante de US\$ 1,5 bilhão exportado para o MERCOSUL no ano representou uma queda de apenas 4,5%, basicamente em virtude do crescimento de 11,2% das vendas para o Brasil, já que para Argentina e Paraguai o desempenho foi bastante negativo. Com isso, a participação brasileira nas vendas uruguaias subiu para 20,4%, o percentual mais elevado desde 2003.

As importações originárias do MERCOSUL somaram US\$ 3,1 bilhões em 2009, com redução de 20,1%, fazendo com que a participação dos sócios no total das compras externas uruguaias aumentasse para 45,3%, percentual que vem se mantendo razoavelmente estável desde o final da década de 1990. A maior queda se deu nas compras originárias da Argentina (-27,6%), que mesmo assim preservou sua posição de principal fornecedor do Uruguai dentro do MERCOSUL.

Quadro 12. Uruguai: fluxos de comércio com os países do MERCOSUL, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
MERCOSUL/total (%)	32,6	22,9	26,9	28,4	-	27,8	29,8	-
MERCOSUL	607	783	1.601	1.529	-4,5	711	964	35,6
Argentina	113	267	507	346	-31,8	170	254	48,9
Brasil	432	460	988	1.099	11,2	498	633	27,1
Paraguai	62	56	107	85	-20,8	42	77	83,6
Importações								
MERCOSUL /total (%)	48,1	42,0	43,2	45,3	-	48,0	36,6	-
MERCOSUL	944	1.631	3.919	3.130	-20,1	1.508	1.391	-7,8
Argentina	541	786	2.250	1.628	-27,6	803	646	-19,6
Brasil	390	825	1.618	1.460	-9,8	683	719	5,3
Paraguai	14	20	51	41	-19,1	22	26	16,2
Saldo comercial								
MERCOSUL	-337	-847	-2.319	-1.600	-31,0	-798	-427	-46,5
Argentina	-427	-519	-1.743	-1.283	-26,4	-633	-392	-38,0
Brasil	42	-364	-630	-361	-42,8	-185	-86	-53,5
Paraguai	48	36	55	43	-22,4	20	51	159,4

Fonte: Banco Central do Uruguai.

O saldo comercial do país com seus parceiros foi deficitário em US\$ 1,6 bilhão no ano, o que significou uma redução de 31,0% em relação ao ano anterior. Esta redução deveu-se integralmente à queda de US\$ 460 milhões do déficit com a Argentina e de US\$ 269 milhões do déficit com o Brasil, ao passo que o comércio com o Paraguai permaneceu levemente superavitário.

No primeiro semestre de 2010 as exportações para o MERCOSUL tiveram importante recuperação, crescendo 35,6%, com destaque para a alta de 83,6% das vendas para o Paraguai. O Brasil continuou sendo o principal destino das vendas uruguaias no MERCOSUL, respondendo por quase 20,0% do total das exportações do país. As importações, ao contrário, tiveram redução de 7,8%, influenciadas pela queda de 19,6% das compras oriundas da Argentina, o que permitiu que o déficit do Uruguai com os sócios se reduzisse para apenas US\$ 467 milhões no período, quase todo ele referente ao comércio com a Argentina.

O *market-share* do Uruguai nas importações dos sócios do MERCOSUL subiu para 0,9% em 2009, com ganho significativo em relação aos anos anteriores. Na Argentina e no Brasil o *market-share* situou-se no mesmo patamar de 0,9%, e no Paraguai foi de 1,3%. No primeiro semestre de 2010 houve aumento do *market-share* na Argentina (subiu para 1,0%) e no Paraguai (aumentou para 1,85%) e redução no Brasil (caiu para 0,80%).

Boxe D. Perfil das exportações de Paraguai e Uruguai para o mercado brasileiro

A integração comercial de um país pequeno com outro de maior porte oferece, ao menos em teoria, uma grande oportunidade não só para a expansão do volume de exportações destes países, mas também para sua diversificação em termos de produtos, tendo em vista a elevada escala e a diversidade do mercado consumidor do país grande. A realidade do MERCOSUL, entretanto, não se mostra tão favorável. Embora o Brasil represente uma parcela importante das exportações de Paraguai e Uruguai, o resultado está certamente aquém do potencial e abaixo das expectativas existentes à época da criação do MERCOSUL, especialmente no que tange à diversificação das vendas.

As exportações do **Paraguai** para o Brasil têm sido, desde os primeiros anos do MERCOSUL, fortemente concentradas em produtos básicos, cuja participação na pauta no período 1998-2009 oscilou entre o mínimo de 69,3% em 1998 até o máximo de 91,8% em 2003. Além disso, mesmo nos anos mais favoráveis, não mais do que 10 produtos foram responsáveis por pelo menos 75% das vendas paraguaias para o Brasil.

Durante todo este período, cinco produtos tiveram maior destaque, com participações expressivas em todos os anos: trigo, milho, soja, carne bovina e farelo e resíduos da extração de óleo de soja. Estes produtos, juntamente com o arroz, que ganhou expressão na pauta na segunda metade da década atual, e do algodão, que teve participação expressiva até o início da década, têm representado pelo menos 60% das exportações do Paraguai para o Brasil a cada ano (Quadro B).

Quadro B. Exportações do Paraguai para o Brasil
Participação dos principais produtos, em anos selecionados

Em %

Produtos	1998	2002	2005	2008	2009
Trigo em grãos	4,1	2,8	14,4	23,1	28,8
Milho em grãos	3,3	6,6	13,4	18,8	22,3
Arroz em grãos	-	-	2,2	4,3	6,6
Soja em grãos	18,6	45,6	21,5	6,0	6,5
Carne de bovino	7,3	6,0	9,7	2,8	3,5
Farelo e resíduos da extração de óleo de soja	6,7	15,2	10,0	5,7	2,5
Algodão em bruto	20,7	7,2	2,7	1,8	0,3
Subtotal	60,8	83,4	74,0	62,6	70,5
Exportações totais (milhões de US\$)	351,2	383,1	318,9	657,5	585,4

Fonte: SECEX-MDIC.

Boxe D (CONTINUAÇÃO)

Dentre estes produtos, há apenas dois em que o Brasil importa volumes relativamente elevados com regularidade: trigo e arroz. Nos casos de algodão e milho, o Brasil é um grande produtor, mas eventualmente necessita complementar a oferta doméstica com importações, em resposta a problemas de safra. Com relação a carne de bovino, soja em grão e farelo e resíduos da extração de óleo de soja, o país é, na verdade, um grande exportador. Portanto, as importações brasileiras podem refletir apenas exportações eventuais, como forma de complementar a produção para efeito de cumprimento de contratos de exportação.

Dado o perfil atual das exportações paraguaias para o Brasil, as perspectivas para sua expansão mostram-se limitadas. Fica claro também que o acesso ao mercado brasileiro não trouxe grandes benefícios em termos de diversificação, especialmente no que tange a produtos industriais. Embora alguns itens tenham chegado a registrar volume expressivo de exportações em determinados anos, a exemplo de artigos de plásticos, couros e peles, partes de calçados, óleo de girassol e óleo de soja, o país não foi capaz de sustentar e consolidar suas vendas nos anos seguintes.

Esta constatação só reforça a importância de iniciativas, no âmbito do MERCOSUL, no sentido de reduzir as assimetrias e estimular os investimentos nos países menores, dentre as quais se inserem as iniciativas orientadas para o desenvolvimento de sua infraestrutura, como aquelas propiciadas com recursos do FOCEM, e a atração de investimentos estrangeiros, notadamente do Brasil.

As exportações do **Uruguai** para o Brasil, além de registrarem montantes bem mais elevados, são mais diversificadas em termos de produtos e distribuem-se majoritariamente em produtos manufaturados. Estes têm respondido, tipicamente, por mais de 60% das vendas uruguaias na presente década, tendo atingido o pico de 74% em 2005, ao passo que os básicos representam entre 30% e 40% do total e os semimanufaturados têm participação pouco significativa.

Quanto à diversificação, contudo, o quadro não se mostra muito favorável. Em geral, cerca de 20 produtos têm respondido por aproximadamente 75% do valor total exportado para o Brasil, situação que não mostrou alterações importantes ao longo da última década.

O Quadro C mostra que, entre os produtos básicos, há quatro itens que dominam a pauta: trigo, arroz, carne bovina e carnes de ovino e de caprino. Até o início da presente década o leite também tinha peso significativo, mas atualmente as vendas são insignificantes. Apenas trigo e arroz são produtos em que as importações brasileiras são expressivas. No trigo, apenas em 2009 o Uruguai conseguiu exportar volumes mais expressivos para o país, as vendas de arroz têm mostrado oscilação a longo dos últimos anos, sem uma tendência firme de crescimento.

No caso dos produtos manufaturados, há dois itens que tiveram peso importante nos anos recentes: malte e artigos de plástico para transporte ou para embalagem. Em 2009, eles responderam por 21,6% das exportações totais do Uruguai para o Brasil e por 36,0% das vendas de manufaturados. São itens em que as importações totais brasileira têm tido bom crescimento.

No mais, observa-se uma nítida especialização em produtos referentes a apenas dois setores de atividade: produtos alimentícios (além de malte, destacam-se também leite e creme de leite, queijos e requeijão, farinha de trigo e preparações alimentícias); e produtos químicos e farmacêuticos (sabões e produtos para limpeza, naftas, medicamentos, inseticidas).

É importante chamar atenção para o caso da indústria automobilística. Em 2002, os automóveis de passageiros, bem como as partes e peças para veículos, representavam mais de 5% das exportações uruguaias para o Brasil. Nos anos seguintes, as exportações de automóveis cessaram e as vendas de partes e peças foram pouco significativas. Em 2009, porém, o Uruguai voltou a vender automóveis, que, junto com as partes e peças, representaram 2,3% das vendas totais do país. A instalação de uma fábrica chinesa de veículos no país traz perspectivas favoráveis em termos de crescimento das exportações destes produtos nos próximos anos.

Em síntese, o perfil das exportações uruguaias para o Brasil prenuncia perspectivas mais favoráveis para os próximos anos, em virtude do potencial de crescimento de alguns produtos industrializados. É uma situação certamente muito mais favorável do que a do Paraguai, o que reflete o maior grau de desenvolvimento industrial do país. Mesmo assim, o Uruguai não tem sido capaz de inserir novos produtos na pauta de maneira mais intensa, de modo que o grau de diversificação permanece basicamente o mesmo que se observava no final da década de 1990.

Boxe D (CONTINUAÇÃO)

Quadro C. Exportações do Uruguai para o Brasil
Participação dos principais produtos, em anos selecionados

Em %

Produtos	1998	2002	2005	2008	2009
Básicos	42,3	27,5	24,4	29,4	38,7
Trigo em grãos	0,3	0,4	0,8	3,2	16,9
Arroz em grãos	20,9	17,4	13,1	9,3	10,1
Carne bovina	7,1	4,6	3,7	4,4	3,1
Carnes de ovino e caprino	1,0	0,8	2,2	2,2	1,7
Leite não concentrado nem adicionado	4,3	0,8	0,0	0,0	0,2
Demais Básicos	8,5	3,5	4,6	10,3	6,8
Manufaturados	56,6	69,3	74,2	69,8	60,3
Malte inteiro ou partido, não torrado	4,1	8,2	14,0	13,5	13,1
Artigos de plástico para transporte ou para embalagem	1,6	8,2	11,1	10,0	8,5
Leite e creme de leite concentrado	4,3	11,0	5,3	1,5	3,7
Borracha misturada não vulcanizada em chapas, folhas, etc	2,5	5,2	6,7	5,7	3,4
Sabões, produtos e preparações para limpeza	0,0	0,6	3,8	3,6	2,7
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço e seus acessórios	0,9	1,5	2,4	2,8	2,5
Queijos e requeijão	1,7	1,4	0,7	0,9	1,8
Partes e peças para veículos automóveis e tratores	0,1	0,4	1,2	1,5	1,5
Naftas	0,1	1,1	0,6	1,7	1,4
Medicamentos para medicina humana e veterinária	2,2	2,1	1,7	1,5	1,0
Farinha de trigo	0,8	0,3	0,8	1,9	1,0
Inseticidas, formicidas, herbicidas e produtos semelhantes	0,5	0,3	0,2	2,3	0,9
Chapas, folhas, tiras, películas e lâminas de plástico	0,1	1,0	1,0	1,4	0,9
Automóveis de passageiros	2,0	4,8	-	-	0,8
Preparações alimentícias	4,8	0,8	0,9	0,6	0,5
Demais Manufaturados	30,9	22,2	24,0	20,8	16,5
Exportações totais (milhões de US\$)	1.042,4	484,8	493,7	1.018,2	1.240,3

Fonte: SECEX-MDIC.

Com relação aos fluxos de comércio extrazona, o Quadro 13 mostra que a queda das exportações em 2009, de 11,2%, foi determinada pela redução das vendas para o NAFTA, a União Europeia e a ALADI. As exportações direcionadas aos países da Ásia tiveram alta de 8,4%, alcançando participação de 14,9% na pauta total. O grupo de "demais países", porém, continua sendo o principal destino fora do MERCOSUL, com 28,2% do total.

**Quadro 13. Uruguai: fluxos de comércio extrazona
segundo blocos econômicos, em períodos selecionados**

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	1° S 2009	1° S 2010	Var. %
Exportações								
Extra-zona/total (%)	67,4	77,1	73,1	71,6	-	72,2	70,2	-
Extra-zona	1.254	2.633	4.341	3.856	-11,2	1.849	2.272	22,9
NAFTA	239	1.017	424	349	-17,6	168	187	11,4
U. Europeia	445	597	1.150	827	-28,1	407	499	22,5
ALADI*	156	239	500	362	-27,6	179	197	10,2
Ásia	317	440	738	800	8,4	338	457	35,0
Demais países	98	340	1.529	1.518	-0,7	758	933	23,1
Importações								
Extra-zona/total (%)	51,9	58,0	56,8	54,7	-	52,0	63,4	-
Extra-zona	1.020	2.248	5.150	3.777	-26,7	1.633	2.411	47,7
NAFTA	200	332	842	688	-18,3	278	477	71,7
U. Europeia	352	416	769	748	-2,8	312	437	39,9
ALADI*	106	326	783	656	-16,2	256	535	109,3
Ásia	191	484	1.396	1.210	-13,3	495	728	47,0
Demais países	171	691	1.359	475	-65,1	292	234	-19,8
Saldo comercial								
Extra-zona	234	384	-809	79	n.a.	216	-139	n.a.
NAFTA	39	685	-419	-339	-19,0	-110	-290	163,2
U. Europeia	93	181	381	79	-79,3	95	62	-35,0
ALADI*	49	-87	-283	-294	3,8	-77	-338	338,6
Ásia	125	-44	-658	-410	-37,6	-157	-271	73,1
Demais países	-73	-351	170	1.044	513,8	466	699	50,0

Notas: * Exceto MERCOSUL e México. n.a.: Não se aplica.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

A queda das importações extrazona em 2009 (-26,7%) foi maior do que a observada nas exportações, e sua participação nas compras totais do Uruguai reduziu-se para 54,7%. O mau resultado do ano foi comandado pela redução das compras do grupo de "demais países" (-65,1%). A Ásia permaneceu como a principal origem das importações extrazona, com 17,5% do total do país, permanecendo ainda bem atrás de Argentina e Brasil, principais fornecedores do país. O saldo comercial extrazona do Uruguai tornou-se positivo em US\$ 79 milhões no ano, com uma variação absoluta em relação a 2008 de US\$ 888 milhões, em virtude do superávit de US\$ 1 bilhão obtido com o grupo de "demais países", visto que os saldos com NAFTA, ALADI e Ásia permaneceram deficitários.

No primeiro semestre de 2010 as exportações extrazona tiveram crescimento de 22,9%, com altas significativas das vendas para todas as regiões. As importações cresceram a uma taxa bem mais elevada (47,7%), especialmente em virtude das compras provenientes da ALADI (109,3%), com

especial destaque para o crescimento de 121,0% das importações da Venezuela. O saldo comercial no comércio extrazona voltou a ser deficitário em US\$ 139 milhões.

C. O comércio MERCOSUL-Venezuela⁵²

Os fluxos de comércio totais da Venezuela também sofreram queda expressiva em 2009 na comparação com o ano anterior, especialmente as exportações, que tiveram redução de 39,5%, caindo para US\$ 57,6 bilhões. As importações sofreram queda de 22,3% em 2009, para o montante de US\$ 38,4 bilhões. Com isso, o superávit comercial do país recuou para US\$ 19,2 bilhões, representando uma redução absoluta de US\$ 26,5 bilhões em comparação com o recorde histórico alcançado no ano anterior (US\$ 45,7 bilhões). O resultado de 2009 foi o pior dos últimos seis anos.

Embora o mau desempenho das exportações tenha sido comandado pela redução de 39,2% das exportações de petróleo, houve queda também das vendas dos demais produtos (-43,5%). Aliás, o petróleo atingiu, em 2009, participação de 94,1% na pauta do país, a mais elevada em muitos anos - em 1998, por exemplo, era de apenas 68,8%. Isso se deveu não apenas ao crescimento das vendas deste produto, cujas cotações estão em níveis historicamente bastante elevados, mas também à redução absoluta das exportações dos demais produtos, que somaram apenas US\$ 3,4 bilhões. Há apenas três anos, elas alcançavam US\$ 7,6 bilhões.

Nos quatro primeiros meses de 2010 houve recuperação das exportações, que cresceram 33,2% em relação ao mesmo período de 2009, mas as importações voltaram a cair (-18,1%), em virtude da situação recessiva que ainda afeta a economia do país. Isso permitiu que o superávit comercial se elevasse sobremaneira, para US\$ 15,1 bilhões, bem acima dos US\$ 3,2 bilhões do mesmo período de 2009.

O comércio dos países do MERCOSUL com a Venezuela seguiu tendências diferentes daquelas registradas no comércio total daquele país. Em 2009, as exportações do MERCOSUL somaram US\$ 5 bilhões, com redução de 29,7% em relação ao ano anterior, percentual mais elevado do que o observado nas importações totais da Venezuela. Já as vendas da Venezuela para o MERCOSUL tiveram queda de apenas 7,7%, bem abaixo do percentual referente às suas exportações totais. Dessa forma, o superávit comercial do MERCOSUL recuou para US\$ 3,5 bilhões (Gráfico 22).

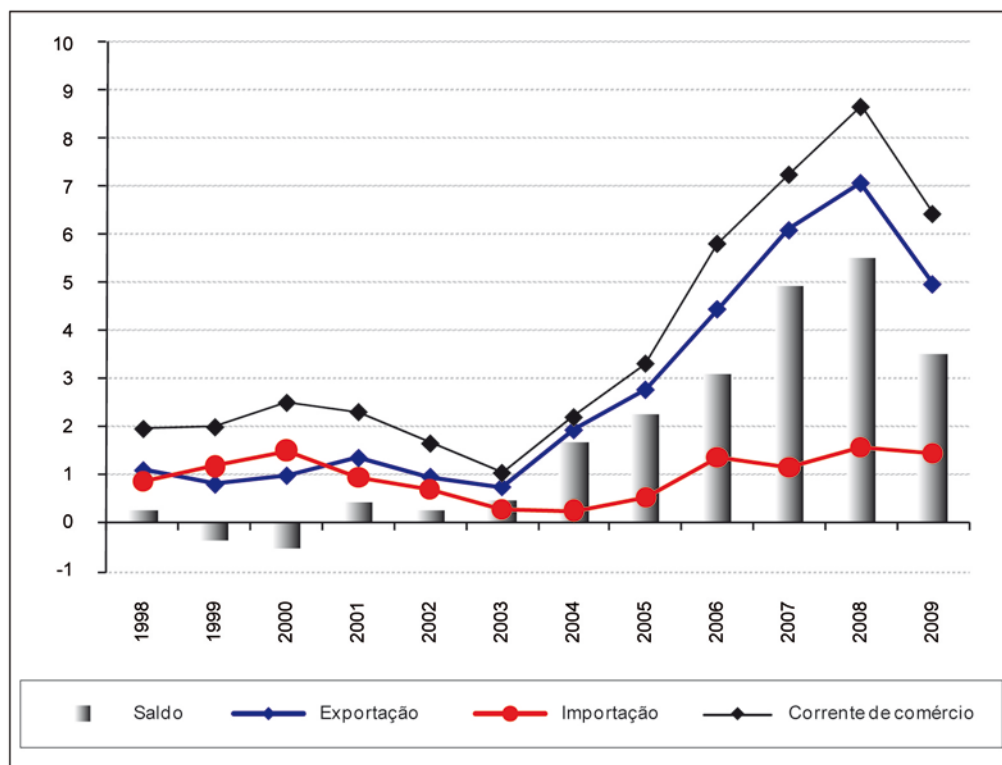
Nos primeiros quatro meses de 2010, as exportações do MERCOSUL para o parceiro sul-americano cresceram apenas 2,8%, ao passo que as importações tiveram alta de 81,4%, reduzindo ainda mais o superávit comercial, para apenas US\$ 933 milhões.

Todos os países do MERCOSUL registraram queda expressiva de suas exportações para a Venezuela em 2009, como mostra o Quadro 14, com destaque para o Paraguai (-51,7%). O Brasil foi responsável por 72,7% das exportações do MERCOSUL para a Venezuela em 2009, seguido pela Argentina, com 21,0%, pelo Uruguai, com 3,8%, e pelo Paraguai, com 2,5%.

⁵² Estatísticas obtidas das fontes nacionais dos países do MERCOSUL.

Gráfico 22. MERCOSUL: fluxos de comércio com a Venezuela no período 1998-2009

Bilhões de US\$



Fontes: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

Quadro 14. MERCOSUL: Fluxos de comércio com a Venezuela, em períodos selecionados

Milhões de US\$

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	Jan-abr 2009	Jan-abr 2010	Cresc. % 2010/2009
Exportações para a Venezuela								
MERCOSUL	968	2.778	7.062	4.964	-29,7	1.497	1.539	2,8
Argentina	148	513	1.420	1.042	-26,6	267	362	35,3
Brasil	799	2.224	5.150	3.610	-29,9	1.132	1.112	-1,7
Paraguai	10	7	257	124	-51,7	38	20	-46,6
Uruguai	11	34	235	188	-20,3	60	44	-25,9
Importações da Venezuela								
MERCOSUL	689	538	1.576	1.455	-7,7	334	605	81,4
Argentina	7	32	25	15	-38,5	3	7	158,3
Brasil	633	256	539	582	8,0	103	296	188,0
Paraguai	5	5	365	334	-8,4	145	81	-44,3
Uruguai	44	245	647	524	-19,1	83	221	166,9

Quadro 14 (CONTINUAÇÃO)

	2002	2005	2008	2009	Var. % 2009/2008	Jan-abr 2009	Jan-abr 2010	Cresc. % 2010/2009
Saldo comercial								
MERCOSUL	279	2.240	5.486	3.508	-36,1	1.163	933	6,6
Argentina	141	481	1.394	1.026	-26,4	264	354	34,0
Brasil	166	1.968	4.612	3.029	-34,3	1.029	817	-20,6
Paraguai	5	2	-108	-210	94,6	-107	-61	-43,5
Uruguai	-33	-211	-412	-336	-18,4	-23	-177	666,3

Fontes: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

Do lado das importações, ao contrário, o desempenho dos países foi bastante diferenciado. O Brasil registrou um aumento de 8,0% suas importações provenientes da Venezuela, que somaram US\$ 582 milhões. Com isso, a participação do país nas vendas totais da Venezuela para o MERCOSUL subiu para 40,0%. Já as importações da Argentina sofreram queda de 38,5%, somando apenas US\$ 15 milhões no ano. As importações do Paraguai tiveram queda de 8,4% e as do Uruguai, de 19,1%. É importante destacar que em 2008 o Uruguai era o país do MERCOSUL que mais importava da Venezuela, com participação de 41,1% no total do bloco. Em 2009, ele perdeu a posição para o Brasil, com sua participação reduzindo-se para 36,0%.

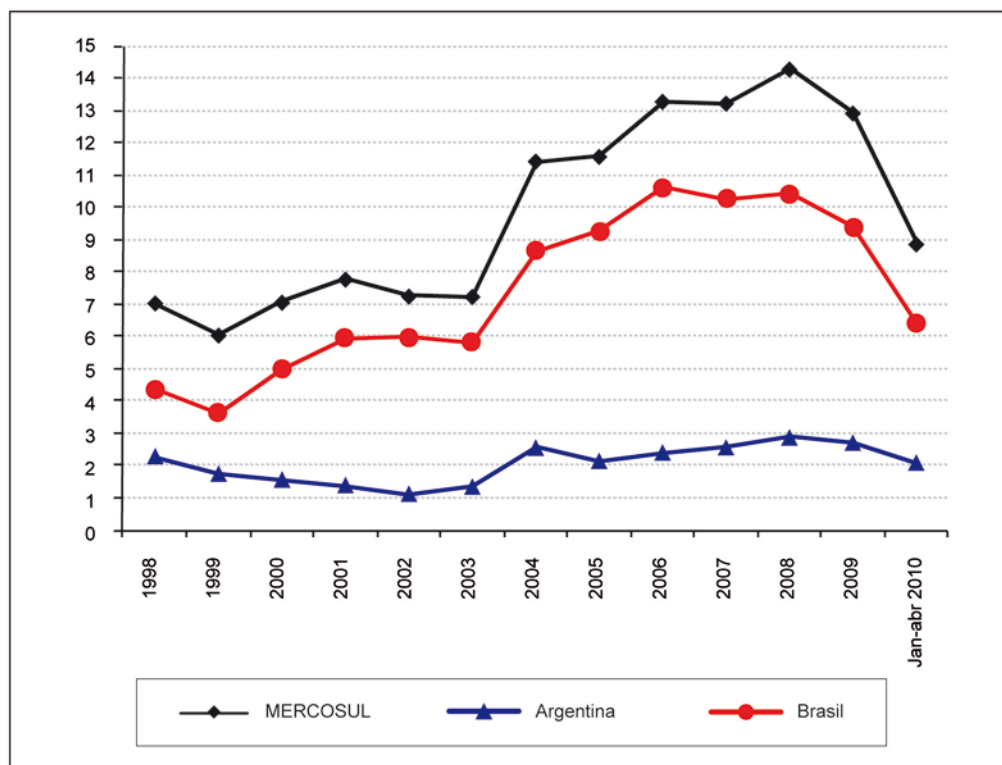
A maior parte do superávit comercial do MERCOSUL com a Venezuela em 2009 deveu-se ao Brasil, mas o resultado de US\$ 3 bilhões registrado em 2009 representou uma redução absoluta de US\$ 1,6 bilhão em relação ao ano anterior. O superávit da Argentina também sofreu redução em 2009, para US\$ 1 bilhão. Já Paraguai e Uruguai são deficitários com a Venezuela.

No primeiro quadrimestre de 2010, o crescimento das exportações do MERCOSUL para a Venezuela deveu-se unicamente à Argentina, cujas vendas cresceram 35,3%. As exportações do Brasil tiveram ligeira queda (-1,7%) e as do Paraguai e do Uruguai tiveram fortes retrações. Do lado das importações, ao contrário, houve grande crescimento das compras de Argentina, Brasil e Uruguai. O saldo comercial permaneceu superavitário com Argentina e Brasil e deficitário com Paraguai e Uruguai.

O desempenho relativamente mais fraco das exportações do MERCOSUL em comparação com as importações totais da Venezuela fez com que o bloco reduzisse seu *market-share* no mercado do parceiro. Após alcançar o pico de 14,3% em 2008, ele se reduziu para 12,9% em 2009 e para apenas 8,9% no primeiro quadrimestre de 2010. O Gráfico 23 mostra que esta queda deveu-se basicamente à perda de participação das importações brasileiras, de cerca de quatro pontos percentuais entre 2008 e 2010. Mas a Argentina também deu sua contribuição, visto que seu *market-share* havia alcançado quase 2,9% em 2008 e reduziu-se para apenas 2,1% em 2010. Paraguai e Uruguai permaneceram com participações muito baixas, inferiores a 0,5%.

Gráfico 23. Market-share do MERCOSUL nas importações da Venezuela no período 1998-2009

Millhões de US\$



Fontes: INDEC (Argentina); SECEX-MDIC (Brasil); Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

D. Investimentos estrangeiros diretos no MERCOSUL

Os desdobramentos da crise financeira internacional tiveram forte impacto também sobre os fluxos internacionais de investimentos estrangeiros diretos, que somaram US\$ 1,1 trilhão em 2009, com queda de 37,1% em relação ao ano anterior. Os investimentos direcionados para os países do MERCOSUL tiveram redução ainda mais expressiva, de 44,7%, somando US\$ 31,4 bilhões. Com isso, a participação dos países do bloco como receptores de investimento estrangeiro caiu para apenas 2,8%, abaixo dos 3,2% alcançados em 2008.

Com efeito, o mau desempenho de 2009 significou a interrupção do segundo grande ciclo de investimentos estrangeiros no MERCOSUL (Gráfico 24). O primeiro grande ciclo ocorrera entre os anos de 1994 e 1999, quando a abertura comercial e financeira dos países do bloco, aliada às privatizações na Argentina e no Brasil, levaram os investimentos estrangeiros ao recorde de US\$ 52,9 bilhões. Nos anos seguintes, a combinação de crises econômicas nos países do bloco com incertezas quanto à sua orientação econômica após a eleição de novos governantes e com uma conjuntura internacional de baixo crescimento, fez os influxos retroagirem a apenas US\$ 12,2 bilhões. O segundo ciclo de investimentos iniciou-se em 2004 e fez com que os investimentos alcançassem novo recorde histórico em 2008, de US\$ 56,7 bilhões, para reduzir-se no ano seguinte.

Os números preliminares de 2010, referentes ao primeiro trimestre, mostram um montante de investimentos externos de US\$ 7,8 bilhões, o que significa um crescimento de 7,1% em relação ao mesmo período de 2009.

Gráfico 24. Investimentos estrangeiros diretos no MERCOSUL, 1994 a 2009

Bilhões de US\$



Fontes: INDEC (Argentina) e Bancos Centrais de Brasil, Paraguai e Uruguai.

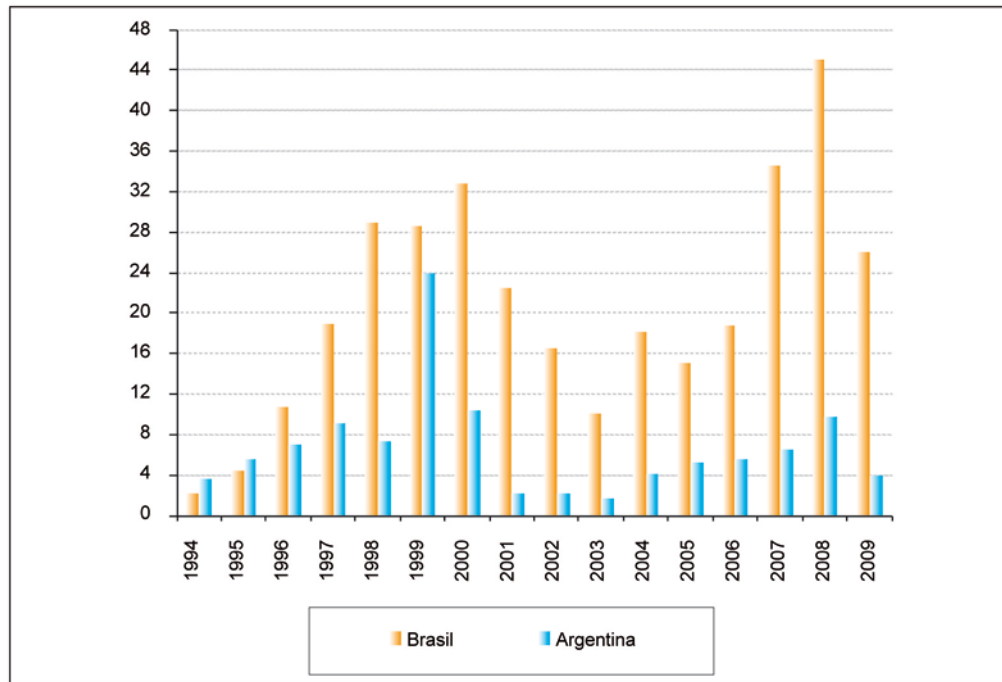
O Brasil consolidou sua posição de maior receptor de investimentos do MERCOSUL, tendo sido o grande responsável pelo aumento dos influxos entre 2004 e 2008, e também o que sofreu a maior queda absoluta em 2009, com redução de US\$ 19,1 bilhões em relação ao ano anterior (Gráfico 25). Ainda assim o país respondeu, neste último ano, por 82,8% do total recebido pelo bloco. No primeiro trimestre de 2010 os investimentos no país somaram US\$ 5,6 bilhões, com alta de 4,7% em comparação com o mesmo período do ano anterior.

A Argentina também teve importante redução dos investimentos diretos em 2009, de 58,8%, somando apenas US\$ 4 bilhões. Este montante foi o mais baixo desde 2003 e situou-se também abaixo dos níveis alcançados na segunda metade da década de 1990. Na verdade, o país jamais recuperou o mesmo grau de atratividade os investimentos estrangeiros que alcançou naquela época (Gráfico 25). O montante registrado em 2008, de US\$ 9,7 bilhões, embora tenha sido o mais elevado da presente década, ainda ficou abaixo da média anual do período 1995-2000, que havia sido de US\$ 10,6 bilhões.

O Uruguai, por sua vez, continua tendo um desempenho destacado em termos de atração de investimentos estrangeiros. A despeito da redução de 30,8% em relação ao ano anterior, o montante ingressado em 2009 foi bastante elevado para os padrões da história recente do país. Entre 2005 e 2009 a média anual de investimentos foi de US\$ 1,33 bilhão, muito acima dos montantes registrados até 2004 (Gráfico 26). No primeiro trimestre de 2010 o volume de investimentos somou US\$ 370 milhões, com alta de 21,5% em relação ao mesmo período de 2009, o que sinaliza um montante anual igual ou superior à média dos últimos anos.

Gráfico 25. Investimentos estrangeiros no Brasil e na Argentina, 1994 a 2009

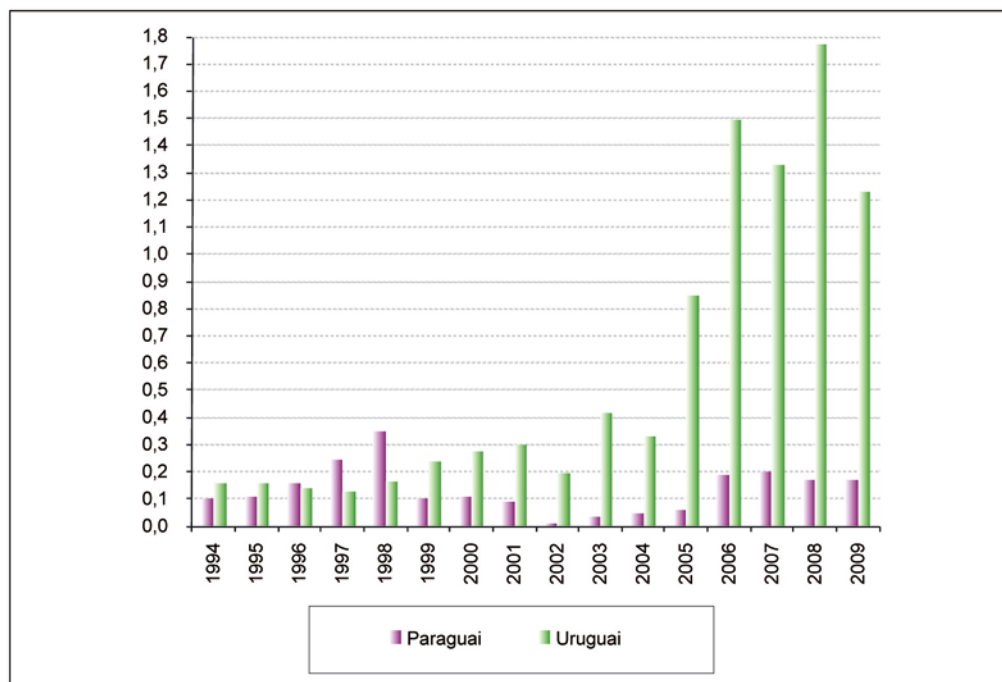
Bilhões de US\$



Fontes: INDEC (Argentina) e Banco Central do Brasil.

Gráfico 26. Investimentos estrangeiros no Paraguai e no Uruguai, 1994 a 2009

Milhões de US\$



Fontes: Bancos Centrais de Paraguai e Uruguai.

No caso do Paraguai, os investimentos permanecem bastante reduzidos, tendo somado US\$ 168 milhões em 2009, montante igual ao ingressado no ano anterior, mas ainda bem inferior ao recorde histórico alcançado em 1998, de US\$ 348 milhões (Gráfico 26).

Investimentos brasileiros no MERCOSUL

Diferentemente do que ocorrera em anos anteriores, o Brasil teve participação reduzida como investidor nos países do MERCOSUL em 2009. Os fluxos de investimento direto direcionados à Argentina somaram US\$ 191 milhões, o que significou apenas 4,8% do total recebido pelo país. Os investimentos no Uruguai foram de US\$ 77 milhões (6,3% do total) e no Paraguai, de US\$ 11 milhões (6,5% do total).

No primeiro trimestre de 2010 já se verificou uma recuperação dos investimentos brasileiros, que somaram US\$ 78 milhões na Argentina (alta de 53,0% em relação ao mesmo período de 2009), US\$ 12,2 milhões no Paraguai (30,3%) e US\$ 20 milhões no Uruguai (300,0%).

CAPÍTULO III. A AGENDA INTERNA

O presente capítulo descreve a evolução da agenda interna do MERCOSUL durante as Presidências *Pro Tempore* de Uruguai (PPTU) no segundo semestre de 2009, e da Argentina (PPTA) no primeiro semestre de 2010. Os resultados alcançados durante esse período não poderiam ser mais contrastantes: com escassas novidades durante a PPTU, e bastante significativos quando avaliados à luz das decisões aprovadas no encerramento da PPTA, em San Juan.

Quais os fatores que explicam o contraste entre a Cúpula de San Juan, descrita, com algum exagero, como uma das mais produtivas na história do MERCOSUL, e os medíocres resultados alcançados pelas presidências *pro tempore* dos últimos anos?

A capacidade evidenciada pelas economias do bloco para lidar de forma bastante satisfatória com os efeitos da grave crise financeira internacional, cujos impactos, principalmente na área externa, foram particularmente severos no último trimestre de 2008 e no primeiro semestre de 2009, constitui uma explicação apenas parcial. A recuperação dos fluxos comerciais (intrazona e extrazona) a partir do segundo semestre de 2009 contribuiu, sem dúvida, para o desenvolvimento de uma agenda de discussão menos contaminada pelas apreensões suscitadas pela crise internacional e pela escalada das restrições comerciais impostas ao comércio intrazona por alguns dos países-membros do bloco, que foram bastante significativas até fins de 2009. De outro lado, é verdade que uma vez superados os impactos iniciais da crise internacional, os países puderam retomar a discussão de diversos problemas que há bastante tempo entravavam a evolução da agenda interna do MERCOSUL.

Contudo, muito mais importante do que a superação dos impactos da crise internacional para o relativo sucesso de San Juan foi a satisfatória resolução de alguns conflitos políticos entre os sócios do bloco, cuja relevância explica, em grande medida, o clima de obstrução e de relativa paralisia que tinha prevalecido nas últimas reuniões de cúpula do MERCOSUL.

Cronologicamente, a superação desses conflitos tem início em julho de 2009, quando os presidentes do Paraguai e do Brasil subscrevem as bases de um acordo político destinado a atender, ainda que de forma parcial, as reivindicações paraguaias em relação a uma melhor distribuição dos benefícios decorrentes da exploração conjunta da hidroelétrica de Itaipu. O assunto tinha ocupado lugar de destaque na disputa eleitoral que levou Fernando Lugo à Presidência do Paraguai, em agosto de 2008, e a atitude reservada desse país em temas relevantes da agenda interna, como a eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum e a instituição de um mecanismo para a distribuição da renda aduaneira, pode ser creditada, em parte, à falta de um acordo satisfatório com o Brasil em relação a esse pleito.

O MERCOSUL funcionou, dessa vez, como um facilitador do acordo alcançado em meados de 2009 entre Brasil e Paraguai, haja vista que um dos seus principais instrumentos, o FOCEM, serviu de veículo para a concretização de aportes voluntários do Brasil por valor de US\$ 300 milhões destinados a financiar a linha de transmissão de 550 kv entre Itaipu e Villa Hayes. Essa contribuição, que constituía uma das condições do acordo, não removeu completamente as resistências do Paraguai à promoção de avanços no cumprimento da "segunda etapa de Decisão CMC N° 54/04 - Eliminação de Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira", mas criou um ambiente mais propício à busca de uma solução capaz de superar o impasse em torno do principal tema pendente da agenda interna do bloco.

De outro lado, a eleição de José Mujica como presidente de Uruguai, em novembro de 2009, e a divulgação, em abril de 2010, da decisão final da Corte Internacional de Justiça (*International*

Court of Justice - CIJ) na disputa pelo estabelecimento de fábricas de celulose na margem esquerda do Rio Uruguai, contribuíram para a superação de um conflito que tinha tornado extremamente difícil o diálogo político entre os dois outros sócios do MERCOSUL, Argentina e Uruguai, dificultando, também, o avanço em diversos assuntos da agenda interna do bloco.

A partir de maio de 2010, no entanto, ambos os países adotaram algumas atitudes que evidenciaram sua disposição para o restabelecimento de um diálogo mais fluido entre eles. Com efeito: (i) o Uruguai concordou com a nomeação de Néstor Kirchner como Secretário Geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL); (ii) a Argentina deu sua anuência à aprovação, no FOCEM, do projeto uruguaio de interconexão elétrica com o Brasil; e (iii) ambos os países iniciaram o intercâmbio de propostas para o estabelecimento de um esquema de monitoramento conjunto do Rio Uruguai, processo que resultou no acordo assinado pelos presidentes José Mujica e Cristina Fernández de Kirchner em fins de julho de 2010, às vésperas do início da Cúpula de San Juan.

A superação dos obstáculos políticos acima relatados e o contexto econômico regional mais favorável contribuíram, portanto, para a flexibilização de posições negociadoras até então irredutíveis. Ainda assim, a Cúpula de San Juan exigiu considerável esforço de negociação presidencial de "último momento" para a aprovação de algumas decisões importantes no âmbito do Conselho do Mercado Comum (CMC).

Ao final da XXXIX Reunião do CMC, os países anunciaram, com algum excesso de entusiasmo, a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL, a concretização de avanços importantes no processo de eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) e de distribuição da renda aduaneira, a aprovação de uma safra de ambiciosos projetos no âmbito do FOCEM, assim como diversas outras medidas relevantes para o avanço da agenda interna do bloco.

A análise dessas medidas desenvolvida no presente capítulo confirma a importância da última reunião do CMC, mas destaca também diversas indefinições e protelações que permeiam algumas das decisões mais relevantes adotadas na recente Cúpula de San Juan. À luz dessa constatação, não é possível afirmar que foi inaugurada uma nova etapa capaz conferir uma nova dinâmica ao processo de integração.

A. Aspectos comerciais

Eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira

Antecedentes. A eliminação da dupla cobrança da TEC é condição essencial para a consolidação do MERCOSUL como União Aduaneira. De fato, os produtos importados de extrazona deveriam poder circular livremente no MERCOSUL, uma vez realizado o pagamento da TEC no ponto de entrada da União Aduaneira. Contudo, isso não acontece, pois muitos produtos provenientes de países de fora do bloco sofrem uma dupla cobrança da TEC quando exportados de um país-membro do MERCOSUL a outro.

O primeiro avanço verdadeiramente significativo para a eliminação da dupla cobrança da TEC ocorreu em 2004, com a aprovação da Decisão CMC Nº 54/04, que fixou as diretrizes para o processo de transição em direção ao pleno funcionamento da União Aduaneira. A referida decisão estabeleceu o princípio de que os bens importados de extrazona que cumprissem com a política tarifária comum do MERCOSUL receberiam o tratamento de bens originários do MERCOSUL, tanto no que se refere à sua circulação nos territórios dos Estados Partes, como à sua eventual incorporação em processos produtivos.

Adicionalmente, o Artigo 2 da Decisão CMC Nº 54/04 determinou que os bens aos quais era aplicada uma TEC de 0%, assim como os bens de extrazona que contavam com preferência quadripartite e simultânea de 100%, em virtude de acordos comerciais assinados pelo bloco, receberiam tratamento de bens originários do MERCOSUL a partir de 1º de janeiro de 2006.

Posteriormente, em dezembro de 2005, a Decisão CMC Nº 37/05 regulamentou a Decisão CMC Nº 54/04 e definiu os procedimentos aduaneiros e as regras para a emissão do Certificado de Cumprimento da Política Tarifária Comum (CCPTC) e do Certificado de Cumprimento do Regime de Origem do MERCOSUL (CCROM), assim como outras normas complementares relativas ao regime de origem e ao intercâmbio de informação entre as aduanas.

Mais importante ainda, a Decisão CMC Nº 37/2005 incluiu, nos anexos, três listas de produtos. De fato: (i) o Anexo I relacionava os bens cuja TEC era 0% em todos os Estados Partes; (ii) o Anexo II listava os bens aos quais os países-membros do MERCOSUL concediam, simultaneamente, preferência tarifária de 100% e para os quais vigorava, ainda, o mesmo requisito de origem, ficando excluídos, portanto, aqueles bens para os quais vigoravam quotas ou requisitos de origem temporários; e (iii) o Anexo III listava os bens dos Anexos I e II que eram objeto de aplicação de alguma medida de defesa comercial em vigor em algum dos Estados Partes. Baseada nessas listas, a Decisão CMC Nº 37/05 determinou que fosse concedido tratamento de bens originários do MERCOSUL aos produtos incluídos nos Anexos I e II, com exclusão daqueles constantes no Anexo III.

Em síntese, o Artigo 2 da Decisão CMC Nº 54/04 e as listas positivas incluídas nos anexos da Decisão CMC Nº 37/05 balizaram a "primeira etapa" do processo de transição em direção ao pleno funcionamento da União Aduaneira. A rigor, essa "primeira etapa" teve caráter basicamente simbólico, pois concedeu tratamento de bens originários do MERCOSUL a produtos importados de extrazona cujo impacto na distribuição da renda aduaneira era nulo, uma vez que esses bens não pagavam imposto de importação. Ainda assim, o cumprimento dessa primeira etapa foi importante, pois deu partida ao processo de consolidação da União Aduaneira e fixou um roteiro e um prazo para sua concretização.

A extensão da regra de livre circulação aos bens não contemplados na primeira etapa ficou na dependência de três requisitos definidos no Artigo 4 da Decisão CMC Nº 54/04: (i) a aprovação do Código Aduaneiro do MERCOSUL; (ii) a interconexão *on line* dos sistemas informáticos de gestão aduaneira dos países-membros do bloco; e (iii) a definição de um mecanismo para a distribuição da renda aduaneira. Em suma, o Artigo 4 definiu os objetivos a serem alcançados durante a "segunda etapa do cumprimento da Decisão CMC Nº 54/04", que não deveria se estender "além de 2008".

Dos três requisitos estabelecidos pelo Artigo 4 da Decisão CMC Nº 54/04, aquele que avançou mais rapidamente foi o relativo à interconexão *on line* das aduanas dos Estados Partes. De fato, no primeiro semestre de 2008, os considerandos da Decisão CMC Nº 01/08, destinada a detalhar as especificações técnicas da infraestrutura informática para o Sistema de Informações de Registros Aduaneiros (Sistema INDIRA), informavam que o mencionado Sistema "encontra-se em operação e disponível nos quatro Estados Partes". A elaboração do CAM e a definição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira enfrentaram, porém, obstáculos quase intransponíveis, gerando frustração às Presidências *Pro Tempore* de Brasil, Paraguai e Uruguai, que concluíram seus mandatos sem conseguir atingir os objetivos fixados para a "segunda etapa".

Evolução no período recente. Entre 2008 e meados de 2010, os negociadores dos países-membros discutiram diversas propostas alternativas para a eliminação da dupla cobrança da TEC e a instituição de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira sem conseguir, contudo, chegar a um consenso. De modo geral pode-se afirmar que Brasil e Uruguai tendiam a favorecer propostas que levassem a uma rápida eliminação da dupla cobrança da TEC, enquanto Paraguai e Argentina mostravam clara preferência pela adoção de soluções mais graduais ou, eventualmente, pouco mais do que simbólicas.

As resistências do Paraguai eram motivadas, em primeiro lugar, pelo fato de a renda aduaneira representar, nesse país, um recurso fiscal importante, não admitindo, portanto, qualquer possibilidade de perda de arrecadação. A rigor, o objetivo do Paraguai sempre foi o de obter algum ganho, razão pela qual nunca deixou de pleitear a introdução de um fator "redistributivo" na fórmula que deverá determinar a distribuição da renda aduaneira a ser arrecadada quando da eliminação da dupla cobrança da TEC. Note-se, nesse sentido, que a eliminação da dupla cobrança da TEC deverá ter algum impacto nas decisões empresariais relativas à importação de insumos, partes e peças, afetando a circulação de mercadorias no interior do bloco. Com efeito, dada sua condição de país mediterrâneo, é provável que as mudanças resultantes da unificação do território aduaneiro prejudiquem particularmente o Paraguai, justificando algum tipo de compensação, cuja magnitude será sempre objeto de barganha.

Uma segunda razão a explicar as resistências paraguaias diz respeito ao órgão encarregado de arrecadar e administrar os recursos aduaneiros comuns. O Paraguai tem insistido na necessidade de que o referido órgão tenha caráter supranacional, pois considera que essa é a melhor alternativa a lhe garantir transparência e, principalmente, maior agilidade no recebimento dos recursos. Nesse sentido, a dependência de um órgão intergovernamental ou de um órgão do MERCOSUL não seria solução considerada satisfatória no entendimento das autoridades paraguaias. As apreensões do Paraguai têm fundamento, haja vista que em alguns países, como é o caso do Brasil, a arrecadação do imposto de importação é destinada por lei ao Tesouro, e a realização de eventuais transferências aos demais sócios envolveria a criação de mecanismos institucionais e legais bastante complexos.

Uma terceira razão, de caráter mais conjuntural e político, deve ser atribuída à falta de definição, até julho de 2009, da disputa entre Paraguai e Brasil em torno do valor das compensações e do preço de venda a ser recebido pelo Paraguai pela energia gerada com a hidroelétrica binacional de Itaipu. A disposição negociadora do Paraguai era naturalmente baixa, nesse e em outros assuntos, até ser selado um acordo entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Lugo, em Assunção, em fins de julho de 2009.

As resistências da Argentina em relação a uma rápida eliminação da dupla cobrança da TEC tinham motivação diferente. Desde a crise de 2001, a recomposição da base industrial do país tem se constituído em objetivo mor da política econômica nacional. À luz desse objetivo, a adoção de uma política tarifária comum (PTC) é vista como uma ameaça, um fator capaz de debilitar os requisitos de agregação de valor exigidos para que um bem seja considerado originário e circule livremente no interior do bloco. De fato, com a eliminação da dupla cobrança da TEC, produtos de extrazona adquirem a condição de produtos originários após o pagamento do imposto de importação ao atravessar a fronteira de um dos membros da União Aduaneira, podendo circular e ser reexportados livremente a qualquer outro país do bloco. O temor da Argentina é que os sócios regionais, principalmente as economias menores, importem produtos de extrazona, façam pequenas transformações e os reexportem para a Argentina, prejudicando a produção local de produtos similares. Essa seria, sem dúvida, uma conduta não apenas possível, mas perfeitamente legítima, e representa um dos atrativos da constituição da União Aduaneira para as economias

menores. Daí a preferência argentina por promover avanços lentos e graduais no processo de eliminação da dupla cobrança da TEC.

A Decisão CMC Nº 10/10 - Eliminação da Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira, aprovada durante a recente Cúpula de San Juan, deve ser considerada, portanto, como uma solução de compromisso destinada a acomodar os interesses divergentes dos sócios e, ao mesmo tempo, evitar a frustração de concluir mais uma reunião de cúpula sem promover qualquer avanço na implementação da "segunda etapa do cumprimento da Decisão CMC Nº 54/04".

A norma aprovada em San Juan, cujo conteúdo é mostrado de forma resumida no Quadro 15 abaixo, define diretrizes ainda bastante genéricas, adota um enfoque gradual e subdivide o processo de eliminação da dupla cobrança da TEC em três etapas.

A primeira etapa, a ser implementada até 1º janeiro de 2012, abrange os produtos importados de extra-zona que circulem sem transformação dentro do MERCOSUL. Caso o consumo ou utilização definitiva do produto sem transformação ocorra em outro país do bloco que não aquele onde foi efetuado o pagamento do imposto de importação, a arrecadação aduaneira correspondente deverá ser transferida ao país de destino final. O procedimento de transferência não é especificado, mas as diretrizes aprovadas determinam que ele seja "transparente, ágil e simplificado" e esteja em funcionamento, em todos os Estados Partes, "no mais tardar em 1º de janeiro de 2012".

Quadro 15. Orientações para a implementação da eliminação da dupla cobrança da TEC e distribuição da renda aduaneira

Anexo da Decisão CMC Nº 10/10

1ª Etapa	
Alcance *	<p>Compreende os bens importados de terceiros países por um Estado Parte, que cumpram com a PTC e circulem sem transformação dentro do MERCOSUL.</p> <p>As exceções à TEC (listas nacionais ou setoriais de exceções e regimes especiais de importação) continuarão sendo regidas pelas normas em vigor e não receberão CCPTC.</p> <p>Em geral, a arrecadação aduaneira será efetuada por cada Estado Parte.</p>
Renda Aduaneira	<p>Caso o produto sem transformação seja importado de terceiros países sob o cumprimento da PTC em um dos Estados Partes, mas seu consumo ou utilização definitiva ocorrer em outro Estado Parte, a arrecadação aduaneira será transferida ao país de destino final. O procedimento de transferência deverá ser transparente, ágil e simplificado.</p>
Prazo	<p>Esta primeira etapa deverá estar em funcionamento no mais tardar em 1º de janeiro de 2012. O procedimento de transferência deverá estar funcionando em todos os Estados Partes, nessa mesma data.</p>

Quadro 15 (CONTINUAÇÃO)

2ª Etapa	
Condição prévia	Como condição prévia ao início da segunda etapa, o GMC deverá definir o tratamento a que estarão sujeitos (i) os bens que incorporem simultaneamente insumos que cumpram a PTC e insumos importados sob regimes especiais de importação e/ou sujeitos a regimes promocionais, e (ii) os bens produzidos ao amparo de regimes promocionais que incorporem insumos que cumpram com a PTC.
Alcance*	Bens importados de terceiros países que cumpriram com a PTC, cuja TEC seja de 2% ou 4% e que circulem no MERCOSUL após sua incorporação ao processo produtivo. Os CCPTCs e os CCROMs emitidos por um Estado Parte serão reconhecidos por todos os demais Estados Partes. Em geral, a arrecadação aduaneira será efetuada por cada Estado Parte.
Renda Aduaneira	Estabelecer-se-á um mecanismo de distribuição da renda aduaneira que levará em conta qual o Estado Parte em que são consumidos os bens importados de terceiros países. Para a transferência dos recursos estabelecer-se-á um procedimento que contemple a automaticidade, a flexibilidade, a transparência e o acompanhamento e controle.
Prazo	Esta etapa será implementada a partir de 1º de janeiro de 2014.
3ª Etapa	
Alcance	Esta etapa compreende os bens importados de terceiros países não incluídos nas etapas precedentes, que se incorporem a um processo produtivo e tenham cumprido com a PTC. Os CCPTCs e os CCROMs emitidos por um Estado Parte serão reconhecidos por todos os demais Estados Partes.
Renda Aduaneira	A distribuição da renda aduaneira será realizada sobre a base do mecanismo implementado na segunda etapa, com as eventuais modificações que vierem a surgir da experiência de sua aplicação.
Prazo	O CMC definirá a data para entrada em vigência desta etapa antes de 31 de dezembro de 2016, que deverá estar em funcionamento no mais tardar em 1º de janeiro de 2019.
Disposições relativas às três etapas	
	Interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão aduaneira e a base de dados que permita o intercâmbio de informações relativas ao cumprimento da PTC. Entrada em vigência do CAM. Estabelecimento de uma compensação para o Paraguai , considerando sua condição especial e específica como país sem litoral marítimo, sua alta dependência das arrecadações aduaneiras e a eventual perda de arrecadação decorrente da dupla cobrança da TEC. Monitoramento periódico dos impactos econômicos e comerciais e eventual introdução de ajustes no mecanismo de distribuição da renda aduaneira.

Nota: * Por motivos de simplificação, o quadro acima omite algumas orientações constantes no Anexo da Decisão CMC Nº 10/10 referidas a casos de preferências tarifárias resultantes de acordos comerciais assinados pelo MERCOSUL com terceiros países.

O avanço resultante dessa primeira etapa é, mais uma vez, apenas simbólico. Conforme registrado em nota técnica elaborada pela Confederação Nacional da Indústria do Brasil (CNI), o comércio intrabloco de produtos sem transformação importados de terceiros países atingiu, em 2006, um

valor absolutamente irrisório, de apenas US\$ 4 milhões. A rigor, é difícil imaginar situações que justifiquem a reexportação intrabloco de produtos sem transformação oriundos de extrazona, uma vez que essas importações são gravadas com os impostos internos vigentes no país de ingresso da mercadoria, o que deveria tornar essa operação pouco rentável e, portanto, inusual.⁵³ O cumprimento dessa etapa deverá promover, ainda assim, algum avanço, pois os países-membros do MERCOSUL serão obrigados a operacionalizar algum procedimento de transferência da arrecadação aduaneira decorrente dessas situações, mesmo que excepcionais.

Um avanço realmente significativo deverá ocorrer apenas na segunda etapa, a ser implementada a partir de 1º de janeiro de 2014, quando serão incorporados "os bens importados de terceiros países que cumpriram com a política tarifária comum, cuja TEC seja de 2% ou 4% e circulem dentro do MERCOSUL após sua incorporação a um processo produtivo". Essa etapa tem, contudo, uma exigência prévia: o GMC deverá definir o tratamento a que estarão sujeitos os bens que incorporem, simultaneamente, insumos que cumpram com a política tarifária comum e insumos importados sob regimes especiais de importação e/ou sujeitos a regimes promocionais.

Por último, a terceira etapa, cuja entrada em vigência deverá ser definida pelo CMC antes de 31 de dezembro de 2016 e não poderá ultrapassar a data de 1º de janeiro de 2019 para seu efetivo funcionamento, compreenderá os bens importados de terceiros países não incluídos nas etapas anteriores, que se incorporem a um processo produtivo e cumpram com a política tarifária comum.

É importante destacar que os critérios para a partilha efetiva da arrecadação aduaneira só serão definidos a partir da segunda etapa. Mesmo após essa definição, caberá ao GMC o monitoramento periódico dos impactos econômicos e comerciais resultantes da eliminação da dupla cobrança da TEC e, também, a possibilidade de introduzir ajustes no mecanismo de distribuição para mitigar possíveis efeitos negativos. Destaque-se, por último, que a Decisão CMC Nº 10/10 determinou, explicitamente, "o estabelecimento de uma compensação ao Paraguai, considerando sua condição especial e específica como país sem litoral marítimo, sua alta dependência das arrecadações aduaneiras e a eventual perda de arrecadação decorrente da eliminação da dupla cobrança da TEC".

Em resumo, os avanços promovidos pela Decisão CMC Nº 10/10 foram menos significativos do que o esperado e o prazo para uma efetiva consolidação da União Aduaneira foi mais uma vez adiado, ainda que tenha sido acordado um novo cronograma e definidos alguns critérios capazes de balizar as próximas etapas.

Código Aduaneiro do MERCOSUL (CAM)

Antecedentes. Conforme acima relatado, em fins de 2004 foi aprovada em Belo Horizonte a Decisão CMC Nº 54/04 - Eliminação de Dupla Cobrança da TEC e Distribuição da Renda Aduaneira, que estabeleceu os requisitos necessários para a implementação da livre circulação nos territórios dos Estados Partes de bens importados de terceiros países. Por insistência do Paraguai, dentre esses requisitos constava a aprovação e vigência do CAM, para cuja elaboração foi constituído o Grupo *Ad Hoc* para a Redação do Código Aduaneiro do MERCOSUL (GAHCAM), que realizou sua primeira reunião em outubro de 2005.

Desde a primeira reunião, os negociadores do GAHCAM se enfrentaram com duas alternativas: (i) a redação de um corpo normativo detalhado, cujas disposições fossem de aplicação direta e

⁵³ A título de exemplo, cabe imaginar a reexportação de um país do bloco para outro de estoques indesejáveis ou invendáveis de produtos sem transformação previamente importados de extrazona.

incluíssem procedimentos; ou (ii) a harmonização de uma série de normas e critérios básicos comuns, cuja vigência estaria condicionada à implementação de normas regulamentares. A escolha, registrada em ata, recaiu nessa segunda alternativa.

O prazo estabelecido pelo CMC ("não além de 2008") para a aprovação e vigência dos requisitos necessários para a consolidação da União Aduaneira não foi cumprido. No que tange especificamente à elaboração do Código, foram necessárias mais de 20 reuniões ordinárias para que o GAHCAM pudesse concluir a sua redação.

O acompanhamento dos avanços e obstáculos enfrentados no processo de elaboração do CAM foi dificultado pelo caráter reservado das atas do GAHCAM e dos documentos de posição apresentados pelas delegações nacionais, o que suscitou críticas de parte de representantes do setor privado e de especialistas em matéria de assuntos aduaneiros. Ainda assim, sabe-se que algumas questões, como o âmbito de aplicação do código, a definição de território aduaneiro, as áreas aduaneiras especiais, as zonas francas, o mar territorial, os direitos de importação específicos, os direitos de exportação e as normas de circulação intrazona, foram particularmente difíceis de serem acordadas e demandaram grande esforço de negociação.

Evolução no período recente. Em agosto de 2010, a Decisão CMC N° 27/10 aprovou o CAM, concedendo aos Estados Partes um prazo de 6 (seis) meses para a realização de consultas e gestões para a implementação do mesmo dentro de seus respectivos sistemas jurídicos. Ficou estabelecido também o compromisso dos Estados Partes de proceder à harmonização daqueles aspectos não contemplados no texto do Código, composto de 181 artigos.

A aprovação do CAM foi celebrada por todos os participantes da Cúpula de San Juan como um grande avanço do MERCOSUL e um passo necessário para facilitar as negociações com a União Européia. A reação dos representantes do setor privado, assim como de tributaristas e especialistas em questões aduaneiras foi, contudo, mais cautelosa. Foram levantadas diversas dúvidas de interpretação em relação a muitos dos dispositivos incluídos no Código, que precisarão ser elucidadas no prazo de 6 (meses) estabelecido para a realização de consultas.

A seguir são comentados alguns dos temas e assuntos que suscitaram controvérsias durante o processo de elaboração do Código.

Âmbito de aplicação. O artigo 1º define a legislação aduaneira do MERCOSUL como sendo constituída pelo Código e suas normas regulamentares e complementares. As normas regulamentares são definidas, por sua vez, como "as disposições editadas ou a editar pelos órgãos MERCOSUL *necessárias* à aplicação deste Código" (grifo nosso), enquanto que as normas complementares abrangem disposições dos órgãos do MERCOSUL, em matéria aduaneira, que não constituem normas regulamentares.

As definições acima são relevantes, pois o Código diz, explicitamente, que "as legislações aduaneiras de cada Estado Parte serão aplicáveis supletivamente dentro de suas respectivas jurisdições nos aspectos não regulados especificamente por este Código, por suas normas regulamentares e complementares". Note-se, nesse sentido, que o texto aprovado em San Juan registra mais de 50 menções à necessidade de edição de normas regulamentares, distribuídas em mais de 40 dos 181 artigos que compõem o Código. Em muitos casos, a necessidade de regulamentação futura diz respeito a assuntos aparentemente corriqueiros, como a definição de prazos ou a inclusão de novas realidades ou mesmo de exceções, mas há também situações em

que se detecta a dificuldade dos negociadores para chegar a um consenso, o que teria contribuído para deixar diversas questões em aberto.

No que se refere especificamente ao âmbito de aplicação, ficou acordado que "a legislação aduaneira do MERCOSUL será aplicada à totalidade do território dos Estados Partes e aos enclaves concedidos a seu favor".

Território aduaneiro. No processo de elaboração do Código a definição do território aduaneiro foi objeto de controvérsias, envolvendo definições mais tradicionais, baseadas em critérios geográficos ou econômicos, e formulações mais modernas, como aquela adotada na Convenção de Quioto da Organização Mundial de Aduanas (OMA), segundo a qual *Customs territory means the territory in which the Customs law of a Contracting Party applies*. Prevaleceu essa última ("O território aduaneiro do MERCOSUL é aquele no qual se aplica a legislação aduaneira comum do MERCOSUL"), que reflete a atual tendência internacional e é, também, a que embasa as discussões na Rodada de Doha.

A escolha dessa definição impediu que fosse feita qualquer referência às Ilhas Malvinas, Ilhas Geórgia do Sul ou Ilhas Sandwich do Sul, como fazendo parte integrante do território argentino, conforme era o desejo da Argentina. Contudo, o Código incluiu um artigo que diz, explicitamente, que toda documentação comercial procedente dessas ilhas e seus espaços marítimos circundantes, quando não emitida por autoridades argentinas, somente será recebida em caráter de prova da descrição e origem das mercadorias "sem que isso implique reconhecimento algum das autoridades emissoras de tal documentação".

A inclusão do mar territorial como território aduaneiro foi um assunto longamente debatido pelos negociadores durante a elaboração do Código. Até recentemente acreditava-se que o CAM estabelecería um regime especial para o tratamento do ingresso, da permanência e da saída de mercadorias no mar territorial, levando em consideração a legislação vigente em cada Estado Parte do MERCOSUL. A versão aprovada em San Juan, contudo, não faz qualquer referência ao mar territorial. É preciso destacar, porém, que a classificação dos regimes aduaneiros especiais relacionados no Código inclui a ressalva de que os órgãos competentes do MERCOSUL poderão estabelecer outros regimes além dos previstos no Código (Art. 101).

Direitos de importação específicos. Diferentemente das tarifas *ad valorem*, os direitos específicos de importação não são porcentagens aplicadas sobre o valor de importação, mas valores fixos por unidade de produto. A Argentina, que aplica pontualmente direitos de importação específicos em alguns produtos (açúcar, têxteis), defendia a possibilidade de sua imposição *unilateral* pelos Estados Partes. No entanto, como a TEC foi inteiramente definida em termos de tarifas *ad valorem*, a preferência dos demais membros do bloco era pela sua imposição por norma comum, fixada pelo órgão competente do MERCOSUL.

Os direitos de importação específicos foram finalmente incluídos no Código. De fato, ao definir as diferentes modalidades de tributos, o CAM admitiu a possibilidade de tributos *ad valorem* ("quando expressos em porcentagem do valor aduaneiro da mercadoria"), específicos ("quando expressos em montantes fixados por unidade de medida da mercadoria") ou uma combinação de tributos *ad valorem* e específicos (Art. 158).

Ao definir os elementos de base para a determinação dos direitos de importação, o Código dispõe que o imposto *ad valorem* seja determinado aplicando-se as tarifas previstas na TEC, estruturada na base da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM), sobre o valor aduaneiro da

mercadoria. No caso do imposto de importação específico, contudo, não há qualquer referência a uma normativa comum ou à necessidade de normas regulamentares, estabelecendo-se apenas que ele seja determinado pela aplicação de um valor fixo por unidade de medida (Art. 163). Cabe concluir, portanto, que os demais aspectos relativos à sua aplicação poderão ser determinados pelas respectivas legislações aduaneiras nacionais.

Áreas aduaneiras especiais e zonas francas. As legislações nacionais dos membros do MERCOSUL distinguem as zonas francas das áreas aduaneiras especiais. A produção das primeiras é destinada exclusivamente à exportação e as mercadorias são tratadas do ponto de vista aduaneiro como se não estivessem no território nacional, sendo cobrado, portanto, integralmente o imposto de importação quando de seu ingresso ao mesmo. A produção das áreas aduaneiras especiais, de outro lado, é destinada principalmente ao mercado interno, haja vista tratar-se de pólos de produção que usufruem de incentivos e benefícios fiscais com o objetivo de promover o desenvolvimento regional. Em consequência, a cobrança do imposto de importação, quando do ingresso no território nacional de mercadorias provenientes dessas áreas é apenas parcial.

No âmbito do MERCOSUL, o tratamento a ser dado às zonas francas, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais foi estabelecido pela Decisão CMC Nº 08/94, que determinou o seguinte: (i) "salvo decisão em contrário", os Estados Partes aplicariam a TEC às mercadorias provenientes das respectivas zonas francas, zonas de processamento de exportações e áreas aduaneiras especiais; (ii) poderiam operar no MERCOSUL as zonas francas que já estivessem em funcionamento e aquelas que viessem a se instalar em virtude de normas legais vigentes ou em tramitação parlamentar (cláusula de *standstill*); e (iii) as áreas aduaneiras especiais existentes em Manaus e Terra do Fogo poderiam funcionar "sob o regime atual" até o ano de 2013.

A aplicação da TEC ao comércio intrazona de bens provenientes de zonas francas e de áreas aduaneiras especiais localizadas no território dos sócios registrou diversas exceções ao amparo da "brecha" concedida pela Decisão CMC Nº 08/94. De fato, Argentina e Brasil subscreveram um acordo bilateral concedendo isenção da TEC a bens produzidos nas áreas aduaneiras especiais de Manaus e Terra do Fogo que cumprissem determinadas regras de origem. Uruguai e Brasil acordaram também isenções à TEC com base em listas positivas de bens produzidos nas Zonas Francas de Nueva Palmira e Colônia, no Uruguai e na Zona Franca de Manaus, no Brasil. Argentina e Uruguai, por sua vez, também acordaram isenções à TEC com base em cotas e/ou valores-teto para bens oriundos da Zona Franca de Colônia e da Área Aduaneira Especial de Terra do Fogo.

De outro lado, o prazo limite para o funcionamento das áreas aduaneiras especiais foi descumprido, primeiro pelo Brasil, que aprovou Emenda Constitucional estendendo a vigência da Zona Franca de Manaus até 2023, e depois pela Argentina, que estendeu, por decreto, a vigência da Área Aduaneira Especial de Terra de Fogo, também até 2023.

As discussões durante a elaboração do Código giraram em torno de dois pontos: (i) o número de áreas aduaneiras especiais permitidas, haja vista que a Decisão CMC Nº 08/94 estabeleceu um limite para o número de zonas francas (cláusula de *standstill*), mas silenciou em relação ao número de áreas aduaneiras especiais; e (ii) a vigência temporal dos benefícios concedidos às áreas aduaneiras especiais, estendidos unilateralmente por Brasil e Argentina até 2023, em clara desobediência ao previamente acordado no seio do MERCOSUL.

Outros assuntos em discussão diziam respeito à inclusão de provisões relativas a áreas aduaneiras especiais de novos Estados Partes, de interesse da Venezuela, assim como ao *status* a ser concedido às áreas aduaneiras especiais nas negociações extrarregionais do MERCOSUL.

No texto final muitas dessas questões ficaram em aberto. Com efeito, o Código limitou-se a definir uma área aduaneira especial como "a parte do território aduaneiro na qual se aplica um tratamento temporário especial, com um regime tributário mais favorável que o vigente no resto do território aduaneiro" (Art.131), sem fazer qualquer menção a seu número nem ao prazo de vigência desse tratamento especial.

No que tange às zonas francas, o Código estabeleceu que para fins dos impostos ou direitos de importação as mercadorias nelas introduzidas seriam consideradas "como se não estivessem dentro do território aduaneiro", e que a entrada e saída das mesmas seriam regidas "pela legislação que regula a importação e a exportação, respectivamente" (Art. 126). De outro lado, o Código estabeleceu que a saída de mercadoria do restante do território aduaneiro com destino a uma zona franca deveria ser considerada uma exportação, assim como a entrada de mercadoria procedente de zona franca no restante do território aduaneiro deveria ser considerada uma importação (Arts. 129 e 130).

Direitos de exportação. Os direitos de exportação constituíram o último assunto a ser definido, antes da aprovação do Código, e a obtenção de um consenso, nessa matéria, demandou a participação direta dos presidentes de Argentina e Uruguai durante a reunião de Cúpula de San Juan.

Desde 2002, a Argentina aplica direitos de exportação ("retenções") a uma ampla gama de produtos, entre eles a soja, seus derivados e outros bens-chave da cesta exportadora do país. A renda decorrente da imposição dos direitos de exportação representa parcela significativa da arrecadação fiscal do país. Contudo, a legalidade desses tributos no comércio intrazona tem sido questionada pelos exportadores locais e o governo argentino enfrenta ações judiciais em virtude da imposição das "retenções".

A imposição das "retenções" tem gerado distorções no comércio intrazona. Na Argentina, os preços internos de produtos sujeitos à imposição de direitos de exportação são, conforme esperado, inferiores aos preços internacionais, o que contribui para o aumento de competitividade dos produtores locais, que conseguem adquirir parte de seus insumos a baixo custo. Em consequência, a imposição de direitos de exportação tem suscitado críticas no Brasil e, principalmente, no Uruguai, pois as "retenções" dificultam a concorrência dos exportadores desses países no mercado argentino e/ou prejudicam os produtores domésticos, que concorrem em desigualdade de condições, nos seus respectivos mercados locais, com as importações oriundas da Argentina.

A existência de interesses conflitantes explica as diferentes questões debatidas no âmbito do GAHCAM: (i) a inclusão ou não dos direitos de exportação no Código; (ii) a possibilidade ou não de sua aplicação no comércio intrazona; (iii) a determinação conjunta (órgão competente do MERCOSUL) ou unilateral (autoridade nacional) das alíquotas do referido imposto.

A redação final atendeu à demanda da Argentina: "O presente Código Aduaneiro não trata sobre imposto de exportação e, por essa razão, a legislação dos Estados Partes será aplicável no seu território". Destaque-se, contudo, que as disposições das legislações nacionais são passíveis de contestação pelos demais Estados Partes, argumentação que foi invocada pelos negociadores dos países que cederam às demandas da Argentina para justificar essa concessão ante seus respectivos públicos domésticos.

Despachante aduaneiro. O Código estabeleceu alguns requisitos mínimos para a habilitação dos despachantes aduaneiros, mas delegou nos Estados Partes a determinação sobre a obrigatoriedade ou não de sua atuação no âmbito de seus respectivos territórios.

Circulação de mercadorias entre os Estados Partes. O CAM estabeleceu as regras de circulação de mercadorias que deverão vigorar durante o processo de transição até a conformação definitiva da União Aduaneira. De fato, consoante o Artigo 178 incluído nas Disposições Transitórias do CAM: (i) o ingresso e a saída de mercadorias de um Estado Parte para outro serão considerados como importação ou exportação entre distintos territórios aduaneiros; (ii) tanto as mercadorias originárias quanto as mercadorias importadas de terceiros países poderão circular entre os Estados Partes nos termos estabelecidos nas normas regulamentares e complementares.

Em San Juan, ficou estabelecida, também, a necessidade de implementação conjunta de um documento aduaneiro unificado para facilitar a circulação de mercadorias entre os países-membros. O instrumento foi objeto de uma outra medida aprovada pelo CMC (Decisão CMC Nº 17/10), que dispôs a criação do Documento Único Aduaneiro do MERCOSUL (DUAM). O documento foi definido como um modelo de dados comuns para integrar as declarações das destinações e operações aduaneiras no MERCOSUL, capaz de servir de instrumento de geração de informação para a gestão de controle e análise de risco, e facilitar o intercâmbio de informação entre as Aduanas e a livre circulação dos bens entre os Estados Partes. A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) foi incumbida das tarefas requeridas para a efetiva implementação do DUAM.

Outras disposições. A inclusão, no Código, da figura do "Operador Econômico Qualificado", envolvendo a instituição de procedimentos aduaneiros simplificados e outras facilidades, foi uma das disposições do CAM que teve melhor acolhida. Já a precedência concedida à Administração Aduaneira de cada país sobre os demais órgãos da administração pública nas zonas primárias aduaneiras gerou alguma crítica de parte de especialistas em questões aduaneiras, pois, aparentemente, essa disposição é contrária ao ordenamento jurídico de alguns países-membros, que determina a precedência da autoridade judicial.

Por último, o CAM determinou a criação de um comitê integrado por servidores das Administrações Aduaneiras e representantes designados pelos Estados Partes, com o objetivo de zelar pela aplicação uniforme das medidas estabelecidas no Código e nas normas regulamentares.

Manual de Procedimentos MERCOSUL de Controle do Valor Aduaneiro

Antecedentes. Em 1994, a Decisão CMC Nº 17/94 aprovou uma Norma de Aplicação sobre a Valoração Aduaneira de Mercadorias com o objetivo de harmonizar os procedimentos aplicados pelos Estados Partes em matéria de valoração aduaneira. Essa primeira norma, com apenas 17 artigos, foi revogada pela Decisão CMC Nº 13/07, que ratificou a adoção, no âmbito do MERCOSUL, do Acordo Relativo à Aplicação do Artigo VII ("Acordo de Valoração Aduaneira") do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 e aprovou uma nova Norma de Aplicação sobre a Valoração Aduaneira de Mercadorias, bastante mais completa que a anterior.

Com efeito, a norma aprovada em 2007 continha 30 artigos, subdivididos em 7 capítulos (Disposições gerais, Determinação do Valor Aduaneiro, Administração da Valoração, Controle do Valor Declarado, Declaração de Valor Aduaneiro, Casos Especiais e Disposições Transitórias) e esclarecia diversos aspectos sobre os quais a norma de 1994 era omissa.

Evolução no período recente. Em San Juan, o CMC aprovou o Manual de Procedimentos MERCOSUL de Controle do Valor Aduaneiro (Decisão CMC Nº 16/10), com o intuito de estabelecer diretrizes operacionais comuns às administrações aduaneiras dos Estados Partes relativas ao controle do valor aduaneiro, assegurar a uniformidade na aplicação dos procedimentos e controles e, por último, garantir um tratamento equitativo a todos os operadores do comércio exterior.

O referido Manual versa sobre os diferentes procedimentos de controle aduaneiro que podem ser utilizados na administração do acordo relativo à aplicação do Artigo VII do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio de 1994 (*General Agreement on Tariffs and Trade - GATT*). O Manual, portanto, destina-se não a substituir, mas apenas a complementar o Acordo da OMC.

Ele contém três capítulos e dois anexos. No Capítulo I estão descritos os princípios do Acordo e expostos os métodos de valoração nele estabelecidos, com a finalidade de determinar o valor aduaneiro das mercadorias importadas.

No Capítulo II são expostos os procedimentos operacionais que podem ser utilizados pelas Administrações Aduaneiras na gestão do controle do valor. O mesmo é composto por seis pontos:

- i. *Fases do Controle do Valor Aduaneiro*, onde são expostos os diferentes tipos de controle que as Administrações Aduaneiras podem usar (controle prévio ao despacho, durante o despacho ou posterior ao despacho).
- ii. *Verificação da Declaração do Valor*.
- iii. *Comprovação do Valor Aduaneiro*, onde se enumeram as várias tarefas de verificação da declaração do valor que devem ser feitas de acordo com o método de valoração aplicado.
- iv. *Procedimentos de Fiscalização*, no qual se descrevem as diversas fases do processo de fiscalização.
- v. *Intercâmbio de Informação em Matéria de Valoração*, no qual se discorre sobre a possibilidade de as administrações aduaneiras solicitarem informações ao exterior para comprovar a veracidade ou exatidão dos valores declarados à Aduana pelos importadores.
- vi. *Gestões em Caso de Subvaloração*, dentro do qual se estabelecem as distintas medidas que podem ser adotadas pelas administrações aduaneiras quando, da verificação da declaração, resultar evidente que o valor declarado está subvalorado.

O Capítulo III trata do desenvolvimento de um *Programa de Gestão de Risco*. Além disso, estabelece diretrizes para a elaboração e utilização de uma base de dados de valoração que funcione como um instrumento de avaliação de riscos e enumera os temas que representam risco fiscal.

O Anexo I contém o Guia para o intercâmbio de informação em matéria de valoração do Comitê Técnico de Valoração da OMA. Por último, o Anexo II contém as Diretrizes para elaboração e utilização de uma base de dados nacional de valoração que funcione como instrumento de avaliação de riscos do Comitê Técnico de Valoração da OMA.

Lista de Exceções à TEC

Antecedentes. As listas nacionais de exceções à TEC vigoram desde 1994 (Decisão CMC Nº 07/94). O número de itens passíveis de inclusão nessas listas, assim como os prazos de vigência sofreram sucessivas modificações e prorrogações a partir de então, até a edição da Decisão CMC Nº 59/07. Consoante essa última decisão (i) as listas de Argentina e Brasil poderiam conter até um máximo de 100 itens da NCM, mas deveriam respeitar um cronograma de redução progressiva do número de itens, que se encerraria em 31/12/2010, quando o número máximo de exceções já teria caído para 50 itens da NCM; (ii) as listas de Uruguai e Paraguai poderiam conter um máximo de 100 itens, com prazo de vigência até 31/12/2015; (iii) Uruguai e Paraguai poderiam manter, até 2010, listas *adicionais* de exceção, com até 125 e 150 itens tarifários, respectivamente; e, por último, (iv) Paraguai era autorizado a manter, até 2010, as 399 exceções previstas no Art. 4 da Decisão CMC Nº 07/94.

Evolução no período recente. Em fins de 2009, foi aprovada a Decisão CMC Nº 28/09, com o objetivo de prorrogar as disposições da Decisão CMC Nº 59/07 cujo prazo de vigência encerrava em 2010.

De fato, Brasil e Argentina foram autorizados a manter listas nacionais de exceções à TEC, com até 100 itens tarifários, até 31/12/2011. Destaque-se que diferentemente do que tinha sido estabelecido pela Decisão CMC Nº 59/07, dessa vez não foi incluído qualquer cronograma de redução progressiva do número de itens tarifários excetuados, antes do encerramento do prazo de vigência das listas de exceção.

No caso de Uruguai e Paraguai, continua vigorando a Decisão CMC Nº 59/07, que já tinha prorrogado as listas de exceção desses países, com um máximo de 100 itens tarifários, até 31/12/2015. No que tange às listas adicionais de exceção, sua vigência foi prorrogada até 31/12/2011, sendo mantido o número de 125 itens *adicionais* para Uruguai e 150 itens adicionais para Paraguai. Por último, foi prorrogado também até 31/12/2011 o prazo de vigência para as 399 exceções concedidas ao Paraguai, em obediência ao disposto no Art. 4 da Decisão CMC Nº 07/94.

Níveis da TEC superiores aos consolidados na OMC e suspensão de concessões

Os Estados Partes do MERCOSUL assinaram a Ata Final da Rodada Uruguai e aprovaram os acordos para a constituição da OMC, posteriormente ratificados e incorporados aos seus respectivos ordenamentos jurídicos internos. Em consequência, eles devem (i) cumprir as obrigações assumidas na OMC relativas à consolidação dos níveis tarifários; (ii) respeitar as normas da OMC que limitam a conduta das uniões aduaneiras; e (iii) obedecer as normas e procedimentos estabelecidos no Sistema de Solução de Controvérsias da OMC.

Em consequência, em fins de 2009 o CMC aprovou duas decisões destinadas a compatibilizar os compromissos assumidos pelos países-membros do MERCOSUL na OMC com as normas preexistentes no MERCOSUL.

É o caso da Decisão CMC Nº 17/09 - Níveis da TEC superiores aos níveis consolidados na OMC, que reconhece a vigência das consolidações tarifárias registradas nas listas nacionais que constam na Ata final da Rodada Uruguai. Conseqüentemente, nos casos em que é aprovado no MERCOSUL um nível da TEC superior ao consolidado por um dos Estados Partes, o CMC admite que prevaleça, para esse Estado Parte, a tarifa consolidada na OMC. De outro lado, quando isso acontecer, os produtos aos quais esse Estado Parte não aplica a TEC, não farão parte de sua lista de exceções.

De outro lado, a Decisão CMC Nº 18/09 - Suspensão de concessões contempla a situação oposta, ou seja, o caso em que um Estado Parte eleve acima do estabelecido na TEC as tarifas que aplica a terceiros países, de maneira consistente com suas obrigações na OMC. Essa situação pode decorrer: (i) da suspensão de concessões a terceiros países que tenha sido autorizada pelo Órgão de Solução de Controvérsias da OMC no contexto de um contencioso envolvendo o Estado Parte; e (ii) da retirada de concessões substancialmente equivalentes negociadas originalmente pelo Estado Parte com um membro da OMC que pretenda modificar ou retirar essas concessões. Em ambos os casos, o Estado Parte é autorizado a elevar os direitos de importação acima do estabelecido na TEC, por um prazo máximo inicial de dois anos. Contudo, as tarifas deverão retornar aos níveis estabelecidos na TEC assim que cessar a motivação que levou à sua elevação. Se isso não acontecer dentro do prazo de dois anos, caberá ao GMC reavaliar a situação antes de expirar o prazo.

Modificações da TEC para fios, tecidos e laticínios

Antecedentes. Em novembro de 2007, por iniciativa do Brasil destinada a conter o avanço das importações chinesas nos setores de calçados, tecidos e confecções, o CMC promoveu uma significativa elevação dos níveis tarifários de produtos enquadrados nesses setores (Decisão CMC Nº 37/07). As alíquotas de alguns produtos, incluídos em listas, foram fixadas em 26%, no caso dos tecidos, e 35% no caso de confecções e calçados. O CMC autorizou o Paraguai e o Uruguai a manter os níveis vigentes de suas tarifas nacionais para os produtos incluídos nas listas de tecidos e confecções, tratamento que foi estendido, posteriormente, a 8 dos 29 itens tarifários incluídos na lista calçados (Decisão CMC Nº 27/08). Ficou determinado, ainda, que as novas alíquotas vigorariam até a última reunião ordinária do CMC de 2010, quando seriam reavaliadas à luz da evolução dos fluxos comerciais.

Evolução no período recente. Em fins de 2009, o setor de laticínios foi objeto de análoga medida. De fato, o CMC fixou, com caráter transitório, até 31/12/2011, uma alíquota de 28% para 11 itens de uma lista do setor de laticínios (Decisão CMC Nº 25/09). O Paraguai, contudo, foi autorizado a manter suas tarifas nacionais para esses produtos.

No mesmo período, o CMC editou duas novas medidas destinadas a ampliar as listas de produtos dos setores de tecidos e confecções cujas alíquotas tinham sido majoradas em 2007. No caso do setor de fios e tecidos, a relação dos itens incorporados à lista foi bastante extensa e na quase totalidade dos casos a nova alíquota foi fixada em 18% (Decisão CMC Nº 26/09). No caso do setor de confecções, foram incorporados apenas três itens à lista, todos com alíquota de 35% (Decisão CMC Nº 27/09).

Regimes Especiais de Importação

Antecedentes. Em 2000, com o intuito de preservar a TEC e evitar perfurações que pudessem afetar sua integridade o CMC estabeleceu a obrigação aos Estados Partes de procederem à eliminação completa, até janeiro de 2006, dos regimes aduaneiros especiais de importação adotados unilateralmente (Decisão CMC Nº 69/00). Este prazo foi sucessivamente prorrogado até 31 de dezembro de 2010 (Decisões CMC Nº 33/05, 14/07 e 57/08).

De outro lado, o CMC autorizou a vigência de regimes especiais de importação adotados unilateralmente pelos Estados Partes que tivessem impacto econômico limitado ou finalidade não comercial, sempre que aprovados previamente pela CCM. A Decisão CMC Nº 03/06 arrolou tais regimes nacionais em seu anexo.

A partir de 2007, por iniciativa dos Estados Partes, a Comissão de Comércio iniciou o exame de diversas propostas destinadas ao estabelecimento de regimes *comuns* de importação. As propostas apresentadas pelos países-membros incluíram tanto regimes de cunho setorial (indústria naval, indústria aeronáutica, medicamentos, educação) como regimes mais horizontais (bens integrantes de projetos de investimento, comércio transfronteiriço terrestre e bens destinados à pesquisa científica e tecnológica).

Em 2008, o CMC aprovou o regime comum para bens destinados à pesquisa científica e tecnológica (Decisão CMC Nº 40/08) e prorrogou o prazo para a elaboração dos demais regimes especiais comuns (setoriais e horizontais), sob exame na Comissão de Comércio. Contudo, a Decisão CMC nº 57/08 determinou que o trabalho da Comissão de Comércio ficasse concluído em tempo de ser considerado pela GMC em sua última reunião do segundo semestre de 2010.

Evolução no período recente. Em fins de 2009, a Comissão de Comércio aprovou a DIR Nº 31/09, que incluiu na lista de regimes aduaneiros especiais de importação adotados unilateralmente pela Argentina o regime para consumo de diversas mercadorias destinadas à reabilitação, ao tratamento e à capacitação das pessoas com necessidades especiais. Consoante a mencionada diretriz, "o citado regime tem impacto econômico limitado e responde a uma finalidade não comercial".

O CMC, por sua vez, aprovou a Decisão CMC Nº 20/09 prorrogando os regimes de *drawback* e de admissão temporária para o comércio intrazona até 31/12/16. De outro lado, Paraguai e Uruguai, na medida em que não utilizem esses regimes para a importação de insumos agropecuários de extrazona, foram autorizados a aplicar uma alíquota de 2% para uma lista de itens tarifários a serem determinados por cada Estado Parte antes de 31/12/10. No caso específico do Paraguai, foi criado também um regime para a importação de matérias-primas com alíquota de 2%, cujas condições deverão ser estabelecidas pela Comissão de Comércio antes de sua última reunião de 2010. O prazo de vigência para esses regimes unilaterais em favor das economias menores é também 31/12/16.

No que tange à negociação dos regimes comuns, no segundo semestre de 2009 os países-membros apresentaram à CCM informação sobre as legislações nacionais referentes aos setores de educação, saúde, setor naval, bens integrantes de projetos de investimento e comércio vicinal transfronteiriço. Posteriormente, no primeiro semestre de 2010, a delegação brasileira propôs na Comissão de Comércio a criação de um regime comum exclusivo para medicamentos e seus princípios ativos não fabricados no MERCOSUL. Consoante essa proposta, as tarifas de medicamentos não produzidos no MERCOSUL seriam reduzidas temporariamente para 0%. Pela proposta brasileira, em caso de início da produção regional de um medicamento ou princípio ativo, o mesmo seria retirado da lista de produtos beneficiados com tarifa de 0% e retornaria à tarifa original. O Brasil propôs trabalhar, em uma primeira etapa, na identificação de medicamentos não produzidos na região classificados no Capítulo 30 da NCM. A proposta brasileira continua em exame.

Por último, houve avanços também na negociação do regime comum para a indústria aeronáutica. A proposta já conta com o acordo de Brasil e Argentina, mas continua sendo examinada pelo Paraguai e pelo Uruguai.

Liberalização do Comércio de Serviços

Antecedentes. Conforme relatado em edições anteriores do presente Informe (veja BID-INTAL, 2008 e 2010), em 7 de dezembro de 2005 entrou em vigor a Decisão CMC Nº 13/97, que aprovou o Protocolo de Montevideu sobre Comércio de Serviços no MERCOSUL. Consoante esse Protocolo, os Estados Partes manteriam sucessivas rodadas de negociações para completar o Programa de Liberalização do Comércio de Serviços em um prazo máximo de dez anos, contados a partir da entrada em vigor do instrumento.

Em consequência, em dezembro de 2008 a decisão CMC Nº 49/08 aprovou um Plano de Ação para o Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços no Âmbito do MERCOSUL, fixando diretrizes e prazos para sua implementação. As tarefas e etapas definidas no Plano eram as seguintes:

- *Primeiro semestre de 2009:* realização de um diagnóstico da situação atual ("fotografia"), definindo os setores cuja liberalização não apresentasse maiores dificuldades (setores menos sensíveis), os setores com grau intermediário de dificuldade para liberalização e os setores altamente sensíveis; identificação de setores a serem objeto de harmonização e/ou complementação dos marcos regulatórios.
- *2010:* consolidação do *status quo* regulatório nos setores ainda sem compromissos e eliminação das restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores menos sensíveis; início do processo de harmonização/complementação dos marcos regulatórios nos setores que se entenda necessário; identificação de mecanismos que promovam a participação crescente no mercado de serviços regional dos operadores menos desenvolvidos.
- *2012:* eliminação das restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores com grau intermediário de dificuldade para liberalização; continuação do processo de harmonização/complementação dos marcos regulatórios nos setores que se entenda necessário; identificação de medidas de regulamentação doméstica que possam constituir barreiras burocráticas ao comércio intrazona, com vistas à sua eliminação; aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica.
- *2014:* eliminação das restrições de acesso a mercado e tratamento nacional nos setores altamente sensíveis; conclusão do processo de harmonização/complementação dos marcos regulatórios; conclusão do processo de aprofundamento das disciplinas MERCOSUL sobre regulamentação doméstica; eliminação das medidas de regulamentação doméstica identificadas como entraves burocráticos ao comércio intrazona.

Evolução no período recente. Em dezembro de 2009, foi concluída a Sétima Rodada de Negociação de Compromissos Específicos em Matéria de Serviços, cujas listas foram aprovadas pela Decisão CMC Nº 21/09.

As sete rodadas negociadoras já concluídas têm incorporado a grande maioria dos setores e subsetores de serviços às listas de compromissos e progredido bastante na consolidação do *status quo* regulatório, assim como no esclarecimento da situação legal dos setores ainda não consolidados, ou seja, setores excluídos das listas de compromissos. Contudo, são poucos os casos de eliminação efetiva de restrições, prevalecendo, na maioria dos setores, não mais de que compromissos de *standstill*. As restrições que dificultam o avanço do processo de liberalização são de ordem legal e estão, em alguns casos, inscritas, inclusive, em dispositivos constitucionais.

Sua remoção é, portanto, bastante complexa, requerendo, necessariamente, forte impulso político em âmbito doméstico.

Não surpreende, portanto, que o Plano de Ação para o Aprofundamento do Programa de Liberalização do Comércio de Serviços, aprovado em fins de 2008, registre atrasos. Com efeito, a Ata da XLII Reunião Ordinária do Grupo de Serviços realizada em início de maio de 2010 informa que as delegações nacionais tomaram nota das listas circuladas com o diagnóstico da situação atual ("fotografia") e acordaram o envio das versões definitivas ainda no primeiro semestre de 2010. Essa primeira etapa registra, portanto, um atraso de um ano em relação ao prazo previsto no cronograma acordado no Plano de Ação.

Na mesma reunião, a Argentina propôs o lançamento de uma nova rodada de negociação (oitava) que tivesse como objetivo principal a consolidação do *status* regulatório em setores ainda sem compromissos (não consolidados). De acordo com essa proposta, a negociação levaria em conta a informação contida nas "fotografias" fornecidas pelos países-membros e que retratam a situação regulatória atual. A proposta teve boa acolhida, mas não foi aprovada durante a PPTA.

B. Assimetrias e aspectos produtivos

Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Antecedentes. Em fins de 2004, os países - membros do bloco decidiram criar o FOCEM destinado a financiar programas que pudessem contribuir para a redução das assimetrias, o fortalecimento do processo de integração, o desenvolvimento da competitividade e a promoção da coesão social, em benefício, principalmente, "das economias menores e das regiões menos desenvolvidas" (Decisão CMC Nº 45/04). A criação do FOCEM atendeu, assim, a uma demanda formulada insistentemente pelo Paraguai pelo menos desde o início de 2003.

As diretrizes básicas para a integração e o funcionamento do FOCEM foram estabelecidas apenas seis meses depois (Decisão CMC Nº 18/05), prazo surpreendentemente curto para os padrões do MERCOSUL. Essas diretrizes definiram um esquema assimétrico de contribuições dos Estados Partes ao Fundo e de distribuição dos recursos entre os países proponentes dos projetos. De fato, as contribuições anuais ao FOCEM foram determinadas a partir de um critério de rateio baseado explicitamente na média histórica do PIB do MERCOSUL (70% ao Brasil, 27% à Argentina, 2% ao Uruguai e 1% ao Paraguai), enquanto a distribuição dos recursos obedeceu, implicitamente, à intensidade das carências e das assimetrias dos países-membros, beneficiando, portanto, as economias menores (48% ao Paraguai, 32% ao Uruguai e 10% à Argentina e ao Brasil).

O montante total anual da contribuição dos Estados Partes foi fixado em US\$ 100 milhões, exceto nos dois primeiros anos orçamentários do FOCEM, período no qual a contribuição foi reduzida para 50% desse valor, no primeiro ano, e 75% no segundo. Os Estados Partes se comprometeram a efetuar aportes ao Fundo durante um período de 10 anos, mas se contemplou também a possibilidade de o FOCEM receber contribuições provenientes de terceiros países, assim como de instituições e organismos internacionais.

A Decisão CMC Nº 18/05 estabeleceu, ainda, quatro programas para o enquadramento dos projetos: Programa I (Convergência Estrutural), Programa II (Desenvolvimento da Competitividade), Programa III (Coesão Social) e Programa IV (Fortalecimento de Estrutura Institucional e do Processo de Integração). As diretrizes enfatizaram a prioridade que deveria ser concedida ao Programa I e limitaram expressamente os recursos que caberia destinar ao Programa

IV. Foi fixado, ainda, um prazo de seis meses para a instituição do Regulamento do FOCEM, mas as diretrizes determinaram a priori que os proponentes deveriam contribuir com recursos próprios equivalentes a pelo menos 15% do valor total do projeto apresentado.

As bases gerais para apresentação e aprovação dos projetos também foram predefinidas nas diretrizes: a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM) foi escolhida como "porta de entrada" para apresentação e avaliação da elegibilidade dos projetos dos Programas I, II e III, contando com a assistência de uma instância técnica no âmbito da Secretaria MERCOSUL (SM) incumbida dos aspectos operacionais. O processo de aprovação tanto dos projetos como do orçamento do FOCEM deveria contemplar, ainda, a participação sequencial da CPRM, do GMC e, finalmente, do CMC.

O Regulamento foi instituído em fins de 2005 (Decisão CMC Nº 24/05), mas com prazo de vigência de apenas dois anos, quando deveria ser revisto à luz da experiência colhida durante essa primeira fase de implementação. O Regulamento definiu uma estrutura organizativa e de administração do FOCEM que envolveu diferentes instâncias: a CRPM, o Diretor da SM, a Unidade Técnica FOCEM (UTF/SM) localizada no âmbito da SM, e também as Unidades Técnicas Nacionais (UTNF), sediadas nos países-membros.

A urgência política para dar início às atividades do FOCEM era tal que o Regulamento estabeleceu procedimentos transitórios para a avaliação e a implementação de projetos-piloto "com forte impacto nos cidadãos do MERCOSUL". Em fins de 2006 foi aprovado o primeiro orçamento do FOCEM, já contando com o valor acumulado das dotações previstas para 2006 (US\$ 50 milhões) e 2007 (US\$ 70 milhões). Paralelamente, a CPRM se incumbiu de agilizar a incorporação aos ordenamentos jurídicos dos Estados Partes das decisões do CMC que instituíram e regulamentaram o Fundo. Em setembro de 2007, quando a UTF/SM começou a funcionar, ainda de forma precária e com apenas quatro técnicos, 15 projetos-piloto já tinham sido aprovados pelo CMC.

Evolução no período recente. Três aspectos sobressaem na evolução recente do FOCEM: *em primeiro lugar*, a relevância econômica da recente safra de projetos aprovados em San Juan, assim como a superação dos obstáculos políticos que tinham contribuído, até então, para a demora no processo de aprovação de algumas iniciativas; *em segundo lugar*, a sanção de uma nova versão do Regulamento do FOCEM, que introduziu alterações importantes na estrutura organizativa de gestão do Fundo e incorporou, formalmente, diversas medidas que tinham sido objeto de decisões anteriores do CMC; *por último*, o exame das razões capazes de explicar o lento ritmo de execução dos projetos aprovados desde 2007 ao abrigo dos Programas I, II e III, nenhum dos quais foi ainda concluído.

Nova safra de projetos. Em 2007, primeiro ano de funcionamento efetivo do FOCEM, o ritmo de aprovação de projetos foi bastante intenso, conforme evidenciado pelo elevado número de propostas (18) que obtiveram decisão favorável no CMC e, também, pela importância dos recursos envolvidos (mais de US\$ 145 milhões). No biênio 2008-2009, contudo, o número de projetos aprovados (7) registrou queda significativa, assim como o valor global dos projetos, que encolheu dramaticamente (US\$ 52,4 milhões). Em contraste, a recente Cúpula de San Juan se destaca não apenas pelo incremento no número de projetos aprovados (9), mas principalmente pela envergadura dos projetos, que envolveram recursos da ordem de US\$ 794 milhões, correspondendo cerca de US\$ 650 milhões a recursos financiados pelo FOCEM.

Quadro 16. Evolução anual dos projetos aprovados pelo FOCEM, segundo o país proponente*Milhões de US\$*

Proponente	Projetos aprovados segundo a data de aprovação*											
	2007		2008		2009		2010*		Acumulado 2007/2010 *			
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	FOCEM		Nº
										Valor	%	
Paraguai	110,1	8	23,9	5	6,5	1	654,8	2	795,3	582,6	78,7	16
Uruguai	18,7	6	-	-	-	-	97,8	1	116,5	96,8	13,1	7
Brasil	0	-	-	-	22,0	1	13,7	3	35,7	27,3	3,7	4
Argentina	0	-	-	-	-	-	27,7	3	27,7	18,9	2,6	3
Pluriestatal	16,3	1	-	-	-	-	-	-	16,3	13,9	1,9	1
Sec. MERCOSUL	0,2	3	-	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,0	3
TOTAL	145,3	18	23,9	5	28,5	2	794,0	9	991,7	739,7	100,0	34

Nota: *Até agosto de 2010.

Fonte: Site da SM (setembro de 2010).

Os projetos aprovados em San Juan detêm algumas características particularmente meritórias. Em primeiro lugar, cinco dos nove projetos se enquadram no programa de convergência estrutural, sendo que três dessas iniciativas ("Linha de transmissão de 550 kv Itaipu-Villa Hayes"; "Interconexão Elétrica 500 MW Uruguai-Brasil"; e "Vínculo de Interconexão em 132 kv ET Iberá-ET Paso de los Libres Norte") dizem respeito a projetos de interconexão elétrica, área considerada chave para a integração das economias do bloco.

Em segundo lugar, dois dos três projetos enquadrados no programa de desenvolvimento da competitividade ("Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do MERCOSUL" e "Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás") têm características próprias de projetos regionais, haja vista que se destinam à capacitação de fornecedores ou empresas localizadas na região, e não apenas no território do proponente (Brasil).

Em terceiro lugar, merece destaque o fato de o Brasil ter confirmado seu compromisso político com o Paraguai, fazendo contribuição voluntária de US\$ 300 milhões para viabilizar o projeto da Linha de Transmissão de 550 kv. Adicionalmente, a decisão do Brasil de usar os recursos do FOCEM para propor projetos que contemplem como beneficiários empresas ou fornecedores dos demais países e/ou impliquem *spillovers* positivos em áreas de fronteira⁵⁴ sugere uma maior predisposição do principal sócio do bloco em assumir os "custos da liderança", em benefício, também, de seus próprios interesses.

Note-se, ainda, que a recente safra de projetos aprovados pelo CMC mostra uma efetiva concentração de recursos em iniciativas que se enquadram no Programa I (Convergência Estrutural), conforme disposto nas diretrizes acordadas pelos Estados Partes em 2005 (Quadro 17).

⁵⁴ É o caso do projeto de Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porá-MS, cidade que forma um conglomerado urbano com a localidade paraguaia de Pedro Juan Caballero.

Quadro 17. Projetos aprovados segundo programa do FOCEM, por país proponente

Milhões de US\$

Proponente	Projetos aprovados segundo programa do FOCEM*									
	Convergência estrutural		Competitividade		Coesão Social		Fortalecimento institucional		Total	
	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº
Paraguai	747,5	9	17,6	4	30,2	3	-	-	795,3	16
Uruguai	110,1	3	1,5	1	4,9	3	-	-	116,5	7
Brasil	6,1	1	7,6	2	22,0	1	-	-	35,7	4
Argentina	19,1	1	0,7	1	7,9	1	-	-	27,7	3
Pluriestatal	-	-	16,3	1	-	-	-	-	16,3	1
Sec.MERCOSUL	-	-	-	-	-	-	0,2	3	0,2	3
TOTAL	882,8	14	43,7	9	65,1	8	0,2	3	991,7	34
<i>Em %</i>	<i>89,0</i>		<i>4,4</i>		<i>6,6</i>		<i>0,0</i>		<i>100,0</i>	
<i>Part (%) do FOCEM</i>	<i>74,4</i>		<i>82,1</i>		<i>72,6</i>		<i>100,0</i>		<i>74,6</i>	

Nota: * Até agosto de 2010.

Fonte: Site da SM (setembro 2010).

É preciso destacar ainda alguns fatos políticos que contribuíram para agilizar ou desbloquear os dois projetos de maior peso, dentre os nove aprovados na Cúpula de San Juan.

No caso do projeto "Interconexão Elétrica 500 MW Uruguai-Brasil" foi fundamental o restabelecimento de um diálogo político mais fluido entre Argentina e Uruguai, fortemente abalado desde 2006, em decorrência do conflito suscitado pela instalação das "papeleras".⁵⁵ Em 2010, contudo, a divulgação da decisão final da CIJ de Haia e a renovação de autoridades governamentais no Uruguai facilitaram a interlocução política entre ambos os países que subscreveram um acordo para o monitoramento conjunto do Rio Uruguai. Prevaleceu, portanto, um "efeito dominó positivo".

No caso do projeto "Linha de transmissão de 500 kv", o fato político relevante foi o entendimento alcançado entre os presidentes de Brasil e Paraguai, para satisfazer à reivindicação paraguaia no sentido de promover alterações no Tratado de Itaipu, renegociando parcialmente seus termos. No segundo semestre de 2008, o Brasil, no exercício da Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, apresentou uma proposta, aprovada pelo CMC (Decisão CMC Nº 30/08), abrindo a possibilidade de o FOCEM receber contribuições voluntárias dos Estados Partes. A iniciativa brasileira sinalizava a disposição desse país de contribuir para o financiamento da linha de transmissão Itaipu-Villa Hayes e pavimentou o caminho para que fosse alcançado um acordo com o Paraguai em julho de 2009. O acordo envolveu, entre outras concessões, o aumento de US\$ 120 milhões/ano para US\$ 360 milhões/ano do valor pago pela energia não utilizada pelo Paraguai e consumida no Brasil ("Remuneração por Cessão de Energia")⁵⁶ e a contribuição voluntária do Brasil de recursos da ordem de US\$ 300 milhões, para o financiamento da linha de transmissão de 550 kv.

⁵⁵ Ver Seção D adiante.

⁵⁶ A renegociação foi aprovada pelo Congresso do Paraguai, mas ainda não foi apreciada pelo Congresso brasileiro.

De fato, o projeto recentemente aprovado em San Juan contempla recursos no montante de US\$ 555 milhões, sendo US\$ 400 milhões financiados com recursos do FOCEM e US\$ 155 milhões com recursos de contrapartida, que serão fornecidas pelas empresas Itaipu Binacional (US\$ 66,85 milhões) e Ande (US\$ 88,15 milhões). Destaque-se, ainda, que os recursos do FOCEM resultarão (i) da cota que cabe atribuir ao Paraguai (48%) sobre os aportes regulares (US\$ 70 milhões/ano) a serem efetuados pelo Brasil ao longo do triênio 2010-2012, somando pouco mais de US\$ 100 milhões; e (ii) das contribuições voluntárias que serão feitas pelo Brasil, no mesmo período, somando os restantes US\$ 300 milhões.

Com a aprovação de nove projetos em San Juan, o número de projetos ainda em fase de análise se reduziu para apenas dois: "Inclusão digital no Ensino Médio", apresentado pelo Paraguai, e "Obras de Engenharia do Sistema de Esgotamento Sanitário da Cidade de São Borja-RS", submetido pelo Brasil.

Novo Regulamento do FOCEM. Conforme mencionado anteriormente, a partir da efetiva operacionalização do FOCEM, no segundo semestre de 2007, o CMC aprovou diversas medidas que afetaram o alcance e a mecânica de funcionamento do Fundo, mas que não tinham sido ainda formalmente incorporadas ao Regulamento. Dentre as mudanças promovidas pelo CMC entre 2007 e 2009 podem-se destacar as seguintes: (i) a adoção de normas para a alocação de recursos não utilizados em exercícios anteriores; (ii) a autorização para manutenção de recursos em contas remuneradas; (iii) a aprovação do Guia de Aplicação para a Visibilidade do FOCEM; (iv) a adoção de procedimentos para a publicação de licitações internacionais; (v) a admissão de contribuições voluntárias dos Estados Partes destinadas ao FOCEM; (vi) a facilitação do uso de recursos para projetos de integração produtiva, possibilitando sua gestão por parte de entes públicos, mistos ou privados; e (vii) a aplicação de tratamento nacional e não discriminatório às ofertas e ofertantes de nacionalidade dos Estados Partes ou com sede em algum deles.

O Regulamento aprovado pela Decisão CMC Nº 01/10 incorporou as mudanças previamente sancionadas pelo CMC e adicionou diversas outras, principalmente em matéria de organização institucional (Quadro 18). Assim, por exemplo, o FOCEM contará com um Conselho de Administração, papel que será desempenhado pelo GMC, incumbido de avaliar seu funcionamento e orientar suas prioridades, além de definir diretrizes para a CRPM e para o coordenador executivo do FOCEM, figura criada pelo Regulamento e responsável pela administração dos recursos.

Quadro 18. Principais avanços no novo regulamento do FOCEM

Antigo regulamento (Decisão CMC Nº 24/05)	Novo regulamento (Decisão CMC Nº 01/10)
Fonte de recursos	
Contribuições dos Estados Partes (EPs) e recursos provenientes de terceiros países ou organizações internacionais.	Explicita-se a possibilidade de contribuições voluntárias dos EPs, bem como os recursos resultantes de contas remuneradas.
Responsabilidade pela gestão dos projetos	
Atribuída à UTNF.	Atribuída aos "organismos executores", cujas funções e responsabilidades ficam claramente estabelecidas (descentralização importante para agilizar a execução dos projetos e evitar um "gargalo" de documentos no nível das UTNFs).

Quadro 18 (CONTINUAÇÃO)

Quadro institucional	
Definição de funções da UTF, da UTNF e da CRPM: incompleta e com ambiguidades. Não há previsão de um Conselho de Administração do Fundo.	Definição mais clara e sistematizada das funções e competências da UTF, da UTNF e da CRPM. Permitirá o funcionamento mais ágil evitando dúvidas e indefinições que algumas vezes atrasaram trâmites. Criação de um Conselho de Administração, função a ser desempenhada pelo GMC, para avaliar o funcionamento geral do FOCEM.
Chefia da UTF	
Cabe ao diretor da SM.	Passa ao coordenador executivo da UTF, que será funcionário dedicado em tempo integral ao FOCEM.
Suplementação de recursos a projetos em execução	
Limite superior de suplementação igual a 10%.	Limite superior de suplementação igual a 30% (importante para permitir maior flexibilidade em ajustes necessários para acelerar a execução de projetos exitosos).
Procedimentos para apresentação de projetos pluriestatais	
Virtualmente inexistentes.	Bem definidos (definição que será importante para permitir a apresentação de projetos por órgãos da estrutura do MERCOSUL, como os Subgrupos de Trabalho - SGTs).
Gastos elegíveis e inelegíveis	
Ambiguidade com relação a pagamentos de gastos de custeio e de salários de funcionários públicos do organismo executor.	Fica claramente estabelecido que "pagamentos adicionais a funcionários públicos" e "gastos de custeio" serão considerados despesas inelegíveis.
Agilização de procedimentos para a aprovação de projetos	
Ausência de prazo para que a CRPM se manifeste sobre projetos que já receberam parecer técnico favorável da UTF.	Prazo de 15 dias para que a CRPM se manifeste sobre os projetos já considerados pela UTF. Caso não haja consenso sobre o projeto, a CRPM deverá necessariamente levar ao GMC, em 15 dias, um relatório sobre a situação, com a indicação das posições dos EPs sobre o projeto.
Agilização de procedimentos relativos à execução de projetos	
Impossibilidade de alteração do cronograma de financiamento.	Possibilidade de alteração do cronograma de financiamento, a pedido do Estado beneficiário, mediante aprovação da CRPM.
Exigência para a prestação de contas, de apresentação de documento de comprovação de todos os gastos.	Dispensa de apresentação, na prestação de contas, dos documentos relativos a gastos inelegíveis, devendo estes apenas estar "disponíveis para consulta".
Inexistência de prazo para o exame da prestação de contas da UTF.	Prazo de 30 dias (interruptível) para exame da prestação de contas pela UTF.
Exigência de "não objeção" da UTF para qualquer contrato superior a US\$ 100 mil.	Maior flexibilidade para obras públicas, a "não-objeção" da UTF só será obrigatória para contratações acima de US\$ 2 milhões.
Exigência de participação nas inspeções técnicas e contábeis do GAHE.	Eliminação dessa exigência. Inspeções a cargo apenas da UTF.
Exigências de auditorias externas anuais para cada projeto.	Exigência, para cada projeto, de uma auditoria externa após cumpridos 50% da execução e ao final do projeto.
Preferência MERCOSUL	
Ausência de princípios de tratamento nacional e não discriminação a empresas intrabloco em licitações públicas de projetos FOCEM. Preferências de apenas 5% para empresas intrabloco.	Consagração dos princípios de tratamento nacional e não discriminação a empresas intrabloco, que passam a ter exclusividade para participar em licitações públicas de projetos FOCEM. Estabelecimento de preferências para empresas que oferecem mercadorias originárias dos países do MERCOSUL.

Fonte: Extraído da Carta de Montevideu N° 13 - Agosto de 2010, *Boletim Informativo da Delegação de Brasil em Montevideu*.

O novo Regulamento concedeu também autonomia à Unidade Técnica do FOCEM, agora designada pela sigla UTF e não mais UTF/SM. A estrutura da UTF foi também fortalecida, com a ampliação do quadro de funcionários e sua distribuição em quatro áreas de atuação (Decisão CMC Nº 24/2010). Houve, ainda, uma melhor definição das funções da CRPM, que passará a desempenhar uma função mais executiva, assim como do papel atribuído a outras instâncias institucionais que participam da execução e monitoramento dos projetos.

O Regulamento instituiu ainda um Fundo Rotativo, administrado pela UTF, que manterá nesse Fundo um montante de recursos suficiente para garantir os desembolsos previstos, até um máximo de 10% das contribuições anuais ao FOCEM. Esse percentual poderá ser elevado, a critério da CRPM.

Por último, além do tratamento nacional e não discriminatório às ofertas e ofertantes dos países-membros do MERCOSUL, o Regulamento instituiu a "preferência MERCOSUL", determinando que "as ofertas de bens, serviços e obras públicas realizadas no quadro de projetos FOCEM *somente* poderão ser apresentados por pessoas físicas ou jurídicas dos Estados Partes do MERCOSUL" (grifo nosso) (Art. 68). Adicionalmente, em caso de empate ou quando as diferenças de preços entre as ofertas não superem 10% do valor total da oferta mais baixa, terão prioridade os ofertantes cujas propostas optem em maior grau por um abastecimento regional.

Problemas de execução dos projetos. Até o momento, nenhum dos projetos aprovados pelo FOCEM no âmbito dos Programas I, II e III foi concluído. O exame dos 20 (vinte) projetos aprovados no biênio 2007-2008, no marco desses programas, mostra, contudo, que a duração prevista para sua execução era na maioria dos casos inferior a dois anos. Mesmo computada a demora inicial na assinatura dos convênios de financiamento, que só foi possível após a efetiva constituição da estrutura administrativa do FOCEM no último trimestre de 2007, resulta evidente que a execução dos projetos enfrenta dificuldades e incorre em atrasos.

Os orçamentos do FOCEM corroboram essa apreciação, pois é significativo o montante de recursos disponibilizados, mas ainda não utilizados. De outro lado, as atas do Grupo *Ad Hoc* de Expertos do FOCEM (GAHE-FOCEM) dão conta de um número elevado de projetos que, após o primeiro desembolso, não renovaram sua solicitação de recursos no prazo máximo de 12 meses, em conformidade com o determinado no Regulamento do FOCEM. Por último, o montante dos recursos efetivamente desembolsados até setembro de 2010, pouco superior a US\$ 38 milhões, corresponde a menos de 30% dos recursos do FOCEM (US\$ 130 milhões) alocados a projetos cujos convênios de financiamento tinham sido assinados até dezembro de 2008 (Quadro 19).

Não há, provavelmente, uma explicação única capaz de justificar os atrasos incorridos na execução dos projetos. O aparecimento na região de um novo doador de recursos, com regras de financiamento e normas de procedimento diferentes das adotadas por outros doadores mais habituais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), pode ter demandado um esforço de adaptação das unidades executoras nacionais.

No caso do Paraguai, país que conta com o maior número de projetos no âmbito do FOCEM, Arce (2010) identifica dois obstáculos principais: (i) a falta de capacidades instaladas na administração pública paraguaia quando da entrada em funcionamento do FOCEM, dificultando a apresentação e, principalmente, a execução dos projetos aprovados; e (ii) a necessária adequação de normas orçamentárias e procedimentos que regulam as contratações públicas no Paraguai às exigências técnicas do FOCEM, envolvendo um processo de aprendizado por parte da administração pública nacional.

Quadro 19. Projetos aprovados no FOCEM, até setembro de 2010

Dados em milhões de US\$

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até 27-09-2010
		Dec. Nº	Data					
1	Paraguai	8/07	18 - 01 - 07	MERCOSUL - Habitat. Promoção social, fortalecimento de capital humano e social em assentamentos em condições de pobreza.	III	12,915	7,500	5,618
2	Paraguai	8/07	18 - 01 - 07	MERCOSUL - ROGA - Construção de moradias e infraestrutura em áreas de extrema pobreza.	III	9,706	7,500	2,564
3	Paraguai	8/07	18 - 01 - 07	Grande Assunção: Reabilitação e melhoria de rodovias de acesso e anel rodoviário.	I	14,860	12,631	5,789
4	Paraguai	8/07	18 - 01 - 07	Programa de Apoio Integral a Microempresas.	II	5,500	4,250	1,641
5	Paraguai	8/07	18 - 01 - 07	Instalação de laboratório de biossegurança e infraestrutura para laboratório de controle de alimentos.	II	4,800	4,080	0,047
6	Paraguai	11/07	22 - 05 - 07	Reabilitação de corredores rodoviários.	I	16,990	14,442	3,698
7	Regional	8/07	18 - 01 - 07	Programa MERCOSUL Livre de Aftosa - PAMA.	II	16,339	13,889	4,272
8	Uruguai	8/07	18 - 01 - 07	Rodovia 26 Tramo Melo - Arroio Sarandí de Barceló.	I	7,929	5,310	5,108
9	Uruguai	8/07	18 - 01 - 07	Internacionalização de especialização produtiva e capacitação tecnológica em setores de software, biotecnologia e eletrônica.	II	1,500	1,275	1,275
10	Uruguai	8/07	18 - 01 - 07	Fortalecimento de comunidades locais com projetos de economia social	III	1,647	1,400	1,014
11	Uruguai	11/07	22 - 05 - 07	Desenvolvimento de capacidades e infraestrutura para classificadores informais de resíduos urbanos.	III	1,882	1,600	1,136
12	Uruguai	11/07	22 - 05 - 07	Intervenções múltiplas em assentamentos em territórios de fronteira com situações de extrema pobreza e emergência sanitária.	III	1,412	1,200	0,662
13	Uruguai	23/07	28 - 06 - 07	Rodovia 12 Conexão Rodovia 54 - Rodovia 55.	I	4,371	2,928	0,235
14	SM	8/07	18 - 01 - 07	Sistema de Informação para a TEC.	IV	0,050	0,050	0,050
15	SM	8/07	18 - 01 - 07	Base de dados jurisprudenciais.	IV	0,050	0,050	0,050
16	SM	39/07	25 - 10 - 07	Identificação de necessidades de convergência estrutural no MERCOSUL.	IV	0,071	0,071	0

Quadro 19 (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até 27-09-2010
		Dec. Nº	Data					
17	Paraguai	47/07	17 - 12 - 07	Construção e melhoria de sistema de água potável e saneamento básico em pequenas comunidades rurais e indígenas do país.	I	39,471	28,516	1,556
18	Paraguai	48/07	17 - 12 - 07	Pavimentação Rodovia 8, San Salvador - Ramal Rojas Potrero.	I	6,345	4,903	0,675
19	Paraguai	7/08	30 - 06 - 08	Desenvolvimento de produtos turísticos competitivos no circuito integrado Iguazu - Missões.	II	1,303	0,992	0,647
20	Paraguai	8/08	30 - 06 - 08	Pavimentação das Rodovias 6 e 7 - Corredor de integração regional Pte. Franco - Cidrales.	I	5,847	4,517	0,903
21	Paraguai	9/08	30 - 06 - 08	Pavimentação do tramo alimentador da Rodovia 2 - Corredor de integração regional Itacurubi - Valenzuela - Gral. B. Caballero.	I	5,187	4,008	0,562
22	Paraguai	10/08	30 - 06 - 08	Recapeamento do tramo alimentador das Rodovias 1 e 6 - Corredores de integração regional Carmen del Paraná - Graneros del Sur.	I	4,004	3,093	0,594
23	Paraguai	11/08	30 - 06 - 08	MERCOSUL - Yporá. Promoção de acesso a água potável e saneamento básico em comunidades em situação de pobreza extrema pobreza	III	7,589	5,835	0
24	Paraguai	10/09	23 - 07 - 09	DeTIEC - Desenv. tecnológico, inovação e avaliação de conformidade.	II	6,471	5,000	0
25	Brasil	02/09	24 - 07 - 09	Implantação da BIBLIOTECA UNILA e do Instituto MERCOSUL de Estudos Avançados da Univ. Federal da Integração Latino-americana.	III	22,000	17,000	0
26	Uruguai	02/10	02 - 08 - 10	Interconexão Elétrica 500 MW Uruguai - Brasil.	I	97,780	83,113	0
27	Argentina	03/10	02 - 08 - 10	Vínculo de Interconexão em 132 kv ET Iberá - ET Paso de los Libres Norte.	I	19,058	13,117	0
28	Argentina	04/10	02 - 08 - 10	PMES Exportadoras de bens de capital, plantas-chave em mão e serviços de engenharia.	II	0,672	0,553	0
29	Brasil	05/10	02 - 08 - 10	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Porá - MS.	I	6,136	4,496	0

Quadro 19 (CONTINUAÇÃO)

Nº	País	Aprovação no CMC		Descrição do projeto	Programa	Valor do projeto	Recursos do FOCEM	Desembolso até 27-09-2010
		Dec. Nº	Data					
30	Paraguai	06/10	02 - 08 -10	Reabilitação e pavimentação do Tramo Concepción - Puerto Vallemí.	I	99,789	75,309	0
31	Paraguai	07/10	02 - 08 -10	Construção da Linha de Transmissão 500 kv Itaipu - V. Hayes, Subestação V. Hayes e Ampliação da Subestação Margem Direita de Itaipu.	I	555,000	400,000	0
32	Argentina	08/10	02 - 08 -10	Intervenções Integrais nos Edifícios de Ensino Obrigatório dos Deptos. General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier.	III	7,934	5,213	0
33	Brasil	09/10	02 - 08 -10	Adensamento e Complementação Automotiva no âmbito do MERCOSUL.	II	3,929	2,961	0
34	Brasil	11/10	02 – 08 -10	Qualificação de fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás.	II	3,672	2,849	0
TOTAIS						991,706	739,650	38,098

Fonte: FOCEM.

A expectativa é que os obstáculos representados por processos de aprendizado ou de readequação de normas sejam, no futuro, menos relevantes. De outro lado, as mudanças na estrutura administrativa introduzidas pelo novo regulamento, assim como o fortalecimento da Coordenação Executiva da UTF, com a ampliação do quadro de funcionários, poderão contribuir também a um melhor monitoramento dos projetos, promovendo maior velocidade na execução.

Por último, vale a pena destacar que o projeto da linha de transmissão de 550 kv será executado pela empresa Itaipu Binacional, que, conforme explicitado na proposta dessa entidade, tem norma própria de licitação, plenamente compatível com as leis internas de Brasil e Paraguai, e observa os princípios jurídicos universais, aplicáveis aos órgãos públicos em matéria de licitações. A empresa também adota padrões internacionais de gestão e de governança corporativa e conta com auditoria interna e externa. Cabe imaginar, portanto, que a execução desse projeto enfrentará obstáculos significativamente menores que os observados em outras iniciativas financiadas pelo FOCEM. Essas considerações são relevantes, pois o projeto poderá se constituir numa iniciativa emblemática do potencial do FOCEM.

Integração produtiva

Antecedentes. Desde meados de 2008, o fortalecimento da integração produtiva na região vem ganhando espaço na agenda temática do MERCOSUL. Com efeito, em junho desse ano foi aprovado o Programa da Integração Produtiva do MERCOSUL (PIPM) e criado, também, o Grupo da Integração Produtiva do MERCOSUL (GIP), com a função de coordenação e execução do PIPM (Decisão CMC Nº 12/08). No mesmo período, foi criado o Fundo MERCOSUL de Apoio às Pequenas e Médias Empresas com o objetivo de instrumentar, numa primeira etapa, um sistema de garantias destinado a empresas de pequeno e médio porte envolvidas em iniciativas de integração produtiva (Decisão CMC Nº 13/08).

A instituição do sistema de garantias foi concretizada seis meses depois, em dezembro de 2008, com a criação do Fundo MERCOSUL de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas (Decisão CMC Nº 41/08). A contribuição inicial dos países-membros para a constituição desse Fundo foi fixada em US\$ 100 milhões, nas seguintes proporções: Brasil 70%, Argentina 27%, Uruguai 2% e Paraguai 1%. O Fundo pode conceder garantia ou aval não superior a 80% do valor do empréstimo ou da garantia original, para operações de crédito destinadas a investimentos produtivos em P&D, em capacitação e desenvolvimento tecnológico e na produção e comercialização de bens destinados à exportação. O Fundo ainda não foi regulamentado, mas o Brasil já apresentou uma proposta nesse sentido, baseada em experiências nacionais de sistemas de garantias geridos por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), o Banco do Brasil e o BNDES. É provável, portanto, que a aprovação do regulamento do Fundo venha a se constituir num dos principais objetivos da Presidência *Pro Tempore* do Brasil (PPTB), no segundo semestre de 2010.

Em meados de 2009, foi criado o Portal Empresarial do MERCOSUL no âmbito do Observatório Regional Permanente sobre Integração Produtiva no MERCOSUL (Decisão CMC Nº 07/09). O objetivo do Portal é favorecer a associatividade empresarial e constituir uma ferramenta de intercâmbio de informações dos atores públicos e privados envolvidos em iniciativas de integração produtiva regional.

De modo geral, pode-se afirmar que as iniciativas de integração produtiva regional promovidas no âmbito do MERCOSUL têm se desdobrado em dois eixos. De um lado, as iniciativas voltadas para o estímulo e favorecimento das empresas de pequeno e médio porte, que contam com o Fundo de Garantias para as Micro, Pequenas e Médias Empresas como principal instrumento.

De outro lado, há um segundo eixo baseado em projetos ou programas (Programa de Desenvolvimento de Fornecedores para o Setor de Petróleo e Gás, Programa de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do MERCOSUL) ancorados em empresas de grande porte, principalmente empresas brasileiras, visando ao desenvolvimento de fornecedores regionais ou a uma divisão de especializações. Esses programas, a exemplo dos dois acima mencionados, recebem eventualmente o apoio de recursos oriundos do FOCEM.

Evolução durante o período. Ao longo de 2009, foram divulgadas as conclusões de dois estudos destinados a balizar as iniciativas de complementação produtiva. O primeiro desses estudos foi encomendado pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) a uma empresa de consultoria argentina e teve como principal objetivo desenvolver uma metodologia capaz de identificar oportunidades de investimentos brasileiros na Argentina (ABECEB.com, 2009).

O referido estudo definiu três condições para a seleção de setores com as melhores oportunidades de negócios:

- *Presença de assimetrias entre setores e empresas de Brasil e Argentina.* De fato, consoante o estudo, fortes assimetrias entre os dois países no que diz respeito à disponibilidade de recursos naturais, ao porte das empresas, à escala dos setores, à capacidade técnica e à capacidade de exportação constituiriam indicadores de oportunidades para investimentos bilaterais e não obstáculos, como sugerido pelo senso comum.
- *Necessidade de fortalecer a competitividade dos dois países.* A necessidade de aumentar a competitividade em setores ameaçados por fragilidades que os colocam em posição de desvantagem, em mercados de terceiros países, para fazer frente a concorrentes extrarregionais (China e outros), deveria constituir também fator importante para a identificação de oportunidades de investimentos bilaterais.
- *Prioridades das respectivas políticas nacionais de desenvolvimento.* A identificação de oportunidades deveria levar em conta os setores que as políticas nacionais definem como prioritários para a promoção da produção e da competitividade.

Com base nesses critérios, o estudo selecionou 10 setores com claras oportunidades para a complementação produtiva bilateral e com amplo espaço para a ação público/privada: Petróleo e Gás, Mineração, Indústria Naval (inclusive pequenas embarcações), Equipamentos Ferroviários, Autopeças, Maquinaria de uso especial (principalmente máquinas agrícolas), Tecnologia da Informação (especialmente aquela voltada para o *agribusiness*), Biocombustíveis e Construção Civil.

O segundo estudo, desenvolvido por instituição universitária brasileira, convalidou a escolha desses setores e apontou exemplos de negócios conjuntos para promover a competitividade (investimentos bilaterais *greenfield*, fusões e aquisições, participação acionária cruzada, consórcios e redes para compartilhamento da logística e acordos de fornecimento de longo prazo) (NIET-IE-UNICAMP, 2009).

Em fevereiro de 2010 foi realizada em Buenos Aires a 1ª Reunião sobre Integração Produtiva Brasil-Argentina. As conclusões de ambos os estudos foram apreciadas pelos participantes nessa reunião, que optaram por definir oito setores-alvo de complementação produtiva, discriminados em dois grupos:

- *Setores sensíveis*: Madeira e Móveis; Linha Branca; Vinhos e Lácteos.
- *Setores estratégicos*: Petróleo e Gás; Autopeças; Indústria Aeronáutica e Máquinas Agrícolas.

Um terceiro grupo de setores (Indústria Naval; TV Digital e Turismo e Desenvolvimento Local) foi alocado à categoria "setores em processo de avaliação".

Após a definição dos setores-alvo, a ABDI definiu um método de trabalho para o desenvolvimento de suas ações de complementação produtiva, baseado em dez etapas:

- *Reunião preliminar setorial*: reunião com entidades setoriais brasileiras, com o objetivo de apresentar o Programa de Integração Produtiva Brasil-Argentina.
- *Mesas setoriais*: participação de entidades de ambos os países para discutir possibilidades de negócios conjuntos e elaborar as listas das empresas interessadas.
- *Seminário interno*: participação exclusiva de entidades brasileiras, para promover maior esclarecimento do andamento do processo.
- *Listas de empresas*: atividade conjunta de ambos os países para identificação das empresas interessadas em participar em diversas hipóteses de negócios.
- *Consolidação das listas / Match making*: atividade conjunta de ambos os países destinada a fazer o cruzamento dos interesses identificados nas Mesas Setoriais.
- *Rodada de Negócios*: evento empresarial de ambos os países com a participação de empresas / entidades/ governos.
- *Definição de projetos potenciais*: identificação de projetos viáveis, identificados na Rodada de Negócios.
- *Estruturação de projetos*: atividade interna, reunindo, no caso do Brasil, a ABDI, o BNDES e o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).
- *Análise de casos / Definição de agendas*: atividade interna, reunindo, no caso do Brasil, a ABDI, o BNDES e o MDIC, com consultorias de apoio.
- *Agenda com bancos oficiais*: identificação de mecanismos de financiamentos de apoio de entidades oficiais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, no caso do Brasil).

Até setembro de 2010, apenas dois setores tinham realizado a atividade conjunta prevista para a segunda etapa (mesa setorial), sendo que ambos os setores pertenciam ao grupo de "sensíveis": madeira e móveis, e vinhos.

Em San Juan, foram aprovados ainda dois projetos de integração produtiva, no marco do FOCEM, cuja coordenação executiva será exercida pela ABDI: (i) o Programa de Adensamento e Complementação Automotiva no Âmbito do MERCOSUL, destinado a fortalecer a competitividade de pequenos provedores de autopeças dos quatro países-membros do bloco,

viabilizar a substituição de importações extrabloco e aumentar as exportações através da capacitação tecnológica e o acesso a oportunidades de negócios das empresas; e (ii) o Projeto MERCOSUL de Qualificação e Integração de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás, cujo público-alvo são as pequenas e médias empresas industriais e de serviços do bloco que se constituam em potenciais fornecedoras da cadeia produtiva de petróleo e gás.⁵⁷

É prematura qualquer tentativa de avaliação dos resultados decorrentes das iniciativas de integração produtiva adotadas até o momento. São meritórios, sem dúvida, os esforços desenvolvidos pelos governos no sentido de criar novos instrumentos, como o Fundo de Garantias para as Micro, Pequenas e Médias Empresas, mobilizar as instituições públicas de crédito (BNDES, *Banco de Inversión y Comercio Exterior* - BICE, Banco do Brasil, Banco Central de la Nación Argentina - BCRA, Caixa Econômica Federal), atrair os "campeões nacionais" de alguns segmentos industriais (Petrobras, EMBRAER, etc.) para o objetivo de desenvolver cadeias de fornecimento regionais, assim como definir e colocar em funcionamento uma metodologia tendente a identificar e aproximar (*match-making*) interesses entre representantes do setor privado, em diversos setores. Merece destaque, também, o fato de tratar-se de uma agenda positiva que pretende ir além das medidas de contenção ou mitigação de danos propiciadas, até o momento, pelos acordos "voluntários" de administração de comércio patrocinados pelos governos no âmbito das comissões bilaterais de monitoramento.

A ampliação dos investimentos brasileiros na região poderá certamente contribuir para o sucesso das iniciativas pró-integração. Contudo é inegável que o papel principal caberá ao setor privado, ao qual será exigido certo grau de empreendedorismo e algum esforço importante em termos de modernização e adaptação tecnológica. É o que mostra a recente experiência brasileira destinada a promover o desenvolvimento de fornecedores locais no setor de petróleo e gás, que esbarra, muitas vezes, na incapacidade das empresas domésticas para cumprir com os requisitos de qualidade e desempenho que lhe são demandados pelas grandes empresas do setor. Esses obstáculos podem ser ainda maiores no caos dos fornecedores regionais.

C. Aspectos institucionais

Reformulação da CRPM e outras questões institucionais

Antecedentes. A CRPM foi criada em outubro de 2003, na condição de órgão vinculado ao CMC, com competências bastante amplas: (i) assistir o CMC e a Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL em todas as atividades que lhe fossem requeridas; (ii) apresentar iniciativas ao CMC sobre matérias relativas ao processo de integração, às negociações externas e à conformação do Mercado Comum; e (iii) fortalecer as relações econômicas, sociais e parlamentares do MERCOSUL.

Consoante a Decisão CMC Nº 11/03, a CRPM estaria integrada por representantes permanentes dos Estados Partes e presidida por "uma personalidade política destacada, de nacionalidade de um dos Estados Partes, designada pelo CMC, por proposta dos Senhores Presidentes dos Estados Partes". O mandato do presidente da CRPM foi fixado por um período de dois anos, podendo ser prorrogado por mais um ano.

As qualificações requeridas pela Decisão CMC Nº 11/03 para o preenchimento do cargo de presidente da CRPM foram ajustadas politicamente entre os países-membros do MERCOSUL

⁵⁷ Ambos esses projetos foram descritos em detalhe em números anteriores do *Informe MERCOSUL*.

para possibilitar a nomeação do Doutor Eduardo Duhalde, ex-Presidente da Argentina (Decisão CMC Nº 14/03). O caráter político desse arranjo foi explícito, ao ponto de o governo argentino assumir integralmente os custos do gabinete da presidência da CRPM.

Em fins de 2005, concluído o mandato de Eduardo Duhalde, o CMC designou o Licenciado Carlos Álvarez, ex vice-presidente da Argentina, como novo presidente da CRPM, e o arranjo administrativo para a cobertura dos custos do gabinete do novo presidente foram mantidos. Em fins de 2007, o mandato de Carlos Álvarez foi estendido por mais um ano, conforme previsto nos dispositivos em vigor.

No segundo semestre de 2008, durante a PPTB, é aprovada a Decisão CMC Nº 56/08 destinada a promover a reestruturação da Secretaria MERCOSUL. Contudo, a norma sancionada pelo CMC esclarece que o processo de reestruturação "poderá contemplar a incorporação de funções atualmente atribuídas à CRPM". Na ocasião, o Brasil sinalizou sua intenção de não indicar candidato próprio ao cargo de presidente da CRPM e o mandato do licenciado Carlos Álvarez foi prorrogado "com caráter excepcional" mais uma vez (Decisão CMC Nº 32/08).

Evolução durante o período. Em fins de 2009, concluído o mandato de Carlos Álvarez, o CMC decide alterar, ainda que de forma aparentemente transitória, o funcionamento da CRPM. De fato, a Decisão CMC Nº 33/09 determina que caiba ao representante permanente em exercício da presidência *Pro Tempore* desempenhar "as responsabilidades de *coordenação* de projetos e das atividades da CRPM" e que "os gastos de funcionamento da CRPM, incluindo os derivados da contratação de três funcionários temporários, serão atendidos *transitoriamente* com excedentes da SM" (grifos nossos).

Em suma, substitui-se, temporariamente, a figura do Presidente por um sistema de rodízio na coordenação das atividades da CRPM, e institui-se um arranjo administrativo transitório para garantir seu funcionamento. O caráter precário dessa solução é enfatizado pelo disposto no Artigo 1 da Decisão, que urge a "acelerar os esforços de adequação da estrutura institucional a fim de, até 31 de dezembro de 2010, alcançar acordo sobre os lineamentos de um estrutura que permita a melhor projeção do MERCOSUL".

A necessidade de dotar o MERCOSUL de um novo arcabouço institucional foi também o *leit motiv* da Mensagem do Presidente da CRPM, Carlos Álvarez, apresentada ao final de seu mandato, em fins de 2009, a título de introdução do *Informe da Presidência da CRPM*. Na Mensagem, Carlos Álvarez sustenta que para melhorar a gestão intergovernamental no MERCOSUL é preciso contar com funcionários idôneos, com experiência em gestão e dedicação *full-time*, que contem com o reconhecimento "no mais alto nível" de parte dos países-membros do bloco. Segundo Álvarez, será muito difícil avançar em temas como a integração produtiva, a segurança energética, a produção de energias alternativas, a defesa dos recursos naturais e a formação, capacitação e cooperação em inovação e educação sem promover um aprimoramento das capacidades institucionais do MERCOSUL.

No texto da Mensagem, Álvarez defende explicitamente a constituição de uma Secretaria Geral, apoiada em uma secretaria técnica que conte com responsáveis por áreas ou programas, atuando sob a supervisão do GMC. Ele enfatiza, ainda, que essa solução não envolveria cessão de soberania, nem mudança nas atuais instâncias de decisão do MERCOSUL, mas uma adaptação da estrutura institucional ao desenho de políticas que contam com o apoio dos países-membros. Álvarez conclui afirmando que é preciso unir a vontade política com as decisões técnicas e que a falta de avanços nas questões estratégicas fomenta a dispersão, a acumulação ociosa de

organismos e a ineficácia e invisibilidade total das políticas. Há, portanto, uma postura clara em favor da criação de uma instância técnica e profissional no âmbito do MERCOSUL.

Em abril de 2010, a Resolução GMC Nº 06/10 aprovou a constituição de uma Reunião de Alto Nível para a Análise Institucional do MERCOSUL (RANAIM), integrada pelos Coordenadores Nacionais Alternos do GMC ou funcionários de nível equivalente, com a função de assessorar o GMC e formular propostas em matéria institucional. Consoante a mencionada resolução, as propostas da RANAIM deverão contemplar prioritariamente as seguintes matérias: (i) a estrutura orgânica do MERCOSUL, eventuais adaptações, reformas, criação e/ou eliminação de órgãos; (ii) o aperfeiçoamento do sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL e o fortalecimento de seus órgãos institucionais; (iii) o sistema normativo do MERCOSUL, incluindo o processo de elaboração, incorporação, vigência, aplicação e revisão da normativa do MERCOSUL; e (iv) o orçamento do MERCOSUL.

As atas das duas últimas reuniões do GMC realizadas ainda sob a PPTA não registram qualquer atividade da RANAIM. Contudo, na LXXXI Reunião do GMC realizada em fins de setembro na cidade de Manaus, já sob a PPTB, o tema do fortalecimento institucional do MERCOSUL foi retomado. Por iniciativa do Brasil, constante em documento reservado, as delegações dos países-membros intercambiaram opiniões sobre Projetos de Decisão destinados a criar o cargo de "Alto Representante Geral do MERCOSUL", assim como de Altos Representantes para áreas específicas, como cooperação para o desenvolvimento, saúde e cultura. É provável, portanto, que a PPTB envie esforços para concretizar algum avanço no tema do fortalecimento institucional do bloco.

D. Outros temas da agenda interna

O conflito das "papeleras": cinco anos de complexas negociações

Em 28 de julho de 2010, cinco dias antes do início da Cúpula de San Juan, os presidentes de Argentina e Uruguai assinaram em Buenos Aires um documento de pouco mais de uma lauda, com apenas quatro dispositivos, estabelecendo as bases para o monitoramento conjunto de "todos os estabelecimentos industriais, agrícolas e centros urbanos que despejam seus efluentes no rio Uruguai e suas áreas de influência".

Ainda é cedo para se afirmar que o acordo representa a solução definitiva de um conflito que afetou gravemente as relações bilaterais durante os últimos cinco anos. Contudo, é certo que o entendimento alcançado entre ambos os países foi fator político fundamental para que todos os membros do MERCOSUL flexibilizassem suas posições em torno de diversas questões que entravavam a agenda interna do bloco, contribuindo, assim, para o relativo sucesso da XXXIX Reunião do CMC.

A ocorrência de controvérsias envolvendo a gestão conjunta de um recurso hídrico em área de fronteira deve ser considerada um fato normal no relacionamento entre países vizinhos. No entanto, não há dúvida que a gravidade das tensões suscitadas pelo conflito, sua longa duração e a multiplicidade de instâncias e foros mobilizados pelas partes para dirimir suas disputas contribuíram para dificultar o alcance de entendimentos no seio do MERCOSUL em diversas questões alheias ao conflito, além de promover um desgaste na relação bilateral entre Uruguai e Argentina. Prova disso é que mecanismos de monitoramento não muito diferentes aos finalmente acordados em julho de 2010 já tinham vigorado e sido aplicados no passado, conforme constatado e relatado pelos próprios presidentes na reunião que sacramentou as bases do entendimento, após

se debruçarem sobre antigas atas da Comissão Administradora do Rio Uruguai (CARU). Destaque-se, ainda, que em 2006 a Argentina tinha recusado uma proposta de monitoramento permanente e conjunto sobre o impacto ambiental das plantas de celulose bastante similar ao finalmente acordado em julho de 2010.

No que segue, são apresentados os aspectos econômicos, ambientais e jurídicos do conflito.

Aspectos econômicos do conflito. Antecedentes.⁵⁸ Na década de 1980, o Uruguai desenvolveu uma série de estudos para o desenvolvimento de um setor florestal na região ocidental do país, com o objetivo de promover a diversificação de sua economia e, principalmente, de seu setor exportador. A iniciativa contou com apoio financeiro do Banco Mundial e do BID e se desdobrou na instituição de uma legislação de promoção da atividade florestal, na criação de um sistema de certificação para a gestão florestal sustentável e na realização de investimentos na melhoria da malha rodoviária para garantir o escoamento da produção florestal.

O esforço foi bem-sucedido: de fato, em 2005 o Uruguai contava com cerca de 800 mil hectares de florestas plantadas de eucalipto e a meta governamental, a ser alcançada no médio prazo, apontava para um total de até 3 milhões de hectares de florestas destinadas à produção de pasta de celulose.

A partir de 2002, dois grandes produtores europeus, a Empresa Nacional de Celulose España (ENCE) e o grupo finlandês Metsä-Botnia, começaram a desenvolver projetos para a implantação de duas plantas para a fabricação de pasta de celulose sobre o Rio Uruguai. Em fins de 2003 (ENCE) e a princípios de 2005 (Botnia), após cumprir com os procedimentos e requisitos da legislação ambiental uruguaia, os empreendimentos obtiveram autorização prévia para a implantação e operação de suas respectivas unidades produtoras. A localização escolhida para a construção das plantas era a margem esquerda do Rio Uruguai, fronteira com a Argentina, nas proximidades da cidade uruguaia de Fray Bentos, capital do Departamento de Rio Negro, onde se concentram importantes florestas de eucalipto. A distância prevista entre as duas unidades produtoras planejadas era de apenas 6 km.

Do outro lado da fronteira, a uma distância de 8 km do curso do rio e a 30 km de Fray Bentos, localiza-se a cidade argentina de Guallegaychú, Província de Entre Rios. As duas cidades se comunicam através de uma ponte construída sobre o Rio Uruguai (*Puente Internacional Libertador San Martín*), de grande importância turística e comercial para ambos os países. É importante mencionar que Entre Rios conta também com florestas de eucaliptos e, na década de 1980, o governo provincial tinha envidado esforços com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros para implantação de fábricas de celulose.

Os investimentos previstos para a instalação das duas unidades produtoras de celulose em território uruguaio eram muito significativos, alcançando US\$ 1,2 bilhão no caso da Botnia e US\$ 500 milhões no caso da ENCE. Ambos os empreendimentos solicitaram o apoio financeiro da *International Finance Corporation* (IFC), vinculada ao Banco Mundial, assim como de diversas instituições financeiras privadas. O grupo Botnia solicitou, também, a concessão de garantias à Agência de Garantia de Investimento Multilateral (*Multilateral Investment Guarantee Agency* - MIGA), vinculada também ao Banco Mundial.

Evolução no período recente. A construção da planta produtora da Botnia teve início em abril de 2005 e, a despeito de algumas interrupções motivadas pelo conflito, entrou finalmente em

⁵⁸ Para um relato mais detalhado, ver BID-INTAL (2006).

operações em fins de 2007. A fábrica está localizada na Zona Franca de Fray Bentos, um enclave aduaneiro que conta também com um terminal portuário. A matéria-prima florestal (madeira) ingressa na Zona Franca de Fray Bentos como uma importação oriunda do território aduaneiro uruguaio e, após seu processamento e transformação em pasta de celulose, é transportada à Zona Franca de Nueva Palmira, para sua reexportação ao exterior. O Porto de Nueva Palmira, localizado à beira do Rio Uruguai, é atualmente o segundo porto em importância do Uruguai, mas o primeiro em volume de cargas. O porto serve para escoar a produção agrícola e florestal (soja, cítricos, madeira, celulose) que desce pelo Rio Uruguai e é embarcada em Nueva Palmira com destino aos mercados externos.

Em dezembro de 2009, a empresa finlandesa UPM anunciou a aquisição de 91% das ações da fábrica de Fray Bentos da Botnia, assim como de 100% da companhia Florestal Oriental, especializada em plantações de eucalipto e que possui e administra 180 mil hectares em território uruguaio. Em contrapartida, a UPM comunicou a venda de 30% de sua participação na matriz da Botnia, ao tempo em que assumiu também a dívida das operações em Fray Bentos. O acordo tinha sido precedido de uma carta de intenções assinada em julho de 2009, que estipulava o valor da fábrica de celulose de Fray Bentos e da subsidiária Florestal Oriental em cerca de US\$ 2,4 bilhões. Na ocasião, foi informado que a planta tinha capacidade para o processamento anual de 3,5 milhões de m³ de madeira de eucalipto e produção de 1,1 milhão de toneladas de pasta de celulose. Quando da sua aquisição, a planta empregava mais de 200 pessoas.

Em 2008, a Botnia exportou US\$ 740 milhões, reduzindo suas exportações para US\$ 585 milhões em 2009, em decorrência da crise internacional. Ainda assim, em 2009 a UPM (ex-Botnia) já era a principal empresa exportadora localizada em território uruguaio, ou seja, quando computadas as exportações realizadas a partir das zonas francas. Em 2009, o volume exportado foi superior a 900 mil toneladas, sendo que mais da metade com destino à Finlândia, onde opera a casa matriz, e o restante (370 mil toneladas) para a China.

Evolução totalmente diferente teve o projeto da ENCE, que não se concretizou. De fato, em início de 2006, período em que se acirrou o conflito bilateral com a Argentina, a empresa espanhola anunciou a decisão de mudar a localização de seu projeto. A escolha da nova localização recaiu finalmente em Punta Pereira, Conchillas, Departamento de Colonia. Em maio de 2009, contudo, a ENCE transferiu seu projeto, assim como parte de seu patrimônio florestal no Uruguai, para um consórcio (Montes del Plata S.A) constituído pelas empresas Stora Enso (sueco-finlandesa) e Arauco (chilena). Mais recentemente, em agosto de 2010, o consórcio confirmou sua intenção de subscrever um memorando de entendimento com o governo uruguaio e dar início à realização de estudos de viabilidade para a instalação de uma fábrica para produção inicial de 1,5 milhão de toneladas de celulose/ano, envolvendo investimentos da ordem de US\$ 2,3 bilhões, no mesmo local (Punta Pereira) previamente escolhido pela ENCE.

Em síntese, do ponto de vista econômico o conflito envolveu uma política governamental de longo prazo, bem-sucedida, de diversificação produtiva e exportadora e de atração de investimentos externos, com impacto relevante para uma economia do tamanho da economia uruguaia.

Os aspectos ambientais envolvidos na controvérsia. Antecedentes.⁵⁹ A controvérsia ambiental, que envolveu inicialmente a implantação simultânea e geograficamente muito próxima de ambos os projetos (ENCE e Botnia), dizia respeito a três questões: (i) a escolha da localização das plantas; (ii) a escolha da técnica de produção; e (iii) as medidas e tecnologias contempladas nos projetos para o tratamento dos efluentes líquidos, as emissões de gases e a gestão dos

⁵⁹ Para um relato mais detalhado, ver BID-INTAL (2006).

resíduos sólidos. Havia, ainda, um argumento mais geral que permeava esses questionamentos: a omissão e consequente desconsideração, tanto nos estudos ambientais como no processo de tramitação e aprovação dos projetos por parte das autoridades uruguaias, dos potenciais impactos negativos transfronteiriços dos empreendimentos.

De fato, destaque-se que os impactos potencialmente negativos da implantação das fábricas de celulose poderiam afetar não apenas o recurso hídrico compartilhado, mas também áreas localizadas em território argentino, na margem direita do Rio Uruguai, onde se localizam importantes investimentos turísticos. Com efeito, a cidade de Gualegaychú, na Província de Entre Rios, tinha desenvolvido com sucesso nos últimos anos empreendimentos que atraem, no período de alta temporada, um contingente de turistas cujo número supera várias vezes a população residente. Uma dessas atrações turísticas, o balneário de Ñandubó, fica na margem direita do Rio Uruguai, em frente da planta da UPM (ex-Botnia).

A controvérsia ambiental se desenvolveu em dois planos diferentes. No plano mais estritamente "técnico", a disputa ambiental ocorreu, inicialmente, no âmbito das agências do Banco Mundial (IFC e MIGA) onde tramitavam as solicitações de financiamento e de provisão de garantias apresentadas pelos detentores dos projetos. Nesse contexto, a controvérsia teve como foco os informes e estudos de impacto ambiental elaborados por consultores independentes, em atendimento a solicitações das próprias agências, que, observadas as normas de procedimento vigentes no Banco Mundial, sofreram forte contestação e questionamentos por parte de diversas instituições não governamentais, organizações de defesa do meio ambiente e, inclusive, particulares. Numa segunda etapa, após a inauguração da fábrica da Botnia em fins de 2007, o foco dessa controvérsia se deslocou para o questionamento técnico de informes de monitoramento ambiental que começaram a ser divulgados por diferentes instituições que acompanhavam ou participavam do conflito.

De outro lado, a disputa ambiental assumiu também a forma de um protesto social, com ampla e continuada mobilização da população residente em áreas próximas à localização dos projetos, envolvendo a participação de organizações ambientalistas argentinas e uruguaias. Essas mobilizações, principalmente do lado argentino, promoveram o bloqueio de rodovias e pontes internacionais que afetaram severamente o fluxo de mercadorias e de pessoas por longos períodos, prejudicando a atividade econômica e turística, principalmente no Uruguai.

No âmbito do Banco Mundial, há que se destacar uma primeira manifestação do ombudsman da IFC e da MIGA, em novembro de 2005, atendendo a uma reclamação assinada por mais de 39 mil pessoas (argentinos e uruguaios), recomendando uniformidade nos critérios de avaliação de ambas as agências, pleno acesso público às informações e absoluta observância das normas e procedimentos vigentes no Banco Mundial. No mês seguinte é divulgada uma versão preliminar do estudo de impacto cumulativo encomendado pela IFC a duas consultorias privadas e, em abril de 2006, são anunciadas as conclusões de um painel de especialistas canadenses convocados para avaliar tanto o estudo de impacto ambiental como as críticas recebidas à versão preliminar.

O painel foi enfático ao afirmar que "os comentários que expressam a preocupação de que as plantas causem danos ambientais catastróficos carecem de fundamento, não são razoáveis e ignoram a experiência de muitas outras modernas plantas Kraft de celulose branqueada". Contudo, admitiu também que "alguns comentários, sugerindo melhoras em certos aspectos de desenho, definições de procedimentos operacionais e monitoramento de descargas ambientais das plantas são válidos e merecem implementação".

As conclusões do painel foram, mais uma vez, objeto de críticas, razão pela qual a IFC adiou por mais alguns meses seu informe final. Em início de outubro de 2006, porém, é divulgado o referido informe, com a conclusão de que as emissões das plantas de celulose não terão efeito prejudicial para a qualidade da água do Rio Uruguai. No que tange à qualidade do ar, o informe afirma que a saúde humana não será afetada, embora admita a possível ocorrência, entre quatro a dez vezes por ano, de odores em áreas próximas às plantas, notadamente em Fray Bentos. Amparado nas conclusões do informe final, em novembro de 2006 o Banco Mundial aprova a concessão à empresa Botnia de um crédito de US\$ 170 milhões, assim como a provisão de garantias de crédito por valor de US\$ 350 milhões. A iniciativa é aprovada por 23 dos 24 membros do *board*.

No plano da mobilização social, as primeiras manifestações de oposição à instalação das fábricas de celulose no Uruguai foram exclusivamente domésticas e ocorreram antes de 2003. Elas contaram com o apoio da coalizão de esquerda *Frente Amplio*, de grupos sindicais e de organizações ambientalistas uruguaios, que criticaram o marco jurídico desenhado para a instalação das plantas, bem como os riscos de poluição ambiental. Em 2003, residentes na vizinha cidade de Gualaguaychú somaram-se aos protestos e em outubro desse ano foi realizado um ato de oposição à construção das fábricas, na ponte internacional San Martín, que contou com a participação de uruguaios e argentinos.

Em outubro de 2004, contudo, Tabaré Vasquez venceu as eleições presidenciais e, logo depois, manifestou seu apoio à instalação das fábricas de celulose, promovendo uma mudança no posicionamento do *Frente Amplio* e, também, dos grupos sindicais que opunham resistência aos projetos da ENCE e da Botnia.

Em 30 de abril de 2005, a ponte internacional San Martín foi ocupada por cerca de 40 mil pessoas (argentinos e uruguaios) e o conflito ganhou destaque nacional e internacional. Nesse período foi constituída também a *Asamblea Ciudadana Ambiental de Gualaguaychú*, que iniciou uma ação permanente de oposição à instalação de ambas as plantas.

O conflito se acirrou ao longo de 2005 e atingiu extrema gravidade em dezembro desse ano, quando a *Asamblea de Gualaguaychú* iniciou uma ação sistemática de bloqueio da passagem de veículos que se dirigiam ao Uruguai. Setores de oposição mais intransigentes começaram a propor o bloqueio simultâneo das três pontes internacionais (Fray Bentos-Gualaguaychú, Salto-Concordia e Paysandu-Colón) sobre o Rio Uruguai.

No primeiro trimestre de 2006, duas das pontes internacionais foram efetivamente bloqueadas, promovendo forte redução do fluxo de turistas e graves danos ao transporte de mercadorias. Em abril de 2006, o governo uruaio criticou a inação do governo argentino, declarou que os bloqueios representavam uma conduta contrária ao direito internacional, particularmente ao Tratado de Assunção, e iniciou uma demanda contra a Argentina no sistema de controvérsias do MERCOSUL. Poucos dias depois, em maio de 2006, a Argentina apresentou uma demanda contra o Uruguai na CIJ de Haia. No restante de 2006 se sucedem as marchas, protestos e bloqueios de rodovias e pontes. Em novembro de 2006, quando o Banco Mundial anuncia a concessão do financiamento em favor da empresa Botnia, a *Asamblea de Gualaguaychú* determina o bloqueio por tempo indeterminado da *Ruta 136* que dá acesso à *Puente Internacional Libertador San Martín*.

Evolução no período recente. A mobilização social, os protestos e os bloqueios são mantidos durante os três anos seguintes. Em alguns períodos, principalmente nos meses de verão de 2007, bem como na Semana Santa de abril de 2007, as três pontes internacionais sofrem bloqueios

simultâneos, com crescentes prejuízos para o setor turístico uruguaio. A interrupção do trânsito na ponte que une Gualaquaychú e Fray Bentos é mantida de forma quase ininterrupta até junho de 2010, dois meses após a divulgação da decisão da CIJ.

Desde 2009, diversas autoridades governamentais da Argentina vinham emitindo declarações contrárias aos bloqueios de rodovias e pontes. Contudo, somente em junho de 2010, em resposta à pressão do governo argentino, que tinha dado início a processos penais contra alguns de seus dirigentes, a *Asamblea Ciudadana Ambiental de Gualaquaychú* resolveu, por 402 votos contra 315, liberar o trânsito de veículos, mas permanecendo em estado de alerta no encostamento da *Ruta 136*.

De outro lado, conforme comentado acima, após a inauguração da fábrica da Botnia em novembro de 2007, a disputa embasada em argumentos técnicos se concentrou nos informes de monitoramento que começaram a ser divulgados. O primeiro deles foi elaborado pela organização não-governamental *Green Cross*, instituição fundada por Mijail Gorbachov, e divulgado em janeiro de 2008. Consoante esse informe, foram feitas medições na margem argentina do Rio Uruguai, mas não foram detectadas concentrações de dióxido de enxofre no ar capazes de gerar preocupação. Os dados divulgados coincidiam com os monitoramentos realizados pela *Dirección Nacional de Medio Ambiente* (DINAMA), instituição meio-ambiental do governo uruguaio, e também pela própria Botnia, mas foram rejeitados pela *Asamblea de Gualaquachú* sob alegação de que a fábrica estava operando com apenas 15% de sua capacidade.

Em janeiro de 2009, o titular do *Instituto Nacional de Tecnología Industrial* (INTI) da Argentina declarou que estudos realizados bimestralmente desde agosto de 2008 não registravam qualquer grau de poluição ambiental, suscitando controvérsias e posteriores desmentidos.

A rigor, será preciso aguardar a elaboração e divulgação dos primeiros informes do Comitê Científico da CARU, instância de monitoramento conjunto recentemente acordada pelos presidentes José Mujica e Cristina Fernández de Kirchner, para uma avaliação menos suscetível a controvérsias, dos reais impactos ambientais decorrentes da operação da planta da UPM (ex-Botnia). O primeiro informe só deverá ser divulgado em novembro de 2010.

Em resumo, a questão ambiental envolve questões complexas e controversas, que suscitaram temores e tiveram a capacidade de mobilizar cidadãos e organizações não governamentais de ambos os países. À luz da informação técnica disponível até o momento, houve, sem dúvida, radicalização desproporcional do conflito, potencializada pela incerteza criada pela implantação dos projetos para o desenvolvimento da atividade turística na margem argentina do Rio Uruguai. O fato de a controvérsia envolver investimentos transnacionais em setor produtivo objeto, internacionalmente, de questionamentos e de monitoramento de governos e de organizações meio-ambientais também merece ser destacado.

Os fundamentos jurídicos do conflito e sua evolução na Corte Internacional de Justiça e no Sistema de Controvérsias do MERCOSUL. Antecedentes.⁶⁰ Em fevereiro de 1975, Uruguai e Argentina assinaram o Estatuto do Rio Uruguai, instrumento jurídico destinado a estabelecer "os mecanismos comuns necessários para o ótimo e racional aproveitamento" do Rio Uruguai. Através desse instrumento é criada a CARU constituída por igual número de delegados de ambos os países.

O Estatuto determina que se uma parte projeta a realização de "obras de magnitude suficiente para afetar a navegação, o regime do Rio ou a qualidade das águas", ela deverá fazer uma

⁶⁰ Para um relato mais detalhado, ver BID-INTAL (2006).

comunicação à CARU, com as informações técnicas pertinentes, para que a Comissão determine se o projeto tem capacidade de produzir um "prejuízo sensível" à outra parte. Em caso de controvérsia, as normas de procedimento do Estatuto fixam prazos e concedem à parte afetada o direito de solicitar informações adicionais, inspecionar as obras e, inclusive, sugerir alterações ou modificações aos projetos. Subsistindo os desentendimentos, o Estatuto recomenda a negociação direta entre as partes. Fracassada essa instância e cumprido um prazo de 180 dias, qualquer uma das partes pode submeter o caso à CIJ, com sede em Haia, que é o foro acordado para a solução das controvérsias.

Os desentendimentos entre os países vizinhos tiveram início em fins 2002, quando o governo argentino tomou informalmente conhecimento da possível instalação de plantas de celulose na margem esquerda do Rio Uruguai, na região de Fray Bentos, e solicitou explicações ao governo uruguaio que brindara a informação pertinente. Aparentemente, segundo alegação do governo argentino, a informação fornecida pelo Uruguai foi incompleta ou não se processou através dos canais previstos no Estatuto. O quadro não se alterou nos dois anos seguintes, período no qual a ENCE (outubro de 2003) e a Botnia (fevereiro de 2005) obtiveram das autoridades ambientais uruguaias as respectivas autorizações para a instalação de seus empreendimentos.

O conflito se acirrou a partir de abril de 2005, em virtude de crescentes pressões exercidas pelo governo provincial de Entre Rios sobre as autoridades argentinas e da constituição da *Asamblea Ciudadana Ambiental de Gualeguaychú*, coincidindo com o aumento da mobilização social contrária à instalação das plantas. Em consequência, em maio de 2005, de acordo com o previsto no Estatuto, é criado um Grupo Técnico de Alto Nível (GTAN) com o objetivo de encontrar uma solução ao conflito através da negociação direta. O GTAN, contudo, realizou 12 sessões entre agosto de 2005 e fevereiro de 2006 sem que os países alcançassem um entendimento. O informe final da delegação argentina insistia no fato de que o Uruguai tinha violado as normas do Estatuto, reiterava sua preocupação com a possibilidade de ocorrência de danos ambientais e registrava a recusa do Uruguai em considerar a proposta argentina de suspender as obras até que fosse adequadamente avaliado o impacto ambiental acumulado dos projetos, ainda sob exame no Banco Mundial.

Nos dois meses seguintes, contudo, ocorreram novas mobilizações e bloqueios de rodovias, até que no início de maio de 2006 o Uruguai resolveu apelar ao mecanismo de solução de controvérsias do MERCOSUL. A despeito de alegar perdas por valor próximo aos U\$S 500 milhões em decorrência do bloqueio das pontes internacionais, a demanda uruguaia não foi por danos econômicos, mas por omissão do Estado argentino em adotar medidas apropriadas para garantir a livre circulação de mercadorias e pessoas entre os países, o que configuraria uma violação ao Tratado de Assunção.

No dia seguinte, conforme previamente anunciado, a Argentina apresentou sua demanda na CIJ, alegando que o Uruguai tinha agido de forma unilateral e violado diversos dispositivos do Estatuto do Rio Uruguai, descumprindo tanto obrigações de caráter substantivo (proteger e preservar o meio aquático e prevenir sua contaminação) como processual (autorizar, sem notificação prévia, a construção e operação das duas plantas de celulose). A demanda argentina incluía, ainda, a solicitação de uma medida liminar determinando a suspensão das obras de construção das plantas, alegando danos irreparáveis tanto sociais como econômicos.

O pleito uruguaio no âmbito do MERCOSUL teve tramitação rápida. De fato, em conformidade com o previsto no sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, foi constituído um Tribunal *Ad Hoc* que emitiu o laudo arbitral no prazo de poucos meses (setembro de 2006). Os árbitros, em decisão unânime, deram provimento parcial à reclamação uruguaia, pois

reconheceram que o governo argentino não tinha tomado as devidas diligências para prevenir, ordenar ou corrigir os bloqueios, violando o compromisso, consubstanciado no Tratado de Assunção, de garantir a livre circulação de bens e serviços entre os territórios dos Estados Partes do MERCOSUL. O Tribunal manifestou sua compreensão com o sentimento de alarme da população de Gualaguaychú, mas afirmou que os protestos foram perdendo legitimidade ao acumular agressões ao direito de outras pessoas. O laudo arbitral reconheceu, ainda, que os bloqueios "promoveram inegáveis inconvenientes que afetaram tanto o comércio uruguaio como argentino", mas rejeitaram o pedido do Uruguai para que o Tribunal determinasse a conduta futura a ser seguida pela Argentina, caso fossem promovidos novos bloqueios. Os árbitros entenderam não ser procedente, nas circunstâncias do caso, promover esse tipo de determinações.

Pouco depois, o Tribunal Permanente de Revisão do MERCOSUL denegou um recurso apresentado pela Argentina contra o laudo arbitral.

A CIJ, de outro lado, demorou quase quatro anos para emitir seu veredito. Em julho de 2006, emitiu um primeiro veredito recusando o pedido argentino para a adoção de medidas liminares destinadas a suspender as obras de construção das plantas de celulose. A CIJ fundamentou sua decisão na inexistência de elementos convincentes apontando para a ocorrência de dano iminente ou irreparável ao meio ambiente ou aos interesses econômicos ou sociais das populações residentes nas proximidades do Rio Uruguai. Decisão análoga adotou a CIJ, em janeiro de 2007, em resposta ao pedido uruguaio de adoção de medidas liminares destinadas a prevenir os bloqueios de estradas e pontes internacionais que unem ambos os países. Na ocasião, a Corte concluiu também pela inexistência de risco iminente ou prejuízo irreparável aos direitos do Uruguai.

Evolução no período recente. A decisão da CIJ de Haia foi anunciada em abril de 2010. A Corte se pronunciou em relação a três quesitos. No que tange às obrigações processuais, a decisão da Corte considerou, por maioria de 13 votos a 1, que o Uruguai tinha descumprido as normas previstas no Estatuto, que impunham a obrigação de realizar consultas prévias antes da concessão de qualquer autorização para a instalação das plantas. A decisão da Corte destacou que o Uruguai deveria ter feito as notificações através da CARU e que não poderia ter autorizado a construção das fábricas durante o período de consultas, desrespeitando, portanto, o mecanismo de cooperação previsto no marco do Estatuto do Rio Uruguai. A Corte considerou que o reconhecimento explícito de tais fatos por parte do tribunal representava per se uma medida satisfatória para a Argentina.

No que diz respeito às obrigações substantivas, a Corte avaliou, por maioria de 11 votos contra 3, que não foram apresentadas evidências claras de que o Uruguai não tivesse atuado com a devida diligência, nem que as descargas de efluentes da planta tivessem causado danos ambientais ou afetado o balanço ecológico, desde o início de sua operação.⁶¹ Em consequência a Corte considerou que o Uruguai não tinha descumprido suas obrigações substantivas. A CIJ rejeitou

⁶¹ Merece destaque o voto conjunto, em dissidência, de dois juízes, exprimindo posição mais favorável às alegações da Argentina, no que tange às obrigações substantivas. De fato, nos seus votos os juízes afirmaram que a Corte tinha perdido uma oportunidade única para demonstrar à comunidade internacional sua capacidade e preparo para abordar disputas científicas complexas, utilizando os conhecimentos mais avançados disponíveis. Segundo eles, tratava-se de um caso exemplar de Direito Ambiental envolvendo alegada contaminação transfronteiriça. Os juízes consideraram que a Corte tinha avaliado a evidência científica apresentada com uma metodologia defeituosa e obrigado a Argentina a suportar o ônus da prova. Na opinião dos juízes, a Corte deveria ter solicitado o assessoramento de expertos na matéria, da mesma forma que é feito em outros organismos internacionais, como é o caso da OMC. Por último, os juízes questionaram também a insuficiente vinculação entre obrigações processuais e substantivas, haja vista que nessa matéria o respeito às obrigações processuais assume considerável importância, e pode ser um indicador essencial da violação ou não das obrigações substantivas.

também, por unanimidade, outras demandas das partes, inclusive a solicitação da Argentina para que se dispusesse a realocação da fábrica UPM (ex-Botnia), uma vez que o desmantelamento da planta não constituiria, na visão da Corte, um remédio apropriado para o descumprimento de obrigações processuais.⁶² Por último, a Corte instou às partes a continuar cooperando no marco da CARU e permitir que essa instância pudesse exercer suas faculdades de monitoramento da qualidade do rio.

A decisão da Corte ocorreu 50 dias após a posse do novo presidente uruguaio, José Mujica, o que facilitou a retomada do diálogo bilateral. Ainda assim, foram necessárias quatro reuniões, com apresentação de propostas e contrapropostas, além do envolvimento decisivo de ambos os presidentes, para que fosse concluído e assinado em fins de julho de 2010, às vésperas da Cúpula de San Juan, o acordo de monitoramento conjunto do Rio Uruguai.

O acordo assinado pelos presidentes estabeleceu: (i) a constituição, no seio da CARU, de um comitê científico integrado por dois cientistas de cada país, com a função de monitorar o Rio Uruguai e todos os estabelecimentos industriais, agrícolas e centros urbanos que despejam seus efluentes no rio e suas áreas de influência; (ii) a responsabilidade da autoridade ambiental de cada país na coleta, por duplicado, de amostras na respectiva margem do rio, e sua entrega imediata ao comitê científico; (iii) a fixação de um número máximo de 12 (doze) vezes ao ano para o monitoramento de cada estabelecimento, iniciando pelo monitoramento da planta da UPM e a confluência do Rio Gualaguaychú com o Rio Uruguai; e (iv) a divulgação pública dos resultados dos monitoramentos e sua apresentação às autoridades da CARU para a implementação das medidas ou ações pertinentes.

Em setembro de 2010, ambos os países indicaram seus representantes para o comitê científico e se estimava que os resultados do primeiro monitoramento só pudessem ser divulgados a partir de novembro deste ano.

Considerações finais. O *Informe MERCOSUL N° 11*, divulgado em fins de 2006, afirmava que o desgaste promovido pelo conflito das "papeleras" afigurava-se excessivo e que podia ser considerado, ao menos em parte, como um sintoma das fragilidades e falências que caracterizam o MERCOSUL. Essa avaliação continua válida.

Na ocasião, foram apontadas falências de três ordens. Em primeiro lugar, destacou-se a dificuldade dos países membros do bloco de acordar uma política comum de atração de investimentos. Em apoio à avaliação de que a concorrência pela atração de investimentos estrangeiros era um ingrediente importante do conflito, dois fatos foram destacados: *em primeiro lugar*, a adoção, em 1990, por parte da Província de Entre Rios, de normas para atração de investimentos, contemplando especificamente o setor de papel de celulose; *em segundo lugar*, a reticência do Uruguai a fornecer as informações solicitadas pelo governo argentino, no âmbito da CARU, que só poderiam ser entendidas como uma expressão de temor a eventuais questionamentos do país vizinho, capazes de atrasar ou inviabilizar investimentos externos de grande envergadura, resultantes de uma política governamental explícita, iniciada na década de 1980. O falho unânime da CIJ, destacando o não

⁶² Conforme registrado no *press release* de 20 de abril de 2010 divulgado pela CIJ: *The Court considers that "its finding of wrongful conduct by Uruguay in respect of its procedural obligations per se constitutes a measure of satisfaction for Argentina" (para. 269). It is the Court's view that ordering the dismantling of the Orion (Botnia) mill would not constitute an appropriate remedy for the breach of procedural obligations, since Uruguay was not barred from proceeding with the construction and operation of the mill after the expiration of the period for negotiation and since it breached no substantive obligation under the 1975 Statute (para. 275).*

cumprimento, por parte das autoridades uruguaias, de suas obrigações processuais no âmbito da CARU, parece dar suporte a essa suposição.

A segunda falência destacada no *Informe N° 11* dizia respeito ao debilitamento do MERCOSUL como foro natural para o deslinde do conflito no âmbito político. O Uruguai tentou levar a controvérsia ao âmbito do MERCOSUL, mas a recusa da Argentina foi frontal. Esse país sempre insistiu no caráter bilateral do conflito, não admitindo a intermediação do Brasil e enfraquecendo a sua liderança.

A terceira falência dizia respeito à fragilidade das normas e instituições que regem o MERCOSUL, cuja credibilidade é posta em dúvida pela desconfiança que permeia a atitude dos próprios países-membros toda vez que elas precisam ser acionadas. Nesse sentido, o *Informe N° 11* destacava a vigência do Acordo Marco sobre Meio Ambiente, assim como a existência de um sistema de solução de controvérsias e de um Tribunal Permanente de Revisão, que poderiam ter sido acionados para resolver o conflito. Ainda que a decisão da Argentina de submeter o litígio à CIJ fosse totalmente legítima, posto que prevista no Estatuto do Rio Uruguai de 1975, ela revelava, ainda assim, as limitações institucionais do bloco.

Merece destaque, por último, o fato de a resolução do conflito ter sido alcançada por via diplomática e política, e ter exigido a participação direta e decisiva dos presidentes de Argentina e Uruguai. Note-se, nesse sentido, que a decisão do Tribunal *Ad Hoc* do MERCOSUL teve escassa relevância e, de outro lado, o veredicto da CIJ não dirimiu de forma definitiva o conflito, ainda que tivesse o mérito de instar às partes a procurar resolver suas diferenças com base nos mecanismos de negociação e de diálogo previstos no Estatuto do Rio Uruguai. A solução pela via diplomática e política foi, portanto, a única que restou. E dessa vez a diplomacia presidencial foi eficaz, contrastando com a experiência do passado recente, quando ela tinha sido não apenas ineficaz, mas amplificadora de tensões e ruídos.

Administração de quotas

O GMC (Resolução N° 31/10) aprovou o Sistema de Administração e Distribuição de Quotas Outorgadas ao MERCOSUL por Terceiros Países ou Grupos de Países (SAQME.). O Sistema tem por objetivo administrar e distribuir as quotas outorgadas ao MERCOSUL em acordos comerciais celebrados com terceiros países ou grupos de países, assegurando transparência, segurança e publicidade, mediante programa informático que permita dispor de dados sobre a utilização das quotas e de seus excedentes de forma atualizada.

A mesma Resolução aprovou a distribuição de quotas para os Acordos do MERCOSUL com Colômbia e com Israel.

Acordo Quadro de Cooperação para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação de Ilícitos Transnacionais

Os países-membros do MERCOSUL e os Estados Associados de Bolívia, Equador e Colômbia firmaram o "Acordo-Marco de Cooperação para a Criação de Equipes Conjuntas de Investigação", que estabelece um instrumento de cooperação para a constituição de equipes cujo objetivo seja a investigação de ilícitos transnacionais. A Decisão CMC N° 22/10, que aprova o texto do Acordo, define esses ilícitos: tráfico de entorpecentes, corrupção, lavagem de ativos, comércio de pessoas, tráfico de migrantes, tráfico de armas "e todos aqueles que integram o chamado crime organizado internacional, bem como atos de terrorismo".

Consoante esse acordo, as autoridades competentes de um país a cargo de uma investigação penal poderão solicitar a criação de uma Equipe Conjunta de Investigação (ECI) às autoridades competentes de outro país, assinante do acordo, quando o teor ou a abrangência da investigação assim o recomendem. A ECI terá faculdades para atuar dentro dos territórios dos países que a constituíram, mas sua criação terá de ser precedida da assinatura de um instrumento de cooperação específico. Salvo acordo em contrário, os gastos decorrentes da investigação serão cobertos pelo país requerente. Caso um país opte por indeferir uma solicitação de participação em uma ECI, o indeferimento deverá ser sempre fundamentado.

Acordo sobre o Aquífero Guarani

Em San Juan, os Estados Partes do MERCOSUL assinaram o Acordo sobre o Aquífero Guarani, cujas negociações tinham iniciado em 2004. Os países signatários têm, cada um, determinada porcentagem desse aquífero em seu território, da qual a mais significativa é a do Brasil - cerca de 850.000 km². Por tratar-se do maior aquífero transfronteiriço do mundo, com extensão total de 1.196.500 km², segundo Rebouças (2004), a necessidade de regulação multilateral era considerada urgente.

Consoante Medeiros (2010), o referido acordo, resultado do Projeto para a Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani, baseou-se na Resolução Nº 63/124 da Assembléia Geral das Nações Unidas, que trata do direito dos Aquíferos Transfronteiriços, assim como na Resolução Nº 1803, também da Assembléia Geral, que se refere à soberania permanente sobre recursos naturais.

O Acordo contém apenas 22 artigos. Em seus artigos de 1 a 3, os quatro países afirmam sua soberania absoluta sobre os recursos do Aquífero, aspecto considerado de suma importância, porquanto resguarda, em termos legais, a região de ingerências externas que, porventura, possam ser suscitadas no futuro. De outro lado, os artigos 9, 10 e 11 tratam do estabelecimento de um mecanismo de freios e contrapesos para aquelas medidas cujos efeitos possam afetar de forma negativa os recursos do Aquífero em qualquer dos Estados Partes. Os Estados Partes poderão, dessa forma, solicitar informações a outro Estado Parte, quando considerarem que medidas adotadas por qualquer deles puderem ocasionar-lhes prejuízos sensíveis. Essas informações podem incluir dados técnicos disponíveis, com os resultados de uma avaliação dos efeitos ambientais. O artigo 12 estipula que as partes estabelecerão programas de cooperação com o propósito de ampliar o conhecimento técnico e científico sobre o Sistema Aquífero Guarani, de promover intercâmbio de informações sobre práticas de gestão, assim como desenvolver projetos comuns (Medeiros, 2010).

O artigo 15 do Acordo prevê o estabelecimento de uma Comissão, com base no artigo VI do Tratado da Bacia do Prata, de 1969, cujo escopo será a coordenação dos esforços de cooperação para cumprimento dos objetivos e dos princípios do Acordo. Eventuais controvérsias deverão ser resolvidas por meio de negociações, ao fim das quais, caso não haja acordo, a Comissão poderá, a pedido das partes, avaliar a situação e formular recomendações. Como complemento ao artigo 15, o artigo 19 dispõe acerca da elaboração de procedimento arbitral para solução de controvérsias em protocolo adicional ao Acordo. Esse procedimento, contudo, ainda não foi formulado. O artigo 20 determina que não são admitidas reservas ao Acordo e, por fim, o artigo 22 afirma que as partes poderão denunciar o Acordo, mas a denúncia só surtirá efeito um ano após recebida a notificação e com a ressalva de que "a denúncia não dispensará à Parte que a formule das obrigações em matéria de controvérsias previstas no presente Acordo".

O Acordo foi acompanhado de uma declaração conjunta dos presidentes do MERCOSUL, na qual os mandatários destacaram a importância do Aquífero, que consideram uma das principais reservas de água doce do mundo.

E. Considerações finais

O saldo da recente Cúpula de San Juan é inegavelmente positivo. De fato, a PPTA pode comemorar alguns avanços em temas da agenda interna que há mais de dois anos constavam na lista de prioridades dos negociadores dos países membros do MERCOSUL. Em alguns casos, contudo, os resultados alcançados foram menos significativos do que inicialmente apregoado: a eliminação da dupla cobrança da TEC, assim como a instituição de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira são temas ainda carentes de definições mais precisas. Alguns princípios gerais foram acordados, mas a resolução das questões mais complexas foi novamente adiada. E o novo cronograma é desconfortavelmente extenso.

No caso do CAM, uma avaliação mais definitiva só será possível após transcorrido o período de seis meses previsto para a realização de consultas e gestões entre os países-membros, com o objetivo de garantir sua eficaz e efetiva implementação dentro de seus respectivos sistemas jurídicos. A opinião dos especialistas em matéria aduaneira também será relevante, haja vista o elevado número de dispositivos que requer a aprovação e vigência de normas regulamentares.

Os resultados mais positivos foram alcançados no âmbito do FOCEM. A safra de projetos aprovados em San Juan destaca iniciativas de vulto e com o foco adequado. É importante, contudo, que o montante de recursos efetivamente desembolsados atinja, também, valores significativos. Nesse sentido, é importante que os países-membros agilizem seus mecanismos de licitação e seus procedimentos internos.

A retomada de um diálogo político mais fluido entre os países-membros do MERCOSUL constitui, provavelmente, o saldo mais positivo da Cúpula de San Juan. O envolvimento direto dos presidentes também merece ser destacado. Dessa vez, o investimento político foi verdadeiramente eficaz.

São muitos os temas pendentes da agenda interna do MERCOSUL: eliminar as exceções, acordar os regimes comuns de importação, promover a liberalização efetiva do comércio de serviços, definir os critérios para a efetiva eliminação da dupla cobrança da TEC e a instituição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira e, principalmente, fortalecer tecnicamente e aprimorar a qualidade institucional do bloco. Encurtar prazos e promover avanços efetivos nessas áreas são, sem dúvida, os principais desafios.

CAPÍTULO IV. CONFLITOS SETORIAIS E AMBIENTE COMERCIAL

A. *Panorama geral*

Os maiores impactos da crise econômica internacional se fizeram sentir nas exportações dos países do MERCOSUL. De fato, a contração da demanda internacional por produtos do bloco, aliada à escassez de linhas de crédito internacional para as empresas, impactou negativamente e de forma generalizada o desempenho exportador dos países da região. Em consequência, as economias da região apelaram a um elenco variado de medidas de política econômica, tentando amortecer o impacto da forte queda da demanda externa.

Paraguai e Uruguai concentraram suas medidas no aumento de gastos públicos (principalmente investimentos em infraestrutura no caso do Uruguai), na desoneração tributária para incentivar os investimentos privados e na ampliação da oferta de crédito para pequenas e médias empresas. De modo geral, os dois países não recorreram a medidas de proteção contra importações, inclusive porque apresentaram desempenho positivo em seus respectivos Balanços de Pagamentos.

No Brasil, a queda de vendas externas foi agravada por problemas financeiros em algumas empresas exportadoras de grande porte, que foram surpreendidas pela abrupta desvalorização da taxa de câmbio e sofreram importantes prejuízos nos mercados de futuros. Na Argentina, a queda nos preços e no volume das exportações intensificou o movimento de saída líquida de capitais sem, no entanto, resultar em uma desestabilização do setor externo.

Três elementos foram fundamentais para pavimentar o caminho de saída da crise no caso do Brasil: a política de expansão do crédito público, a flexibilização da política fiscal, envolvendo redução de impostos em setores industriais voltados para a produção de bens de consumo durável, e a sustentação oferecida pelo mercado interno, alicerçado na preservação do nível do salário real dos trabalhadores. Apenas a partir do segundo trimestre de 2010 é que se começa a notar um uso mais freqüente de medidas de defesa comercial no Brasil.

Na Argentina, o elenco de medidas anticíclicas incluiu os planos de obras públicas, o direcionamento do crédito para o consumo e a redução de impostos em setores intensivos em mão-de-obra. A orientação defensiva da política comercial desempenhou também papel importante. De fato, a política de recomposição da base industrial em curso antes da crise ganhou novo impulso, o que explica em parte o acirramento dos conflitos comerciais no interior do MERCOSUL no primeiro semestre de 2009, pois as medidas de controle das importações foram aplicadas também aos sócios do bloco.

O segundo semestre de 2009 ainda foi um período de controles e dificuldades setoriais, especialmente entre os dois maiores sócios, mas o ambiente de recuperação da crise e de boas perspectivas de crescimento econômico permitiu que os países do MERCOSUL iniciassem o ano de 2010 em clima de melhoria das relações comerciais, conforme pode ser constatado pelo exame dos números que retratam a evolução do comércio intrabloco. Adicionalmente, como se discute no Capítulo I desse Informe entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro de 2010, o forte movimento de recuperação do nível de atividade observado no período mais recente contribuiu para o desenho de um cenário mais propício ao desenvolvimento das relações econômicas e comerciais intra MERCOSUL.

O Quadro 20 compara a evolução das exportações intra MERCOSUL dos últimos quatro anos, com base nos dados acumulados do período janeiro-junho. Consoante esses números, o comércio intrazona já teria praticamente recuperado os níveis pré-crise.

Quadro 20. Exportações intrazona no MERCOSUL, acumulado janeiro-junho de cada ano

Milhões de US\$

Ano	Exportações (Milhões de US\$)
2007	14.193
2008	20.019
2009	13.914
2010	19.857

Nota: 1 - Valores FOB.

Fonte: ALICE-web MERCOSUL/MDIC, Brasil.

Considerando a magnitude do comércio Brasil-Argentina, é relevante destacar que a Argentina voltou a ocupar posição de destaque no *ranking* dos principais parceiros do Brasil, tanto na exportação como na importação, sendo superada somente pela China e pelos Estados Unidos. De fato, a participação argentina avançou no total das exportações brasileiras com predominância de produtos industrializados nos dois sentidos. No primeiro semestre de 2010, as vendas à Argentina representaram 8,8% do total das exportações brasileiras para o mundo enquanto, no mesmo período de 2009, representaram 7,6%. O *market-share* argentino nas importações brasileiras, no período janeiro-junho, foi de 8,2%, em 2010, e 8,9%, em 2009.

A participação brasileira no comércio exterior da Argentina é, tradicionalmente, expressiva. Nos primeiros seis meses de 2010 o *market-share* do Brasil nas importações argentinas foi de 31,3%, contra 28,8% em 2009. Em paralelo, verificou-se uma posição mais firme do Brasil nas exportações argentinas. No período janeiro-junho de 2010, o Brasil participou com 20,9% das exportações totais argentinas, enquanto essa contribuição, em 2009, foi de 17,8%.

Esse cenário, caracterizado pela ampliação dos fluxos bilaterais e pela construção de uma agenda positiva voltada para a "complementação produtiva", contribuiu, sem dúvida, para a redução do peso relativo dos contenciosos comerciais na relação entre os dois países. O avanço na direção de maior integração das cadeias produtivas vem ganhando espaço na esfera das instituições do MERCOSUL e no âmbito da Comissão Bilateral Brasil-Argentina,⁶³ bem como ganha impulso natural com o movimento de ampliação dos investimentos brasileiros na Argentina, no período recente. Esses investimentos seguem a tendência geral de internacionalização das empresas brasileiras e surgem como alternativa para fazer frente às dificuldades de ampliação das exportações brasileiras para aquele país em decorrência dos conflitos setoriais. Os investimentos brasileiros em setores como têxtil e calçados contribuíram para moldar uma nova configuração produtiva, influenciando o encaminhamento dos problemas comerciais entre os sócios.

Outro fator aglutinador dos interesses dos parceiros do MERCOSUL decorre da crescente importância da China no comércio mundial e, principalmente, no comércio exterior dos países do bloco. O avanço da participação chinesa nos fluxos de comércio extrazona é tema recorrente na

⁶³ Comissão dedicada ao monitoramento das relações comerciais entre os dois principais sócios do bloco.

agenda de preocupações dos países da região. A predominância de produtos básicos e semimanufaturados nas exportações e de produtos de maior valor agregado nas importações atinge igualmente a Argentina e o Brasil, dando lugar a reclamações e demandas de medidas *antidumping* por parte de setores tradicionais da indústria de ambos os países.

B. O papel das medidas de administração do comércio

O ano de 2009 foi um período marcado por elevado número de contenciosos comerciais entre Brasil e Argentina. No conjunto das medidas de administração de comércio, os "acordos voluntários de exportações"⁶⁴ vinham desempenhando uma função importante na contenção das importações argentinas provenientes do Brasil. Dificuldades de negociação e de implementação mostraram, contudo, o esgotamento desse instrumento para certos segmentos da indústria. Esse foi o caso de setores como linha branca (fogões, refrigeradores e máquinas de lavar) e papel, que suspenderam seus respectivos acordos voluntários. De outro lado, o setor de calçados firmou um novo acordo em junho de 2009, válido para o período 2009/2010/2011, de redução de 17% do volume exportado em relação a 2008. Outros setores, como leite em pó e freios e embreagens também tentaram essa via de entendimento, para garantir a rapidez de liberação de licenças não-automáticas.

De fato, diante das pressões trazidas pela crise econômica e da preocupação com eventuais impactos desfavoráveis da evolução da taxa de câmbio real bilateral -houve expressiva desvalorização do real entre fins de 2008 e início de 2009- o governo argentino intensificou a adoção das "licenças não-automáticas de importação", afetando de forma abrangente as exportações brasileiras.

Licenças não automáticas de importação

Ao longo de 2009, as LNAs começaram a ocupar papel de destaque como instrumento de contenção de importações argentinas como atesta o elevado número de Resoluções emitidas pelo Ministério da Produção e pelo Ministério de Indústria e Turismo.⁶⁵

Setores como o de móveis, cutelaria, máquinas debulhadoras, tratores, discos para leitura ótica e pneus, entre outros, passaram a integrar, desde o início de 2009, a lista de produtos sujeitos a LNAs - instrumento que já atingia há tempos os setores de calçados, brinquedos e papel. O contencioso comercial bilateral criado pela adoção de LNAs atingiu um nível alto de tensão em julho de 2009, e as reclamações dos setores industriais afetados no Brasil estimularam reuniões freqüentes entre autoridades comerciais dos dois países.

No segundo semestre de 2009, o uso do instrumento tornou-se ainda mais intenso com a inclusão de 135 produtos ao regime como fios naturais e artificiais e tecidos, acessórios de tubos de ferro ou aço, ferramentas e artefatos de cutelaria, ventiladores com motor elétrico incorporado, papel para revestimento de parede, madeira compensada, liquidificadores e baterias, entre outros. No fim de

⁶⁴ "Acordos de restrição voluntária" são entendimentos entre setores privados com o objetivo de limitar de forma voluntária as exportações de certos produtos ao mercado do país parceiro, mediante solicitação dos setores domésticos concorrentes. Não há compromisso entre governos, mas somente debate de contingentes adequados na esfera da Comissão Bilateral Brasil-Argentina. Esses instrumentos não são reconhecidos na OMC, mas têm apoiado soluções negociadas de conflitos comerciais entre Brasil e Argentina respaldando, também, compromissos de governo para a ágil liberação de LNAs de importação.

⁶⁵ Resoluções N° 26/2009, 61/2009, 121/2009, 123/2009, 139/2009, 165/2009, 251/2009 e 337/2009 do Ministério da Produção e Resoluções N° 13/2009 e 24/2009 do Ministério de Indústria e Turismo.

2009, as LNAs atingiam 412 posições em 8 dígitos da NCM. Esse conjunto de produtos, considerando as importações da Argentina do mundo, representou 7,3% das compras totais, naquele ano.

O Brasil e a China foram os principais alvos das LNAs impostas pela Argentina. As importações de produtos sujeitos a LNAs quando provenientes do Brasil representaram 10,5% das importações totais desse país, em 2008, e 8,5%, em 2009. No caso da China, as participações foram de 19,3% e 17,0%, nesses dois anos (Quadro 21).

Quadro 21. Importações argentinas: produtos sujeitos a LNAs

Milhões de US\$

Período	Produtos LNAs *	Importações argentinas								
		Mundo			Brasil			China		
		Total	Prods LNA	Part. %	Total	Prods LNA	Part. %	Total	Prods LNA	Part. %
2008	412	57.462	4.914	8,6	17.687	1.855	10,5	7.104	1.374	19,3
2009	412	38.781	2.838	7,3	11.819	1.007	8,5	4.823	819	17,0
Janeiro a junho										
2008	412	28.178	2.376	8,4	8.670	918	10,6	3.245	639	19,7
2009	412	17.367	1.323	7,6	4.954	430	8,7	2.125	410	19,3
2010	412	24.803	1.622	6,5	7.760	608	7,8	2.901	450	15,5

Nota: * O vetor de produtos para o levantamento dos dados de importação refere-se aos produtos com LNAs's em dezembro 2009, não alterado em 2010.

Fonte: a) LNA: Quadro com estoque de NCMs com LNAs em setembro de 2010 - site do Min. Ind./ Subsecretaria de Política y Gestión Comercial da Argentina: http://www.comercio.gov.ar/web/index.php?pag=93&btn=161#lic_no_aut
b) Comércio: Elaboração NEGINT/CNI a partir das informações do WTA.

Como mencionado anteriormente, um número importante de produtos foi acrescido à lista de LNAs no segundo semestre do 2009, especialmente de produtos de exportação brasileira. A conclusão é de que, sob a ótica da Argentina, as LNAs eram "necessárias". Os níveis de importação desses produtos do Brasil poderiam ser ainda maiores, caso as medidas não tivessem sido adotadas.

A reação do governo brasileiro às reclamações do setor industrial quanto ao movimento argentino de ampliação do número de produtos no regime de LNAs foi, durante certo tempo, de cautela. Em outubro, após a realização de inúmeras reuniões bilaterais para tratar do tema incluindo reuniões ministeriais, o governo brasileiro adotou medidas semelhantes dirigidas a produtos perecíveis da agroindústria argentina. Na falta de uma solução que restabelecesse regras claras e previsíveis para o comércio na esfera da Comissão Bilateral Brasil-Argentina, a reação veio através de uma lista de produtos que incluía desde produtos perecíveis como maçãs, peras e alho a farinha de trigo e outros.

Com o acúmulo de caminhões de transporte de mercadorias perecíveis retidos na fronteira (O Estado de São Paulo, 2009), os entendimentos oficiais evoluíram para a liberação mais fluída das licenças nos dois sentidos. Em fins de 2009, as LNAs da Argentina passaram a ser liberadas mais facilmente para as exportações brasileiras e o governo brasileiro levantou as retenções na fronteira.

Em 2010, não há registro de imposição de novas LNAs. O estoque de dezembro permaneceu o mesmo, sem inclusão ou retiradas de produtos desse regime. Apesar disso, a evolução recente das importações argentinas mostrou-se bastante favorável ao Brasil. As LNAs atingiram 7,8% das importações do Brasil e 15,5% das originárias da China, no primeiro semestre de 2010.

O Quadro 22 mostra a evolução (1º semestre de 2010 contra igual período do ano anterior) das importações da Argentina discriminadas por origem (mundo, Brasil e China), subdivididas em produtos afetados e não afetados pelas LNAs, além do total. O crescimento das importações argentinas do Brasil (56,6%) é superior ao crescimento das importações totais do país (42,8%). As compras argentinas de produtos não sujeitos às LNAs com origem no Brasil cresceram mais acentuadamente (58,0%) do que as importações do mundo deste conjunto de produtos (44,5%). As compras totais de produtos afetados pelas LNAs aumentaram 22,6% e quando originárias do Brasil cresceram 41,4%.

Já as importações argentinas da China cresceram menos do que as importações totais. As importações não afetadas cresceram 42,9%, ainda assim em nível inferior às do Brasil, mas as submetidas ao regime de LNAs cresceram somente 9,7%. Com esse cenário bem diferente do que se tinha no primeiro semestre de 2009 (caracterizado pela queda das importações argentinas do mundo e dos dois parceiros, em relação ao primeiro semestre de 2008), depreende-se que as licenças estão agindo mais intensamente no intercâmbio Argentina-China, enquanto há percepção de sua flexibilização na esfera Argentina-Brasil.

Quadro 22. Evolução das importações argentinas segundo produtos afetados e não afetados por LNAs

*Variações percentuais acumuladas sobre igual período do ano anterior
(1º semestre de 2010-1º semestre de 2009), em %*

2010/2009	Importações da Argentina segundo produtos		
	Não afetadas pelas LNA's	Afetadas pelas LNAs	Total
Mundo	44,5	22,6	42,8
Brasil	58,1	41,4	56,6
China	42,9	9,7	36,5

Fonte: a) LNA: Quadro com estoque de NCMs com LNAs em setembro de 2010 - site do Min. Ind./ Subsecretaria de Política y Gestión Comercial da Argentina: http://www.comercio.gov.ar/web/index.php?pag=93&btm=161#lic_no_aut.

b) Comércio: Elaboração NEGINT/CNI a partir das informações do WTA.

Ainda que não seja possível indicar o quanto as exportações brasileiras de produtos afetados poderiam crescer se fossem totalmente liberalizadas, a função protecionista das LNAs parece ter sido bastante atenuada no comércio Brasil-Argentina em 2010 comparado ao ano anterior.

Medidas de defesa comercial

O conjunto de medidas *antidumping*, compensatórias e de salvaguardas representa outro mecanismo que afeta as relações bilaterais entre os dois maiores sócios do bloco, mas em geral, com cobertura e repercussões políticas inferiores às licenças de importação.

O Quadro 23 mostra um comparativo entre o número de medidas dessa natureza adotado pelo Brasil e pela Argentina em relação ao parceiro e em relação à China.

Quadro 23. Brasil e Argentina: importação de produtos sujeitos a medidas de defesa comercial, janeiro a junho de 2010

Milhões de US\$

Argentina						
Parceiro	Total		Defesa (144 produtos)			Part. %
	Nº prods.	Valor	Nº prods.	Nº de prods. com comércio	Valor	
Brasil	7.959	7.759,6	30	30	47,8	0,62%
China	7.376	2.900,8	85	79	67,5	2,33%

Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC e WTA.

Brasil						
Parceiro	Total		Defesa (95 produtos)			Part. %
	Nº prods.	Valor	Nº prods.	Nº de prods. com comércio	Valor	
Argentina	2.348	6.711,9	2	2	3,6	0,05%
China	5.413	10.762,4	71	60	308,6	2,87%

Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC e WTA.

A Argentina aplica medidas de defesa comercial que incluem direitos *antidumping* e compensatórios, salvaguardas e compromissos de preços sobre um conjunto de 144 NCMs, em posição vigente em 7 de julho de 2010, sem contar repetições de produtos em casos de investigação abertos contra diferentes países e com medidas distintas.

Em 2009, o número de produtos sujeitos a essas medidas era de 107, também sem considerar repetições. Isto reflete o impulso das medidas de defesa comercial ao longo de 2009, especialmente no segundo semestre do ano, acompanhando a tendência de ampliação do protecionismo mundial.

Na radiografia de momento, referente ao primeiro semestre de 2010, essas medidas atingem 30 produtos brasileiros e 79 produtos chineses. Os produtos chineses têm sido o principal foco das medidas de defesa comercial argentinas. As vendas dos produtos submetidos a esse regime representam 2,3% das importações argentinas daquele país.

Em relação aos outros sócios do MERCOSUL, as medidas argentinas atingem dois produtos de exportação uruguaia: bandejas de poliestireno e artigos sanitários de cerâmica. A medida *antidumping* sobre este último produto, que também afeta o Brasil e estava sob processo de revisão, foi renovada em junho de 2010 para vigorar por cinco anos.

O Brasil mantém um total de 95 posições da NCM sujeitas a esse sistema, em 2010, contra 93 em 2009. Apenas em dois produtos são aplicadas medidas dirigidas à Argentina. O alvo principal são as importações da China e esse comportamento foi praticamente o mesmo em anos anteriores. Os produtos atingidos por medidas de defesa comercial, considerando o período janeiro-junho de 2010, representam quase 3% das importações brasileiras da China e têm participação insignificante nas compras da Argentina.

Regime de "valor critério"

Na área de preços, o sistema de "valor critério" -medida aplicada pelas aduanas da Argentina desde 2005- também tem motivado debates na esfera da Comissão Bilateral Brasil-Argentina. Trata-se de um preço de referência para produtos selecionados de importação, segundo a NCM e outros detalhamentos técnicos, definido segundo países fornecedores. Os países exportadores para a Argentina dos produtos sujeitos a esse regime integram 26 grupos distintos que incluem os sócios do MERCOSUL.

Este instrumento exige o recolhimento em dobro dos impostos incidentes no desembaraço das importações, como o imposto ao valor agregado (IVA) e a "*anticipo del impuesto a las ganancias*", quando o preço praticado pelo operador for inferior ao definido pela autoridade aduaneira. O mecanismo dificulta o acesso ao mercado argentino, na medida em que muitas vezes os "valores critério" são distintos para os mesmos produtos conforme a origem da mercadoria, discriminada em grupos de países. Assim, por exemplo, os países do MERCOSUL, além do Chile, Colômbia e Equador, compõem o chamado Grupo 1 (GR1) junto com outros países. A China compõe sozinha o Grupo 4 (GR4), além de integrar também outros Grupos. O Grupo 8 (GR8) incorpora Coreia, Indonésia, Índia e outros países.

A título de exemplo é mostrado abaixo o caso de dois produtos cujos "valores critério" são fixados em nível mais elevado quando originários de países do MERCOSUL (GR1), comparativamente a outras origens, como China (GR4) ou Coreia (GR8):

- 1604.13.10 *Sardinias en aceite*. 1,75 (valor FOB US\$) Kg. GR1 NE91/08.
- 1604.13.10 *Sardinias en aceite*. 1,73 (valor FOB US\$) Kg. GR4 NE91/08.
- 8516.40.00 *Plancha eléctrica con dispositivo generador*. 9,00 (valor FOB US\$) Un GR1 NE 100/08.
- 8516.40.00 *Plancha eléctrica con dispositivo generador*. 8,00 (valor FOB US\$) Un GR8 NE 100/08.

O eventual desvio de comércio provocado pelo instrumento tem sido discutido na esfera da Comissão Bilateral Brasil-Argentina, bem como com os outros dois sócios do MERCOSUL, especialmente o Uruguai. O Brasil aplica também um sistema de "preço mínimo" que é mandatório, ou seja, a importação não é autorizada abaixo do limite, mas é fundamentalmente dirigido às importações da Ásia, não sendo aplicado às compras de outras origens.

O Quadro 24 mostra maior incidência do mecanismo do "valor critério" nas importações argentinas da China. As compras dos produtos atingidos representaram 17,0% das importações argentinas da China, em 2009, contra menos de 2,0% das importações provenientes do Brasil. Na comparação dos primeiros semestres de 2009 e 2010 a situação é semelhante.

Quadro 24. Importações argentinas: produtos sujeitos ao regime de "valor critério"*Milhões de US\$*

Anos	Mundo		Brasil	China	Valor critério					
	Nº de produtos	Valor	Valor	Valor	Brasil			China		
					Nº de produtos	Valor	Part. %	Nº de produtos	Valor	Part. %
			a	b		c	c/a		d	d/b
2009	8.692	38.781	11.819	4.823	53	137	1,16	240	819	17,0
Janeiro a Junho										
2009	7.503	17.367	4.954	2.125	54	54	1,08	240	368	17,30
2010	7.554	24.803	7.760	2.901	54	119	1,53	240	413	14,23

Fonte: Elaborado a partir das informações do WTA.

C. Resumo dos principais conflitos comerciais setoriais

As principais questões setoriais envolvendo os países do MERCOSUL estão na esfera das relações comerciais entre o Brasil e a Argentina, sendo pontuais os conflitos envolvendo os sócios menores do bloco. Os principais setores afetados são o têxtil, incluindo fios, tecidos e confecções, o de calçados, aparelhos eletroeletrônicos da linha branca, papel, pneumáticos e móveis. Há medidas adotadas também pelo Brasil que atingem a Argentina e o Uruguai na área de lácteos.

Setor têxtil

O setor têxtil tem sido alvo central de LNA e de "valor critério" por parte da Argentina. Muitos produtos já integravam o regime das LNA desde 2007, mas foi a partir de 2009 que o setor passou a ser mais amplamente atingido. Duas resoluções do Ministério da Produção⁶⁶ no primeiro semestre de 2009 e duas no segundo semestre⁶⁷ levaram o setor a ser atingido em 116 itens da NCM de produtos têxteis e 83 posições de fios e tecidos.

O Quadro 25 mostra dados de importações de itens submetidos às LNA e ao valor critério. Se forem observados os dados de 2008 e 2009, há uma perda de participação relativa do Brasil nessas importações (com LNA e valor critério) da Argentina, em contrapartida à ampliação da participação da China. Esse tema do desvio de comércio esteve durante muitos meses na agenda de debates entre autoridades e empresários argentinos e brasileiros.

Na avaliação semestral, essa situação se inverte. Os primeiros meses de 2010 mostram melhoria do *market-share* brasileiro e perda de espaço da China nas importações desses produtos (com LNA e valor critério). O tratamento mais favorável conferido aos produtos provenientes do Brasil em termos de liberação de LNA no período recente deve explicar essa evolução.

⁶⁶ MP 26/09, 61/09, 123/09.

⁶⁷ MP 251/09 e a Resolução do Ministério da Indústria e Turismo 13/09.

Quadro 25. Importações argentinas de têxteis e vestuário, NCMs referentes aos produtos que estão sob LNA e "valor critério"

Milhões de US\$

Países	Anos				Janeiro a Junho			
	2008		2009		2009		2010	
	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %	Valor	Part. %
Brasil	296	31,5	163	25,4	78	23,7	84	27,2
China	277	29,4	210	32,9	118	35,8	94	30,2
Outros	368	39,1	267	41,7	133	40,6	132	42,6
<i>Total</i>	<i>941</i>	<i>100,0</i>	<i>640</i>	<i>100,0</i>	<i>329</i>	<i>100,0</i>	<i>310</i>	<i>100,0</i>

Fonte: INDEC.

Setor de calçados

O setor de calçados foi, durante anos, alvo de vários "acordos voluntários de exportações". Esses acordos foram mais ou menos difíceis de administrar em períodos diversos, conforme atestam as entidades setoriais de cada país. No fim do primeiro semestre de 2009, foi firmado um acordo de redução de 17,0% do volume exportado em 2008, válido para o período 2009/2010/2011 (correspondendo a exportações anuais brasileiras de 15 milhões de pares).

O setor é amplamente coberto pelas licenças de importação na Argentina como meio de apoiar o sistema de controle via "acordos de exportação". Entretanto, a liberação das licenças passou a ser mais rápida nos últimos meses de 2009, o que não impediu que as exportações brasileiras ficassem abaixo do nível acordado para o ano.

O Quadro 26 mostra que, em 2009, as exportações brasileiras foram de quase 14 milhões de pares. O *market-share* brasileiro foi caindo nestes três anos, de 2007 a 2009, enquanto a participação dos outros países foi sendo ampliada, especialmente a da China. Com efeito, a Argentina abriu investigação *antidumping* contra calçados da China, em julho de 2009.

Quadro 26. Importações argentinas de calçados

Milhões de US\$ y Milhões

Países	Anos									Janeiro a Junho		
	2007			2008			2009			2010		
	Valor	Pares	Part. Pares %	Valor	Pares	Part. Pares %	Valor	Pares	Part. Pares %	Valor	Pares	Part. Pares %
Brasil	180	18,2	62,3	201	18,5	59,5	149	13,9	57,2	62	3,7	46,8
Outros	100	11,0	37,7	126	12,6	40,5	121	10,4	42,8	54	4,2	53,2
<i>Total</i>	<i>280</i>	<i>29,2</i>	<i>100,0</i>	<i>327</i>	<i>31,1</i>	<i>100,0</i>	<i>270</i>	<i>24,3</i>	<i>100,0</i>	<i>116</i>	<i>7,9</i>	<i>100,0</i>

Fonte: INDEC.

Setor eletroeletrônico da linha branca

Esse setor foi incluído no regime de LNAs desde 2004. Entretanto, durante anos os entendimentos entre os setores privados foram suficientes para administrar os fluxos de comércio. O Brasil detém, tradicionalmente, uma posição de liderança na lista de fornecedores à Argentina. Tentativas de entendimentos recentes (2009) para um "acordo de restrição voluntária", não foram adiante e o setor privado brasileiro continua demandando maior agilidade na liberação das LNAs.

Avaliando os dados do comércio do primeiro semestre de 2010, observa-se que as importações da China cresceram de US\$ 4,5 milhões para US\$ 7,9 milhões em relação a análogo período de 2009, o que representa um aumento superior a 75%. O crescimento das vendas brasileiras foi pequeno, mas o patamar de comércio é muito superior ao da China.

Quadro 27. Importações Argentinas de aparelhos da Linha Branca, Janeiro-Junho de cada ano

Milhões de US\$

NCM		2009				2010			
		Brasil	China	Outros	Total	Brasil	China	Outros	Total
73211100	Fogões	3.014	100	846	3.960	1.767	62	241	2.070
85166000	Fogões elétricos	1.563	2.863	3.949	8.375	1.432	5.818	3.628	10.878
84183000	Freezers	1.817	8	50	1.875	1.310	1	3	1.314
84501100	Lava roupas	5.052	1.142	5.739	11.933	4.546	1.978	6.792	13.316
84182100	Refrigeradores	2.477	364	57	2.898	1.484	32	2	1.518
84181000	Refrigeradores	26.326	71	4.133	30.530	30.667	1	3.727	34.395
Total		40.249	4.548	14.774	59.571	41.206	7.892	14.393	63.491

Fonte: INDEC.

Setor de móveis de madeira e de plásticos

O setor de móveis foi incorporado ao regime de LNAs em 2009. No primeiro semestre daquele ano esse setor foi um dos principais temas das reuniões da Comissão Bilateral Argentina-Brasil, que procurava um entendimento que contemplasse as demandas do setor privado brasileiro.

As LNAs fizeram efeito e limitaram o comércio do setor, especialmente de móveis de plástico. Um "acordo de restrição voluntária" foi firmado em meados de 2009, ajudando a recuperação das vendas brasileiras e incentivando a liberação regular das LNAs nesse segmento.

A demora na liberação das LNAs em relação aos móveis de madeira continua sendo motivo de demandas do setor privado brasileiro e, já em 2010, o governo argentino, através da Resolução Geral 2.781, de 26/2/2010, determinou a adoção do "valor critério" na importação de móveis e cadeiras de plástico.

Lácteos

No setor de lácteos, as demandas de maior abertura da Argentina e do Uruguai são contra o Brasil, que protege o setor desde 2001. Neste ano, o país iniciou a proteção da indústria láctea mediante a imposição de um preço mínimo para as importações de leite em pó, originárias da Argentina.

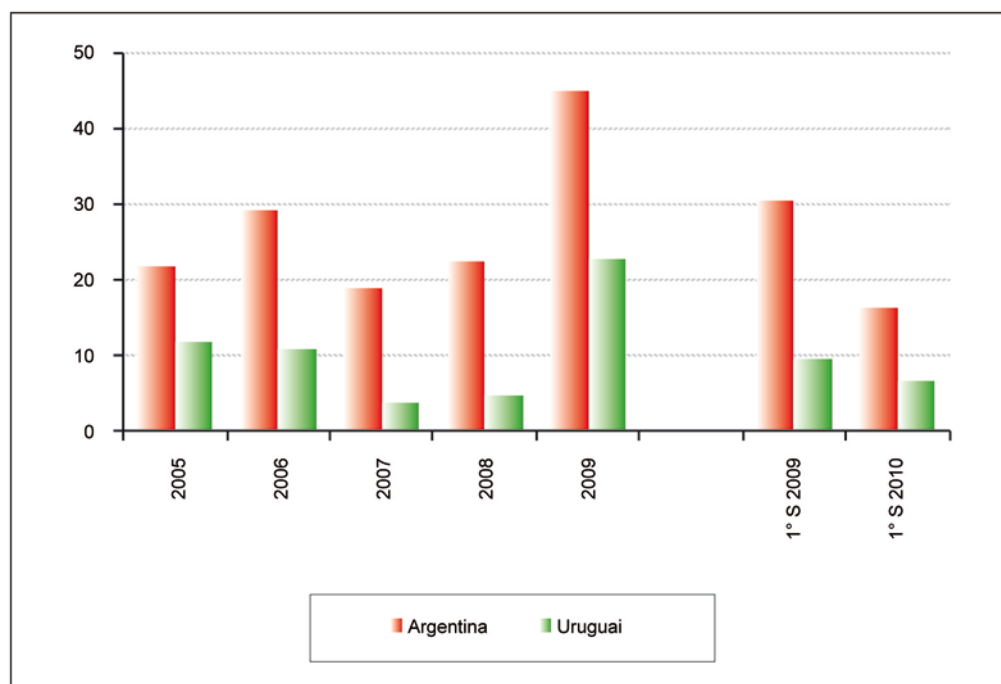
A partir de 2003, verificou-se um aumento dos preços internacionais do produto que tornou inócua a medida. Com a crise mundial de 2008, os preços caíram, mas a cotação internacional permaneceu acima do preço mínimo imposto pelo Brasil. Em 2009, com a redução da produção brasileira e o aumento do consumo doméstico, verificou-se uma expansão importante das importações brasileiras da Argentina e do Uruguai, o que provocou reação do setor lácteo brasileiro.⁶⁸

O Brasil iniciou a aplicação de LNA de importação contra a Argentina e, no mês de junho de 2009, foi firmado um "acordo de restrição voluntária". Com o Uruguai, não foi possível um entendimento dessa natureza. O Brasil passou a adotar uma quota de 10.000 toneladas para importações com origem no Uruguai até o fim desse ano.

Em abril de 2010, foi firmado novo "acordo de restrição voluntária" com a Argentina por mais um ano, válido a partir de maio de 2010, com cerca de 3.300 toneladas/mês. Em paralelo, os dois países estão trabalhando para a complementação econômica da indústria leiteira com reuniões da Mesa de Integração Produtiva do Setor Lácteo. O Uruguai obteve do Brasil a mudança do regime de importação, com a adoção de licenças automáticas e sem contingentes, mediante a liberação da entrada de frangos brasileiros no mercado uruguaio.

As importações brasileiras do produto, no primeiro semestre de 2010, recuaram em comparação ao mesmo período do ano anterior. O Gráfico 27, além disso, mostra o comportamento anual das compras brasileiras dos sócios do MERCOSUL de 2005 a 2009.

Gráfico 27. Importações brasileiras de leite em pó
Milhares de toneladas



Fonte: ALICE-web.

⁶⁸ Este ano, o Brasil produziu 473 mil toneladas de leite em pó, uma queda de 17,3% em relação ao ano anterior, ainda que o consumo interno tenha alcançado 525 mil toneladas, um crescimento de 2,5%. O déficit foi coberto, principalmente, por importações originárias da Argentina e do Uruguai. Os produtos provenientes desses países abasteceram 8,6% e 4,3% do mercado brasileiro, respectivamente, aumentando fortemente sua participação com relação a 2008 (4,4% e 0,9%).

Outros setores

O setor de papel é alvo das LNAs desde 1999. As últimas posições do setor entraram para o regime em 2008 e cobrem 17 posições do capítulo 48 da NCM. O setor obteve sucesso no estabelecimento de "acordos de restrição voluntária", que são renovados e administrados pelas entidades privadas.

O setor de pneumáticos entrou pela primeira vez para o regime da LNAs em janeiro de 2009.⁶⁹ As posições do setor⁷⁰ mostram um comportamento de comércio intra-industrial. As exportações brasileiras para a Argentina eram superiores às importações daquele país, mas com as LNAs o intercâmbio chegou perto do equilíbrio. As empresas brasileiras apresentaram sua lista de LNAs retidas em prazos superiores a 60 dias à Comissão Bilateral Brasil-Argentina. Entretanto, no período janeiro-junho de 2010, comparando com o mesmo período do ano anterior, as vendas brasileiras voltaram a crescer mais do que as argentinas.

A ata da CCM, de maio de 2010, ainda registra a adoção de licenças prévias de importação por parte do Paraguai sobre produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria. Este tema foi apresentado pela primeira vez pela Argentina sob forma de consulta ao Paraguai em reunião da CCM em novembro de 2009.

D. Comentários finais

A agenda dos contenciosos comerciais mostrou comportamento cíclico no período sob análise. O segundo semestre de 2009 foi palco do acirramento das tensões e conflitos comerciais na esteira da crise econômica e do processo de ampliação de medidas de controle das importações na Argentina. O primeiro semestre de 2010 foi, contudo, marcado pela recuperação das economias do bloco, favorecendo a ampliação dos fluxos de comércio intra-MERCOSUL.

Como indicado na introdução a este capítulo, o comércio intrabloco no primeiro semestre de 2010 retornou praticamente ao nível de antes da crise financeira mundial do fim de 2008. Mesmo que os controles permaneçam acionáveis, o ambiente de expansão comercial traz por si só a distensão das pressões e a criação de um ambiente mais positivo entre os sócios.

Essa fase de menor tensão comercial e de maior entendimento mútuo, o que não quer dizer que não existam demandas empresariais sobre o dia a dia do comércio, parece criar, em 2010, uma oportunidade para o desenvolvimento de uma agenda positiva. O tema da "complementação produtiva" vem sendo prioritário na agenda argentina dentro do bloco e foi alçado às discussões no âmbito do GMC e também à esfera de trabalho da Comissão Bilateral Brasil-Argentina.

Em setores mais tradicionais como têxteis e calçados, habituados a medidas de administração de comércio, o debate deve evoluir em torno do "fator China", bem como de programas de reestruturação doméstica para aumento da eficiência e competitividade. Mas os investimentos brasileiros devem influenciar uma nova configuração produtiva, facilitando a superação do contencioso comercial nessas áreas.

Os principais setores alvos de programas e projetos de complementação produtiva são: autopeças; máquinas agrícolas; petróleo e gás; indústria aeronáutica; madeira e móveis; linha branca/marrom; setor vinícola; e lácteos. Sem considerar os dois complexos do petróleo e gás e

⁶⁹ Resolução MP Nº 26/09.

⁷⁰ Especialmente as posições 4011.10.00, 4011.20.90, 4011.61.00, 4011.92.10 e 4011.92.90.

da indústria aeronáutica, que contam com propostas brasileiras de integrar os sócios do bloco nas respectivas "cadeias de valor" com investimentos previstos no Brasil, os demais envolvem setores também afetados pelo contencioso comercial.

Na verdade, a ampliação dos investimentos brasileiros nos países sócios vem ajudando a criar ambiente favorável à discussão sobre "complementação produtiva". O ambiente de crescimento econômico de 2010 também favorece a superação de dificuldades conjunturais vividas no passado recente. Entretanto, o avanço nessa agenda positiva exigirá identificação de interesses setoriais comuns, promoção de vínculos na geração de valor agregado e nos esforços de avanços tecnológicos e redução das assimetrias de políticas adotadas pelos sócios (Bouzas e Kosacoff, 2009).

CAPÍTULO V. AGENDA EXTERNA

A partir da segunda metade da década corrente o MERCOSUL vinha enfrentando crescentes dificuldades em concluir acordos comerciais preferenciais com terceiros países. A eclosão da crise financeira internacional tornou ainda mais difícil avançar em iniciativas de liberalização comercial, sejam elas na esfera multilateral, regional ou bilateral.

Embora o temido recrudescimento do protecionismo comercial não tenha se tornado realidade com a intensidade prevista por muitos analistas, observou-se a proliferação de medidas unilaterais que distorcem a competitividade, que foram adotadas pelos principais atores no comércio mundial - subsídios à produção, "*bailouts*", preferências para produtos e serviços locais em compras governamentais, oferta de crédito subsidiado, entre outras.

Apesar dos esforços do Diretor-Geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy em retomar e concluir a Rodada Doha da OMC e dos compromissos registrados nas Declarações do G20 de chegar a um acordo ainda em 2010, não se observou qualquer movimento relevante nos entendimentos multilaterais. Está previsto que na próxima reunião do G20, a realizar-se na primeira quinzena de novembro em Seul, os países façam uma nova avaliação da situação da Rodada e que daí possa vir um novo impulso político para a retomada das negociações.

Por outro lado, ao longo do mês de setembro vêm se intensificando as tensões provenientes do desalinhamento das taxas de câmbio e de regimes cambiais diferentes. À falta de ações efetivas da China para deixar apreciar o Yuan, diversos países - Japão, Suíça, Tailândia, entre outros - passaram a adotar políticas ativas de desvalorização de suas moedas. Outros países, como os Estados Unidos, vêm ameaçando com a imposição de medidas comerciais compensatórias.

Há alguns formuladores de políticas e mesmo especialistas em comércio internacional que defendem que a manipulação da taxa de câmbio equivale a um subsídio às exportações, e que para contrarrestar os efeitos adversos sobre as economias que adotam regimes de câmbio flutuante a adoção de medidas compensatórias é legítima. Neste ambiente, os riscos de recrudescimento do protecionismo, que pairavam no ar logo após a eclosão da crise internacional no final de 2008, podem tornar-se realidade em curto espaço de tempo.

Contudo, no período recente, observou-se alguma movimentação do MERCOSUL na direção de buscar novos acordos bilaterais que possam representar melhorias nas condições de acesso a mercados para os países da região. A retomada das negociações com a União Européia e a assinatura do acordo com o Egito em julho de 2010 são as principais evidências nesse sentido.

O primeiro acordo comercial extrarregional firmado pelo MERCOSUL foi com Israel. Negociado em 2007-2008, esse acordo passou por um processo legislativo demorado nos países do bloco e acaba de ser promulgado no Brasil, em abril de 2010. A sua importância (menor em termos de mercado) deriva do fato de ser o primeiro acordo extra-regional de livre comércio assinado pelo MERCOSUL, incorporando uma metodologia automática e linear de desgravação tarifária.

A. *Negociações extrarregionais*

Diante da paralisia das negociações da Rodada Doha da OMC e em um ambiente internacional pouco propício para movimentos abrangentes de liberalização comercial, duas foram as prioridades na agenda de negociações extrarregionais do MERCOSUL: a conclusão do acordo com o Egito e a retomada das negociações com a União Européia.

O primeiro acordo extrarregional do MERCOSUL foi firmado com Israel em 2007⁷¹ e entrou em vigência no primeiro semestre de 2010. O acordo com o Egito representa um passo adicional nos esforços do bloco em ampliar suas relações com os países do Oriente Médio. Além dos acordos firmados com Israel e Egito, estão em curso negociações comerciais com a Jordânia, Marrocos e com os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG- Arábia Saudita, Bareine, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã).

MERCOSUL-Egito: o segundo acordo extrarregional do bloco

O Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Egito foi assinado durante a reunião de Cúpula do MERCOSUL, em San Juan, no dia 2 de agosto de 2010, concluindo um processo negociador que havia tido início em 2004. Este é o segundo acordo de livre comércio extrarregional assinado pelo MERCOSUL.

Em julho de 2004, foi assinado o Acordo-Quadro MERCOSUL-Egito aprovado pela Decisão N° 16/04, de julho, o qual definiu a negociação em duas etapas: assinatura de um acordo de preferências fixas e negociação, posterior, de livre comércio.

Em 2009, essa orientação foi alterada com a evolução dos entendimentos para um Acordo de Livre Comércio (ALC). O cronograma de desgravação acordado com o Egito segue a metodologia geral que vem sendo seguida pelo MERCOSUL para as negociações extra-regionais de livre comércio:

- Categoria A - desgravação imediata.
- Categoria B - desgravação em 4 anos.
- Categoria C - desgravação em 8 anos.
- Categoria D - desgravação em 10 anos.

Há ainda uma Categoria E que, no caso do Acordo assinado com o Egito, indica os produtos que ficaram fora da oferta, mas cujos direitos de importação e taxas de efeito equivalente devem ser eliminados conforme orientação a ser definida pelo Comitê Conjunto - organismo responsável pela implementação, administração e revisão do Acordo.

O acordo restringe-se à abertura de mercados para bens, mas inclui uma cláusula evolutiva sobre a possibilidade de futuros entendimentos sobre acesso a mercados de serviços e investimentos. Não há tampouco provisões específicas para medidas compensatórias e de antidumping. Os países devem usar suas legislações nacionais que devem ser compatíveis com as regras da OMC. O texto do acordo menciona, ainda, que os bens usados estão excluídos dos benefícios do acordo.

A negociação do capítulo sobre regras de origem foi uma das mais polêmicas, pois o Egito pretendia eliminar os requisitos específicos das negociações, enquanto o setor privado do MERCOSUL demandava a manutenção dos mesmos. O texto do acordo terminou por incorporar como critérios de origem o cumprimento de requisitos específicos ou salto tarifário ou valor

⁷¹ As características do Acordo de Livre Comércio MERCOSUL-Israel estão descritas no BID-INTAL (2008b).

agregado, sendo que o valor dos insumos não-originários não deve superar 45% do valor ex-fábrica ("*ex-works price*") do produto final (55% para o Paraguai).⁷²

Além disso, há ainda a inclusão de uma "cláusula *de minimis*" segundo a qual os produtos comercializados entre o Uruguai e o Egito e entre o Paraguai e o Egito quando não realizarem o "salto tarifário" serão reconhecidos como tendo cumprido o "salto" se o valor total dos insumos não-originários usados na manufatura não ultrapassar 10% do preço ex-fábrica do produto final. Esse dispositivo não é válido para produtos que estejam sujeitos a "saltos tarifários" exigidos por requisitos específicos de origem e também para produtos do complexo têxtil do capítulo 50 a 63 da NCM.

O mecanismo de salvaguardas do acordo prevê a suspensão ou redução temporária do tratamento preferencial estabelecido no Acordo para um produto específico, cuja importação cause ou ameace causar dano à indústria local. Podem ser definidas "quotas preferenciais" ou redução da preferência não superior a 50% e o período de aplicação da medida é de dois anos, incluindo a vigência de medidas temporárias. As medidas podem ser aplicadas pelo MERCOSUL como um todo ou pelos países individualmente.

Os Quadros 28 e 29 a seguir apresentam as ofertas respectivas do MERCOSUL ao Egito e *vice-versa*, identificando o número e o percentual de produtos alocados em cada categoria no cronograma de desgravação tarifária.

Quadro 28. Oferta do MERCOSUL ao Egito

Miles de US\$

Categorias	Produto		Importações (2006-2008)	
	SH 8 dígitos	Part. %	MERCOSUL do Egito	Part. %
A	2.821	28,8	134.764	79,7
B	671	6,8	23.046	13,6
C	3.058	31,2	3.342	2,0
D	3.160	32,2	7.873	4,7
D (**)	3	0,0	0	0
E	96	1,0	0	0
Concessões bilaterais	480	4,8	76.220	45,1
<i>Total</i>	<i>9.810</i>	<i>100,0</i>	<i>169.025</i>	<i>100,0</i>

Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC

⁷² O padrão das regras de origem do MERCOSUL para produtos que incorporem materiais não originários dos países signatários do acordo adota duas regras gerais: o "*salto tarifário*" que considera o produto originário quando o produto final se classifica em uma posição da NCM (Nomenclatura Comum do MERCOSUL) diferente de todas as posições dos materiais não originários utilizados na sua fabricação ou, na impossibilidade de cumprimento desse critério, quando o *preço CIF dos materiais não originários* não supere 40% do preço FOB do produto final. No caso do acordo com o Egito, adotou-se o preço ex-fábrica e, portanto, o percentual foi de 45%. Há ainda as *regras específicas* para certos produtos que incorporam uma combinação das duas regras gerais além de outros elementos como, por exemplo, a descrição do processo produtivo, e que prevalecem sobre as regras gerais.

Quadro 29. Oferta do Egito ao MERCOSUL

Categorias	Produto		Importações (2006-2008)	
	SH 6 dígitos	Part. %	Egito do MERCOSUL	Part. %
A	1.496	31,0	1.002.104	64,3
B	624	12,9	32.285	2,1
C	1.546	32,1	384.121	24,6
D	964	20,0	24.302	1,6
E	75	1,6	81.551	5,2
Concessões bilaterais	116	2,4	34.938	2,2
<i>Total</i>	<i>4.821</i>	<i>100,0</i>	<i>1.559.301</i>	<i>100,0</i>

Nota: Estatísticas de valor de comércio foram calculadas com base na média dos valores de comércio entre os países no período 2006-2008.

Fonte: Elaborado a partir das informações do MDIC.

Observa-se que a oferta do MERCOSUL para o Egito nas cestas A a D -desgravação em até dez anos- representa 94,2% universo tarifário, estando 25,8% das linhas tarifárias sujeitas à desgravação imediata e o restante distribuído nas categorias de liberalização em oito e dez anos. Em termos de valor de comércio, 49% das importações do bloco estão com preferência de 100% em até quatro anos.

Chama a atenção, contudo, na cobertura em valor da oferta do MERCOSUL o fato de que 45% das importações do Egito terem recebido tratamento bilateral. Foram outorgadas categorias distintas de desgravação pelos sócios do bloco a um grupo de 470 linhas tarifárias que correspondem a uma parcela expressiva das exportações egípcias ao MERCOSUL.

Considerando as ofertas feitas pelos dois maiores sócios do bloco nesse grupo de produtos, é possível dizer que o valor de comércio poderá apresentar resultados distintos em termos individuais. A distribuição desses produtos nas ofertas da Argentina e do Brasil, segundo as categorias acordadas, foi a seguinte:

- Categoria A - Argentina 8 produtos Brasil 286.
- Categoria B - Argentina 43 Brasil 58.
- Categoria C - Argentina 197 Brasil 50.
- Categoria D - Argentina 121 Brasil 76.
- Categoria E - Argentina 101 Brasil 0.

Os três produtos que aparecem na categoria D (**) são açúcares e estão sujeitos a regime especial de importação na Argentina, não estando incorporados na oferta deste país ao Egito. Os produtos que estão classificados na cesta E -excluídos da liberalização- incluem bens que também ficaram fora da oferta argentina no acordo com Israel. Como há uma cláusula naquele acordo de que, caso esses produtos sejam oferecidos em negociações comerciais com outros países, eles sejam também ofertados a Israel, a Argentina teria solicitado a exclusão para o Egito. Muitos dos

produtos nesta categoria são do setor químico. O grupo de produtos com concessões bilaterais na oferta argentina inclui 101 produtos na categoria E e outros 121 na categoria D.

A oferta do Egito ao MERCOSUL cobre 98,4% do universo tarifário e ela se distribui de forma razoavelmente homogênea nas quatro categorias de desgravação. Entre os produtos que se encontram na lista de exceção da oferta egípcia estão alguns itens dos setores de carnes, produtos hortícolas, bebidas alcoólicas e tabaco, obras de couro, papel e alguns produtos do setor automotivo. Em termos de valor de comércio, a oferta do Egito cobre 66,4% do valor das importações para liberalização em até quatro anos e há produtos em exceção que correspondem a 5,2% das importações totais do Egito de produtos provenientes do bloco. As concessões bilaterais envolvem 116 linhas tarifárias com peso reduzido em termos de comércio. Incluem dois produtos sujeitos a quotas tarifárias e sete outros negociados com preferência fixa em benefício de um dos sócios, contra categoria E para os demais.

A oferta do MERCOSUL ao Egito tem ênfase na liberalização dos setores de combustíveis minerais, aeronaves, adubos e fertilizantes, químicos orgânicos e inorgânicos, minérios, animais e plantas vivas. Mais de 60% das linhas tarifárias dos capítulos 01, 06, 26, 27, 29, 31 e 88 terão desgravação imediata (cesta A).

Já a oferta do Egito ao MERCOSUL tem maior ênfase na liberalização dos setores de adubos e fertilizantes, animais vivos, aeronaves, gomas e resinas, cereais, peixes e crustáceos, brinquedos, produtos têxteis, resíduos alimentares e carnes e peixes processados. Mais de 70% das linhas tarifárias dos capítulos 01, 03, 10, 13, 31, 88 e 95 terão desgravação imediata (cesta A) e mais de 70% das linhas tarifárias dos capítulos 16, 23, 56, 58, 59 e 60 terão eliminação de tarifas em até oito anos (cesta C).

O Egito é um país pequeno no comércio exterior do MERCOSUL, embora venha apresentando participação crescente nas exportações do bloco nos últimos anos, chegando a 1% das vendas externas totais no primeiro semestre de 2010. Apesar de as importações do MERCOSUL com origem no Egito virem crescendo a taxas muito expressivas, elas permanecem irrisórias, representando apenas 0,07% das importações totais do bloco. Como resultado, a balança comercial bilateral segue registrando superávits importantes para o MERCOSUL (Quadro 30).

Quadro 30. Comércio MERCOSUL-Egito

	Exportações			Importações			Saldo
	Milhões de US\$	Cresc. (%)	Part. (%)	Milhões de US\$	Cresc. (%)	Partic (%)	Milhões de US\$
2007	1.862,7	-	0,83	88,8	-	0,05	1.773,8
2008	2.586,4	38,9	0,92	341,9	284,9	0,14	2.244,5
2009	2.099,6	-18,8	0,97	152,4	-55,4	0,09	1.947,2
1º S 2009	1.193,2	-	1,18	32,0	-	0,04	1.161,2
1º S 2010	1.281,7	7,4	1,01	80,4	150,9	0,07	1.201,3

Fonte: ALICE-web MERCOSUL/MDIC.

É possível que o acordo dê um novo estímulo ao comércio bilateral, particularmente porque prevê a eliminação de tarifas para os principais produtos exportados pelo bloco para o Egito. Mas o Egito é um país relativamente pequeno no mercado internacional e não se espera que o acordo possa promover mudanças substanciais no padrão de trocas entre os dois lados.

Negociações extrarregionais em curso

O ALC entre MERCOSUL e Egito foi o principal êxito na agenda externa do bloco no período coberto por este Informe (segundo semestre de 2009 e primeiro semestre de 2010). Entretanto, outro êxito importante foi a retomada das negociações com a União Europeia que se encontravam paralisadas desde fins de 2004. Esta certamente é a iniciativa mais importante da agenda externa do MERCOSUL, que ainda tem diversas outras iniciativas de negociações em aberto.

A retomada das negociações comerciais entre MERCOSUL e União Européia. Em meio ao agravamento da crise econômica na zona do Euro e a um ambiente internacional pouco propício a movimentos de liberalização, o anúncio do relançamento das negociações para um Acordo de Associação entre o MERCOSUL e a União Europeia não deixou de ser surpreendente. Após seis anos de paralisia, as autoridades máximas dos dois blocos anunciaram, em 17 de maio de 2010, o objetivo de concluir, sem demora, um acordo ambicioso e equilibrado entre as duas regiões.

Embora a possibilidade de retomada das negociações comerciais entre as duas regiões viesse sendo discutida desde o segundo semestre do ano passado e houvesse forte expectativa de que o anúncio seria concretizado na Reunião de Cúpula UE-MERCOSUL em Madri, a conjuntura internacional não autorizava otimismo. Essa percepção foi reforçada pela divulgação de uma carta, no início do mês de maio, assinada por dez países membros da UE, liderados pela França, manifestando oposição ao relançamento das negociações com o argumento de que "*esse movimento enviaria um sinal muito negativo para a agricultura europeia, que já enfrenta grandes desafios*" (Valor Econômico, 2010a).

Apesar das resistências dos países europeus com maior sensibilidade política para a questão agrícola, há interesse em outros setores produtivos europeus nas negociações com o MERCOSUL. As exportações européias para os países do bloco vinham crescendo a 15% ao ano no período anterior à eclosão da crise de 2008. Os investimentos europeus na região somam 165 bilhões de Euros e superam os investimentos europeus na China, Índia e Rússia, considerados em conjunto. Essa argumentação foi utilizada pela própria Comissão Europeia, quando anunciou, no início de maio, sua disposição de retomar os entendimentos com o MERCOSUL (Comissão Europeia, 2010).

Motivações para a retomada. Em um contexto de agravamento da situação econômica na Europa com crescente desvalorização do Euro, a perspectiva de ganhar preferências comerciais nos mercados dos países do MERCOSUL, especialmente no mercado brasileiro, era bastante atraente para a indústria europeia. Além disso, o bom retorno que os investimentos diretos europeus na região vêm produzindo tem contribuído, em muitos casos, para contrabalançar perdas no mercado europeu.

Isso ajuda a explicar o movimento feito pelo Presidente da Comissão Europeia, apoiado em grande medida pelo Chefe do Governo da Espanha, para aprovar o relançamento das negociações entre as duas regiões, enfrentando a resistência do grupo dos dez países produtores agrícolas para impulsionar o acordo com o MERCOSUL.

Do lado do MERCOSUL, contribuiu para a retomada das negociações a maior disposição da PPTA, que buscou durante o primeiro semestre de 2010 dar novo ímpeto às relações externas do MERCOSUL, após um período de reduzido entusiasmo argentino com a agenda externa do bloco.

No âmbito do setor privado, o reinício das negociações foi recebido com cautela por empresários brasileiros e argentinos do setor industrial. As perspectivas para a economia europeia não autorizam visões muito otimistas quanto ao crescimento das exportações do MERCOSUL para a

Europa. Por outro lado, há crescente preocupação com o expressivo crescimento das importações, particularmente no Brasil, gerando maior resistência a novos movimentos de abertura comercial.

Evolução recente. Após o anúncio da retomada das negociações, foi realizada a XVII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), em Buenos Aires, entre os dias 28 de junho e 2 de julho. Esta reunião teve caráter preponderantemente organizacional. Os onze grupos de trabalho que estiveram paralisados desde 2004 foram re-convocados, os pontos de partida para os entendimentos em cada tema das negociações definidos e as áreas pendentes identificadas.

Nos dias 14 e 15 setembro o Comissário de Comércio da União Europeia, Karel De Gucht, visitou Brasil e Argentina. Esperava-se que desta visita resultasse uma mensagem política que jogasse luz sobre possibilidades de avanços efetivos rumo à conclusão do acordo. Se no momento do relançamento das negociações havia a expectativa de que as negociações pudessem ser concluídas até o final de 2010, durante sua visita a países do MERCOSUL o Comissário De Gucht já indicou sua intenção de fechar o acordo até meados de 2011.

Para os negociadores europeus esse prazo seria ideal, pois a partir do segundo semestre de 2011 a discussão sobre a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) da União Europeia deverá estar em estágio avançado e haverá eleições presidenciais na França, onde o tema das negociações com o MERCOSUL e seus impactos para a agricultura local é bastante controverso. Essa conjuntura torna o segundo semestre do próximo ano pouco propício a avanços significativos nas negociações entre os dois blocos (Valor Econômico, 2010b).

Durante sua estadia no Brasil o Comissário de Comércio reuniu-se com empresários industriais brasileiros representados pela Confederação Nacional da Indústria que manifestaram posição de cautela em relação à conveniência de concluir um acordo no curto prazo (Jornal O Estado de São Paulo, 2010d). A deterioração do ambiente econômico na Europa e o bom desempenho das economias do MERCOSUL contribuem para o descompasso recente nos fluxos de comércio entre as duas regiões, motivando a adoção de posições mais defensivas dos setores industriais de Argentina e Brasil.

O descompasso recente na evolução dos fluxos de comércio pode ser visto no Quadro 31. Já em 2008 as exportações do MERCOSUL para a União Europeia cresceram 20,3%, enquanto as importações aumentaram 32,6%. Em 2009, quando o comércio global contraiu-se significativamente, o intercâmbio entre as duas regiões também caiu, mas as exportações do MERCOSUL caíram mais do que as importações provenientes da UE. Em 2010, os fluxos comerciais voltam a crescer, mas as diferenças de magnitude nas taxas de variação se ampliam.

Quadro 31. Comércio MERCOSUL-União Européia

	Exportações			Importações			Saldo
	Milhões de US\$	Cresc. (%)	Part. (%)	Milhões de US\$	Cresc. (%)	Partic (%)	Milhões de US\$
2007	51.528	-	23,08	34.727	-	20,06	16.801
2008	62.005	20,33	22,14	46.067	32,65	19,02	15.938
2009	45.105	-27,26	20,93	36.617	-20,51	20,77	8.488
1º S 2009	21.417	-	21,19	16.226	-	20,71	5.190
1º S 2010	25.315	18,20	19,93	22.398	38,03	19,91	2.917

Fonte: ALICE-web MERCOSUL/MDIC.

Enquanto a participação da UE como destino das exportações do MERCOSUL vem apresentando tendência de queda desde meados da década, sua participação como origem das importações do bloco mantém-se relativamente estável. No primeiro semestre de 2010 a participação do bloco europeu no comércio exterior do MERCOSUL converge para 19,9%, tanto nas exportações quanto nas importações.

Embora a balança comercial entre os dois blocos continue a registrar superávit para o MERCOSUL, os saldos positivos vêm em nítida trajetória de queda. Como o cenário mais provável é que as economias europeias continuem a crescer a taxas substancialmente inferiores às do MERCOSUL, a evolução recente tende a permanecer, com superávits decrescentes para o bloco do Sul.

A segunda reunião birregional foi realizada entre os dias 11 e 15 de outubro de 2010 em Bruxelas. Acordou-se um calendário até meados de 2011; no que se refere ao pilar comercial, reuniram-se os grupos de acesso a mercados de bens, regras de origem, barreiras técnicas ao comércio, medidas sanitárias e fitossanitárias, propriedade intelectual e indicações geográficas, solução de controvérsias, defesa comercial, política de concorrência, aduanas (facilitação de comércio), serviços e investimentos e compras governamentais.

Ampliação e aprofundamento do acordo MERCOSUL-Índia. O Acordo de Preferências Fixas entre o MERCOSUL e a Índia entrou em vigência em 1º de junho de 2009, passados seis anos de sua assinatura. As características e provisões do acordo estão detalhadamente descritas no *Informe MERCOSUL Nº 13*.

Apesar de ter passado muito tempo entre a assinatura e a entrada em vigência do Acordo, os países do MERCOSUL já tinham uma avaliação do reduzido efeito sobre o comércio que esta iniciativa poderia gerar, em função do seu limitado alcance em termos de cobertura de produtos e margens de preferências negociadas. Negociadores do bloco já haviam indicado à Índia seu interesse em aprofundar e ampliar as preferências, mas o governo indiano insistia que negociações nesse sentido somente poderiam ter início após a entrada em vigência do acordo.

Para preparar o terreno para negociações futuras com a Índia, os países do MERCOSUL, em reunião interna, realizada no fim de junho de 2006, acordaram proposta de modalidade para ampliação e aprofundamento do acordo, que inclui os seguintes aspectos: (1) preferências de 10% e 30% já existentes no Acordo seriam ampliadas para 30% e 50%, respectivamente; e (2) margem mínima de preferência de 20% seria outorgada para 50% do universo tarifário, mediante troca de listas de pedidos. Após definição de listas de ofertas, seriam indicados os produtos de interesse prioritário de cada lado para aprofundamento das margens de preferências em bases recíprocas.

Essa estratégia foi simplificada posteriormente, considerando a evolução das negociações do Sistema Geral de Preferências Comerciais (SGPC).⁷³ Assim, a nova proposta inclui a possibilidade de ampliação linear do acordo com preferência mínima de 30% para pelo menos 70% das linhas tarifárias que não tenham tarifa zero, listas de sensíveis e preferências recíprocas entre 50% e 100%.

Tendo em vista a entrada em vigência do acordo em junho de 2009, os governos do MERCOSUL reiniciaram, em dezembro de 2009, o processo de consultas para elaboração de listas de pedidos com vistas a prosseguir com o projeto de ampliação mencionado anteriormente. Nos dias 16 e 17 de junho de 2010 foi realizada nova rodada negociadora com o objetivo de examinar listas de sensibilidades e a nova modalidade de negociação indicada acima. O MERCOSUL apresentou

⁷³ Informações adicionais sobre essas negociações serão apresentadas mais à frente neste *Informe*.

lista de pedidos com 1265 códigos em nomenclatura indiana. A Índia ainda não apresentou sua lista de pedidos.

Negociações de livre-comércio com a Jordânia. Em sua reunião de 30 de julho de 2008, o CMC do MERCOSUL aprovou o Acordo-Quadro entre MERCOSUL e Jordânia, que prevê negociações para criação de uma área de livre comércio entre o bloco e aquele país. A primeira rodada de negociações ocorreu na cidade de Amã em 13 de outubro de 2008.

No primeiro semestre de 2010, teve início o processo de elaboração de propostas de desgravação tarifária e de requisitos específicos de origem para as negociações no âmbito do futuro ALC, o qual deverá abranger todos os produtos do universo tarifário.

Seguindo a metodologia acordada pelos sócios do MERCOSUL para suas negociações extrarregionais e adotada no acordo com o Egito, a desgravação tarifária deverá ser feita a partir da classificação dos produtos ofertados nas seguintes categorias:

- *Cesta A:* desgravação total imediata.
- *Cesta B:* desgravação total em 4 anos.
- *Cesta C:* desgravação total em 8 anos.
- *Cesta D:* desgravação total em 10 anos.

Outras frentes de negociação em aberto. MERCOSUL-CCG: O Acordo-Quadro entre os países do MERCOSUL e do Conselho de Cooperação do Golfo, assinado em 10 de maio de 2005, previa o compromisso de alcançar um acordo de livre-comércio. Após diversas rodadas de negociação e intensas trocas de ofertas e pedidos, chegou-se a um impasse causado, entre outros motivos, pela resistência do setor químico do MERCOSUL em abrir o mercado do bloco aos produtos do CCG. Desde 2007 não são registrados novos movimentos nesta frente de negociações.

MERCOSUL-Marrocos: Em 26 de novembro de 2004, foi assinado o Acordo-Quadro sobre Comércio entre o Marrocos e o MERCOSUL, que entrou em vigência em 29 de abril de 2010. Inicialmente, as negociações estavam voltadas para um acordo de preferências fixas. Em 2005, foram realizadas algumas rodadas de negociação, mas não houve avanços. Os entendimentos estão suspensos desde 2006 e se encontram em fase de redefinição de métodos e modalidades. Em princípio, o MERCOSUL teria interesse em enquadrar o acordo com Marrocos no mesmo modelo negociado com Israel e Egito e que está em negociação com a Jordânia.

MERCOSUL-Turquia: O Acordo-Quadro entre o MERCOSUL e a República da Turquia, aprovado pelo Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL em sua XXXV Reunião Ordinária, realizada em 30 de julho de 2008, prevê negociações para criação de uma área de livre comércio. Naquele mês começaram as consultas internas no bloco para a elaboração da lista para desgravação imediata, bem como indicação de produtos sensíveis àquele mercado.

MERCOSUL-Paquistão: Em julho de 2006, na Reunião de Cúpula do MERCOSUL, em Córdoba, Argentina, foi assinado o Acordo-Quadro de Comércio entre o MERCOSUL e o Paquistão, aprovado pela Decisão CMC N° 07/06 do mesmo mês de julho. Nesse Acordo foram fixadas as bases para o início de negociações de um acordo de preferências que conduzam, progressivamente, a um ALC. O Acordo determina a criação de um Comitê de Negociações que

tem como função trocar informações sobre tarifas e condições de acesso a mercados, bem como estabelecer critérios para a negociação de uma Área de Livre Comércio. O Paquistão encaminhou lista de produtos de interesse exportador daquele país (1024) para melhoria das condições de acesso a mercados no MERCOSUL, indicando que pode oferecer reciprocidade de tratamento, mas as negociações não prosperaram.

SGPC: A Rodada São Paulo. A Rodada São Paulo foi lançada na XI Sessão da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* - UNCTAD), em junho de 2004, com o objetivo de aprofundar os compromissos de liberalização comercial entre os países participantes do SGPC.⁷⁴ Nem todos os países membros do SGPC aderiram à Rodada - apenas 18 países e mais o MERCOSUL participam das negociações em curso.

A Rodada pouco avançou até 2 de dezembro de 2009, quando por meio de Declaração Ministerial os participantes das negociações definiram as seguintes modalidades básicas para acesso a mercados:

- Redução linear mínima de 20% nas tarifas de importação aplicável sobre 70% do universo de produtos sujeitos a tarifas de importação, mediante um processo de pedidos e ofertas e/ou negociações setoriais em bases voluntárias.
- Corte linear sobre a tarifa da nação mais favorecida (NMF) aplicada no momento da importação. Excepcionalmente, os países poderão aplicar a redução linear sobre a NMF vigente na oportunidade da conclusão da III Rodada de Negociações (tarifa base).
- Os países se comprometem a revisar as regras de origem de produtos não integralmente produzidos nos sócios do Sistema (*not wholly produced or obtained*) com o objetivo de concluir essas negociações até o fim de setembro de 2010.
- Os países se comprometeram a apresentar suas ofertas até o fim de maio de 2010, no formato aprovado também pela Decisão Ministerial.
- No período seguinte de 4 meses, os países poderão rever suas concessões, mediante exercícios de pedidos e ofertas, mas até 30 de setembro os países devem notificar à Secretaria do SGPC as suas listas finais de concessões. A implementação das concessões será feita a partir da ratificação doméstica final do Acordo e dos depósitos desses instrumentos de ratificação por um número específico de países a ser definido.

Inicialmente os países estavam negociando em bases individuais, mas essa situação foi revertida e agora todos os compromissos são em termos de posição conjunta do MERCOSUL.

A lista de ofertas do MERCOSUL observou as seguintes diretrizes:

- Avaliação de setores considerados sensíveis da indústria.
- Níveis atuais da Tarifa Externa Comum (TEC).

⁷⁴ O SGPC é um mecanismo pelo os países em desenvolvimento negociam concessões comerciais com o objetivo de expandir o comércio entre si. O acordo que constituiu o sistema foi firmado em 1976, mas somente entrou em vigência em 1989.

- Participação das importações dos países do SGPC no total das importações do MERCOSUL e nível de competitividade.

A oferta do MERCOSUL foi apresentada cumprindo o prazo de maio e a lista de sensíveis, que corresponde aos 30% de produtos excluídos da oferta, é composta de 2.756 linhas tarifárias.

A regra de origem para os produtos não produzidos ou obtidos integralmente nos países integrantes do acordo (produtos que utilizam insumos de terceiros) é de um nível de valor agregado de 50%, comparando preço do insumo importado com preço FOB do produto final. Os produtos que são comercializados ao amparo de Acordos Setoriais dentro do SGPC podem ter regras próprias de origem determinadas nesses acordos.

O governo brasileiro tem se empenhado para fazer avançar a Rodada São Paulo. Estes esforços parecem fazer parte da estratégia brasileira de reforçar os laços econômicos e políticos com os países em desenvolvimento. Podem também ser entendidos como uma alternativa para estimular os países desenvolvidos a engajarem-se nas negociações para a conclusão da Rodada Doha da OMC.

Duty Free-Quota Free: concessões unilaterais para os PMDRs. Durante a Reunião Ministerial da OMC em Hong Kong, em dezembro de 2005, os países desenvolvidos comprometeram-se a eliminar todas as restrições tarifárias e quantitativas (*duty free-quota free*) incidentes sobre as exportações dos Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs).⁷⁵ Embora o compromisso seja restrito aos países desenvolvidos, os países em desenvolvimento que estivessem em condições de fazê-lo foram incentivados a participar da iniciativa.

O governo brasileiro anunciou sua intenção de aderir à iniciativa e iniciou um longo processo de debate com o setor privado para elaborar uma proposta de implementação do "*duty free-quota free*". Além do Brasil, Índia e China também anunciaram a intenção de aderir ao programa. Os três outros membros do MERCOSUL não participam da iniciativa.

A intenção do governo encontrou forte resistência na indústria brasileira, particularmente no setor têxtil, que temia a concorrência de alguns PMDRs, em particular de Bangladesh. Embora o setor têxtil tenha sido o mais vocal, outros setores também manifestaram receio quanto aos riscos de triangulação. Embora estes países sejam, de fato, muito pobres, havia o receio que outros países com efetivas condições de produção e concorrência com produtos brasileiros, pudessem usar a iniciativa para exportar para o Brasil a partir de um dos PMDRs.

Esta preocupação tornava crucial a questão do regime de origem a ser adotado no programa. Por outro lado, uma regra de origem excessivamente exigente poderia eliminar as possibilidades de aproveitamento das concessões do programa pelos países potencialmente beneficiados.

As negociações internas estiveram suspensas por algum tempo, até que no dia 10 de fevereiro de 2010 o Governo Federal editou a Medida Provisória 482. Tal medida tratava de medidas de suspensão de concessões ou outras obrigações relativas aos direitos de propriedade intelectual em caso de descumprimentos de obrigações na OMC (voltada para as ações de retaliação em estudo na esfera do contencioso Brasil-Estados Unidos sobre o algodão). O governo introduziu no Artigo 12 (último artigo da Medida) o tema do "*duty free-quota free*".

⁷⁵ Os 49 países que integram o grupo dos PMDRs são africanos e asiáticos, com exceção do Haiti.

Esse artigo foi excluído da lei posteriormente aprovada, por gestões de entidades do setor privado durante debate realizado na Câmara dos Deputados. O seu propósito era o de alterar a Lei 3.244 de 14 de agosto de 1957 que definiu as situações de alteração unilateral das tarifas aduaneiras brasileiras. A Medida Provisória visava incluir a figura das concessões unilaterais aos países em desenvolvimento, ao amparo do Programa Brasileiro de Concessões Tarifárias aos PMDRs.

Os temas em discussão no âmbito do Programa são os seguintes:

- *Cobertura*: 100% das linhas tarifárias da nomenclatura do MERCOSUL (NCM).
- *Regime de Origem*: salto tarifário ou valor agregado de 60%. Os requisitos específicos do MERCOSUL podem ser suspensos no início da vigência do Programa.
- *Têxteis e vestuário*: regra de origem específica com requisitos de insumos originários do Brasil ou do país exportador ao abrigo do Programa.
- *Mecanismo de monitoramento e revisão*.
- *Previsão de 3 mecanismos de salvaguarda*: salvaguarda geral, especial para têxteis e vestuário e especial para produtos de agricultura familiar.

A Índia já está com o seu programa em funcionamento desde 2009 e a China irá colocar o seu em funcionamento em breve.

O comércio do Brasil com esses países representa apenas 0,4% das importações totais do país, incluindo o petróleo. Se for retirado o petróleo, essa participação é ainda mais reduzida. Este mecanismo (*duty free-quota free*) em benefício dos países mais pobres é considerado como mais um instrumento de política externa brasileira de aproximação com os países do Sul.

Em fins de agosto, a CNI do Brasil enviou carta aos Ministros das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio solicitando a suspensão temporária do projeto, tendo em vista as condições desfavoráveis do comércio mundial, a tendência à apreciação cambial e o elevado ritmo das importações no Brasil durante o ano de 2010. Como resposta, representantes do governo brasileiro comprometeram-se em redobrar os cuidados com o regime de origem e os mecanismos de salvaguardas do programa, mas não assumiram compromissos com a suspensão da iniciativa.

Preferências tarifárias a produtos têxteis originários do Haiti. O Brasil comanda uma força interina multinacional no Haiti há mais de seis anos. Trata-se da Missão da ONU para a Estabilização do Haiti (*United Nations Stabilization Mission in Haiti - MINUSTAH*), criada em 1º de janeiro de 2004 com a missão de "*restabelecer a segurança e a estabilidade, promover o progresso político, fortalecer as instituições governamentais e promover e proteger os direitos humanos.*" Em uma atitude inédita, o Brasil aceitou mandar militares ao Haiti e coordenar as tropas em nome da Organização das Nações Unidas (ONU), decisão que provocou algumas polêmicas e críticas internas. O país concede grande importância ao sucesso da missão, pois, dentre outras motivações, alimenta a expectativa de que ela possa contribuir decisivamente para fortalecer sua aspiração a ocupar uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Em San Juan, por iniciativa do Brasil, foi aprovada a Decisão CMC N° 14/10 que autoriza aos países membros do MERCOSUL a conceder margens de preferências tarifárias de até 100% a produtos têxteis originários do Haiti e embarcados diretamente tanto de portos daquele país como da República Dominicana. Os produtos serão selecionados dos Capítulos 61 e 62 e da posição 63.02 da NCM, cabendo ao Haiti apresentar anualmente uma lista indicativa dos produtos para os quais planeja utilizar as preferências. Essa lista deverá ser apresentada ao Estado Parte que se disponha a conceder unilateralmente às preferências, que deverá, por sua vez, brindar aos demais países membros toda a informação relativa ao regime estabelecido para sua implementação. As regras e procedimentos de origem não poderão ser mais favoráveis que os existentes na normativa MERCOSUL, e as concessões tarifárias outorgadas terão vigência até 31 dezembro 2019.

Cabe destacar que o Haiti conta com certa base manufatureira no setor têxtil, que é intensivo em mão-de-obra. De outro lado, o Haiti se beneficia do livre acesso ao mercado norte-americano de alguns produtos têxteis e artigos de confecção, em virtude de preferências concedidas ao amparo do programa HOPE II (*Haitian Hemispheric Opportunity through Partnership Encouragement Act*) de 2008. Para usufruir das preferências no mercado dos Estados Unidos, o Haiti teve que criar a figura de um *Ombudsman* independente na área trabalhista e instituir um programa, monitorado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), destinado a garantir o respeito a certas normas trabalhistas básicas. De fato, os produtores domésticos do setor têxtil e de confecções devem participar do programa da OIT e embarcar seus produtos em portos do Haiti e/ou da República Dominicana.

O Brasil está disposto a conceder ao Haiti preferências tarifárias no mercado brasileiro e estimular, também, a realização de investimentos brasileiros nesse país que possam tirar partido das facilidades de acesso ao mercado dos Estados Unidos conferidas pelo sistema HOPE II. O prazo de vigência de quase 10 anos determinado pela Decisão CMC N° 14/10 abre essa possibilidade.

A concessão de preferências comerciais ao Haiti esbarra nas obrigações estabelecidas no Artigo I do GATT, razão pela qual sua implementação deverá requer a solicitação de um "waiver" à OMC.

A aprovação da Decisão CMC N° 14/10 foi acompanhada de uma declaração dos presidentes do MERCOSUL favorável à adoção de medidas orientadas à atração de investimentos, à geração de empregos e ao fortalecimento fiscal do estado haitiano.

B. Negociações sub-regionais

A UNASUL e a evolução dos Acordos de Complementação Econômica (ACE) no âmbito da ALADI

A dinâmica da UNASUL vem confirmando as previsões já publicadas em números anteriores deste Informe de que este é um foro dedicado eminentemente à concertação política entre os países da região. Embora os temas relativos à integração econômica constem entre o elevado número de seus objetivos, não têm ocupado espaço na agenda da instituição.

Entre o segundo semestre de 2009 e o primeiro semestre de 2010 a agenda da instituição esteve dedicada às tratativas da candidatura de Néstor Kirchner, ex-presidente da Argentina, à Secretaria Geral da UNASUL, da situação política em Honduras, da ajuda a Haiti e Chile após os graves terremotos que atingiram os dois países, da superação dos conflitos entre Colômbia e Venezuela e, mais recentemente, dos conflitos internos no Equador.

Independentemente da falta de atenção da UNASUL aos temas econômico-comerciais, não houve resultados relevantes em termos de aprofundamento e ampliação dos acordos comerciais entre o MERCOSUL e países da região. Mas há alguns movimentos que merecem registro:

MERCOSUL-Peru (ACE N° 58): Realizou-se no dia 1° de julho de 2010 a II Reunião Administradora do ACE N°58, quando foi discutida a possibilidade de aprofundamento e aperfeiçoamento do Acordo. O principal objetivo dos países do MERCOSUL neste movimento é evitar os efeitos adversos da erosão de preferências resultante dos diversos acordos extrarregionais que o Peru vem firmando com países de dimensões econômicas relevantes, com elevados riscos de geração de desvio de comércio.

MERCOSUL-Colômbia, Equador e Venezuela (ACE N° 59): Em reunião realizada em 29 e 30 de junho de 2010 realizou-se a IV Reunião da Comissão Administradora do Acordo, quando todos os países, com exceção da Venezuela, acordaram em acelerar os trâmites para a entrada em vigência de oito Protocolos Adicionais já negociados. Um tema particularmente sensível na agenda do ACE N° 59 é a questão de regras de origem, uma vez que na assinatura do Acordo ficaram pendentes de solução definitiva as regras de origem para diversos produtos, tendo sido encontradas soluções temporárias. Outro tema que merece registro é a negociação do Protocolo Adicional de Comércio de Serviços, em fase final de negociação entre o MERCOSUL e a Colômbia.

MERCOSUL-Chile (ACE N° 35): Em 27 de maio de 2009, foi assinado o Protocolo sobre o Comércio de Serviços do ACE N° 35. O Protocolo inclui compromissos de acesso a mercados e de tratamento nacional em setores importantes como serviços profissionais, serviços prestados a empresas, engenharia, distribuição, transporte e turismo. Este é o primeiro acordo firmado pelo MERCOSUL sobre serviços com outro país. O Protocolo de Serviços (53° Protocolo Adicional ao ACE N° 35) entrará em vigor bilateralmente entre o Chile e os sócios do MERCOSUL, trinta dias após a notificação dos respectivos instrumentos de ratificação. De acordo com informações do sítio da ALADI, o único país que ratificou o Protocolo foi o Brasil. Merece especial atenção o fato de que no âmbito das tratativas para incorporar os Investimentos ao ACE N°35, Brasil e Chile deram início a negociações para um acordo bilateral de investimentos. Como o Brasil é o único país do MERCOSUL que não conta com nenhum acordo de proteção de investimentos em vigência, as tratativas com o Chile parecem indicar uma nova fase para a abordagem desse tema pelo governo brasileiro.

Brasil-México: novas tentativas rumo a um ALC

Em 2007, o setor privado brasileiro deu início a um amplo processo de diálogo com o setor privado mexicano e com o governo brasileiro em busca de iniciar negociações para um acordo comercial mais profundo e abrangente do que o ACE N° 53,⁷⁶ que rege as preferências comerciais entre os dois países. Esse processo, já descrito no *Informe MERCOSUL N° 13*, ganhou novo impulso em agosto de 2009 com a visita do presidente do México, Felipe Calderón Hinojosa, ao Brasil.

O Comunicado Conjunto assinado entre os presidentes dos dois países registra a disposição dos governos em analisar todas as formas de aproximação econômica, inclusive o livre comércio. Em fevereiro de 2010, foi realizada em Cancun nova reunião bilateral, em paralelo à Cúpula América Latina e Caribe. O Comunicado Conjunto indica o interesse de ambos os lados em avançar para um Acordo de Integração Estratégica.

⁷⁶ Convém recordar que o ACE N° 53 é compatível com o ACE N° 54, que rege as relações entre o MERCOSUL e o México e que Uruguai e México já têm em vigência um acordo bilateral de livre-comércio.

Os governos vêm prosseguindo com os entendimentos bilaterais e com as consultas com os respectivos setores privados. A última reunião bilateral realizada na Cidade do México, nos dias 11 e 12 de maio, concluiu os "Termos de Referência" para o acordo que deve ir além de um Acordo de Livre Comércio. O objetivo é a assinatura de um amplo Acordo de Integração Econômica que dê respaldo à cooperação em diversas áreas.

Os princípios gerais desses Termos de Referência são os seguintes:

1. *Cobertura integral*: o acordo deverá ter cobertura integral, incorporando capítulos sobre bens, serviços, compras governamentais e propriedade intelectual.
2. *Sensibilidades*: será dado tratamento especial para as sensibilidades dos dois lados.
3. *Acesso efetivo a mercados*: será avaliado mecanismo ágil que garanta prioridade ao acesso aos mercados respectivos, mesmo durante o processo de transição.
4. *ACE N° 53 e ACE N° 55*: os pontos de partida para a desgravação tarifária serão os acordos existentes, incluindo todo o "patrimônio histórico" da ALADI. Além dos ACE N° 53 e N° 55, será considerada também o Acordo da Preferência Tarifária Regional da ALADI (PTR).
5. *Single undertaking*: nada está acordado até que tudo esteja acordado.
6. *Ritmo*: a substância determinará a velocidade das negociações. O governo brasileiro pretende andar rápido nessas negociações, mas sem prejuízo do seu conteúdo.
7. *Diálogo com o setor privado*: esse tema é considerado fundamental pelos dois governos.

Embora pareça haver grande empenho dos negociadores brasileiros e mexicanos para avançar nos entendimentos bilaterais, alcançar um acordo de livre comércio entre os dois países não será tarefa trivial. A história das negociações comerciais entre os dois países é marcada por experiências negativas e quebras de expectativas. Além disso, o setor industrial mexicano tem mostrado forte resistência a um acordo bilateral de livre comércio.

C. A adesão da Venezuela ao MERCOSUL

Após longo período de tramitação e forte empenho de representantes do Ministério das Relações Exteriores, em 15 de dezembro de 2009, o Senado Federal do Brasil aprovou o Projeto de Decreto Legislativo 430/08, que trata do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006. O Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial da União N° 241, de 17 de dezembro de 2009, encerrando um período de quase três anos de tramitação do Protocolo no Congresso brasileiro.

Com a aprovação no Brasil do Protocolo de Adesão da Venezuela (35 votos a favor contra 27, no Senado Federal), resta a ratificação do Protocolo pelo Paraguai. A Argentina, Uruguai e Venezuela já o haviam aprovado.

Cronologia da tramitação do Protocolo de Adesão da Venezuela no Congresso do Brasil

- Mensagem 82 de 22 de fevereiro de 2007 - o Poder executivo submete ao Congresso o texto do Protocolo.
- Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados em 17 de dezembro de 2008.
- Projeto foi aprovado pela representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL em 18 de fevereiro de 2009.
- Projeto foi recebido no Senado, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 12 de março de 2009.
- A Comissão convocou cinco audiências públicas: no dia 16 de abril, no dia 30 de abril, no dia 9 de junho e as duas últimas no dia 9 de julho de 2009 com a participação de importantes representantes da sociedade civil, ex embaixadores, ex ministros, Governador de Roraima (Estado interessado na aproximação com a Venezuela), diplomatas e funcionários de governo.
- Durante a tramitação na Comissão de Relações Exteriores do Senado foram apresentados três requerimentos de solicitações de informações ao Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim em maio, em julho e em setembro de 2009, todos respondidos pelo Ministro.
- exame do Protocolo de Adesão da Venezuela, seus anexos, audiências públicas e informações recebidas do Executivo apoiaram a reflexão do Senado brasileiro organizada em três aspectos: o fato de ser esta uma decisão política do Brasil e dos seus pares no bloco segundo interesses políticos, econômicos e estratégicos; a necessidade de exame técnico e jurídico do tema e a avaliação dos aspectos políticos internos da Venezuela e de seus impactos na região.
- Parecer do Relator do tema na Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador Tasso Jereissati, foi contrário à aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL.
- Em 15 de dezembro de 2009, após a apresentação de diversos votos em separado, o Senado aprovou o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL por 35 votos a favor e 27 contrários, uma vitória por oito votos.

O processo de exame da adesão da Venezuela ao MERCOSUL pelo Congresso brasileiro constituiu-se em importante incentivo para a aceleração das negociações de diversos aspectos técnicos do projeto, que permaneciam pendentes. Na última fase da tramitação do Projeto, o Senado Federal apresentou diversas demandas de esclarecimentos e de informações adicionais sobre os compromissos a serem assumidos pela Venezuela no balanço de direitos e deveres esboçados no Protocolo de Adesão. Além de contribuir para a transparência do processo, a necessidade de prestar informações ao Senado foi um importante argumento usado pelo Executivo brasileiro para avançar nas negociações com a Venezuela quanto a compromissos de liberalização comercial bilateral.

As negociações de acesso a mercados entre o Brasil e a Venezuela estavam estacionadas desde março de 2007. A 5ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo artigo 11 do Protocolo elaborou seu Informe Final naquele mês. Esse Informe foi apreciado pelo Conselho do Mercado Comum e aprovado pela Decisão CMC Nº 12/07 (artigo 1), de 22 de maio de 2007.

Além disso, foi criado por essa mesma Decisão (artigo 2) o Grupo de Trabalho *Ad Hoc* "a fim de prosseguir com as tarefas remanescentes mencionadas no Informe Final e em seus apêndices de I a V e tratar de qualquer outro assunto necessário para a conclusão da adesão da Venezuela ao MERCOSUL."

Em Comunicado Conjunto assinado por ocasião da visita do presidente da Venezuela ao Brasil, em Salvador, em maio de 2009, os presidentes registraram a decisão de convocar o Grupo *Ad Hoc* para tratar do Acervo Normativo, NCM e TEC. Em nota da coordenação brasileira no GMC datada de 9 de junho de 2009 à Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL, foi solicitada a convocação desse Grupo. Não há registro disponível sobre os trabalhos do Grupo após essa data.⁷⁷

As reduzidas possibilidades de avanço do tema no Congresso do Paraguai, última etapa formal necessária à entrada em vigência do Protocolo - aliadas às dificuldades crescentes da economia venezuelana devem estar por trás do menor incentivo, por parte daquele país, em concluir as negociações comerciais. As manifestações de políticos no Paraguai contrários à adesão da Venezuela foram contundentes em diversas oportunidades, após a aprovação do Protocolo no Brasil.

De todo modo, a metodologia de negociação com a Venezuela que foi adotada pelo GT criado ao amparo do Artigo 11 do Protocolo de Adesão organizava os trabalhos em quatro pilares, a saber: (i) cronogramas para implantação do livre comércio entre os sócios originais e a Venezuela, com ajustes dos prazos definidos no Acordo de Alcance Parcial MERCOSUL-CAN da ALADI em vigor (ACE N° 59); (ii) cronogramas de adesão ao acervo normativo; (iii) cronogramas de adesão à TEC; e (iv) adesão da Venezuela aos acordos firmados ou em negociação com terceiros países.

O tratamento do primeiro pilar não foi concluído pelo GT, sendo conduzido posteriormente na esfera de Reuniões Bilaterais. Os dois seguintes foram remetidos para finalização na esfera do Grupo *Ad Hoc* indicado acima e nunca convocado. Em relação ao último pilar, sobre as negociações com terceiros, o Informe Final do GT explicita a necessidade de categorização e priorização dos acordos e instrumentos internacionais celebrados pelo MERCOSUL e a organização de consultas com países ou grupo de países sobre sua disposição em negociar com a Venezuela sua adesão a esses acordos. A percepção dominante é de que é reduzida a prioridade da Venezuela para esse tema, diante de tantos outros desafios enfrentados pelo país nas negociações de adesão ao MERCOSUL.

As negociações comerciais da Venezuela com o Uruguai e Paraguai foram concluídas. No dia 16 de agosto de 2008, foi assinado o ACE N° 64, através do qual a oferta exportável do Paraguai passou a ter livre acesso ao mercado venezuelano com desgravação total e imediata de direitos aduaneiros. No caso do Uruguai, foi assinado o ACE N° 63 no dia 17 de agosto de 2008.

A negociação do Programa de Liberalização Comercial Brasil-Venezuela foi objeto de quatro reuniões bilaterais ao longo de 2008. Nos dias 19 e 20 de maio de 2009, foi realizada a quinta reunião em Brasília com prosseguimento no dia 26 de maio, em Salvador. Com os ajustes dos cronogramas de desgravação tarifária do ACE N° 59 aos prazos estipulados pelo Protocolo de Adesão no encontro em Salvador, foi superada uma importante etapa do processo de adesão.

A principal orientação dizia respeito à necessidade de respeitar os prazos limites de 2010 e 2012 para o fim dos cronogramas de desgravação e entrada livre de produtos no Brasil e na Venezuela, respectivamente, conforme consta no Protocolo de Adesão, e observar também o prazo de 2014 para os produtos sensíveis. Para isso foi considerado como ponto de partida o ano de 2009, que naturalmente será ajustado no momento em que essas decisões forem implementadas.

Foram acordados os seguintes cronogramas de desgravação tarifária entre o Brasil e a Venezuela, além da previsão de listas para desgravação imediata na entrada em vigência do Protocolo de Adesão:

⁷⁷ Segundo informações obtidas junto a negociadores brasileiros em 17 de setembro de 2010, o Grupo não foi convocado e não há perspectivas de convocação no curto prazo.

1. Quatro cronogramas de caráter geral, sendo dois outorgados pelo Brasil à Venezuela (desgravação completa em 2009 e em 1 ano) e outros dois da Venezuela ao Brasil (ambos com desgravação em 3 anos, mas com margens iniciais diferentes de 77% e 54%).
2. Dois para os produtos do "patrimônio histórico" no ACE N° 59 com desgravação completa outorgada pelo Brasil à Venezuela em 2009 e desgravação em 3 anos com preferência mínima de 60% outorgada pela Venezuela ao Brasil.
3. Três para produtos considerados sensíveis com ou sem "patrimônio histórico", sendo dois outorgados pelo Brasil à Venezuela, ambos de 5 anos mas com preferências iniciais de 50% e 42%, e o restante outorgado pela Venezuela ao Brasil, com preferência inicial de 40% ou com a preferência vigente em 2009 permanecendo congelada e passando a 100% apenas na data limite de janeiro de 2014 definida pelo Protocolo de Adesão.

No dia 24 de junho de 2009, a Venezuela enviou a proposta de revisão da distribuição dos itens tarifários nos novos cronogramas. A comparação dessa proposta cobrindo cerca de 6.500 itens em relação às preferências e prazos definidos no ACE N° 59 permite observar os seguintes resultados:⁷⁸

1. Antecipa a desgravação total para 4.301 códigos tarifários (66,17% do total).
2. Assegura melhora da preferência recebida pelo Brasil em 2009 para 1.925 códigos (29,5%).
3. Mantém o prazo de desgravação para 1.904 códigos (29,29% do total).
4. Mantém a preferência tarifária em 2009 para 4.270 códigos (65,5%).
5. Estende o prazo de desgravação total para 233 códigos (3,58% do total).
6. Implica retrocesso na preferência aplicada em 2009 para 147 códigos (2,8%).

Ainda no que tange às desgravações tarifárias, o encontro entre os presidentes do Brasil e da Venezuela em Salvador, em maio de 2009, permitiu entendimentos sobre a necessidade de criação de um "Regime de Adequação" para a Venezuela, nos moldes do que foi criado para os sócios originais do MERCOSUL nos primeiros anos do bloco.

Esse regime deve ser analisado pelo Grupo *Ad Hoc*, que não foi convocado, mas a idéia seria de criar um novo período de transição para adequação da Venezuela ao livre comércio, de 2014 a 2018, superando, portanto, os prazos limites definidos pelo Protocolo de Adesão. De toda forma, os produtos candidatos a esse tratamento seriam somente aqueles indicados como sensíveis pela Venezuela e colocados nos cronogramas reservados para essa categoria, em cada negociação bilateral.

As negociações comerciais entre a Argentina e a Venezuela estão bastante indefinidas. Apesar da rápida aprovação do Protocolo de Adesão no Congresso daquele país, não há registros disponíveis sobre a definição do Programa de Liberalização Comercial Argentina-Venezuela ajustado aos seus prazos.

⁷⁸ Ofício N° 18 datado de 29 de julho de 2009 - resposta do Ministro Celso Amorim ao Requerimento de Informação N° 596 do Primeiro Secretário do Senado federal, Senador Heráclito Fortes.

Em relação aos pilares de adesão ao acervo normativo do MERCOSUL e de adesão à TEC, a situação das negociações permanece aquela acordada na esfera do Grupo de Trabalho criado pelo Artigo 11 do Protocolo de Adesão. Tendo em vista a não convocação do Grupo *Ad Hoc* criado posteriormente, os resultados nessas áreas datados de 2007 são os seguintes:

1. Cronograma de adesão da Venezuela ao acervo normativo do MERCOSUL

O cronograma de adesão prevê as seguintes fases:

- 1ª fase - até seis meses contados a partir da entrada em vigor do Protocolo de Adesão;
- 2ª fase - até o primeiro ano contado a partir da entrada em vigor do Protocolo;
- 3ª fase - até o segundo ano contado a partir da entrada em vigor do Protocolo;
- 4ª fase - até o terceiro ano contado a partir da entrada em vigor do Protocolo; e
- 5ª fase - até o quarto ano contado a partir da entrada em vigor do Protocolo.

Do total de 783 normas identificadas pelo Grupo de Trabalho, há 169 para as quais não foram estabelecidos prazos para a incorporação. Isto significa que ainda não há indicação sobre quando a Venezuela adotará um conjunto de normas que representa 21,58% do acervo normativo do bloco.⁷⁹

Normas importantes como as relativas à aplicação da TEC e à adoção da nomenclatura do MERCOSUL (NCM), a assuntos financeiros, à adequação do Regime Automotriz, às normas de origem, regimes aduaneiros especiais, transporte de mercadorias e implementação de compromissos de liberalização do setor serviços, entre outras, estão pendentes de indicação de prazos e métodos de adesão pela Venezuela.

Além das normas pendentes, 123 normas representando 15,7% do acervo já estão classificadas na 5ª fase, ou seja, poderão ser assumidas pela Venezuela apenas no fim do período de transição.

2. Cronograma de adoção da TEC

O GT definiu os prazos e o percentual de produtos para os quais a Venezuela deve adotar a TEC, mas não as listas de produtos que entrarão em cada uma das etapas. Essas listas deveriam ter sido apresentadas até 2 de setembro de 2007 e os prazos acordados de desgravação são as seguintes:

- Até 60 dias pelo menos 3% das linhas tarifárias da NCM devem estar adequadas à TEC.
- A partir do segundo ano, pelo menos 20% das linhas tarifárias da NCM devem estar adequadas à TEC.
- A partir do quarto ano, as restantes linhas tarifárias devem estar adequadas à TEC.

⁷⁹ Avaliação realizada pela CNI do Brasil em abril de 2007.

Não há compromisso sobre convergência gradual das tarifas da Venezuela à TEC, considerando elevações ou reduções necessárias, como foi o caso do esquema de adequação das tarifas cumprido pelos sócios do MERCOSUL. Há apenas os compromissos de datas e de números de linhas tarifárias a serem adequadas à TEC, sem definição de cronogramas de elevação nem identificação das linhas tarifárias que estarão incluídas em cada grupo.

Grande parte do esforço de adequação está transferida para o fim do período de transição - até 77% das linhas tarifárias da NCM poderão estar adequadas à TEC pela Venezuela apenas a partir do quarto ano. Há, ainda, a expectativa de que a Venezuela apresente um pedido formal de lista de exceções à TEC que deve corresponder a 10% do universo tarifário (1.100 produtos).

O processo de aprovação do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL no Congresso brasileiro teve características inéditas. Pela primeira vez observou-se um exame detalhado e forte interação entre diferentes setores do governo e da sociedade civil brasileira em debates no Poder Legislativo em torno de aspectos técnicos de um acordo internacional. Este esforço do Congresso terminou sendo funcional aos negociadores brasileiros que lograram avançar em entendimentos com a Venezuela em temas que se encontravam pendentes.

Cabe agora ao Senado do Paraguai a definição final sobre o ingresso do novo membro no bloco. O debate recente naquele país não autoriza previsões muito otimistas acerca da possibilidade de um desfecho rápido para esse processo. Por outro lado, parece haver um arrefecimento das diversas partes nesta iniciativa, indicando que o projeto deve continuar em suspenso pelo próximo ano.

D. Perspectivas para a agenda externa do MERCOSUL

Durante o próximo ano, os movimentos na agenda externa do MERCOSUL deverão estar limitados por duas condicionantes principais, que já se vêm fazendo notar no segundo semestre de 2010:

- i. Um ambiente internacional marcado por pressões protecionistas e medidas unilaterais de restrição ao comércio, como resultado das dificuldades de coordenação dos regimes cambiais entre os principais atores da economia mundial e da retração do nível de atividade nas economias dos países desenvolvidos.
- ii. Um ambiente interno em que se observa uma tendência à inversão do ânimo negociador no Brasil e na Argentina, com maior disposição negociadora do governo argentino, engajado em recuperar suas relações internacionais, e maior retração do Brasil, enfrentando déficits crescentes na conta corrente do Balanço de Pagamentos e demandas por proteção por parte do setor industrial doméstico.

Na esfera internacional o ambiente tende a permanecer pouco propício para negociações comerciais com vistas à liberalização comercial e de investimentos. São escassas as probabilidades de que os esforços do Diretor-Geral da OMC, Pascal Lamy, resultem, de fato, na retomada das negociações da Rodada Doha e que seja possível concluir um acordo multilateral de comércio em 2011.

As pressões no Congresso dos Estados Unidos para a adoção de medidas comerciais compensatórias contra importações provenientes da China e as recentes desvalorizações cambiais competitivas implementadas por diversos países vêm a se somar a um contexto já muito pouco

favorável a negociações comerciais que impediu que a Rodada Doha fosse concluída anteriormente e que acordos comerciais de envergadura fossem implementados nos últimos anos.

No MERCOSUL, observa-se o governo argentino mais interessado em contribuir para o avanço da agenda externa do bloco, tendo tido papel decisivo na retomada das negociações com a União Europeia. Por outro lado, o governo brasileiro, que vinha desempenhando um papel mais proativo nessa área, passa a sofrer demandas do setor privado para evitar concessões comerciais a parceiros que possam aumentar a pressão competitiva no mercado interno. A persistente apreciação da moeda brasileira e a manutenção de um ritmo acelerado da absorção doméstica têm promovido um forte crescimento das importações, alimentando as demandas por intervenção do governo brasileiro com medidas de proteção à indústria local.

A combinação das tendências no ambiente externo e interno torna pouco provável que haja avanços importantes envolvendo economias desenvolvidas, como o acordo com a União Européia, ou mesmo acordos mais ambiciosos com economias emergentes como Índia e México. Este cenário também diminui as chances de que o Uruguai consiga atrair a atenção dos Estados Unidos para a negociação de um acordo bilateral, projeto que este país vinha acalentando há alguns anos.

Por outro lado, este seria um período propício para que o bloco investisse no aprofundamento e aperfeiçoamento de seus acordos com os países sul-americanos. A incorporação dos serviços e investimentos nos acordos sub-regionais e a convergência dos acordos comerciais no âmbito da ALADI são temas que estão pendentes na agenda externa do bloco.

BIBLOGRAFIA

ABECEB.com. (2009). *Complementariedad Productiva entre Argentina y Brasil: Detección de Sectores Estratégicos para el abordaje de negocios conjuntos*, ABDI. Buenos Aires, Argentina: Maio.

ARCE, L. (2010). "[FOCEM: ¿instrumento olvidado? Recuento de las acciones y proyectos en marcha a través de la ayuda mercosureña](#)". *Newsletter N° 11*. Observatorio Económico de la Red MERCOSUR.

----. (2010a). "[FOCEM: los importantes avances que dejó la Cumbre de San Juan](#)". *Newsletter N° 14*. Observatorio Económico de la Red MERCOSUR.

BANCO CENTRAL DE PARAGUAY. (2009). *Informe Económico Preliminar*. Anexo Estadístico.

BANCO CENTRAL DE VENEZUELA. (2009a) *Informe Económico*. Caracas, Venezuela.

----. (2009b). *Informe a la Asamblea Nacional sobre los resultados económicos del año 2009*. Caracas, Venezuela.

BEATTIE, A. (2010). "Hostilities Escalate to Hidden Currency War". *Financial Times*. Londres, Reino Unido: 27 de Setembro.

BOUZAS, R. E KOSACOFF B. (2009). *Cambio y Continuidad en las Relaciones Económicas de la Argentina con Brasil*. CINDES. Setembro.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE - CEPAL. (2010). *Estudio Económico 2009-2010*. Santiago, Chile.

COMISSÃO EUROPEIA. (2010). [European Commission Proposes Relaunch of Trade Negotiations with MERCOSUR Countries](#). Comunicado de Imprensa. Bruxelas, Bélgica. 4 de maio.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. (2007 e 2009). *Comércio Exterior em Perspectiva*. Brasília, Brasil. Vários números.

COUNCIL OF THE EUROPEAN UNION. (2010). "[Extraordinary Council Meeting. Economic and Financial Affairs](#)". Bruxelas, Bélgica. 9-10 de maio.

EUROPEAN COMMISSION. (2010). "[European Commission proposes relaunch of trade negotiations with MERCOSUR countries](#)". Bruxelas, Bélgica. 4 de maio.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL - FMI. (2010). *World Economic Outlook*. Washington DC, Estados Unidos. Outubro.

G20. (2010). *Communiqué of the Meeting of Finance Ministers and Central Bank Governors*. Gyeongju, Coreia, 23 de outubro.

HALL, B.; BARBER, T. E ATKINS, R. (2010). "Europe Agrees Rescue Package". *Financial Times*. Londres, Reino Unido: 9 de maio.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE - BID-INTAL. (2006). *Informe MERCOSUL N° 11*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires, Argentina.

----. (2008a). *Informe MERCOSUL N° 12*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires, Argentina.

----. (2008b). *Informe MERCOSUL N° 13*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires, Argentina.

----. (2010). *Informe MERCOSUL N° 14*. Série Relatórios Subregionais de Integração. Buenos Aires, Argentina.

----. (2010b) "*Novas tendências nas políticas comerciais e produtivas da República Popular da China*". *Carta Mensal N° 166*. Buenos Aires, Argentina: Junho.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE. (2010a). "Pulp Mills on the River Uruguay (Argentina v. Uruguay)". Press Release. 20 de abril.

----. (2010b). "Joint Dissenting Opinion of Judges Al- Khasawneh and Simma". Judgments. 20 de abril.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. (2009). "Brasil e Argentina voltam às turras". 28 de outubro.

----. (2010a). "França Junta 9 países contra MERCOSUL". 12 de maio.

----. (2010b). "Impasse à vista com a Europa". 17 de agosto.

----. (2010c). "Indústria brasileira resiste a acordo com EU". 15 de setembro.

----. (2010d). 17 de setembro.

KERR, S. E HUGUES, J. (2009) "Dubai Shock after Debt Standstill Call". *Financial Times*. Londres, Reino Unido: 25 de novembro.

LABRAGA, J. E TEALDE, E. (2008). *Un nuevo mecanismo para la distribución de la renta arancelaria en uniones aduaneras y su aplicación al caso del MERCOSUR*. Documento de Trabajo N° 1. Montevideo, Uruguai: Asesoría de Política Comercial, Ministerio de Economía y Finanzas.

MINISTERIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. (2007). *Rendición de Cuentas 2007 - Informe Económico-Financiero*. Montevideo, Uruguai.

MINISTERIO DE HACIENDA DE PARAGUAY. (2009a). *Situación financiera*. Asunción, Paraguai: Administración Central, Dirección de Política Fiscal.

----. (2009b). *Control de Ejecución y Evaluación Presupuestaria. Ejercicio Fiscal 2009*. Asunción, Paraguai.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. *Carta de Montevideo*. Informativo da Delegação do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Montevideo, Uruguai. Vários números.

NEIT-IE/UNICAMP. (2009). *Complementação Produtiva entre Brasil e Argentina: oportunidades de negócios conjuntos para promover a integração*. Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI.

OAKLEY, D.; HOPE, K. (2009). "Greece Downgraded over High Debt". *Financial Times*. Londres, Reino Unido. 8 de dezembro.

OFICINA NACIONAL DE CRÉDITO PÚBLICO. (2010). *Deuda Pública del Estado Argentino - Datos al 30.06.2010*. 2010. Buenos Aires, Argentina: Ministerio de Economía y Finanzas Públicas.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. (2010). *World Economic Situation and Prospects 2010. Update as of mid-2010*. Nova York, Estados Unidos. Maio.

PEÑA, FÉLIX. (2009). *Newsletter sobre relaciones comerciales internacionales*. Vários números. Buenos Aires, Argentina.

----. (2010). "La presidencia pro tempore argentina en el Mercosur: ¿Qué valor agregado cabe esperar en el primer semestre de 2010?" Newsletter. Buenos Aires, Argentina.

REINHART, C. M. E ROGOFF, K. S. (2009). *The Aftermath of Financial Crises*. NBER Working Paper Series N° 14656. Janeiro.

SECRETARÍA DO MERCOSUL. Diversos documentos.

TETT, G. (2009). "Greece and Dubai Show System Remains Unstable". *Financial Times*. Londres, Reino Unido: 26 de novembro.

VAILLANT, M. E LALANNE, A. (2007). *Tariff revenue sharing rules in a customs union: a new methodology applied to the case of MERCOSUR*. Documento de Trabajo N° 7. Montevideu, Uruguai: DECON, Universidad de la República.

VALOR ECONÔMICO. (2010a). *França junta 9 países contra MERCOSUL*. 12 de maio.

----. (2010b). 15 de setembro.

VENTURA, D. (2006). "O caso das papelarias e o 'papelão' do MERCOSUL". *Pontes Bimestral*, Vol. 2 N° 2. Geneva, Suíça: ICTSD. Março-abril.

---- E MIOLA, I. (2009). "Os efeitos da transnacionalização sobre a governança regional: o caso da conflituosa implantação da indústria de celulose no Cone Sul da América", *Contexto Internacional*, Vol. 31 N° 3. Rio de Janeiro, Brasil: PUC-Rio. Setembro-dezembro.

WHEATLEY, J. E GARNHAM, P. (2010). "Brazil in 'Currency War' Alert". *Financial Times*. Londres, Reino Unido. 27 de setembro.

WIKIPEDIA. "Conflicto entre Argentina y Uruguay por plantas de celulosa".

WOLF, M. (2010a). "The Greek Tragedy Deserves a Global Audience". *Financial Times*. Londres, Reino Unido. 19 de janeiro.

----. (2010b). "Currencies Clash in New Age of beggar-my-neighbour". *Financial Times*. Londres, Reino Unido. 28 de setembro.

SITES

Banco Central do Brasil (BCB)	http://www.bcb.gov.br
Banco Central de Paraguay (BVP)	http://www.bcp.gov.py
Banco Central de la República Argentina (BCRA)	http://www.bcra.gov.ar
Banco Central de Uruguay (BCU)	http://www.bcu.gub.uy
Banco Central de Venezuela (BCV)	http://www.bcv.org.ve
Bureau of Economic Analysis U.S. Department of Commerce	http://www.bea.gov
Bureau of Labor Statistics	http://www.bls.gov
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe	http://www.eclac.org
Dirección General de Estadística, Encuestas y Censos de Paraguay	http://www.dgeec.gov.py
Economic and Social Research Institute (ESRI) Government of Japan	http://www.esri.go.jp
EUROSTAT	http://epp.eurostat.ec.europa.eu
Federal Housing Finance Agency	http://www.fhfa.gov
Federal Reserve	http://www.federalreserve.gov
Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX)	http://www.funcex.com.br
General Administration of Customs of the People's Republic of China	http://customs.gov.cn/
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	http://www.ibge.gov.br
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL)	http://www.iadb.org/intal
Instituto Nacional de Estadística y Censos de la República Argentina (INDEC)	http://www.indec.gov.ar
Instituto Nacional de Estadística de la República Bolivariana de Venezuela (INE)	http://www.ine.gov.ve
Instituto Nacional de Estadística de la República Oriental del Uruguay (INE)	http://www.ine.gub.uy

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)	http://www.ipea.gov.br
International Monetary Fund	http://www.imf.org
Legislação Comercial Argentina	http://www.infoleg.gov.ar/
Legislação e Dados Comerciais Brasileiros	http://www.mdic.gov.br
Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)	http://www.mercosur.int
Ministerio de Economía y Finanzas de Uruguay	http://www.mef.gub.uy
Ministerio de Economía y Finanzas Públicas de Argentina	http://www.mecon.gov.ar
Ministerio de Hacienda de Paraguay	http://www.hacienda.gov.py
Ministerio del Poder Popular de Planificación y Finanzas de Venezuela	http://www.mf.gov.ve
National Bureau of Statistics of China	http://www.stats.gov.cn
Netherland Bureau for Economic Policy Analysis	http://www.cpb.nl
Organisation for Economic Co-operation and Development	http://www.oecd.org
Secretaria de Comercio Exterior Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (SECEX-MDIC)	http://www.mdic.gov.br
Standard and Poors	http://www2.standardandpoors.com
United States International Trade Commission	http://www.dataweb.usitc.gov

PUBLICAÇÕES DO INTAL

Publicações Periódicas

Integración & Comercio. Revista semestral (espanhol e inglês - Internet).

INTAL Carta Mensal (espanhol, inglês e português - Internet).

Informes Subregionais de Integração

INFORME ANDINO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (inglês).

INFORME CENTROAMERICANO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

INFORME MERCOSUR. Publicação anual (espanhol, e português). Versión en inglés: Internet.

Informes Especiais

Desarrollo rural y comercio agropecuario en América Latina y el Caribe (espanhol, Internet). Paolo Giordano, César Falconi e José María Sumpsi (Comp.) Serie INTAL-INT. 2007

Raúl Prebisch: El poder, los principios y la ética del desarrollo (espanhol e inglês). Serie INTAL-ITD. 2006.

China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda? (espanhol). Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp). Serie INTAL-ITD. 2005.

Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales (espanhol). Julho Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD. 2004.

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (espanhol). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16 (espanhol). 2002.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas (espanhol, Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional (espanhol).

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana (espanhol, Internet).

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (español):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

Integración energética en el Cono Sur (español). Mario A. Wiegers. 1996.

Documentos de Trabalho

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (español). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

Documentos de Divulgação

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (español). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (español). Lincoln Bizzozero e Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (español). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (español). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (español). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (español). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (español). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (español). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (español). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

Bases de Datos - Software

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América.

Base INTAL MERCOSUR (BIM).

Base de datos bibliográficos (INTEG).

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM).

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe.

Rueda de Negocios.

SÉRIE Red INT

Rede INTAL de Centros de Pesquisa em Integração (RedINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (espanhol- Versão resumida). 2003.

Primera Convocatoria:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos) (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT

Documentos de Trabalho - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

The FTAA and the Political Economy of Protection in Brazil and the US (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-12. 2006.

Which "industrial policies" are meaningful for Latin America? (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

Building Regional Infrastructure in Latin America (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (espanhol e inglês). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad e Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD SITI-WP-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06c. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06b. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

The Impacts of US Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch y Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabudovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

Documentos de Trabalho

Integration Options for MERCOSUR: A Quantitative Analysis by the AMIDA Model (inglês, Internet). Renato G. Flôres Jr. e Masakazy Watanuki. INTAL-INT WP-36. 2007.

Nicaragua: inserción internacional en beneficio de la mayoría (espanhol, Internet). Ziga Vodusek, Erick Zeballos, Jaime Granados e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-35. 2007.

Propuesta metodológica para la convergencia del Spaghetti Bowl de reglas de origen (espanhol e inglês, Internet). Rafael Cornejo e Jeremy Harris. INTAL-INT DT-34. 2007.

Fiscal Policy and Equity. Estimation of the Progressivity and Redistribute Capacity of Taxes and Social Public Expenditure in the Andean Countries (inglês, Internet). Alberto Barreix, Jerónimo Roca e Luiz Villela. INTAL-INT WP-33. 2007.

Costa Rica: ante un Nuevo Escenario en el Comercio Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Ziga Vodusek, Alberto Barreix, José Ernesto López Córdova e Christian Volpe. INTAL-INT DT-32. 2007.

Honduras: Desafíos de la Inserción en la Economía Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Paolo Giordano, José Ernesto López Córdova, Ziga Vodusek e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-31. 2007.

Trade Costs and the Economic Fundamentals of the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD WP-30. 2007.

Regional Integration. What is in it for CARICOM? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira e Eduardo Mendoza INTAL-ITD WP-29. 2007.

Emigration, Remittances and Labor Force Participation in Mexico (inglês, Internet). Gordon H. Hanson. INTAL-ITD WP-28. 2007.

La Cooperación al Desarrollo como Instrumento de la Política Comercial de la Unión Europea. Aplicaciones al Caso de América Latina (espanhol, Internet). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD DT-27. 2007.

Mexican Microenterprise Investment and Employment: The Role of Remittances (inglês, Internet). Christopher Woodruff. INTAL-ITD WP-26. 2007.

Remittances and Healthcare Expenditure Patterns of Populations in Origin Communities: Evidence from Mexico (inglês, Internet). Catalina Amuedo-Dorantes, Tania Sainz e Susan Pozo. INTAL-ITD WP-25. 2007.

Leveraging Efforts on Remittances and Financial Intermediation (inglês, Internet). Manuel Orozco e Rachel Fedewa. INTAL-ITD WP-24. 2006.

Migration and Education Inequality in Rural Mexico (inglês, Internet). David McKenzie e Hillel Rapoport. INTAL-ITD WP-23. 2006.

How Do Rules of Origin Affect Investment Flows? Some Hypotheses and the Case of Mexico (inglês, Internet). Antoni Esteveordal, José Ernesto López-Córdova e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-22. 2006.

Chile's Integration Strategy: Is There Room for Improvement? (inglês, Internet) Mauricio Mesquita Moreira e Juan Blyde. INTAL-ITD WP-21. 2006.

Globalization, Migration and Development: The Role of Mexican Migrant Remittances (inglês, Internet) Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD WP-20. 2006.

El desafío fiscal del MERCOSUR (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (espanhol, inglês e português). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (inglês). Antoni Esteveordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (inglês). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (espanhol). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (inglês). Antoni Esteveordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

Documentos de Divulgação - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

International Arbitration Claims against Domestic Tax Measures Deemed Expropriatory or Unfair and the Inequitable (inglês, Internet). Adrián Rodríguez. INTAL-ITD OP-SITI-11. 2006.

The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión (espanhol). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

The Production and Financing of Regional Public Goods (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

La competitividad industrial de América Latina y el desafío de la globalización (espanhol e inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (espanhol e inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabłudovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (espanhol e inglês). Martín Redrado e Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (espanhol). Víctor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

Documentos de Divulgação

Agriculture in Brazil and China: Challenges and Opportunities (inglês, Internet) Mario Queiroz de Monteiro Jales, Marcos Sawaya Jank, Shunli Yao e Colin A. Carter. INTAL-ITD OP-44. 2006.

Apertura e inserción internacional en la estrategia de desarrollo de Uruguay (espanhol, Internet). Paolo Giordano e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-43. 2006.

El proceso de negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: la experiencia del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (espanhol, Internet). Anabel González. INTAL-ITD DD-42. 2006.

International Remittances and Development: Existing Evidence, Policies and Recommendations (inglês, Internet). Ernesto López-Córdova e Alexandra Olmedo. INTAL-ITD OP-41. 2006.

Comercio bilateral Argentina-Brasil: Hechos estilizados de la evolución reciente (espanhol, Internet). Ricardo Carciofi e Romina Gayá. INTAL-ITD DD-40. 2006.

The Relative Revealed Competitiveness of China's Exports to the United States vis á vis other Countries in Asia, the Caribbean, Latin America and the OECD (inglês, Internet). Peter K. Schott. INTAL-ITD OP-39. 2006.

Logros, perspectivas y desafíos de la Cooperación Hemisférica (español e inglés, Internet). Roberto Iannelli. INTAL-ITD DD-38. 2006.

Libre Comercio en América Central: ¿Con quién y para qué? Las implicancias de CAFTA (español, Internet). Manuel Agosin e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-37. 2006.

Fear of China: Is there a Future for Manufacturing in Latin America? (inglés, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-36. 2006.

The Role of Geography and Size (inglés, Internet). David Hummels. INTAL-ITD OP-35. 2006.

Assessing the Impacts of Intellectual Property Rights on Trade Flows in Latin America (inglés, Internet). Juan S. Blyde. INTAL-ITD OP-34. 2006.

Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA. (español) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System (inglés) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades (español) Celina Pena e Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement (inglés). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005

Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004.

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (español). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004.

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (español). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (español). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed? (inglés). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? (inglés). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

Desigualdad regional y gasto público en México (español). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales (español e inglés). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union (inglés). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA OP-19. 2003.

Regional Aspects of Brazil's Trade Policy (inglés). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina (español). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance (inglés). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico (espanhol, Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (também disponível em inglês).

Regional Public Goods in Official Development Assistance (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects (inglês). Antoni Esteveadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other? (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Cambor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (inglês). Anneke Jessen e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT-SOE

Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT)

Issues Papers. Third Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2006.

Issues Papers. Second Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005.

Issues Papers. First Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004.

PUBLICAÇÕES DE INT

Documentos de Trabalho

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda e Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin e Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

Publicações Especiais

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América (disponível em espanhol e inglês, e as versões 1997 disponível em português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho apresentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID. Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível em inglês).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível em inglês).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível em inglês).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveordal. Junho 1995 (também disponível em inglês).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível em inglês).

El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglês, espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível em inglês).

